



# LEITURAS CRÍTICAS DA EDUCAÇÃO À PROCURA DE OUTRA CONSCIÊNCIA

ORGANIZADORES  
JOAQUIM CARDOSO DA SILVEIRA NETO  
SÉRGIO OLIVEIRA FEITOSA  
VALDINEIA FERREIRA DOS SANTOS  
PATRÍCIA OLIVEIRA DANGUÍ  
JOÃO MATEUS DOS SANTOS MATOS  
FELIPE SOUZA CASTRO

ORGANIZADORES  
**JOAQUIM CARDOSO DA SILVEIRA NETO**  
**SÉRGIO OLIVEIRA FEITOSA**  
**VALDINEIA FERREIRA DOS SANTOS**  
**PATRÍCIA OLIVEIRA DANGUÍ**  
**JOÃO MATEUS DOS SANTOS MATOS**  
**FELIPE SOUZA CASTRO**

# **LEITURAS CRÍTICAS DA EDUCAÇÃO À PROCURA DE OUTRA CONSCIÊNCIA**

Belém-PA

Home Editora

2023

© 2023 Edição brasileira  
by Home Editora  
© 2023 Texto  
by Autor  
Todos os direitos reservados

Home Editora  
CNPJ: 39.242.488/0002-80  
www.homeeditora.com  
contato@homeeditora.com  
9198473-5110  
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

**Editor-Chefe**

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

**Dagramação e capa**

Autor

**Revisão de texto**

Autor(es)

**Bibliotecária**

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

CRB-8/009166

**Produtor editorial**

Laiane Borges

**Catálogo na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

L533

Leituras críticas da educação à procura de outra consciência / Organizadores  
Joaquim Cardoso da Silveira Neto, Sérgio Oliveira Feitosa, Valdineia Ferreira dos  
Santos, et al. – Belém: Home, 2023.

Outros organizadores: Patrícia Oliveira Danguí, João Mateus dos Santos  
Matos, Felipe Souza Castro.

318 p., fotos.; 16 X 23 cm

ISBN 978-65-84897-78-6

1. Educação. I. Silveira Neto, Joaquim Cardoso da (Organizador). II. Feitosa, Sérgio  
Oliveira (Organizador). III. Santos, Valdineia Ferreira dos (Organizadora). IV. Título.

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

I. Educação



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s)  
autor(es).  
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-  
SemDerivações 4.0 Internacional.

### **Conselho Editorial**

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA  
(Editor-Chefe)  
Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA  
Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP  
Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG  
Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ  
Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF  
Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEEMA  
Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA  
Prof. Dr. José Moraes Souto Filho-FIS  
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Dayse Marinho Martins-IEEMA  
Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Elane da Silva Barbosa-UERN

*“Acreditamos que um mundo melhor se faz com a difusão do conhecimento científico”.*

Equipe Home Editora

## PREFÁCIO

O leitor fique à vontade para se envolver com a leitura desta obra que aborda, em sua amplitude, diversas temáticas dentro do campo da educação, como inclusão digital e educacional, gestão, tecnologias educativas, LIBRAS, ressocialização, leitura, letramento e alfabetização. Portanto, são discussões muito importantes e caras à educação. Sejam todos bem vindos ao desfrutamento de cada linha de cada um dos nove capítulos desta coletânea. Logo abaixo, serão apresentadas as primeiras impressões descritivas de estudo.

No primeiro capítulo, intitulado *O currículo na gestão escolar democrática: Uma ferramenta para o processo educativo*, de autoria de Lucas Souza da Silva, discute-se a necessidade do currículo como instrumento pedagógico fundamental no bom andamento da gestão escolar.

No segundo capítulo, intitulado *A inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA)*, de autoria de Ana Rita Santos Bastos, a professora traça uma análise descritiva e crítica do cenário de inserção de novas tecnologias no trabalho desenvolvido na EJA. Uma discussão muito necessária diante do cenário de COVID-19 e ante um público-alvo tão diverso quanto o da EJA.

No terceiro capítulo, intitulado *A contação de histórias como meio pedagógico na Creche Maria José Félix Bezerra, Euclides da Cunha-BA*, de autoria de Edinalva Conceição da Silva, é traçado um painel como numa experiência docente produtiva de contação de história.

No quarto capítulo, intitulado *A literatura infantil no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental*, de autoria de Leticia Souza de Jesus, reflete-se acerca do papel essencial da literatura infantil no processo de alfabetização bem como no letramento.

No quinto capítulo, a autora apresenta um estudo sobre as relações maternas afetivas no auxílio de seus filhos nas atividades educacionais durante o período de isolamento na pandemia do

Coronavírus. Esse fato atípico mexeu muito com as estruturas familiares e também nas instituições escolares, onde surgiu um atraso na aprendizagem dos educandos.

No sexto capítulo, relata-se que a educação de jovens e adultos é um papel social da educação no combate das desigualdades sociais, e que agrega os cidadãos independentemente da sua faixa etária, a ingressar sua vida escolar em busca de conhecimento. A EJA é o caminho democrático na educação para a inclusão e a emancipação de uma política social para garantir a aprendizagem a todos.

No sétimo capítulo, tem-se um estudo analítico das possibilidades de ressocialização por meio da educação em âmbito prisional como forma de prevenir a reincidência criminal, sendo uma das alternativas para colocá-los em ocupar o seu tempo com as ciências sociais e humanas, desenvolvendo sua aprendizagem intelectual e socioeducacional.

No oitavo capítulo, mostra-se a importância do profissional na área da língua brasileira de sinais (LIBRAS) dentro das instituições de ensino regular para que a inclusão da criança surda aconteça de fato com acolhimento harmônico e que sejam respeitados seus direitos de aprendizagem na sua própria língua.

No nono capítulo, aborda-se uma temática importantíssima relacionada à leitura na vida escolar e social do educando, revelando que essa prática acontece com pouca frequência no cotidiano da grande maioria dos cidadãos. Para melhorar a aprendizagem e a influência da leitura, tanto o âmbito familiar, escolar e social, é preciso que as instituições de ensino elaborem projetos sociais que incentive o aluno a ter o prazer pela leitura.

No décimo capítulo, o autor discute a relevância das diferentes metodologias utilizadas no ensino de física no ensino médio de cidades do interior de Sergipe e da Bahia. Ficou claro que o professor de física precisa relacionar a teoria com o cotidiano dos alunos.

No décimo primeiro capítulo, a autora reflete acerca da neuropsicopedagogia e seus impactos no desenvolvimento da

aprendizagem em alunos com síndrome de Asperger.

No décimo segundo capítulo, a autora discorre bibliograficamente acerca de jogos e brincadeiras na educação infantil, mostando a grande importância da inserção deles na prática pedagógica para uma melhor aprendizagem.

No décimo terceiro capítulo, os autores discorrem acerca de uma experiência exitosa de leitura e produção de texto em gêneros diversos como parte da prática de uma professora de escola pública. A partir daí, são tecidas reflexões que fundamentam o trabalho pedagógico com gêneros textuais.

No décimo quarto capítulo, os autores apresentam um painel teórico da educação de jovens e adultos e sua inserção nas tecnologias de comunicação e informação.

No décimo quinto capítulo, o autor traz um estudo acerca da festa tradicional de São Pedro do município de Heliópolis, no estado da Bahia, apresentando entrevistas e recortes históricos acerca desse evento popular.

**VALDINEIA FERREIRA DOS SANTOS  
JOAQUIM CARDOSO DA SILVEIRA NETO**

## SUMÁRIO

<b>O CURRÍCULO NA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA FERRAMENTA PARA O PROCESSO EDUCATIVO</b> , LUCAS SOUZA DA SILVA .....	10
<b>A INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)</b> , ANA RITA SANTOS BASTOS .....	28
<b>A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO MEIO PEDAGÓGICO NA CRECHE MARIA JOSÉ FÉLIX BEZERRA, EUCLIDES DA CUNHA-BA, EDINALVA CONCEIÇÃO DA SILVA</b> .....	54
<b>A LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL</b> , LETÍCIA SOUZA DE JESUS .....	75
<b>UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES AFETIVO-MATERNAS E A EDUCAÇÃO DOS FILHOS NO ISOLAMENTO</b> , EDINAIDE MATOS REIS, SÉRGIO OLIVEIRA FEITOSA E JOAQUIM CARDOSO DA SILVEIRA NETO .....	104
<b>A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A INCLUSÃO COMO CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO</b> , VALDENICE ABREU DOS SANTOS .....	145
<b>AS POSSIBILIDADES DE RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA EDUCAÇÃO EM ÂMBITO PRISIONAL: A NÃO EFETIVAÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS</b> , SÉRGIO OLIVEIRA FEITOSA .....	174
<b>A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO: A INCLUSÃO DA CRIANÇA SURDA NA ESCOLA</b> , ÊMILE NASCIMENTO SANTOS, JOAQUIM CARDOSO DA SILVEIRA NETO .....	189
<b>O EDUCANDO E AS PRÁTICAS DE LEITURA VIVENCIADAS NO COTIDIANO</b> , VALDINEIA FERREIRA DOS SANTOS .....	207
<b>ANÁLISE METODOLÓGICA DO ENSINO DE FÍSICA NO ENSINO MÉDIO</b> , JOÃO MATEUS DOS SANTOS MATOS .....	224
<b>NEUROPSICOLOGIA: ÊNFASE NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO COM SÍNDROME DE APSPERGER</b> , PATRÍCIA OLIVEIRA DANGUÍ .....	267
<b>JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> , PATRÍCIA OLIVEIRA DANGUÍ .....	272
<b>A ESCRITA COMO PRÁTICA SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA: UMA</b>	

**EXPERIÊNCIA COM GÊNEROS TEXTUAIS SOB A PERSPECTIVA DE BAKHTIN**, MARIA GRAZIELA CORREIA DOS SANTOS, JOAQUIM CARDOSO DA SILVEIRA NETO.....279

**EDUCAÇÃO DIGITAL: A INSERÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO MEIO DIGITAL**, FELIPE SOUZA CASTRO, JOSEFA SANDRINEIA DA SILVA CASTRO.292

**CULTURA POPULAR, IDENTIDADE E TRADIÇÃO: A FESTA DE SÃO PEDRO DE HELIÓPOLIS/BA**, FELIPE SOUZA CASTRO .....307

# **CAPÍTULO I**

## **O CURRÍCULO NA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: Uma ferramenta para o processo educativo**

LUCAS SOUZA DA SILVA

## **1 INTRODUÇÃO**

A história da educação no Brasil constitui-se de uma gama de eventos que variam entre avanços e tropeços. Atualmente a escola é vista como uma organização social, cultural e humana onde requer que cada sujeito envolvido tenha o seu papel definido num processo de participação efetiva para o desenvolvimento das propostas a serem executadas. Na intenção de garantia de direito a educação, está que é definida, em nosso ordenamento jurídico, como dever: direito do cidadão – dever do Estado como está descrito no art. 205 de nossa Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Da mesma forma que o art. 206 da mesma Constituição, no inciso VI efetiva a gestão democrática como alicerce para o ensino público como norma sob a qual o ensino brasileiro deve ser ministrado.

Outro documento que corrobora com a Constituição Federal de 1988 é o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 no inciso VIII onde diz que: gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; colocando assim a gestão democrática como princípio ligado ao Estado Democrático de Direito consagrado pela Lei Maior. Esses documentos asseguram uma participação ativa dos usuários da escola mesmo entendendo a educação escolar como uma tarefa complexa que se faz necessário encontrar mecanismo de mudança para efetivação da gestão democrática nas escolas públicas de todo país.

Acerca do ato de gerir, Ferreira (2006) elucida que: “gestão é administração é tomada de decisão e direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel” (FERREIRA 2006, p. 306). Deste modo, no campo da gestão escolar é dependente das ações conjuntas dos agentes educacionais desde o diretor; vice diretor; o

coordenador pedagógico; os professores; supervisores; merendeiras; vigilantes; servidores gerais; secretários; bibliotecários; auxiliares técnicos – administrativos; auxiliares de sala de aula e os demais que trabalham na instituição, observando ainda a inclusão e inserção da comunidade e organizações presentes no entorno da escola. Para a participação efetiva de todos que estão executando suas funções na escola é indispensável a valorização de fatores como potencialização da pluralidade e do respeito, enaltecendo e validando as diferentes visões, o pensamento crítico, a ética e a reflexão das partes.

De qualquer forma, a gestão educacional está relacionada a questões de espaço físico e mecanismos legais (institucionais) entre a busca de melhor organização e de execução das ações que desenvolvem e possibilitam os melhores resultados. É necessário um olhar regado de empatia para alcançar resultados pertinentes e humanos, que sejam de interesse social, tendo como as formulações de políticas educacionais, os projetos e planejamentos, as tomadas de decisões, e as definições que norteiam o uso dos recursos financeiros.

Deste modo, o presente artigo apresenta as situações e aprendizados adquiridos durante a investigação acerca do currículo dentro da gestão educacional e os processos de colaboração vivenciados dentro das escolas, no que alicerçaram sobre o objetivo de analisar a relação do Projeto Político Pedagógico e o contato palpável com as práticas de gestão/administração e ainda a possibilidade de refletir sobre a importância da gestão democrática no que tange a possibilidade de acompanhar as dinâmicas e as culturas organizacionais da escola, contemplando a reflexão sob a tomada de decisão acerca das adversidades enfrentadas corriqueiramente na escola, compreendendo que a organização do trabalho pedagógico potencializa ou impossibilita o andamento de ações democráticas, pautadas na problemática “Quais as responsabilidades e limitações que circulam o processo de gestão democrática?.” E ainda, nos objetivos de compreender o processo de gestão democrática, de contextualizar os documentos constituintes e norteadores da educação no que tange a

gestão democrática, e ainda, de explorar as dinâmicas presentes na gestão educacional.

## **2 APARATO METODOLÓGICO**

A escolha metodológica e técnica de pesquisa comungam diretamente com as questões que norteiam o presente, considerando os fatores relacionados diretamente com a natureza dos objetivos pré-estabelecidos e com a necessidade de compreender as Responsabilidades e Limitações do Processo de Gestão Democrática nas Escolas Públicas e ainda analisar a relação do Projeto Político Pedagógico e o contato palpável com as práticas de gestão/administração.

Para alcançar os objetivos propostos no presente artigo, a metodologia que foi aplicada é de cunho qualitativo e de caráter exploratório através da coleta documental e bibliográfica que segundo Lakatos (2003) trata-se da coleta de dados onde as fontes estão restritas a documentos escritos ou não, constituindo assim uma fonte primária, o que permitiu analisar os documentos que regem a educação brasileira e compreender o processo de gestão democrática dentro das escolas públicas e ainda os desafios que circulam esse processo de gestão.

Por meio do método pesquisa bibliográfica, foram coletadas informações que responderam às problemáticas: “Quais as responsabilidades e limitações que circulam o processo de gestão democrática?” e “Qual a importância do currículo para a gestão escolar?”. Assim a fomentação da pesquisa foi embasada em livros e artigos científicos, nos quais foram analisados conhecimentos das diretrizes e leis constitucionais, dos programas governamentais, das políticas públicas e educacionais, a fim de responder à questão-problema e sustentar os objetivos projetados. Deste modo a iniciação da pesquisa ocorreu com a reunião das diversas informações encontradas nas fontes científicas que tratam da gestão escolar no Brasil.

Outra metodologia utilizada para execução da pesquisa do referido artigo científico é a etnometodologia, que é uma ciência

construída por procedimento que analisam os indivíduos e o meio social em que ele está inserido observando a sua vida cotidiana. Por isso os etnometodólogos têm a pretensão de estar mais perto das realidades correntes da vida social que os outros cientistas sociais. (GIL, 2008, p. 23). Deste modo, o método de pesquisa permitirá a experiência de campo sobre a realidade social e os fenômenos cotidianos que cercam o objeto de estudo e cria a possibilidade de resposta sobre o problema que norteia a construção desse artigo. Onde foi possível o aprofundamento das pesquisas que tratam dos temas citados anteriormente que foi possível construir embasamento científico capaz de suprir as necessidades investigadas ao longo da construção do artigo científico.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em meio a tantas mudanças tecnológicas e comportamentais na sociedade; percebemos que muito ainda precisa ser melhorado, pois a diversidade exige um novo homem. Este que dê conta de si próprio, do trabalho, da família e da sociedade. Estas ocupações do indivíduo do século XXI, o torna cada vez mais distante do outro. E o pensar no outro, é dá-lhe também inúmeras possibilidades de subsistência em uma sociedade igualitária. Porém, há de observarmos que sozinhos não daremos conta desse problema, no entanto, ele existe e precisa de uma solução.

Assim como na sociedade, a escola contemporânea vivencia essa temática um tanto inconstante. Daí a precisão de olhar o outro, é fundamental para formação cidadã do aluno e do corpo docente como tal. Personagens importantes para o contínuo do progresso do país. E como amenizar tais problemas? Será que a gestão reflete diretamente no não sucedido sujeito? Essas e vários questionamentos permeiam os profissionais da instituição de ensino, pois, há vários motivos que contribuem para a não sistematização dos problemas existentes. Mas, as soluções podem estar próximas e não se enxergada por muitos ou nenhum. Como foi dito: sozinho não se dará conta. É necessário que se tenha como princípio a participação e cooperação

nos aspectos sociais e políticos em que compreenda a cidadania envolvendo assim o exercício de direito e deveres políticos, bem como os civis e sociais abordando uma gestão cooparticipativa em que haja atitudes de cooperação e, especialmente o repúdio às injustiças partindo do respeito próprio e ao outro, sendo assim o amor, a ética e o respeito pela educação é essencial para que haja colaboração, cooperação, responsabilidade e compromisso de todos; e não somente do gestor, mas de todos que estão envolvidos com os alunos de forma direta e indireta.

Para que a gestão da escola seja efetivada, o diretor e o coordenador poderão aliar-se com os professores, supervisores, merendeiras, vigilantes, secretários (a) e os demais que lá trabalhem sem a exclusão da comunidade e de órgãos da educação externa. Sendo assim, uma tentativa de dar significado ao estudo e a realidade em que sua clientela se encontra no momento. Mas, para que isso possa dar certo, é indispensável fatores como: pluralidade; a visão ampliada; o pensamento conjunto; a criticidade; a superação de limites, a liderança de grupo, o respeito, a ética interna e externa e a avaliação das partes.

Fator, que torna o trabalho mais relevante, visto que o mesmo aponta as fragilidades e potencialidades do projeto institucional e seus participantes; não como um advento individual e sim, cooperativo e participativo, uma vez que essas preocupações levaram a discussão acerca da responsabilidade e limitações do processo de gestão democrático nas escolas como deve ser bem trabalhada, para que reflita de forma positiva na sociedade. Ao apontar os norteadores possíveis a sua realidade atual, de modo que se sintam estimulados e motivados a realizarem desde as pequenas mudanças como: a sua postura profissional à métodos em prol do aluno e da própria educação de qualidade, em que os seus conteúdos possam ter relação direta com as necessidades do mundo em que estão inseridos.

O ambiente escolar é um lugar de aprendizado, interação, participação, troca de experiência, saberes, e caminho para uma vida em sociedade. Na escola são muitos os seus colaboradores diários, que

em função de uma renda de subsistência trabalham. Lá, há espaço para todos que visam uma educação de qualidade e significativa; ponto de partida para aquisição da mudança do ser enquanto sujeito de deveres e direitos. Mas o que temos observado nos últimos anos, é uma imensa precisão de um trabalho sólido, em que o eu e outro sejam vistos em um olhar do ontem, do hoje e do amanhã. Visão de equilíbrio social, em que os valores culturais possam ser ampliados e superados em seus constantes problemas.

A este fenômeno, os estudiosos educacionais vão chamar de trabalho e pensamento coletivo de todos que fazem parte da escola e dos responsáveis pela educação. Já previsto na constituição de 1988, em seu Art. 205, a qual menciona que: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Tal efetivação deste artigo volta-se para o que é gestão hoje? Esta que implica a concretização de novos processos de organização, e em sua dinâmica, favorece os processos coletivos e participativos de tomada de decisão. Pode-se dizer que a escola como uma instituição responsável pela sistematização dos saberes cotidianos através da socialização e transmissão de conhecimentos acumulados pela humanidade em sua trajetória, precisa repensar o seu papel na vida do aluno e na sociedade. Pois ambas, tem sofrido ultimamente com as diversas mudanças sociocultural. Sento então que a gestão precisa tomar novos rumos e decisões; em que o seu aluno seja percebido como autor e cooparticipativo dessa nova configuração.

O conceito de gestão resulta de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações, que leva em consideração o todo em relação com as suas partes e destas entre si, de modo a promover maior efetividade do conjunto. A gestão aparece, pois, como superação das limitações do conceito de administração (LUCK, 2007, p. 24).

Ainda que a gestão supere o ideal da administração, elas não estão tão distantes de ser separadas no seu entendimento, todavia,

existe uma imensa confusão entre elas por alguns gestores, que conduz a escola com uma empresa em particular. Não que ela não seja uma empresa, mas tem suas diferenças. Sendo uma preocupada com o todo social, a outra com o todo financeiro; porém, trabalham departamentalizado e não em perspectiva coletivista em prol do bem comum a todos. Diante disse Freire (1996. p. 28) disse que “Eu sou na medida em que os outros também são. O homem não é uma ilha. E comunicação. Logo, há uma estreita relação entre comunhão e busca”.

Com esse pensamento podemos alisar que uma gestão só é boa quando mobiliza o seu âmbito tanto externo quanto interno. Não se obtêm bons resultados trabalhando individualmente e sim, em grupo. Para tanto, é preciso que este grupo saiba respeitar as ideias do outro como um ponto a ser refletido e melhorado se for o caso. A isso poderemos contar com a ética de cada um que participa, pois se a escola deseja formar um sujeito cidadão, é necessário que os seus funcionários a pratiquem. A escola encontra-se hoje, no centro de atenções da sociedade. Isto porque se reconhece que ela é a ponte entre as políticas públicas e o saber. Portanto, a escola e seus dirigentes se defrontam com a necessidade de desenvolver novos conhecimentos, habilidades e atitudes para o que não dispõem mais de modelos e sim de concepções. Assim, o ambiente escolar como um todo deve oferecer-lhe esta experiência, pois, a responsabilidade maior do dirigente é a obtenção de bons resultados na aprendizagem e na garantia de recursos necessários para o bom funcionamento da unidade, sendo a precariedade de recursos considerada um fracasso administrativo.

Ao docente cabe o trabalho coletivo e constante na escola, pois, lá é um espaço privilegiado de reflexão crítica e coletiva. O que é essencial para a atividade que se quer como transformador, essa é à medida que possibilita a unidade entre sujeito da ação, e da reflexão. É pensando neste sentido que Paulo Freire questiona o “Porque não discutir com o aluno a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo ensine a realidade progressiva”. (FREIRE, 1996, p. 30). Acredita-se que:

A prática educativa tem de ser em si, um testemunho rigoroso de decência de pureza. Deixar os caminhos verdadeiros nos acompanhar e tornarmos capazes de comparar, valorizar, intervir, escolher, decidir e romper, e o fato de nos fazermos éticos, mas se transformarmos a experiência educativa em puro treinamento técnico estaria amesquinhando o que há de fundamental no ser humano em seu exercício educativo. (FREIRE. 1996, p. 30).

Percebe-se nesse contexto a constante necessidade de estreitar as relações interpessoais do grupo na busca de uma cumplicidade que gere uma ampliação das ações e parcerias da comunidade escolar. A construção da identidade do grupo não diminui a identidade individual, esta, porém, enriquece o grupo em suas particularidades que apresenta. Cada gestor deve considerar que todos os integrantes do meio escolar têm objetivos comuns que consente a interação entre eles tornando-se uma necessidade. Silvino José Fritzen (2002) coloca três necessidades que constrói as relações interpessoais: a inclusão, advindo da aceitação do grupo; o controle, como forma de influência no grupo; e a afeição, fundamental em toda dinâmica grupal. Administrar esse jogo de relações e interesses direcionando ao objetivo comum é o maior desafio da gestão, que deve respeitar os integrantes de sua comunidade, como a própria palavra sugere, indivíduos que possuem particularidades diferentes, mas, encontram-se na busca de um mesmo objetivo.

Conviver com as pessoas significa na prática, em boa parte do tempo, conviver com as diferenças. E aí encontramos diferenças de educação, de hábitos, de idéias, enfim, de comportamento. Aprendemos, de uma forma errônea, porque desumana, que só estaremos construindo uma trajetória adequada à vida se as pessoas dos grupos a quem pertencemos comungarem com nossas práticas pessoais, nossas crenças ou nosso modelo de pessoa (SCHETTINI. 2007, p. 28).

A consciência dos gestores de que focalizando a perspectiva que os mantêm em um mesmo grupo e compartilhando as diversas visões de mundo proporcionará atividades que conduzirá a uma pedagogia libertadora no sentido das amarras do preconceito que divide a sociedade, faz-se necessário quando se prioriza a construção de uma pedagogia adequada à contemporaneidade que exige que o indivíduo adapte-se às diversas condições de trabalho. Segundo Idalberto

Chiavenato (2000), alguns aspectos devem ser considerados quando se busca um desenvolvimento das empresas, no caso, a comunidade escolar, como: a liderança, espírito de equipe, habilidades e competências pessoais dos funcionários e, sobretudo, uma cultura organizacional aberta e incentivadora.

Conviver é viver com. Consiste em partilhar a vida, as atividades com os outros. São encontros para conviver, para buscar juntos um objetivo, e onde se partilha a vida, as experiências e se busca uma projeção futura. (...) Em todo grupo humano constituído, existe a necessidade de conviver, melhor ainda, aprender a conviver. Isso supõe um processo (FRITZEN. 2002, p. 18).

Percebe-se, então, a importância da gestão no desenvolvimento da escola na sua totalidade educacional ao focar-se numa liderança que gerencie as relações interpessoais, valorizando cada membro dentro de suas diferenças, construindo um ambiente de harmonia e cooperação onde todos são respeitados. Diante da grande demanda que se exige enquanto sociedade faz nos despertarmos para uma nova realidade de educação. Esta que se comporta em dois grandes aspectos: políticos e culturais, ambos são indissociáveis no âmbito educacional, porém vivem hoje em um grande dilema, sendo essa responsável pela gestão pública, a qual delega poderes de influência diretamente na escola, uma vez que, seus diretores e coordenadores pertencem um determinado grupo partidário. Voltado para esse contexto, Heloisa Luck (2007, p. 31) elucida que “Os processos de gestão pressupõem a ação ampla e continuada que envolve múltiplas dimensões, tanto técnicas quanto políticas e que só se efetivam, de fato, quanto articulada entre si.” Firma-se, pois a certeza de que esses dois aspectos têm faltado, para a promoção da qualidade da educação, sendo que é necessário que os gestores tenham essa visão global da escola como instituição social e uma percepção abrangente dessas duas exterioridades, da teia de relações sociais, e os vários componentes que delineiam cada um desses dois aspectos a experiência educacional.

A gestão democrática da educação formal está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de

políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Também a democratização do acesso e estratégias que garantam a permanência na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação, em que possa garantir ao cidadão uma postura ética e, acima de tudo, que possa garantir ao aluno uma consciência ímpar nas decisões, nas posturas, na resolução dos problemas impostos não só no trabalho, mas também na vida.

#### **4 A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO NA GESTÃO EDUCACIONAL**

O currículo educacional está baseado na seleção cultural de conhecimentos e práticas que devem ser desenvolvidas dentro do espaço propício de ensino e aprendizagem que, foram preparados seguindo contextos historicamente construídos e delimitados, onde de forma objetiva, busca o garantimento de um espaço para desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que contribuam de forma impactante na construção social. As organizações do currículo se adaptaram conforme as mudanças políticas que ocorreram durante a história da educação, sobre tudo, a partir da escolarização em massa e das necessidades que cada realidade, deste modo, foi necessária a organização e padronização dos conhecimentos a serem trabalhados na sala de aula, obedecendo às exigências e contextualizando os conteúdos com a realidade dos estudantes. De todo modo, o currículo não está condicionado apenas à relação de conteúdos, mas segundo o Hornburg e Silva (2007, p. 1).

[...] questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos.

Vale ressaltar que parafeseando Veiga (2002) o currículo se

alicerça em uma construção social que pressupõe partindo da sistematização dos meios que essa construção se consolidou aplicando os conhecimentos na forma de produção, reprodução, transmissão, assimilação. Desta forma, as ações promovidas pelo currículo devem levar em conta realidades e princípios em suas construções, sobre tudo, no que diz respeito ao Projeto Político Pedagógico (PPP), que se apresenta como um documento que compete à autonomia para as escolas desenvolverem as práticas educacionais de modo que estabeleçam objetivos de modo que contribua para o aprendizado e a melhor direção para a gestão acadêmica.

Atualmente o Projeto Político Pedagógico é posto em prática de modo que interligue as necessidades da comunidade que a escola está inserida e as ações que estão incumbidas nas práticas de gestão escolar. De todo modo, a ação autônoma que o currículo pode desenvolver está fundamentada na Constituição promulgada em 1988 e que refletiram nas Leis de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 onde sustenta e direciona as ações democráticas do ensino público que é um dos princípios básicos para assentar a educação. Com base nesse contexto, para que a gestão da escola seja efetivada, o diretor e o coordenador poderão alia-se com os professores, supervisores, merendeiras, vigilantes, secretários, bibliotecários, servidores gerais, auxiliares administrativas e os demais que lá trabalhem sem a exclusão da comunidade e de órgãos da educação externa. Sendo assim, uma tentativa de dar significado ao estudo e a realidade em que sua clientela se encontra no momento. Mas, para que isso possa dar certo, é indispensável fatores como: pluralidade; a visão ampliada; o pensamento conjunto; a criticidade; a superação de limites, a liderança de grupo, o respeito, a ética interna e externa e a avaliação das partes.

Com esse pensamento podemos alisar que uma gestão só é boa quando mobiliza o seu âmbito tanto externo quanto interno. Não se obtêm bons resultados trabalhando individualmente e sim, em grupo. Para tanto, é preciso que este grupo saiba respeitar as ideias do outro como um ponto a ser refletido e melhorado se for o caso. A isso

poderemos contar com a ética de cada um que participa, pois se a escola deseja formar um sujeito cidadão, é necessário que os seus funcionários a pratiquem. De todo modo, os objetivos dentro da escola, devem estar alinhados no sentido de que as ações possam ser coordenadas na busca da melhor qualidade de ensino e na consolidação do melhor ambiente para o desenvolvimento das habilidades dos sujeitos envolvidos na escola.

## **5 A BASE DE UMA ESCOLA COMPROMETIDA**

A escola é uma instituição formal que disponibiliza o processo de ensino aos estudantes, na medida em que almeja formar e desenvolver habilidades em seus sujeitos em várias vertentes, desde aspectos culturais, sociais, cognitivos e principalmente, valores humanos. Deste modo, fica evidente que a educação fornecida pela escola é uma base primordial para uma sociedade justa, que preza pela igualdade e que respeita as diferenças, sem nenhuma distinção.

Com a responsabilidade que acompanha os objetivos da escola, e entendendo que a escola é composta por pessoas, fica fácil imaginar o compromisso que acompanha cada função dentro do espaço escolar, e ainda a incumbência que gira entorno dos gestores educacionais, desde a necessidade de buscar a melhor forma de gerenciar todos os processos que envolvem as escolas, a contar de questões burocráticas, mas na mesma medida, as questões humanas e os direcionamentos para utilização das habilidades dos demais atuantes da escola, envolvendo a equipe gestora, coordenadores, secretários, bibliotecários, merendeiras, serviços gerais, professores, vigias, sem deixar de fora, os pais e responsáveis e principalmente, buscar uma gestão que envolva os alunos de modo que eles se tornem protagonistas do processo de ensino e aprendizagem.

A gestão escolar é uma espécie de modelo educacional elaborado pelas instituições de ensino. O intuito é impulsionar e coordenar diferentes dimensões das habilidades, dos talentos e, também da dita competência educacional, aprimorando o ensino. Vale ressaltar que tal conceito se diferencia de “administração acadêmica” ou “administração escolar”. O objetivo da gestão escolar é aplicar princípios e estratégias essenciais para ampliar a eficácia dos processos dentro da

instituição e, assim, promover uma consistente melhoria do ensino ofertado aos estudantes. (PROESC, 2020 n.p).

Alicerçado com os objetivos educacionais supramencionados e a integralização dos diferentes contextos presentes na escola, a gestão educacional tem como principal função a aprimoração na direção da eficácia de todos os atributos que são direcionados ao papel gestor, no segmento dos documentos norteadores educacionais, como também, o desenvolvimento de projetos políticos pedagógicos, e o direcionamento e implicações financeiras. Essas atividades que contemplam a gestão precisam estar alinhada com as articulações que asseguram um ambiente propício para o melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, sem ser direcionado apenas com as atividades burocráticas que apesar de ser importante tem grandes possibilidades de enrijecer o ensino se tornando alienado em questão da realidade que multicultural dos estudantes.

Em conformidade com os aspectos já mencionados, os direcionamentos curriculares devem ser orientados pelos processos gestores e de organização escolar, onde atribuem e dão sentido as práticas educativas, na busca dos melhores resultados pedagógicos. De forma mais clara pode ser demarcar o ato de gerir como ações e mecanismo de organização escolar sustentando nos documentos escolares regentes e de construção de diálogos e escuta com todos agentes envolvidos no processo educacional, como afirma Heloisa Luck (2000, p.11) o diretor é um gestor da dinâmica social, um mobilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência, na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos.

O papel desenvolvido pelo corpo diretivo deve estar alinhado entre a função administrativa e de questões burocráticas na mesma medida as funções organizacionais, sem deixar de lado as preocupações pedagógicas, visto que o gestor não deve priorizar uma vertente em detrimento de outra, visto que a escola atua de forma equilibrada em todos os aspectos e deve ser um espaço de consolidação democrática,

um espaço para que todas as habilidades das pessoas que atuam na escola sejam potencializadas.

[...] os dirigentes de escolas eficazes são líderes, estimulam os professores e funcionários da escola, pais, alunos e comunidade a utilizarem o seu potencial na promoção de um ambiente escolar educacional positivo e no desenvolvimento de seu próprio potencial, orientado para a aprendizagem e construção do conhecimento, a serem criativos e proativos na resolução de problemas e enfrentamento de dificuldades. (LÜCK, 2000, p. 2).

Desta forma, uma escola comprometida deve atuar de forma conjunta em todas vertentes sendo respeitadas todas as vozes e habilidades dos agentes atuantes no espaço escolar, respeitando e dando oportunidade para todos falarem e opinarem, de forma que esteja contribuindo para melhoria da educação. O espaço escolar é um ambiente que recebe muitas expectativas, visto que é um local que carregam muitas responsabilidades. Os sistemas públicos de ensino seguem as normativas regidas por leis e documentos que norteiam às ações educacionais, no Brasil, sobretudo a educação formal devem seguir uma gestão democrática que escuta e que reflete sobre as necessidades da comunidade escolar.

Durante o período de realização de estágio, pode-se notar o comprometimento da equipe gestora e de todos os agentes educacionais presentes naquele ambiente específico e as buscas incansáveis pelos melhores resultados educacionais de aprendizagem e de caráter humano, sendo consolidado pela empatia e pela escuta reflexiva que permite aos sujeitos atuantes da escola um lugar de fala e o direito de ser ouvido. As ações supramencionadas deixam evidente que a equipe gestora prioriza os princípios constitucionais que norteiam a gestão democrática, de forma respeitosa e que não passa por cima da hierarquia de funções na escola.

As ações dentro da escola realizada pela equipe diretiva comungam diretamente com o pensamento de que o diretor deve ter os sentidos bem apurados (olhos bem abertos, ouvidos atentos) para perceber o que está certo ou errado, o que está faltando, o que não funciona ou que está indo muito bem, deve ainda se autoavaliar com frequência, para perceber em que aspectos pode crescer, melhorar, nas

suas próprias atitudes e habilidades, nos objetivos que pretende alcançar, na disposição do seu tempo. (BASTOS 2016, p. 14 APUD WEBER 2005, p.23). O modo operante da gestão está intrinsecamente ligado as competências dos diretores (as) que segundo Heloisa Luck é a da função/profissão em si e a da pessoa a exercê-la (LUCK 2000, p.14). Neste ponto, é notório que as competências que concerne ao cargo profissional de diretor (a) são demarcadas pela harmonia dos padrões previamente estabelecidos que são alicerces para as responsabilidades que competem aos diretores e ainda as funções relacionadas ao dar direcionamentos e não se esquivar da execução, se escondendo atrás de outras pessoas, na verdade é necessária a imposição de conhecimentos, habilidades e atitudes ao objeto de ação”. (LUCK, 2000, p. 14).

Em sequência dessas reflexões é possível a consideração de que a gestão escolar designa-se como um pilar de sustentabilidade da qualidade de ensino e da possibilidade de aprendizagem, visto que, abrange a articulação dinâmica do conjunto de unidades de trabalho, que passa a ser o enfoque orientador da ação organizadora e orientadora do ensino, tanto no âmbito macro (sistema) como micro (escola) e na interação entre ambos (LUCK, 2007, p. 51). Deste modo, destaca-se que a pertinência da qualidade de ensino e aprendizagem perpassa pelas habilidades de desenvolverem as funções do diretor e que os objetivos da equipe diretiva estejam alinhados com os demais profissionais inseridos no contexto educacional. Para que isso seja possível, precisa-se de um olhar apurado para as necessidades e desafios presentes na escola, assim, o diretor começará a desenvolver as dimensões pedagógicas que competem à gestão alinhando as atividades administrativas e burocráticas com as orientações e projetos voltados para consolidação de ferramentas que produzam mecanismos de educação pertinente.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sendo a escola parte de sistema que visa à interação dos indivíduos na sociedade onde grupos culturais diversos interagem de forma sincrônica para o bem do conjunto, é observável a importância da

Responsabilidade e Limitações do Processo de Gestão Democrático nas Escolas e, sobretudo, dos gestores no fortalecimento do trabalho coletivo para a eficácia dos objetivos pedagógicos da escola.

No cotidiano das pessoas há a constante necessidade de interagir com os outros e de administrar situações inusitadas decorrentes da grande diversidade sociocultural, na qual a sociedade contemporânea se insere. Tendo como princípio a participação a ética nos aspectos sociais e políticos em que compreenda a cidadania e os direitos sociais para isso o respeito e a cooperatividade em grupo é imprescindível a um trabalho eficaz na construção de resultados positivos em que perpassa por um envolvimento do gestor no favorecimento dos adequados relacionamentos interpessoais do grupo. Assim sendo, o gestor deve buscar suas atividades gerenciar o incentivo ao trabalho coletivo levando em consideração os diversos aspectos divergentes de todos os agentes envolvidos no processo participativo da gestão , focando suas metas e objetivos do fazer pedagógico no que se refere a relações interpessoais no âmbito da gestão escolar, valorizando as boas relações entre os indivíduos de seu grupo para que desenvolvam um clima de harmonia, formando uma equipe organizada e focada no interesse da coletividade.

A realidade educacional brasileira é marcada por diversos desafios, visto que cada região do país carrega especificidades devido às diferenças sociais, econômicas e culturais que foram potencializadas com o passar dos anos e que aumentaram suas dificuldades devido ao descaso que infelizmente está presente em cada escola pública do nosso país. Dentro desses aspectos, as leis que regem a educação direcionam a construção de documentos que alicercem de modo qualitativo os caminhos da educação, respeitando a especificidade de cada local, em aspectos culturais, sociais e econômicos de modo que objetive a emancipação do cidadão e a construção de uma educação de qualidade.

Deste modo, surge a necessidade de construção do Projeto Político Pedagógico da escola de modo que represente a identidade da instituição escolar, respeitando e oportunizando a participação dos

diferentes sujeitos internos e externos que atuam nos espaços e constroem relações dentro da instituição. Outro ponto que cabe elucidar, que com os encaminhamentos possíveis para construção, deve-se compreender que o PPP é um documento que deve ser revisitado, reavaliado e refletido sempre que for oportunizado, visto que a compreensão da sua existência permite que o esperar de uma educação de qualidade seja possível.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03). Acesso em: 13 jan. 2022.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRITZEN, Silvino José. **Relações Humanas Interpessoais: nas convivências grupais e comunitárias**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LÜCK, Heloísa. **Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar**. São Paulo: DP&A, 2000.
- HORNBURG, Nice; SILVA, Rubia da. Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 3, n. 10, p. 61-66, 2007.
- PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: Unidade entre teoria e prática? **INEP/ Relatos de pesquisa-** Série documental; n°25, maio/1995, p.16-25.
- PROESC BLOG. **Gestão escolar: saiba tudo sobre principais conceitos e como desenvolver**. 2020. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/>. Acesso em 26 jan. 2023.
- WEBER, Adriana Dietze. **Gestão escolar comprometida com a leitura: um desafio pedagógico**. Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do sul. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/bitstream/handle/123456789/276/123456789276.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jan. 2023.

# **CAPÍTULO II**

## **A INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

ANA RITA SANTOS BASTOS

## **1 INTRODUÇÃO**

A educação de jovens e adultos (EJA) é voltada para pessoas que, por algum motivo, não tiveram acesso ao ensino regular no tempo certo, e também essa modalidade de ensino é amparada por lei. A EJA é uma educação capaz de mudar a vida de pessoas, pois permite que a pessoa reescreva sua história, podendo se reconstruir, lembrando que esses alunos vivenciam ou já vivenciaram discriminação, críticas, preconceitos, vergonha e outras frustrações. É necessária compreensão e respeito da sociedade diante dessas pessoas.

Os objetivos dessa presente pesquisa são: o geral é analisar como tem se dado a inclusão digital na educação de jovens e adultos. Os específicos são compreender como a tecnologia auxilia os jovens e adultos em seus estudos; Analisar as dificuldades que os alunos possuem com o uso de eletrônicos e da internet; Mostrar como a inclusão digital é necessária para os alunos da modalidade de ensino na educação de jovens e adultos. A metodologia usada neste trabalho foi, a pesquisa bibliográfica, com teoria de diversos autores, consultados por meio de livros, artigos e revistas que tem assuntos ligados a temática. A problemática da pesquisa é, como a escola pode contribuir para a inclusão digital dos alunos da educação de jovens e adultos (EJA)? Esta pesquisa se justifica pelo fato da tecnologia não somente encantar, jovens e adultos, mas também as crianças e idosos. Portanto, essa pesquisa se justifica na medida de buscar informar a importância da inclusão digital para a formação de jovens e adultos. A tecnologia é um complemento indispensável na educação. O papel do professor nesse processo é de extrema importância para os alunos da EJA, sendo ele capaz de motivar, ensinar e identificar a capacidade de cada aluno.

Os professores que atuam na educação de jovens e adultos devem ser capacitados, bem preparados, porque esta modalidade de ensino acolhe jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar no período e idade certa. O professor deve servir de modelo para os alunos, ou seja, ser um exemplo, por suas qualidades que os inspiram. A sociedade tem passado por grandes avanços tecnológicos nos últimos tempos, e, junto às mudanças e inovações no âmbito escolar, o uso de aparelhos eletrônicos como o celular, computador, data show, televisão,

tablet, dentre outros, juntamente com a internet, o professor sabendo manusear os equipamentos e ferramentas de forma correta em suas aulas planejadas com objetivos, para que o aluno consiga aprender determinado conteúdo que lhe está sendo passado por meio de determinada ferramenta.

O professor precisa está em sintonia com a contemporaneidade e seus avanços, inclusive só se aprende praticando, por meio de suas habilidades desenvolvidas com os aparelhos e ferramentas, podendo compartilhar o que sabe para com seus alunos, pois os alunos da EJA, pode não saber utilizar os eletrônicos e suas ferramentas, por não ter o contato, já para outros pode ser fácil por possuir, mas hoje em dia grande parte da população, de criança a idoso possui um celular, mesmo não sabendo ler sabe fazer o uso de algumas ferramentas, seguindo os ícones que lhe são apresentados eles fazem a leitura visual. Faz-se necessária a inclusão dos alunos da educação de jovens e adultos na inclusão digital, pois é um suporte que melhora as condições de vida de cada um, por meio da tecnologia se tem acesso a informações, comunicações diárias e muita aprendizagem.

## **2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, surgiu antes do Império e começou a se desenvolver no período colonial, e teve grande influência pela Igreja Católica, por meio de seus missionários. Os religiosos desempenhavam sua prática educativa, que era direcionada mais para os brancos e indígenas, o conteúdo sempre baseado na religiosidade, ou seja, voltado às coisas sagradas e o que seus superiores lhe propuseram.

**Figura 1.** Ensino com catecismo.



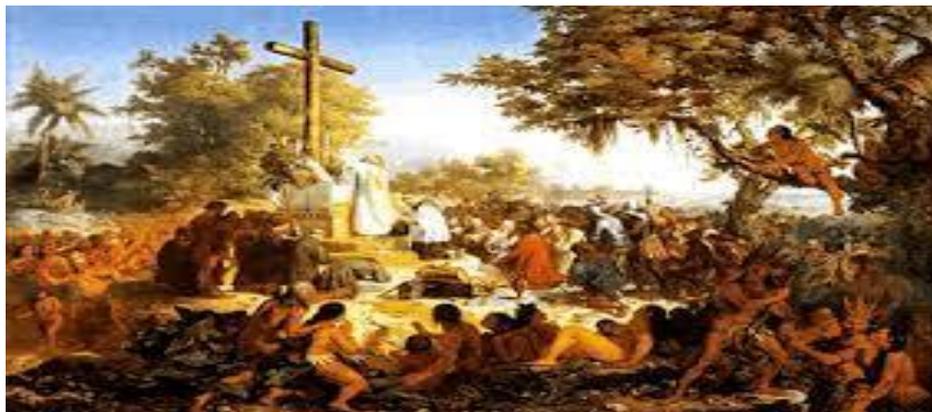
Fonte: novaescola.org.br

Durante o período colonial, a educação passou por três fases, foram elas: A que os jesuítas predominavam, a das reformas do Marquês de Pombal, que aconteceu logo após a expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal, e a terceira fase foi a do período em que D. João VI quando rei de Portugal e trouxe a corte para o Brasil (SOARES, 2002). Compreende-se que o ensino dos jesuítas não tinha como finalidade apenas ensinar sobre os conhecimentos escolares e científicos, mas também de ensinar sobre a fé cristã. Soares (2002, p.8) cita que:

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: procedeu mesmo a Proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino.

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil se deu de forma assistemática, durante o período colonial não atestou iniciativas nenhuma governamentais significativas. O ensino era voltado somente para os adolescentes e adultos, as crianças ficavam fora desse contexto. Durante séculos, essa modalidade de educação esteve sob o comando dos jesuítas, eles fundaram colégios, com o objetivo em formar indivíduos religiosos. As primeiras escolas que eles criaram foi uma em São Paulo e outra, na Bahia, também tinham a responsabilidade de orientar sobre o plantio e cultivo agrário. Eles queriam mais catequizar do que educar verdadeiramente.

**Figura 2.** A educação no período colonial.



Fonte: navegandohistedbr.comunidades.br

A preocupação com a educação volta-se para a criação de cursos superiores a fim de atender aos interesses da Monarquia, por outro lado não havia interesse, por parte da elite na expansão da escolarização básica para o conjunto da população tendo em vista que a economia tinha como referencial o modelo de produção agrária (MOURA, 2003, p. 27). A Educação popular, a que todos podiam ter acesso no Brasil, teve início antes da Proclamação da República. Em meados do ano de 1882, Rui Barbosa, com base na realidade brasileira da época, afirmava a situação precária do ensino voltado para o povo, daí começou a dar início a novas propostas, tendo como objetivo melhorar a qualidade de Ensino da Educação. Durante muitos anos as escolas só funcionavam no período noturno, porque a maioria das pessoas trabalhavam durante o dia. O início do século XX foi marcado pelo desenvolvimento industrial, onde começou a perceber o início da valorização da modalidade de ensino EJA, mesmo sendo devagar (PAIVA, 2001). Com o surgimento da industrialização, ocorreu a necessidade da mão-de-obra especializada, diante disso, começaram a formar escolas, tendo como finalidade capacitar jovens e adultos, as indústrias perceberam que os seus trabalhadores precisavam de mais conhecimento, o desenvolvimento industrial contribuiu na criação de escolas para adolescentes e adultos.

Na década de 40, foi proposta a primeira campanha de educação para os adultos, houve críticas e também elogios, o governo lançou essa campanha com o intuito de alfabetizar em torno de três meses, por meio dessa ação a EJA passou a ter uma mínima organização de

atendimento. O mestre Paulo Freire foi o responsável por desenvolver e ordenar o programa nacional de alfabetização de adultos, mas com o golpe militar todo o trabalho de Freire foi entendido como uma ameaça ao regime, com isso a EJA voltou a ser controlada pelo governo. Em 1970, o governo criou o programa MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), seu principal objetivo é diminuir o analfabetismo do Brasil (PAIVA, 2001). O MOBRAL era um projeto que tinha como objetivo alfabetizar jovens e adultos, em 1985 ele foi abolido e foi substituído por um novo Projeto de nome Educar. Devido ao golpe militar, todos os programas de alfabetização que tinham o propósito de eliminar, ou seja, acabar com o analfabetismo no Brasil, foram interrompidos, eles tinham em vista que se as pessoas fossem alfabetizadas seria uma ameaça ao regime.

O analfabetismo era visto com preconceito até mesmo pelos próprios organizadores da campanha. [...] a idéia(sic.) central [...] é a de o adulto analfabeto é um ser marginal que não pode estar à corrente da vida nacional. E associam-se a crença de que o adulto analfabeto é incapaz ou menos capaz que o indivíduo alfabetizado (PAIVA, 2001, p. 184).

Enquanto o analfabetismo no Brasil crescia muito, a partir de 1967, o governo militar lançou o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), começou a crescer por todo o território nacional, suportou toda a atuação dos militares, e foi extinto com o fim da ditadura, logo após, a Fundação Educar e o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania surgiu, porém, antes de suas metas serem alcançadas, foi extinto (SAUNER, 2009). No decorrer do tempo de alfabetizar jovens e adultos, teve projetos de alfabetização significantes como o MOBRAL e o Método Paulo Freire.

Educação de Jovens e Adultos viveu um processo de amadurecimento que veio transformando a compreensão que dela tínhamos poucos anos atrás. A Educação de Jovens e Adultos é melhor percebida quando a situamos hoje como Educação Popular (GADOTTI; ROMÃO, 2005, p. 15).

A educação a ser desenvolvida para o público da EJA deve ser de qualidade. Diante do contexto, o Estado não esteve presente, com isso agravou mais o índice de analfabetismo. A EJA sofreu tanta perseguição, mesmo assim não desistiu em meio aos problemas, pelo

fato de ter um público cheio de diferenças, sejam elas etárias, culturais e também a fragilidade do ensino [...] (SAUNER, 2009). O índice de analfabetismo ainda cresce muito, os recursos destinados à educação são poucos, a miséria, com isso aumenta a pobreza que destrói o país. Sauner (2009 p. 14) afirma que “As sociedades atualmente, existindo raras exceções, são letradas. Porém, as estatísticas afirmam que cerca de 25% da população brasileira com 15 anos a mais é analfabeta, sendo que a maioria está concentrada na zona rural”. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu por volta de 1995, veio para acabar com muitas desigualdades e preconceitos, passando a dar oportunidades aos jovens e adultos em aprender, sem contar que a ausência deles nas escolas acaba gerando uma marginalização, por não estar preparado para ingressar no mercado de trabalho, os donos de comércio não querem.

### **3 COMO PAULO FREIRE DESENVOLVEU AÇÕES PARA A EJA?**

A Educação de Jovens e Adultos não é considerada uma nova modalidade de ensino, ao longo das décadas, ela enfrentou várias atualizações, o teórico em destaque nos diz que acendeu nele a curiosidade e interesse sobre o desenvolvimento da política da EJA (FREIRE, 1980). Freire acredita muito na importância da EJA, por ter sido professor da mesma, e também aluno desse tipo de educação. Segundo Freire (1980, p. 41), “Procurávamos uma metodologia que fosse um instrumento do educando, e não somente do educador, e que identificasse - como fazia notar acertadamente um sociólogo brasileiro - o conteúdo da aprendizagem com o processo mesmo de aprender”.

A EJA é uma grande e forte ferramenta para fazer a Educação de Jovens e Adultos acontecer de forma eficaz, levando em conta os conhecimentos prévios do educando e de onde ele vem. É necessário compreender que a aprendizagem fosse oferecida de forma que contemple sua leitura de mundo, e dessa forma é mais fácil que aprendam a ler e escrever fazendo o uso de palavras do seu convívio. A metodologia desenvolvida por Paulo Freire, tem como propósito de uma alfabetização com uma estratégia onde o aluno pode criar, recriar e adaptar o seu mundo, formando assim seres autônomos, confiantes,

ativos e transformadores.

Assim, nas primeiras experiências, depois de a comunidade aceitar envolver-se com o trabalho de alfabetização, a tarefa que inicia a troca-que-ensina é uma pequena pesquisa. É um trabalho coletivo, coparticipado, de construção do conhecimento da realidade local: o lugar imediato onde as pessoas vivem e irão se alfabetizadas.[...] Esta primeira etapa pedagógica de construção do método foi chamado por Paulo Freire de vários nomes semelhantes: 'levantamento do universo vocabular' [...] 'descoberta do universo vocabular' [...] 'investigação do universo temático' [...].(BRANDÃO, 2003, p. 24).

**Figura 3.** Paulo Freire promovendo seu método de alfabetização.



Fonte:

<https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/paulo-freire-educador-popular-21240250>.

O diálogo é uma ação que faz parte dos alunos da EJA, é possível observar isso na metodologia de Paulo Freire, o incentivo da oralidade do aluno é importante para o desenvolvimento da aprendizagem.

O público atendido pela EJA é de pessoas que na idade regular não puderam estudar, ou por não se sentirem atraídos pelo conteúdo escolar acabaram deixando a escola. Isto acaba gerando uma exclusão dos indivíduos analfabetos dentro da sociedade e da própria escola. Muitos são os problemas que dificultam o ingresso de pessoas no ensino na idade regular, alguns destes problemas são: gravidez precoce, drogas, desinteresse, condições financeiras (PEDROSO, 2010, p. 11).

Todo o público que é atendido pela EJA é de jovens e adultos a partir dos 15 anos de idade. Freire (1980) destaca que são muitos desafios que o professor da EJA enfrenta, pelo fato dele ter que conquistar a confiança do aluno para que o aluno possa concluir a Educação Básica. Freire (1980) sempre foi a favor da alfabetização de

jovens e adultos, ele lutou pelo fim da educação elitista e o seu objetivo era ter uma educação democrática e libertadora, a qual ele parte da vivência e realidade dos educandos.

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O home letrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um “fazedor de cultura” e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade (ARANHA, 1996, p. 209).

A sala de aula é um espaço onde os alunos criam vínculos, com os professores, colegas e também o conhecimento, em forma de confiança, amizade, cooperação, dentre outros, isso faz com que a troca de conhecimento seja feita, a aprendizagem flui, através da troca de saberes, conhecimentos baseados em suas experiências vividas.

A educação deve ser vista como um ato de conhecimento que desafia o educando a aventurar-se no exercício, de não só falar da mudança do mundo, mas comprometer-se realmente com ela. Isso significa priorizar as questões do cotidiano e ir além, transcender (FREIRE, 1997; SOARES, 2001, p. 217).

Freire (1997) acredita ser indispensável que durante o ensino de jovens e adultos deva ter incentivo a autonomia dos educandos.

#### **4 O PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL**

O surgimento e a existência da EJA não é um assunto muito falado, é uma modalidade de ensino bastante relevante para pessoas que não concluíram o ensino básico ter a possibilidade de concluir.

O público atendido pela EJA é de pessoas que na idade regular não puderam estudar, ou por não se sentirem atraídos pelo conteúdo escolar acabaram deixando a escola. Isto acaba gerando uma exclusão dos indivíduos analfabetos dentro da sociedade e da própria escola. Muitos são os problemas que dificultam o ingresso de pessoas no ensino na idade regular, alguns destes problemas são: gravidez precoce, drogas, desinteresse, condições financeiras (PEDROSO, 2010, p.15).

Apesar de não ser muito falado, é um sistema de grande valor, pois envolve profissionais para atender a nova adaptação escolar dos jovens e adultos. Foi através da catequização dos indígenas, que teve início no Brasil a educação de jovens e adultos, buscavam associar o

ensino a sua vivência. A EJA se tornou um método de ensino muito significativo, por volta dos anos 40, mudou muitas coisas, com o intuito de melhorar seu processo (PEDROSO, 2010). Por volta do ano 1942 surgiu o Fundo Nacional de Ensino Primário e outros programas voltados para o ensino de adultos. Nessa época, o país tinha uma taxa muito alta de analfabetismo, e esses programas tinham como objetivo combater o analfabetismo adulto.

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador-às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego... (GADOTTI, 2006, p. 31 apud. PEDROSO, 2010, p. 03).

Vale ressaltar que durante anos a EJA passou por várias adaptações em sua prática, o seu público é formado por adultos que trabalham, donos de família, de tempo corrido e muita responsabilidade, assim reorganizando seu tempo. Em 2003, a EJA ganhou mais espaço no processo de ensino com o Programa Brasil Alfabetizado que trouxe benefícios (GADOTTI, 2006). Com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), a EJA conseguiu mais benefícios.

## **5 A INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Em meados de 70 e 80, surgiram as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) junto com a revolução informacional, e foram ganhando espaço nos anos 90 com a propagação da Internet. As TICs são um conjunto de recursos tecnológicos que fornecem comunicação em diversos campos sociais e educacionais, e evoluiu muito no mundo moderno, inovando, facilitando a vida das pessoas e viabilizando a comunicação.

As atuais tecnologias digitais de comunicação e informação nos orientam para novas aprendizagens. Aprendizagens que se apresentam como construções criativas, fluidas, mutáveis, que contribuem para que as pessoas e a sociedade possam

vivenciar pensamentos, comportamentos e ações criativas e inovadoras, que as encaminhem para novos avanços socialmente válidos no atual estágio de desenvolvimento da humanidade (KENSKI, 2003).

As TICs, a dia que passa, estão mais presentes no dia a dia das pessoas, ajudando, incentivando, e para aqueles que ainda não tem acesso desperta o interesse em adquirir, devido os avanços tecnológicos percebemos a necessidade da inclusão digital, até mesmo para adquirir espaço no mercado de trabalho hoje em dia exige. É um desafio para a sociedade conseguir acompanhar os avanços tecnológicos que tem sido muito rápido. No sistema educativo, as TICs têm como objetivo fazer com que os professores não se limitem a uma melhor forma de ensino, fazer o uso das tecnologias na escola, por meios informáticos. As novas TICs inseridas na escola proporcionam novos objetivos para a educação, sabendo pensar e agir de forma certa, não esquecendo na necessidade de uma sociedade critica e participativa, estimulando novas vivências e práticas escolares de forma clara.

O uso da informática na educação exige em especial um esforço constante do educador para transformar a simples utilização do computador numa abordagem educacional que favoreça efetivamente o processo de conhecimento do aluno. Dessa forma, a interação com os objetos de aprendizagem, o desenvolvimento de seu pensamento hipotético e dedutivo, de sua capacidade de interpretação e análise da realidade tornam-se privilegiados e a emergência de novas estratégias cognitivas do sujeito viabilizada (OLIVEIRA, 2001, p. 62).

**Figura 4.** Formação de professores na EJA



Fonte: [www.m.vitoria.es.gov.br](http://www.m.vitoria.es.gov.br)

Paulo Freire (1995) faz uma reflexão sobre o uso da tecnologia na educação, em questão da escola superar suas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, promovendo interação entre os sujeitos em

formação e a sociedade tecnológica, e modo da escola lidar com conteúdos disponíveis na internet e nos aparelhos tecnológicos, para assim despertar a curiosidade de seus alunos.

A minha questão não é acabar com a escola, é mudá-la completamente, e radicalmente fazer que nasça dela um novo ser tão atual quanto à tecnologia. Eu continuo lutando no sentido de pôr a escola à altura do seu tempo. E pôr a escola à altura do seu tempo não é soterrá-la, mas refazê-la (FREIRE,1996).

Freire defende que as práticas docentes que fortalece a relação entre educação e tecnologia, e que os projetos e currículos considerem o uso das TICs não somente como ferramenta, mas sim como recursos que contemplem as novas formas de ensinar e aprender. Para os Parâmetros Curriculares Nacionais:

É indiscutível a necessidade crescente do uso de computador pelos alunos como instrumento de aprendizagem escolar, para que possam estar atualizados em relação às novas tecnologias da informação e se instrumentalizarem para as demandas sociais presentes e futuras (PCNs, 1998, p. 96).

Nas turmas da EJA, o uso de novas tecnologias acaba provocando dificuldades para os alunos, principalmente quando são mais velhos, ou aqueles alunos que não tem acesso a esses aparelhos, pois acreditam que o uso dos recursos podem não ser satisfatória ou não ter utilidade. Já os professores têm a dificuldade com o uso das TICs por não terem o hábito de utilizar ferramentas tecnológicas com as turmas da EJA, é necessário buscar estratégias diferentes das usadas no ensino regular. Associar o ensino com os recursos tecnológicos podem atender melhor as necessidades.

**Figura 5.** Recursos tecnológicos.



Fonte: [www.educando.com.br](http://www.educando.com.br)

O uso da tecnologia na EJA deve ser realizada de forma

contextualizada, que possa garantir que as experiências socioculturais dos educandos possam interligar com o que é desenvolvido em sala de aula. Inserem recursos digitais nas práticas pedagógicas, mas nem sempre com o objetivo de atender as necessidades dos jovens e adultos, que não se sentem bem, e sim pressionados de estar se atualizando devido as mudanças frequentes na sociedade. Oferecer aos estudantes apenas a oportunidade de ter acesso a computadores não atende os anseios e necessidades dos estudantes, precisa de melhores condições (SANTOS, 2002).

## **6 O PROFESSOR E SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS NA EJA, JUNTO COM A TECNOLOGIA**

Os alunos da EJA são trabalhadores, no qual o seu objetivo é o término de sua escolarização em busca de emprego, ingresso no mercado de trabalho, ou algo melhor para si, sendo assim os professores buscam metodologias diferentes para atender as necessidades de aprendizagem dos educandos. (ROGONE, 2008). É necessário que todos sejam alfabetizados, cedo ou tarde, na cidade certa ou não, o importante é acontecer a alfabetização, como exemplo os jovens e adultos, assim a desigualdade social diminuirá.

Como alfabetizador(a) devemos estudar uma metodologia que objetive o (a) alfabetizando(a) trabalhador(a) como um todo-homem/mulher social, global e cultural, na qual o diálogo e as reflexões possam estabelecer-se não apenas na sala de aula, mas também no seu quintal (ROGONE, 2008).

O professor que atua com jovens e adultos deve ter uma boa formação, a qual lhe permita compreender as necessidades e desejos dos alunos.

**Figura 6.** Diagrama com desafios na EJA junto com a tecnologia.



Fonte: autora da pesquisa, 2022. Feito no aplicativo Canva.

Os docentes podem fazer o uso de recursos tecnológicos como ferramentas para atrair os discentes a produzir coisas novas em sua aprendizagem baseadas em sua própria vivência. Eles encontram dificuldades para produzir uma atividade ou proposta pedagógica com o uso dos recursos tecnológicos, mas, além disso, algumas escolas não dispõe desses recursos. Muitas vezes o professor não inova suas aulas por não saber manusear recursos e ferramentas tecnológicas, para realizar algo diferente e atrativo para seus alunos, mas se faz necessário que ele busque meios de aprendizagem para aprender a manusear esses equipamentos, é muito importante, porque facilita a aprendizagem do aluno através do áudio-visual. A escola precisa apreciar esses recursos externos de grande relevância. De acordo com os PCNs:

As novas tecnologias da comunicação e da informação permeiam o cotidiano, independente do espaço físico, e criam necessidades de vida e convivência que precisam ser analisadas no espaço escolar. A televisão, o rádio, a informática, entre outras, fizeram com que os homens se aproximassem por imagens e sons de mundos antes inimagináveis [...] Os sistemas tecnológicos, na sociedade contemporânea, fazem parte do mundo produtivo e da prática social de todos os cidadãos, exercendo um poder de onipresença, uma vez que criam formas de organização e transformação de processos e procedimentos (PCNs. 2000, p. 11-2).

A utilização de recursos tecnológicos faz com que o aprendizado dos alunos se torne mais significativo, por meio do uso de data show, celulares, televisão, dentre outros. Obriga o professor conhecer mais sobre os equipamentos para saber trabalhar com seus alunos. O uso destes faz parte do contexto atual, devendo ser apresentado à clientela. Os professores, muitos ainda têm resistência e dificuldades para com o

uso da tecnologia. Almeida (2009, p. 109) ressalta que “[...] Os professores treinados apenas para o uso de certos recursos computacionais são rapidamente ultrapassados por seus alunos, que tem condições de explorar o computador de forma mais criativa, e isso provoca várias indagações quanto ao papel de professor e da educação”. Um dos grandes desafios enfrentado pelos professores da atualidade é a própria insegurança que eles sentem quanto ao uso da informática, quando isso ocorre fica difícil haver a inclusão dos alunos na era digital, inclusive os da EJA. Mas é necessário que os docentes se preocupem em tornar sua prática pedagógica cada vez melhor, superando seus limites.

**Figura 7.** A tecnologia na Educação de Jovens e Adultos.



Fonte: autora da pesquisa, 2022. Feito no aplicativo Canva.

Segundo Nóvoa (1996, p. 109):

Mesmo que o professor preparado para utilizar o computador para a construção do conhecimento é obrigado a questionar-se constantemente, pois com frequência(sic.) se vê diante de um equipamento cujos recursos não consegue dominar em sua totalidade. Além disso, precisa compreender e investigar os temas ou questões que surgem no contexto e que se transforma em desafios para sua prática – uma vez que nem sempre são de seu domínio, tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto à estrutura.

É preciso trabalhar de acordo com a vivência dos alunos, valorizando seus conhecimentos prévios, suas realidades, culturas e saberes, assim o professor conquista a confiança da turma, fazendo com que nenhum desista do programa.

[...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por

exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem a saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? (FREIRE, 1997, p. 30).

Sabe-se que muitos alunos quando não são incentivados, acaba desistindo de sua vida Escolar. Algumas pessoas, já adultas, vão para a EJA para terem oportunidade de crescer diante a sociedade atual. O professor é uma peça de fundamental importância contra a evasão escolar, buscando estratégias para que os alunos alcancem a conclusão do projeto, que realmente se importe com a aprendizagem dos alunos. Inovar as aulas é essencial, as ferramentas tecnológicas ajudam muito nessa questão.

## **7 A METODOLOGIA UTILIZADA PELOS PROFESSORES DA EJA**

A EJA, exibida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) como uma modalidade de ensino, tem a necessidade de desempenhar seu papel: “qualificador, equalizador e reparador”, pois o motivo pelo qual as pessoas entram na EJA é por diversos motivos, mas o objetivo é sempre comum que é a busca pela garantia do direito ao desenvolvimento da cidadania. Diante disso, considera-se que as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores têm grande importância no processo de ensino e aprendizagem, sendo que a metodologia de ensino desenvolvida e trabalhada pelo professor pode sim contribuir na efetividade desse processo.

Faz-se necessário uma educação conscientizadora para que o educando se sinta seguro, podendo ser capaz de fazer sua própria leitura de mundo, se preparar para o mundo do trabalho e para a vida, isso com a mediação do educador. O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Brasil (2006, p. 27) diz que: “Desde Freire, a educação de jovens e adultos vem caminhando na direção de uma educação democrática e libertadora, comprometida com a realidade social, econômica e cultural dos mais pobres.” Essa visão que Paulo Freire defendia sobre o analfabetismo como reflexo de uma sociedade desigual, isso a partir da

década de 1960. É preciso que o educador da EJA tenha clareza do seu papel na formação de sujeitos que têm noção de seus direitos e deveres e são capazes de se posicionar diante dos desafios do dia a dia. Ao longo do tempo, a educação brasileira vem sendo influenciada por diversas tendências pedagógicas, que as características interferiram na metodologia utilizada na sala de aula pelos professores. Segundo Araújo (2006, p. 27):

A metodologia de ensino -que envolve os métodos e as técnicas – é teórico-prática, ou seja, ela não pode ser pensada. De outro modo, a metodologia de ensino estrutura o que pode e o que precisa ser feito, assumindo, por conseguinte, uma dimensão orientadora e perspectiva quanto ao fazer pedagógico, bem como significa o processo que viabiliza a veiculação dos conteúdos entre o professor e o aluno, quando então manifesta a sua dimensão prática.

A metodologia de ensino pode ser compreendida como um conjunto de ações desenvolvidas pelo professor, a qual visa alcançar todos os objetivos propostos, levando em conta o contexto que o aluno está inserido. O professor deve utilizar metodologias que contemple as necessidades do aluno, mas para isso é fundamental que ele tenha clareza no que ele passa para seus educandos. A atividade docente não pode ser uma ação improvisada, e sim organizada e planejada, de modo que facilite o processo de ensino e aprendizagem, sendo assim eficaz e prazeroso. Em relação à EJA, a metodologia utilizada pode ser uma das causas do alto índice de evasão escolar nesta modalidade, os professores utilizam metodologias infantilizadas, não levando em conta a rotina dos estudantes que também trabalha, o professor deve conhecer o seu público e ter o cotidiano do aluno como condutor das aprendizagens. Para alcançar melhor qualidade na educação, é necessário o comprometimento por meio de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, dos órgãos gestores aos protagonistas desse processo. O professor da EJA, em seus planejamentos das aulas, precisa saber fazer a conexão entre os aspectos teóricos e a vivência cotidiana dos educandos, que não tem domínio dos conhecimentos sistematizados pela escola, mas possuem conhecimentos adquiridos pela sua vivência, que garantem sua sobrevivência em mundo letrado. Curitiba (2006, p. 61) destaca:

Pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade aprendem observando, experimentando, fazendo, ouvindo relatos de experiências vividas por colegas, o que lhes permite construir caminhos singulares de compreensão. Esse conhecimento tácito dos estudantes é relevante no processo de ensino-aprendizagem, e o professor deve valer-se desse conhecimento para enriquecer seu trabalho. Entende-se que, na reconfiguração do trabalho didático na EJA, deve-se conscientizar uma educação reflexiva, que considere os conhecimentos e estratégias de pensamento que os estudantes desenvolvem na prática social, o que lhes permitirá uma participação ativa e consciente na sala de aula e na sociedade. (CURITIBA, 2006, p. 61).

Percebe-se a importância do professor no processo de ensino e aprendizagem. A metodologia e os materiais utilizados pelo professor precisa atender e estar de acordo com o contexto social e cultural e a faixa etária onde o educando está inserido. Esses fatores contribuem na eficácia do processo de ensino e aprendizagem, em que o reflexo a melhoria na qualidade da educação. As metodologias utilizadas na sala de aula da EJA é a troca de experiências entre professor e aluno nos conteúdos, entender as necessidades de cada aluno, ampliando sua visão de mundo, valorizar e respeitar os conhecimentos prévios de cada um, realização de atividades de acordo com o nível de aprendizagem, dentre outras. Freire (2007, p. 22) trás que, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção.” Quando se trata da metodologia de ensino utilizada pelos professores da EJA, desenvolva metodologias que seja capaz de contemplar todos os alunos, ver-se a necessidade na melhoria da qualidade de ensino por meio de formação continuada para professores e também precisam ter cursos específicos de sua área de atuação. É importante que tenha adequação do material didático a ser trabalhado com a Educação de Jovens e Adultos, pois é um auxílio para os professores como recurso pedagógico sendo utilizado de maneira correta junto com a didática do professor. Segundo o MEC (2017):

O Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos – PNLD-EJA tem como objetivo prover as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e as redes públicas tenham turmas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com obras didáticas de alfabetização e coleções didáticas para o ensino fundamental (primeiro e segundo segmento) e o ensino médio na modalidade

EJA. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Tem que haver o aguçamento dos alunos em aprender determinado assunto, quando se trata de uma problematização chama muito a atenção dele para tentar solucionar, levantar hipóteses, isso é muito interessante e se faz necessário em sala de aula. Vejamos esse arco de Charles Maguerez:

**Figura 8.** Representação da metodologia do arco de Charles Maguerez.



Fonte: Unasus, 2012 <https://www.unasus.gov.br>

O arco de Maguerez é o seguinte: Inicia-se com um problema, que leva a observar a realidade com seus próprios olhos, podendo assim identificar características e contribuir para a transformação da realidade observada. Onde tem o aluno como protagonista principal do próprio aprendizado e o professor como orientador, que ajuda em todo o processo, nesse caso o aluno se torna autônomo e aprende a ser crítico, sendo capaz de solucionar problemas. Por meio das reflexões são elencados os pontos-chaves, que seria as perguntas norteadoras do problema em questão. Na sequência teoriza, ou seja, faz o embasamento teórico, pesquisa metodologias ou lei, que possa ser aplicado a esse problema, se tem referência, daí parte para a hipótese de solução, do que realmente pode ser feito para que o problema possa ser solucionado e por ultimo fazer a aplicação da realidade, que é executar ou encaminhar as decisões tomadas. Freire já dizia: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (FREIRE, 2003, p. 47). Pensando nessa citação de Paulo Freire, as metodologias ativas, inclusive a da problematização, são importantes para o processo de aprendizagem profissional.

## **8 A EJA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

Sabe-se que a criança é o futuro cidadão de uma sociedade, levando em conta que se faz necessário que ela aprenda a formar suas próprias opiniões e passe a compreender os problemas na sociedade, para assim saber lidar contra os mesmos, é por meio da educação que abre um leque de entendimentos a cerca do que é cidadania e o mundo. Para Houaiss (2006, p. 55) cidadania significa “1. qualidade ou condição, 1.1 condição ou dignidade de quem recebe o título honorífico de cidadão, 2. Condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política”. O significado de cidadania é reconhecer os direitos e os deveres dos cidadãos e o cumprimento deles por parte da sociedade. Essa definição diz que os “cidadãos” enfrentam dificuldades ligadas aos direitos e deveres que em muitas das vezes são desconhecidos. Freire (2003) defende que cidadania é também o resultado de unir entre indivíduos, culturais e individuais, de relações dialógicas, horizontais e interativas, que por meio da ética crítica, dar a oportunidade de troca de aprendizados, conhecimentos e a possibilidade de construir-se na construção do outro. A educação sempre esteve presente no desenvolvimento da sociedade, trás o propósito de contribuir para o crescimento sustentável, produtivo e ético da sociedade e de seus integrantes, e também ela busca o verdadeiro sentido da sua evolução cultural, ligada á cidadania.

Sociedade e educação andam juntas, pois a educação possui diferentes funções de cada cultura, determinadas pelas necessidades financeiras e políticas do País. Os trabalhos ofertados nas cidades, levaram grande parte da população a ir em busca de qualificação, para poder tentar ser inseridos no mercado de trabalho, a partir da década de 30 que o Governo Federal buscou reunir a organização da educação pública brasileira com ações que previam a alfabetização de adultos evadidos de suas comunidades de origem e também do processo de escolarização formal. (GARCIA, 2003). A escola deve refletir sobre seu projeto político e pedagógico de formação, para assim poder pensar em trabalhar concepções de cidadania. Não podendo deixar de lado o

conhecimento que os jovens e adultos trazem na sua bagagem.

De acordo com Oliveira (1999, p. 15), “Muitos dos que procuram a EJA nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas.” É gerada uma oportunidade importante para o desenvolvimento das pessoas no mundo do trabalho, com a educação fornecida. Uma das ferramentas mais essenciais na construção da sociedade é a educação, cria meio para a sobrevivência e evolução da humanidade. É preciso compreender que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) executa a formação de cidadania em cada indivíduo, prepará-los para enfrentar a vida, levando em conta suas vivências, isso é fundamental, pois exerce o respeito e garante a inclusão na sociedade.

Quando se ignora a precarização do viver dos educadores e educandos se cai a exigência descabidas ou se responsabiliza uns e outros por fracassos em avaliações de resultados. As vítimas desse preconizado sobreviver, ainda, são vitimadas nos processos escolares e responsabilizados pelo emprego e pela pobreza (ARROYO, 2012, p. 80).

Lidar com os alunos da EJA não é fácil, pelo fato de já serem adultos e ter conceitos concebidos de suas vivências á anos, sem contar que enfrentam obstáculos, sendo assim já possuem pensamentos formados. O conhecimento, que cada estudante da EJA carrega consigo, é muito valorizado por si próprio, é importante lutarmos por uma educação libertadora. Paiva (2001) assegura:

É preciso desconfiar da promoção da educação de jovens e adultos, sobretudo, da pretensão que existe por trás do discurso da inclusão, que trás a perspectiva da oferta de escolarização, como sendo um suposto papel integrador do estado, de modo a considerar os estudantes jovens e adultos como excluídos (PAIVA, 2001, p. 97).

A formação para a cidadania é urgentemente necessária, para que reconheça os sujeitos e respeite as suas particularidades, de forma a reconhecer que a luta pelos direitos sociais na sociedade é de um coletivo e não individualizada. “É fundamental, contudo, partimos de que o homem é um ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é” (FREIRE, 1967, p. 39). Desse modo, a importância do aluno manter o contato

com a sociedade dentro da sala de aula, se preparar para uma sociedade com grandes avanços, e a EJA deve lhe atribuir uma boa aprendizagem. A educação é um desafio, e na EJA principalmente por haver uma grande diversidade de sujeitos e suas vivências, por isso a necessidade de formação continuada de professores para desenvolver metodologias de ensino que permita compreender a complexidade do ensino e aprendizagem de jovens e adultos.

A diversidade na Educação de Jovens e Adultos é grande, são sujeitos de idades diferentes, com pensamentos diferentes, histórias de vida, cultura e também bagagem, que devem ser respeitados e levados em conta. A valorização dos saberes dos educandos e um ambiente de estudos de qualidade fazem com que o aluno tenha a vontade de permanecer estudando e concluir seus estudos.

## **9 METODOLOGIA**

A metodologia de pesquisa deu-se através da pesquisa bibliográfica, com teorias de diversos autores, consultados por meio de artigos, livros e revistas que tem assuntos ligados a temática, sempre buscando associar o pensamento dos autores com o tema abordado. Destaca-se que a presente pesquisa tem característica bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é fundamental para que aconteça o desenvolvimento deste trabalho de forma eficiente e objetiva, há uma grande variedade de autores com o seu ponto de vista em relação ao tema da monografia. Os autores compreendem o tema abordado de pesquisa, podendo fazer o diferencial durante a metodologia do trabalho, isso faz com que todo o texto construído ficasse mais informativo e claro.

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas várias informações para ampliar a defesa do tema escolhido. Ao aprofundar o estudo por meio das ações utilizadas na construção da monografia, foi possível compreender a fundamental importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na continuação do ensino e aprendizagem dos jovens e adultos no processo desse programa de ensino.

#### 4 ANÁLISE DE DADOS

Durante o desenvolvimento desta monografia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, colhendo informações relacionadas ao tema abordado. Os autores, juntamente com suas teorias, foram encontrados nos sites de pesquisa, foram eles: o Google, Google acadêmico e o Scielo. Todas as informações adquiridas foram de grande relevância na construção da monografia, pois contribuíram de forma coesa, deixando o assunto abordado mais informativo e objetivo.

AUTOR	OBRA	ANO DA OBRA	OBJETIVOS
Pedroso	Dificuldades encontradas no processo de educação de jovens e adultos.	2010	Observar que há dificuldades a serem encontradas no processo de desenvolvimento das atividades na educação de jovens e adultos.
Schwartz	Alfabetização de Jovens e Adultos: Teoria e Prática.	1998	Aprender que a alfabetização de jovens e adultos é complexa, necessita de bastante planejamento para ser compreendido o desenvolvimento.
Moura	Educação de Jovens e Adultos: Um olhar sobre sua trajetória histórica.	2003	Destacar a trajetória que a educação de jovens e adultos sofreu até chegar onde chegou na atualidade.
Capucho	Educação de Jovens e Adultos: Prática pedagógica e fortalecimento da cidadania.	2016	Conhecer que os alunos da EJA são sujeitos de direitos e atores da cidadania, o processo formativo

dessas pessoas  
levando em conta  
suas experiências.

Fonte: autora da pesquisa, 2022.

A obra destacada por Pedroso (2010) compreendeu as dificuldades que foram encontradas na trajetória de ensino de jovens e adultos, foi importante ter suas teorias sobre essa questão na presente monografia. Schwartz (1998) lançou as principais ações a serem feitas durante o processo na educação de jovens e adultos, apresentou teorias e práticas importantes e eficazes para o seu processo de desenvolvimento. Ter essa obra no trabalho foi muito bom para mostrar a necessidade dessas ações para que o ensino da EJA seja benéfica. Moura (2003) destacou a importância de conhecer a trajetória realizada pela EJA até chegar onde chegou na atualidade, assim foi muito importante destacar trechos de sua trajetória no trabalho. Capucho (2016) conheceu que os alunos da EJA, são sujeitos de direitos e atores da cidadania, e seu processo formativo deve ser levado em conta suas experiências. A presença de suas teorias foi muito importante.

## **10 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As ações que compreendem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) trazem vantagens que ajudam muito no processo de aprendizagem das pessoas que não puderam concluir seu ensino, pois o seu principal objetivo é impulsionar a oportunidade de dar continuidade às aulas. A EJA passou por muitas dificuldades, mesmo assim, seu desenvolvimento continuou, em meio às perseguições que foram superadas e atualmente desenvolve um trabalho significativo com os jovens e adultos. Durante o desenvolvimento desta pesquisa bibliográfica, foi possível perceber que essa modalidade de ensino de jovens e adultos dá oportunidade de se desenvolver, evoluir na sociedade, não somente faz com que eles concluam seu ensino. Percebe-se que apesar de uma sociedade desigual que vivemos, a EJA, dar oportunidade de mudar de vida se o aluno realmente ter interesse em adquirir conhecimentos. Os objetivos apontados no desenvolvimento do trabalho foram atingidos, contribuindo com a compreensão de que a

modalidade de ensino EJA é de grande importância.

Ainda é necessário fazer com que as pessoas percebam e passem a acreditar na sua eficiência, para os jovens e adultos que por algum motivo não concluiu seus estudos é uma grande oportunidade ingressar nesse programa de ensino. É possível destacar que esse programa de ensino enfrenta muitos preconceitos e desafios ainda nos dias de hoje, isso faz com que seu público desista, é necessário buscar e compartilhar a importância da Educação de Jovens e Adultos. Conclui-se que a EJA necessita de uma boa equipe que desenvolva um bom trabalho e que faça a diferença na vida de jovens e adultos. O uso das ferramentas tecnológicas ajuda muito nesse desenvolvimento de bom ensino sabendo utilizá-las.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Jose Carlos Souza. **Do quadro negro à lousa virtual: técnicas, tecnologia e tecnicismo**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) *Técnicas de ensino: Novos tempos, novas configurações*. Campinas: Papyrus, 2006.
- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BERBEL, N. A. N. **Metodologia da problematização: experiências com questões de ensino superior**. Londrina: EDUEL, 1998a.
- BERNARDES, Luana. **Escolas jesuítas**. Todo Estudo. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/historia>. Acesso em 29 abr de 2022.
- BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. 24. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Trabalhado Com a educação de jovens e adultos: alunas e alunos da EJA**. Brasília: MEC, 2006.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução** – Brasília. MEC/SEF. 1998.
- CAPUCHO, Vera. **Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2016.
- DA SILVA, Renata Borges Leal; JUNIOR, Dilton Ribeiro Couto. **Inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA): pensando a formação de pessoas da terceira idade**. Revista Docência e Ciberultura, v. 4, n. 1, p. 24-40, 2020. Acesso em: 31 de mar. de 2022, as 21hs:20min
- DOS SANTOS, Açucena Ferreira. **A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS AUDIOVISUAIS COMO ESTRATÉGIA PARA DESPERTAR O INTERESSE PELA BIOLOGIA NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**. Acesso em: 30 de mar. de 2022, às 18hs:50min.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 1980.
- FREIRE, Paulo 1996. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários**

**prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: Teoriaprática e proposta.** Cortez: Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2006.

HADDAD, Sérgio. **Agenda for the future six years later – ICAE Report.** International Council for Adults Education – ICAE. Montevideo. 2003.

KENSKI, Vani M. **Educação E Tecnologias - O Novo Ritmo Da Informação.** São Paulo: Papirus, 2003.

MEC. **A constituição Brasileira de 1988.** Brasília: 2001, disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB011\\_2001.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB011_2001.pdf). Acesso em: 28 de abr. de 2022, às 19hs:10min.

MOURA, M.G.C. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica.** Curitiba: Educarte, 2003.

NÓVOA, A. (org). **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1996.

OLIVEIRA, Celina Couto de. **Ambientes informatizados de aprendizagem: produção e avaliação de software educativos.** Campinas, Papirus, 2001.

OLIVEIRA, Gilvan M (org.) **Interesse, Pesquisa e Ensino – Uma Equação para a Educação Escolar no Brasil.** Florianópolis. Pref. M. de Florianópolis. 1999.

PAIVA, V. L. M. de O. **Reflexões sobre ética e pesquisa.** Revista Brasileira de Lingüística Aplicada, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 43-61, 2001.

**PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs).** MEC-Brasília, 1997.

PEDROSO, Sandra Gramilich. **Dificuldades encontradas no processo de educação de jovens e adultos.** In: I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos, 2010, João Pessoa. Jovens, Adultos e Idosos: os sujeitos da EJA. João Pessoa: EDUFPB, 2010.

ROGONI, Fátima Gusso. **Muda o mundo Brasil: alfabetização de jovens e adultos.** ilustrações Franciele Gusso Rogoni. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

SANTOS, Edméa. **Formação de professores e cibercultura: novas práticas curriculares na educação presencial e a distância.** Revista da FAEEBA, Salvador, v. 11, n. 17, p. 113-122, jan./jun.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática.** Rio de Janeiro. Vozes, 1998.

SOARES, Leôncio José Gomes. **As Políticas de EJA e as Necessidades de Aprendizagem dos Jovens e Adultos.** In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras, Campinas, Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil, São Paulo, Ação Educativa, 2001.

SOARES, Leôncio José Gomes. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir.** In: RAAAB, alfabetização e Cidadania – políticas Públicas e EJA. Revista de EJA, n.17, maio de 1998.

# **CAPÍTULO III**

## **A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO MEIO PEDAGÓGICO NA CRECHE MARIA JOSÉ FÉLIX BEZERRA, EUCLIDES DA CUNHA-BA.**

EDINALVA CONCEIÇÃO DA SILVA

## 1 INTRODUÇÃO

A humanidade passa por diferentes transformações no campo tecnológico, ambiental, moral, ético e cognitivo. As diferentes fases da vida humana nem sempre foram tão distintas uma das outras, muito embora as fases existissem naturalmente. A criança teve sua infância negada por alguns séculos, a qual era tratada como adulto em miniatura, fato que trouxe para infância sofrimento e dor. No primeiro capítulo, é abordada a relevância da literatura Infantil e fatos históricos são retratados para compreender em que momento de fato a infância é reconhecida e os contos literários abrilhantaram o imaginário infantil. É tratado nesse capítulo, o trabalho de FROEBEL (1782) em defesa da infância por compreender que a criança era um ser humano e não adulto, pois é na infância que a criança tem necessidades diferentes dos adultos e que precisa brincar e estudar. Aborda-se também a importância da literatura na formação da criança leitora. Da utilização da Literatura Infantil para o fortalecimento dos vínculos familiares, a formação ética e a aquisição do conhecimento do mundo real e imaginário de forma consciente.

O segundo capítulo enfatiza a contação de histórias como meio pedagógico na Creche Maria José Félix Bezerra. A forma como é organizado o ambiente para contação de histórias, a postura do professor, a entonação da voz e o posicionamento das cadeiras em círculos para que a criança se envolva totalmente no mundo mágico dos contos literários. É realizada ainda a caracterização da Creche Maria José Felix Bezerra associado à história da docente que teve seu nome escolhido para batizar a Creche. Para fortalecer a eficácia da Literatura Infantil no espaço escolar, em especial da creche, os professores elencaram as principais literaturas e histórias que são da preferência das crianças e, que é uso constante nas atividades escolares, falas e títulos expressos também no capítulo dois. Sonhar é um sonho possível e a humanidade tem feito com apreço a realidade virar sonho e o sonho virar realidade e a Literatura Infantil é, sem sombra de dúvida, uma ferramenta eficaz nas mãos habilidosas dos escritores.

## **2 A IMPORTÂNCIA DA LITERÁRIA INFANTIL: FATOS HISTÓRICOS.**

Essa visão idealista e humanística da arte de contar histórias integra nossa história mais íntima: a memória guardou em envoltórios de seda pura, presos pelos laços da afeição, aquelas narrativas que nos tocam profundamente o coração e que representaram um conhecimento todo especial da vida e dos homens. Foi deste imaginário, que fortaleceu nosso crescimento rumo à maturidade (COSTA, 2008, p. 51). A criança na sua tenra infância desfruta de um legado deixado pelos seus antepassados, os contos infantis. “(...) Surgimento da literatura Infantil é o próprio homem” (COSTA, 2008, p.65). É o homem sem sombra de dúvidas o responsável pela criação dos contos literários que através das emoções, desejos e sonhos extravasam nas narrativas seus sentimentos mais profundos.

No primórdio, a Literatura Infantil surge para fins moralizadores, pois a infância não era reconhecida sendo tratadas como adultos em miniaturas. “São desse período remoto as primeiras fábulas com animais, representando virtudes e defeitos humanos. A mais antiga coletânea vem do Oriente e intitula-se Calila e Dimna” (...). Essas fábulas influenciaram a escrita de contos posteriores favorecendo de forma positiva a Literatura Infantil. No período medieval, as crianças das classes favorecidas liam autores consagrados pela tradição, acompanhada por seus preceptores. As crianças da classe trabalhadora ouviam histórias contadas pelos seus pais, “(...) a de classes desfavorecidas, em geral, liam ou ouviam as histórias da cavalaria, de aventuras e as narrativas picarescas de heróis espertanos (...)” (COSTA, 2008, p. 61). Para a criança trabalhadora e explorada pelos seus senhores o momento sagrado e feliz era o momento de ouvir histórias e sonhar com a cavalaria. Na Idade Média e do Renascimento (séculos XV a XVII), segundo Salem (1970, p. 23):

Datam os primeiros livros considerados Literatura Infantil, são os catecismos, criados pelos padres jesuítas para pregar o cristianismo às crianças. [...] esta foi a primeira forma de literatura infantil, espontânea, com a finalidade única de facilitar o ensino às crianças, apenas intuitiva da necessidade da infância”.

Os Padres Jesuítas utilizavam não somente as histórias para ensinar o Cristianismo, mas também música sacra. As famosas Literaturas Infantis, criadas pelo francês Charles Perrault, surgem no século XVII, são elas: A bela adormecida, A gata borralheira, Chapeuzinho Vermelho, O pequeno polegar e Pele de Urso. “[...] acentuando as narrativas a forma mágica, próprias das crianças, de encarar situações [...]” (COSTA, 2008, p. 66). A partir dessas literaturas o universo infantil foi ampliado, dando margem para representações e o imaginário infantil. Contos como A Branca de Neve e os Sete Anões, João e Maria, outros surgem no século XXI. Bem como o Soldadinho de Chumbo, O patinho feio que facilitam o uso do lúdico junto à imaginação infantil, contribuindo de forma benéfica para formação da psique da criança.

[...] estimula, nas crianças, interesses adormecidos que esperam que essa espécie de varinha mágica os desperte para aspectos do mundo que os rodeia; age sobre as forças do intelecto, como a imaginação ou o senso estético, que precisam do impulso de correntes exteriores para adquirir pleno desenvolvimento na evolução psíquica da criança. (JESUALDO, 1978, p. 29)

O escritor peruano Mário Vargas Llosa diz sobre contar histórias:

É uma atividade primordial, uma necessidade da existência, uma maneira de suportar a vida. Para conhecer o que somos, como indivíduo e como povo não tem outro recurso do que sair de nós mesmos e, ajudados pela memória e pela imaginação, projetar-nos nessas ficções, é refazer a experiência, retificar a história e alinhar-na na direção que nossos desejos frustrados, nossos sonhos esfarrapados, nossa alegria ou nossa cólera reclamam (LIOSA apud YUNES, 1998, p. 12).

A contação, como toda atividade de linguagem, pressupõe o interlocutor e o público. Trata-se de um processo ininterrupto e dinâmico, em que as expectativas dos ouvintes se confrontam com os acontecimentos e formas narradas, criando um sistema de recompensa e frustração. Na medida em que aquilo que se espera da narrativa acontece, ou não, conforme o previsto. Atende-se as expectativas, a história reproduz os modelos da tradição. Surpreende e inova, acrescenta novas formas e situações ao já conhecido, ampliando, assim, o repertório do ouvinte.

As fórmulas muito conhecidas de início de contos, como “Era uma vez...”, “Num lugar muito distante...”, “Um belo dia...”, “Havia naquela cidade...”, “ Quando o mundo ainda não havia sido criado...”, “Contam os amigos que...”, e tantas outras, predispõem o convite a relacionar o que está sendo dito com um repertório de histórias já conhecidas e a projetar continuação e acontecimentos para a narrativa que está sendo propostas(COSTA, 2008, p. 50).

O momento da contação de histórias transforma-se em um momento mágico em que o “Era uma vez”, “Num lugar muito distante” e tantas outras expressões estimulam o desejo para ouvir o que vem depois. É notório que o contador de histórias deve transmitir com desenvolvimento as narrativas das histórias e quanto mais o contador vivencia mais envolve seus ouvintes.

Para todos nós, é o primeiro leite intelectual: os primeiros heróis, as primeiras cismas, os primeiros sonhos, os movimentos de solidariedade, amor, ódio, compaixão vêm com as histórias fabulosas, ouvidas na infância (CASCUDO, ([19-?], p.7-8 apud COSTA, 2008,p. 50).

É fato que na infância os heróis, os sonhos, o amor, o ódio são percebidos inicialmente com as histórias e a imaginação cria asas, independente da fase de cada ser humano é sem sombra de dúvidas na infância que sonho e realidade se fundem. No que diz respeito a escritores brasileiros no cenário da literatura infantil, temos Monteiro Lobato com a obra “A menina do narizinho arrebitado”, em meados de 1920. Lobato era um estilo de artista que não se afeiçoava com as traduções dos contos europeus, e, assim, resolveu criar um estilo próprio de contos, onde dava ênfase ao cenário brasileiro, abrangendo costumes voltados a nossa fauna e flora, além de trazer em suas obras contos com diversos personagens folclóricos. A principal obra de Monteiro Lobato que perpassa de geração em geração é o famosíssimo “Sítio do Picapau Amarelo”, que traz claramente retratado os aspectos citados anteriormente, além de características que dão ênfase ao campo. Rodrigues et.al, afirma que sabemos que as obras desse renomado autor brasileiro ganharam vida nos arredores do Sítio do Picapau amarelo e que seus personagens são destaque ate hoje, tal fato pode ocorrer, pois, é notório a liberdade que o escritor dá aos seus personagens, fazendo dessa forma com que o sítio nunca seja esquecido.

### **3 O PAI DA INFÂNCIA: FROEBEL**

A vida em sociedade é algo que se deve preservar e em cada momento a humanidade tem procurado ao logo dos tempos melhorar o convívio entre seus pares. Durante a idade média a divisão de fases da vida humana ainda não era definida com a propriedade dos dias atuais. A criança, em especial a de baixa renda, durante um período considerável, teve a infância negada e era forçada a desempenhar funções de adultos por ser reconhecida como um adulto em miniatura. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (ARIÈS, 1981, p. 14), fato que contribuiu com os altos índices de mortalidade infantil e o uso da mão de obra infantil em diferentes áreas de trabalho.

O reconhecimento da infância veio após os estudos realizados pelo Pedagogo Alemão, nascido em Oberweissbach, no ano de 1782, filho de pastor luterano Johann Jakob Froebel e de Jakobine Eleanore Hoffmann, teve sua infância marcada pela ausência da mãe que morreu quando ele tinha nove meses. Froebel afirma que as crianças são como sementes que precisam ser cultivadas cotidianamente. Foi o primeiro pesquisador a reconhecer a infância e a defender o direito de uma rotina de aprendizagem elaborado especialmente para a criança. Responsável pela elaboração da rotina da educação infantil, incentiva o uso dos jogos e o uso de brinquedos na rotina educacional incentiva a participação da família no desenvolvimento socioeducativo.

Com esse autor, apreendeu a ideia da importância de se iniciar a educação do homem desde os primeiros anos de vida. Embora tenha guardado influências de Pestalozzi em seu pensamento, Froebel desenvolveu suas próprias ideias sobre a educação infantil (SAITO, 2004, p. 12).

Para Froebel a educação deve ser espontânea para facilitar a disposição da mente no intuito de torná-la dessa forma mais ativa e automaticamente receptiva a novos conhecimentos. Considera o aluno representação de Deus e seu filho. O educador na visão froebiana deve respeitar o aluno, ser facilitador do processo e assegurar as etapas e as habilidades no seu processo de desenvolvimento humano. Segundo o

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), os principais direitos das crianças são:

- Ter uma educação de boa qualidade;
- Ter acesso à cultura e aos meios de comunicação e informação;
- Poder brincar com outras crianças da mesma idade;
- Não ser obrigado a trabalhar como adulto;
- Ter uma boa alimentação que dê ao organismo todos os nutrientes que precisam para crescer com saúde e energia;
- Receber assistência médica gratuita nos hospitais públicos sempre que precisarem de atendimento;
- Ser livre para ir e vir, conviver em sociedade e expressar ideias e sentimentos;
- Ter a proteção de uma família seja ela natural ou adotiva, ou de um lar oferecido pelo Estado se, por infelicidade, perderem os pais e parentes mais próximos;
- Não sofrer agressões físicas ou psicológicas por parte daqueles que são encarregados da proteção e educação ou de qualquer outro adulto;
- Ser beneficiada por direitos, sem nenhuma discriminação por raça, cor, sexo, língua, religião, país de origem, classe social ou riqueza e toda criança do mundo deve ter seus direitos respeitados;
- Ter desde o dia em que nasce um nome e uma nacionalidade, ou seja, ser cidadão de um país.

Na atualidade, o ECA é um diferencial na proteção dos direitos e deveres das crianças. Compreende-se que a criança é um ser humano com desejos, direitos, deveres e sonhos. É certo que muitas ainda têm seus direitos negados tanto por parte da família bem como por falta de políticas públicas de apoio ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Houve um avanço considerável na garantia dos direitos e proteção da infância de cada ser humano na face da Terra, mas é preciso não só projetar Estatutos e Leis de proteção; também criar mecanismos de apoio para o bom funcionamento dessas Leis e Estatutos.

## **5 A RELEVÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA LEITORA**

A literatura infantil surgiu através de uma espécie de reorganização das faixas etárias, tendo em vista que nos séculos passados não existia infância, ou seja, as crianças eram vistas como “seres em miniatura”. Dessa maneira, as histórias contadas naquela

época não eram censuradas e continham temas que eram fortes e não apropriados para a idade, tais como mortes, adultério, incesto, estupro e tramas de uma época onde ainda não existia tal conceito. De acordo com Souza:

Os contos não foram originalmente uma literatura voltada exclusivamente para as crianças; eram contados por adultos pelo prazer e edificação dos jovens e dos velhos; falavam do destino do homem, de suas provas e tribulações, de seus medos e esperanças, de suas relações com seu próximo e com o sobrenatural, e isto sob uma forma que permitia a cada um executar o conto com prazer e, ao mesmo tempo, meditar sobre seu sentido mais profundo (SOUZA, 2005, p. 214).

Quando perceberam que aqueles indivíduos necessitavam de cuidados diferenciados e tinham as suas características próprias, eles deixaram de ser considerados “mini adultos” e passaram então a ganhar reconhecimento e se desmembraram da vida adulta que levavam. Nesse momento, a criança passa a enriquecer o seu lado emocional e psicológico, onde podem buscar soluções para resolver problemas que venham acontecer em seu cotidiano, criando dessa forma conceitos e entendendo como as vivências devem se dar. A partir do século XVIII, a criança passa a ser considerado um ser diferente do adulto, com necessidades e características próprias, havendo então o distanciamento da vida “adulta” e recebendo uma educação diferenciada, que a preparasse para essa vida. Nesse momento, a criança é vista como um indivíduo que precisa de atenção especial que é demarcada pela idade. O adulto passa a idealizar a infância. A criança é o indivíduo inocente e dependente do adulto devido à sua falta de experiência com o mundo real. Até hoje, muitos ainda têm essa concepção da infância como o espaço da alegria, da inocência e da falta de domínio da realidade. Os livros que trazem essa concepção são escritos, então, com o objetivo de educar e ajudar as crianças no enfrentamento da realidade.

Assim, como não existiam histórias e livros que fossem direcionados particularmente para elas, então, não era possível existir a literatura infantil. O tempo foi passando e com o surgimento oficial da infância, os enredos trazidos nas histórias de antigamente foram sendo suavizados, e, assim, as novas versões passaram a contar com recursos mais lúdicos e com histórias fantasiosas que passaram a ser o ponto mais

marcante nessas obras, muito desses escritos são denominados “contos de fadas” (SILVA, 2009, p. 136-137).

Com a nova roupagem, a Literatura Infantil alça novos voos com intuito de suavizar as histórias e voltar para um mundo da criatividade, imaginação e prazer. Os contos passaram a apresentar mecanismos fantasiosos, personagens com poderes mágicos que lutam pelo bem ou mal, estimulando dessa maneira o pensamento humano. Bettelheim afirma que:

Os contos de fadas promovem o desenvolvimento da criança, motivando-a a ser generosa e solidária, fazendo-a compreender que nem sempre as pessoas são boas e que nem sempre as situações são agradáveis. Por consequência, desperta seu senso crítico, fazendo-a refletir entre o pensar e o agir, entre o certo e o errado. Assim, a essência dos contos de fadas é abstrair conceitos formadores de caráter, uma vez que estabelece relação entre “bem e mal”, “certo e errado”. Seus valores são inúmeros: respeito, bondade, justiça, amizade, amor, franqueza, humildade, diferença, etc. (BETTELHEIM, 1980, p.65).

A formação da criança, agora com sua infância reconhecida, trouxe para o ambiente das creches uma visão mais ampla, observando a essência que pode ser abstraída dos contos de fada de maneira que contribui fortemente na formação da criança leitora.

Como é a criança da Educação Infantil? É uma pessoa de zero a seis anos que tem um mundo seu, construído a partir de suas inter-relações com sua família, sua casa, as casa e famílias que a rodeiam, seu bairro. Isso significa uma riqueza muito grande de experiências sociocultural. (...) podem resolver problemas, dominar a realidade, receber sucessivas confirmações de confiança em suas capacidades, que as anima a crescer, a conhecer e a dominar o ambiente e a transformá-lo (BARBOSA apud HOFFMANN, 2014, p. 78).

A família que tem hábito de leitura colabora positivamente na formação da criança leitora, mas a educação infantil a porta de entrada, das crianças para o mundo da escola nesse espaço elas desvendam uma série de novos conhecimentos, ao tempo que socializam outros conhecimentos adquiridos no convívio da família, dos vizinhos e dos parentes mais próximos. O fato de a Literatura Infantil ser forte aliada do professor no auxílio do desenvolvimento da criança e reconhecer que a leitura ativa a memória, desenvolve a imaginação e estreita a relação do imaginário da criança com seu mundo real, fortalece ainda mais a

responsabilidade da escola em selecionar livros que contribuam com aprendizagens significativas da criança.

Ouvir história é recuperar a herança empírica do homem, seus medos, descobertas e desejos. As crianças sabem muito bem o que é essa herança empírica no turbilhão de sentimentos que vivenciam, é onde entra a figura do professor/contador de histórias como mediador deste processo da aprendizagem de lidar com as emoções (SOUZA; BERNARDINO, 2011, p. 242).

Para lidar com esses turbilhões de emoções vivenciados pelas crianças na Creche Maria José Félix Bezerra, as histórias contadas pelos professores são selecionadas de forma coletiva e no planejamento escolar são citadas e reservadas para utilização no momento certo.

A importância da Literatura Infantil se dá no momento em que a criança toma contato oralmente com ela, e não somente quando se tornam leitores. Dessa forma, ouvir histórias tem uma importância que vai além do prazer. É através dela que a criança pode conhecer coisas novas, para que seja iniciada a construção da linguagem, da oralidade, de ideias, valores e sentimentos, os quais ajudarão na sua formação pessoal (BARROS, 2013, p. 22).

O contato com as histórias instigam a curiosidade da criança em querer ler um livro, além de contribuir para que tenha uma compreensão sobre si e do mundo que a rodeia. Diversificar as leituras, com o propósito de deslumbrá-las e despertar-lhes o prazer, favorece o hábito de leitura, permitindo que o aprendiz ouça e reconte estória que ouvem.

A este respeito Abramovichi (2003) diz que, É através duma história que se podem descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outra ética, outra ótica... É ficar sabendo História, Geografia, Filosofia, Política, Sociologia, sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula... Porque se tiver, deixa de ser literatura, deixa de ser prazer e passa a ser Didática, que é outro departamento (não tão preocupado em abrir as portas da compreensão do mundo) (ABRAMOVICH, 2003, p.17).

A leitura permite uma viagem a lugares inimagináveis e por conhecimento elaborados sem que necessariamente sejam nomeados, ou seja, simplesmente aproveitar as belezas que as imagens trazem e a oralidade ajuda na compreensão.

O horário adequado é aquele onde as crianças estão relaxadas, para pensar sobre a história que viram ou escutaram mostrar o livro a criança e deixar que está o manuseie é importante para a interação com o objeto, antes do recreio ou almoço ou ao final do dia são os melhores momentos para a contação.

Quando ao espaço físico, sugere ambientes fechados, que evitem a dispersão, como a sala de aula, o bom é criar um ambiente de aconchego e proximidade mantendo as crianças próximas em círculo (SOUZA; BERNARDINO, 2011, p. 247).

Contar histórias, em especial para crianças de creche, requer uma organização prévia. O ambiente precisa ser arejado, as cadeiras organizadas em círculos facilitam a atenção e envolvimento dos pequenos, o tamanho do livro também ajuda, pois o livro grande que facilite a visualização das imagens prende com mais afinco a atenção das crianças. A fala, a entonação e a encenação, por parte do professor, são atrativos que contribuem para fortalecer a participação ativa das crianças, interagindo gradativamente com a leitura dinâmica do professor. Na creche Maria José Félix Bezerra foi citada pelos educadores algumas Literaturas e histórias infantis utilizadas no cotidiano escolar; são elas:

- Coleção clássicos favoritos: A Bela Adormecida, A Bela e a Fera, Rapunzel, Chapeuzinho Vermelho, Cinderela, Os três Porquinhos, A Pequena Sereia, Pinóquio.
- Edição Bagaço: A Bruxa Catuxa (Marlene de Fátima Gonçalves); A Floresta Encantada (Manuel Vitor); Bicho (Xico Bezerra, Roberto Cruz); Bichinhos do vizinho (Marlene de Fátima Gonçalves); Dona Baratinha Reconto, Atire o pau no gato (Elita Ferreira); O grande Rabanete (Tatiana Belenky),
- Longe – Perto (Vera Lúcia Dias).

#### HISTÓRIAS:

- Que febre de Mosquito (Maxis Portes);
- A túnica colorida de José (Katarine Sueli)
- Nicolau tinha uma ideia (Ruth Rocha)
- Marcelo, marmelo, marteloe outras histórias (Ruth Rocha);
- E se eu pudesse comer as cores? (Angelo Mendes)
- Os dez amigos (Ziraldo);
- O Crocodilo e o dentista (Stephane Havir);
- A floresta encantada (Manuel Vitor);
- Aldo chupa chupeta? (Flávia C. Rocha Dutra);
- Chuva (Xico Bezerra). E outras...

Os professores informaram que todos os dias têm histórias na Creche Maria José Félix Bezerra e as elencadas anteriormente são as preferidas das crianças.

## **6 CARACTERIZAÇÃO DA CRECHE MARIA JOSÉ FÉLIX BEZERRA**

A Creche Modelo das Populares foi construída na Administração de José Nunes Soares no dia 19 de abril de 1992, ano de sua inauguração. É uma das primeiras creches do município de Euclides da Cunha- BA com instalação própria. Uma construção de beleza impar com 06 salas de aula, 04 banheiros ( 02 femininos e 02 masculino), 01 cozinha e 01 almoxarifado. Inicialmente, recebeu o nome de Creche Modelo das Populares. Logo depois, foi batizada com o nome Creche Modelo Maria de Fátima Nunes, porém o nome precisou ser retirado por conta da Lei 6.454, de 24 de outubro de 1997 que proíbe a atribuição de nome de pessoas vivas a bem público, como diz: “Art 1º É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”. Por conta da Lei, o nome foi modificado e recebeu o nome de Creche Maria José Félix Bezerra.

Desempenharam a função de diretora na Creche Maria José Félix Bezerra: Alvany Morais da Silva (1992), Jucelia Bezerra de Almeida (1993 a 1996), Adailde Almeida Varjão dos Santos (1997 a 2000), Juliana Santos Andrade (2000 a 2001), Zuleide de Jesus Menezes (2002 a 2004), Solange Vilanova (2005 a 2008), Jucélia Rodrigues Santos (2009 a 2016), Hena Lucia Oliveira (2017), Alvany Morais da Silva (2018 até os dias atuais). O quadro de pessoal é composto por: 01 diretora, 01 vice-diretora, 06 professores com formação em pedagogia, 06 auxiliares (estagiários) e 01 cuidadora (para alunos autistas) estagiária em pedagogia, 02 vigilantes (01 diurno e noturno), 04 auxiliares de serviços gerais (02 cozinheiras e 02 de serviços de limpeza). Já o quadro discente é composto por 110 crianças distribuídas em 06 turmas: duas turmas de 1 ano, duas turmas de dois anos, 02 turmas de 03 anos.

Maria José Félix Bezerra, (\*1953+2007) nasceu em 02 de outubro de 1953 na cidade de Euclides da Cunha. Era filha de José Remígio da Silva e Josefina Felix da Silva. É a segunda filha do casal. Irmãos José Carlos Félix Remígio (falecido), José Rogério Félix Remígio

e José Marcos Félix Remígio (falecido). Estudou na escola primária Duque de Caxias e fez o segundo grau no Colégio Educandário Oliveira Brito, onde concluiu o curso de magistério. Casou-se em 1971 aos 18 anos incompletos com Hamilton Bezerra de Oliveira com quem teve duas filhas: Ana Karla Félix Bezerra e Ana Paula Félix Bezerra (falecida). Teve dois netos: Karen Félix (falecida) e Ari Eduardo Félix. Trabalhou no BANE (Banco Estadual) privativo e conhecido como Bradesco na atualidade.

Iniciou sua carreira de professora na Escola Duque de Caxias, situada na rua Oliveira Brito. Ano de 1973. Iniciou sua carreira como professora e depois assumiu o cargo de diretora e permaneceu nessa referida escola até a sua aposentadoria. Como diretora desempenhou sua função com profissionalismo, apreço, caridade e respeito ao próximo. Além disso, foi Membro da Primeira Igreja Batista, situada na rua Isaías Ferreira Canário, 135. Maria José Félix vivia intensamente e gostava de viajar: Califórnia nos Estados Unidos, Rio de Janeiro, São Paulo foram lugares por ela visitados. Sendo Fortaleza no Ceará o lugar por ela, preferido para passear e descansar. Em 10 de janeiro de 2007, Maria José Félix Bezerra, aos 53 anos sofreu um grave acidente na BR 116 próximo a entrada da Cidade Lamarão-BA e veio a óbito. No referido acidente morreu também Ana Paula Félix Bezerra (filha) e Karen Bezerra (neta). Vale ressaltar que foi um momento de tristeza extrema para todos que conheciam a professora Bazé (apelido) como era carinhosamente conhecida. Contribuiu com a educação da cidade de Euclides da Cunha por décadas a frente como diretora da Escola Estadual Duque de Caxias, hoje a escola Duque de Caxias foi cedida para o município de Euclides da Cunha passando a ser um espaço para formação de crianças na pré-escola.

## **7 A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO MEIO PEDAGÓGICO NA CRECHE MARIA JOSÉ FÉLIX BEZERRA**

É sabido que os contos de fadas cumprem um papel de extrema importância no desenvolvimento sociocognitivo das crianças, pois através das leituras, elas podem estimular campos como o da

imaginação e criação, além de criar fantasias e viajar por mundos mágicos, fazendo dessa forma com que ela desenvolva um vasto repertório no que diz respeito à oralidade. Os contos de fadas são escritos que perpassam de geração em geração e são recheados de elementos que chamam a atenção da criança por serem fascinantes. A magia e misticidade se fazem presentes em boa parte deles e isso possibilita uma explosão de sentimentos em quem está em contato com ele. Nos primórdios, os contos de fadas não eram voltados para o público infantil, pois apresentavam temas impolidos e obscenos e o conceito de infância ainda não existia. Conforme afirma Souza:

Os contos não foram originalmente uma literatura voltada exclusivamente para as crianças; eram contados por adultos pelo prazer e edificação dos jovens e dos velhos; falavam do destino do homem, de suas provas e tribulações, de seus medos e esperanças, de suas relações com seu próximo e com o sobrenatural, e isto sob uma forma que permitia a cada um executar o conto com prazer e, ao mesmo tempo, meditar sobre seu sentidomais profundo (SOUZA, 2005, p. 214).

Dessa forma, quando a infância surgiu, os contos de fadas precisaram passar por reformulações que transformaram esses enredos em histórias mais leves e lúdicas, trouxe conflitos que teriam sempre um final feliz. Quando as histórias se iniciam, as crianças viajam num mundo paralelo, tendo sempre a crença que assim como nas histórias, os problemas da vida podem ser resolvidos e acabar com um final feliz. Os contos passaram a apresentar mecanismos fantasiosos, personagens com poderes mágicos que lutam pelo bem ou mal, estimulando dessa maneira o pensamento humano.

Os contos de fadas promovem o desenvolvimento da criança, motivando-a a ser generosa e solidária, fazendo-a compreender que nem sempre as pessoas são boas e que nem sempre as situações são agradáveis. Por consequência, desperta seu senso crítico, fazendo-a refletir entre o pensar e o agir, entre o certo e o errado. Assim, a essência dos contos de fadas é abstrair conceitos formadores de caráter, uma vez que estabelece relação entre “bem e mal”, “certo e errado”. Seus valores são inúmeros: respeito, bondade, justiça, amizade, amor, franqueza, humildade, diferença, etc. (BETTELHEIM, 1980, p. 65).

A criança passa a enriquecer o seu lado emocional e psicológico, onde podem buscar soluções para resolver problemas que venham acontecer em seu cotidiano, criando, dessa forma, conceitos e

entendendo como as vivências devem se dar. Ao desenvolver a imaginação, emoção e sentimentos por meio da representação no mundo da fantasia. Quando uma criança ouve uma história ela representa por meio do mundo da fantasia e da imaginação a capacidade de expressar suas ideias, sentimentos e emoções em relação ao mundo em que vive através das ações reais imaginárias de uma infinita realidade. A Literatura é uma forma de usar as palavras para mostrar várias coisas, como a cultura de um país, e oferecer conhecimento de diversas formas, como, por exemplo, com os livros didáticos. A leitura nos ajuda a refletir sobre o outro, sobre a sociedade e ajuda a criar um senso crítico sobre tudo o que está ao nosso redor. Tudo isso é de fundamental importância para o crescimento pessoal e também para o desenvolvimento, para gerar uma transformação social.

Além de estimular o pensamento crítico, a leitura também ajuda a criar empatia. Muitas crianças e adolescentes podem se identificar com os personagens das histórias por estarem enfrentando os mesmos problemas. A leitura também é capaz de desenvolver outras competências como a criatividade. É um conhecimento essencial para a resolução de problemas, pois a criatividade ajuda a mente a desenvolver soluções. De acordo com a BNCC, a leitura deve fazer parte de toda a vida escolar do aluno, com livros de acordo com a idade, para que a compreensão seja completa. O principal objetivo de estimular esse conhecimento nos alunos é para criar capacidades necessárias ao profissional do século XXI. O professor pode estimular a compreensão da leitura de diversas formas. É possível pedir aos alunos para montar uma peça teatral com base na história lida ou então um júri simulado. Há diversas maneiras de mostrar ao estudante como a leitura pode ser divertida. Assim, a literatura infantil transforma-se num meio de acesso ao real e de emancipação do pequeno indivíduo, pois este começa a adquirir autonomia cada vez que persevera em suas leituras, já que a obra literária permite leituras plurais por meio do seu caráter simbólico. Por outro lado, tal perseverança só se dará com o prazer do aprendizado da leitura, “exercendo plenamente essa extraordinária característica

cerebral da espécie humana” (MACHADO, 2002, p. 100) e nutrindo a memória pessoal e coletiva:

Criança tem o olhar aberto para o poético na medida em que ela tem o olhar exercitado para brincar. Mas precisa ser incentivada a brincar com a língua por meio de muitos jogos de palavras: ditados populares, cantigas de todo tipo, de roda, de ninar, parlendas, quadrinhas, os poemas em si. Também ajuda viver em um ambiente em que impere a poesia, ter tido liberdade para olhar o mundo de modo detido, ainda que seu tempo de concentração seja diferente daquele do adulto, demorado e com minúcia. Afinal, criança é poeta quando em seus achados cotidianos desvenda um ângulo diferente para ver as coisas e para expressá-las verbalmente (CARPINEJAR, 2008, p. 7).

É notória, na citação acima, uma espécie de comunhão baseada no prazer, no interesse e na liberdade de interpretação e expressão da criança, que manuseia o livro como seu “brinquedo”. Dessa maneira é que se forma, efetivamente, um leitor; mas, para isso, é necessário que a criança disponha de tempo e espaço para interagir com seu “brinquedo”. Através da ludicidade e do prazer da leitura, ela adquire informações e tende a construir, pouco a pouco, sua visão de mundo acerca dos temas humanos: quem somos, as utopias individuais e coletivas, os caminhos do crescimento, o bem e o mal, o tempo e o efêmero, questões éticas, o envelhecimento, entre outros.

## **8 ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DA CRECHE MARIA JOSÉ FÉLIX BEZERRA**

Pode-se compreender que o papel do professor na condução do processo de ensino e da aprendizagem é de primordial importância. O trabalho do adulto com a criança, em especial a criança da creche, requer uma preparação relevante porque envolve não apenas o cognitivo, mas o afetivo. Na creche Maria José Félix Bezerra os docentes possuem formação inicial em pedagogia e especializações em áreas afins que colaboraram diretamente para o trabalho com as crianças nessa fase. De acordo com o que destaca Raimundo:

Se à escola foi dado o objetivo de formar leitores, o professor é o principal executor desse projeto, e dele será o dever de apresentar o mundo da leitura ao aluno. A maneira como o professor realizar essa tarefa será decisiva para despertar ou não o interesse pela leitura (RAIMUNDO, 2007, p. 109).

O primeiro contato da criança, na maioria das vezes, é na creche,

e esse momento deve ser valorado pelo professor, auxiliando a criança, e chamando-a para ingressar no mundo da imaginação e a literatura infantil atual é vasta e consegue ofertar uma variedade de contos de diversas áreas. A fim de recolher informações, houve a aplicação de um questionário com os seis (06) professores da Creche Maria José Félix Bezerra, em anexo, sobre a contação de histórias para formação da criança leitora. É imprescindível salientar que os docentes têm nomes fictícios. Com base no questionário, os mesmos afirmam que:

“Desenvolve a imaginação, criatividade, oralidade e a escrita” (D.A.)

“Vejo como uma grande importância para o desenvolvimento intelectual da criança” (M. B.)

“Quando bem utilizadas em sala de aula, leva a criança a desenvolver a imaginação, a criatividade e trabalha habilidades já existentes. Além de ajudar no desenvolvimento e melhor a escrita e a oralidade”. (S.G.)

“Porque é através das histórias infantis que a criança passa a imaginar, sonhar e refletir sobre o mundo real.” (H.O.)

“Ajuda no desenvolvimento da imaginação, criatividade, oralidade e escrita”. (D.R.)

“A contação de histórias na educação infantil desperta a curiosidade, estimula a imaginação, desenvolve a autonomia e o pensamento, proporciona vivência diversas emoções, como o medo e angústias, ajudando a criança a resolver seus conflitos emocionais próprios, aliviando suas cargas emocionais”. (C.A)

O professor compreende a riqueza que é trabalhar a Literatura Infantil na creche e do poder que o imaginário tem sobre a vida real. A criança compreende e realiza pontes capazes de auxiliar em suas dificuldades diárias através dos textos trabalhados pelos professores no momento da contação de histórias infantis.

Dessa forma, o professor, principalmente o da educação Infantil deve considerar que: [...] o texto literário tem uma função transformadora, pela possibilidade de as crianças viverem a alteridade, experimentarem sentimentos, caminharem em mundos distintos no tempo e no espaço em que vivem, imaginarem, interagirem com uma linguagem que muitas vezes sai do lugar-comum, que lhes permite conhecer novos arranjos e ordenações (CORSINO, 2010 p.184).

A imaginação interagindo com a linguagem é uma junção perfeita para formação da criança leitora que assume seu interesse pelos livros nos primeiros anos de sua trajetória educacional.

Esses primeiros contatos propiciam à criança a descoberta do livro como um objeto especial, diferente dos outros brinquedos, mas também fonte de prazer. Motivam-na para a concretização maior do ato de ler o texto escrito, a partir do processo de

alfabetização, gerando a promessa de autonomia para saciar a curiosidade pelo desconhecido e para renovar emoções vividas (MARTINS, 1988, p. 43).

O segundo questionamento foi acerca da seleção da Literatura Infantil para o uso cotidiano e os educadores, de forma unânime, responderam que selecionavam as literaturas no momento do planejamento pedagógico, observando a faixa etária das crianças e o nível de interesse das crianças. Na terceira e quarta questões, os professores expressaram suas vivências e como ocorria o envolvimento das crianças no momento da contação da Literatura Infantil e suas contribuições. Para alguns, o fato da criança parar e ouvir a história demonstra interesse e envolvimento nesse momento. Porém, outros afirmaram que a atenção é importante, visto que é interessante que depois da contação das histórias, aconteça um momento de representar algumas cenas, em especial a cena que mais chamou a atenção da criança, ou seja, ouvir, recontar e depois encenar.

Em razão disso, como professores, precisamos refletir continuamente sobre como agimos e configuramos os espaços para que os alunos aprendam, e leiam o mundo e as produções simbólicas culturais, visto parte de sua subjetividade ser constituída pelos efeitos de nossas ações (PULLIN E MOREIRA 2008, p. 241).

É fundamental que o professor interaja com a criança em todos os momentos da contação da história, a entonação de voz, a postura e a maneira como a história é apresentada influencia na compreensão e na posterior representação das cenas sugeridas por eles. O convívio coletivo, em especial na creche Maria José Felix Bezerra, é agraciado com o reconhecimento da importância da Literatura Infantil, os professores afirmam e reafirmam que a Literatura Infantil contribui:

“Contribui para o desenvolvimento da aprendizagem da criança no intuito delas interagirem or meio da fala, ea representação através do mundo da imaginação e o conhecimento do mundo que a cerca”. (M.B.).

“Contribui para o desenvolvimento da atenção, da fala da criança, aguçando a imaginação da mesma”. (C.A.)

“A Literatura Infantil trás muitas contribuições para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, pois, é através dela que aprendemos valores, como conviver na sociedade, instruir e deformar o caráter da criança com uma formação ética e intelectual para o resto da sua vida com um papel importante no seu desenvolvimento cotidiano.” (D.R.).

Em um espaço de formação de crianças leitoras é imprescindível que o professor compreenda sua importância no processo educacional de cada criança e reconheça que a Literatura Infantil é de fato indispensável no processo de aquisição da leitura.

De acordo com Coelho (2000, p. 46) podemos dizer que a literatura infantil Como objeto que provoca emoções, dá prazer e diverte e, acima de tudo, modifica a consciência de mundo de seu leitor, a literatura é arte. Sob outro aspecto, como instrumento manipulado por uma intenção educativa, ela se inscreve na área da pedagogia (SARAIVA 2001, p. 23).

A Literatura infantil é a arte de formação de leitores na dinâmica da intenção educativa que fortalece a interação professor-aluno no espaço da Creche Maria José Felix Bezerra. O professor ciente do seu papel e o aluno aberto para o mundo do conhecimento, através da vasta Literatura Infantil na atualidade, tem as ferramentas necessárias para boa formação no mundo da leitura e da escrita.

## **8 CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS**

A infância é o momento de liberação da imaginação. Viver intensamente sem medo e sem reservas. É ser sábio, conforme o ditado popular, “o hoje é o único momento que se tem, o amanhã foi embora e o futuro é incerto”. A humanidade paulatinamente fez registros do seu tempo e se organizou dentro desse tempo. A aceitação da infância e o respeito pelo seu tempo trouxeram segurança da formação da psique saudável das crianças. A Literatura Infantil e os contos bem como as mais variadas histórias que ajudam na formação da criança leitora ultrapassam gerações. A libertação do imaginário e a fusão do real através do imaginário contribuem positivamente para formação de seres humanos éticos, solidários e de psique avançado.

A Creche Maria José Félix Bezerra através da contação de histórias como meio pedagógico consegue fazer bom uso dos textos e histórias infantis utilizando diariamente a Literatura Infantil. O quadro de professores é composto de docentes com formação em pedagogia. A seleção das histórias e contos infantis é feito de forma coletiva no planejamento semanal e é observado o interesse prévio da criança. Além disso, as rodas de leituras acontecem com cadeiras organizadas

em círculos e os professores se envolvem integralmente no mundo da imaginação com entonação de voz e jogos corporais. A certeza que a Literatura Infantil contribui para boa formação de leitores é unânime. Para o coletivo pedagógico da referida creche, as histórias e os contos ajudam no desenvolvimento integral da criança. Entende-se que há muito mais a pesquisar sobre os benefícios das leituras dos contos e das histórias infantis, os quais precisam ser divulgados continuamente.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1997.
- BETTELHEIM, Bruno, **A Psicanálise dos Contos de Fadas**. 21. ed. trad. Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CORSINO, Patrícia. **Literatura na educação infantil: possibilidades e ampliações**. In: PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca; COSSON, Rildo (Coord.). *Literatura; ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. Cap. 10, p. 183-204. (Coleção Explorando o Ensino, v. 20).
- COSTA, Marta Morais da. / **Literatura Infantil**/ Marta Morais da Costa. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. – 19. ed. – Porto Alegre: Mediação, 2014.
- JESUALDO. **A Literatura Infantil**. Tradução de ; AMADO, James. São Paulo; Cultrix, 1978.
- MARTINS, M. H. **O que é leitura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PULLIN, Elsa Maria Mendes Pessoa e MOREIRA, Lucinéia de Souza Gomes. **Prescrição de leitura na escola e formação de leitores**. Revista Ciências & Cognição, 2008;
- RAIMUNDO, A. P. P. **A mediação na formação do leitor**. In: CELLI – COLÓQUIO DE ROCHA, E. A. C. *A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia da educação infantil*. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.
- SAITO, Heloisa Toshie Irie. **História, Filosofia e Educação: Friedrich Froebel**. 2004. 100f Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.
- SALEM, Nazira. **História da Literatura Infantil**. São Paulo: Metre Joui, 1970.
- SARAIVA, Juracy Assmann (Org.). **Literatura e alfabetização; do plano do choro ao plano da ação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- SILVA, Aline Luiza. **Trajeto da literatura infantil: da origem histórica e do conceito mercadológico ao caráter pedagógico na atualidade**. REGRAD - Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM, Marília, v. 2, ed. 2, 2009.
- SOUZA, L. O. de; BERNARDINO, A. D. **A contação de histórias como**

**estratégia pedagógica na educação infantil e ensino fundamental.**  
Educere et Educare, v. 6, n. 12, p. 235-249, jul./dez. 2011.

SOUZA, Maria Thereza Costa Coelho de. **Valorizações afetivas nas representações de contos de fadas:** um olhar piagetiano. Bol. psicol v.55 n.123 dez. São Paulo, 2005.

YUNES, Eliana. Prefácio difícil. In: GREGÓRIO FILHO, Francisco. **Guardados do coração: memorial para contadores de histórias.** Rio de Janeiro: Amais, 1998.

# **CAPÍTULO IV**

## **A LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

LETÍCIA SOUZA DE JESUS

## **1 INTRODUÇÃO**

A literatura infantil contribui, de forma significativa, para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que educa, diverte e estimula a imaginação, e é de fundamental importância para o processo educativo, pois possibilita a aquisição de habilidades e conhecimentos enriquecedores. Sendo assim, a presente pesquisa nomeada “A Literatura infantil no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental”. Visa discutir a importância da literatura para a formação integral da criança. Diante disso, este trabalho traz a seguinte questão de pesquisa: Quais as contribuições que o uso da literatura infantil poderá trazer para o processo de ensino e aprendizagem? A literatura infantil, por meio de seus variados gêneros textuais como fábulas, contos, lendas histórias e etc, estimula e impulsiona a oralidade, a escrita e a criatividade ainda na infância, onde a livre expressão por meio da interação com os livros literários ajuda a desenvolver o vocabulário das crianças.

A literatura infantil é um instrumento importante a ser utilizado no processo de escolarização, forte auxiliadora para a prática de alfabetização e letramento dos educandos, sendo que esta precisa ser usada visando desenvolver o gosto pela leitura, a compreensão, a reflexão e o desenvolvimento gradativo das crianças, possibilitando uma aprendizagem leve e prazerosa. Tendo como objetivo geral discutir a importância de trabalhar a literatura infantil nas séries iniciais de maneira que possa contribuir no processo de ensino aprendizagem e no despertar do gosto pela leitura. E os seguintes objetivos específicos: Discutir a literatura como ferramenta para o processo de alfabetização e letramento; Refletir a importância de incentivar a leitura ainda nas séries iniciais; Analisar a literatura infantil como ferramenta lúdica no processo de ensino aprendizagem; Discutir o papel da literatura infantil para a formação integral da criança.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica por meio da leitura de artigos científicos e livros que

discorrem sobre a literatura infantil em seu contexto geral e também no processo educacional. Para um maior aprofundamento do estudo a pesquisa terá abordagem qualitativa, onde a partir das informações adquiridas, se torne possível refletir e interpretar os resultados por meio dos estudos realizados em torno do tema. O trabalho está dividido em tópicos e subtópicos, o primeiro tópico traz o percurso histórico da literatura infantil, logo em seguida a literatura infantil e a aprendizagem. Dando continuidade com o processo de alfabetização, processo de letramento, e as práticas de letramento, trazendo também a distinção entre alfabetização e letramento. E por fim a importância da literatura para o processo de alfabetização e letramento.

A literatura infantil necessita estar ainda mais presente no contexto escolar da criança, para então despertar o hábito e o interesse pela leitura, pois a mesma ajuda no desenvolvimento social, cognitivo e afetivo das mesmas. Ao mesmo tempo em que amplia horizontes por meio do contato com os livros.

## **2 PERCURSO HISTÓRICO DA LITERATURA INFANTIL**

A literatura é vista como um conjunto de obras e produções, que trazem em suas histórias contos reais e fictícios, descrições de acontecimentos de diversas épocas, fazendo-se presentes em diversas civilizações. É considerada por muitos como expressão artística, a arte da palavra escrita. A literatura surge nos prenúncios da época rupestre e acompanha a evolução da humanidade, se formaliza na Mesopotâmia com o surgimento da escrita, e se consolida na Grécia. No decorrer do tempo, a literatura foi se fazendo presente em diversas sociedades, chegando ao Brasil no encalço dos colonizadores.

Na literatura brasileira, há diversos textos que englobam os gêneros literários como poesia, prosa, literatura de cordel, literatura portuguesa, literatura infantil dentre outras. Dando enfoque à literatura infantil, esta que surgiu no século XVII com Fenelón (1651-1715). O autor tinha o intuito de propiciar às crianças a construção de sua autonomia, educando-as moralmente, estas que eram vistas como seres

dependentes dos adultos por não possuírem o mesmo nível de experiência, viviam conforme os padrões estabelecidos, pois eram consideradas inocentes e incapazes. Ainda no século XVII, o escritor Francês Charles Perrault ao transformar narrativas populares em contos de fadas adaptando-as à realidade da classe burguesa, passa a ser considerado o pioneiro da literatura infantil, modificando os contos e narrativas que eram destinados aos adultos. Perrault fazia com que esses contos chegassem ao público infantil de uma maneira mais viável de ser compreendida. Segundo Coelho (1998, p. 75), “[...] no princípio, o trabalho de adaptação, por Perrault, não foi pensando com intenções de criar uma literatura destinada à criança. Apenas com a publicação dos Contos da mãe gansa (1697), é que Perrault se dedica inteiramente a uma literatura destinada à criança”

E aos poucos a literatura infantil vai sendo introduzida à realidade das crianças, fazendo com que se reconheçam enquanto sujeitos que fazem parte da história, e que possuem seu papel na construção da sociedade e dos sujeitos. A origem da literatura infantil possui seu alicerce também com os irmãos Grimm ambos escritores e poetas alemães, que no século XIX fizeram adaptações de contos adquiridos na Alemanha e os introduziu a literatura infantil. Segue então alguns deles: A Branca de Neve e os sete Anões, Chapeuzinho Vermelho, A Bela adormecida, dentre outros. A chegada da literatura infantil ao Brasil se deu por Alberto Figueiredo Pimentel, quando o autor traduz e publica os contos europeus. Mas, de fato, a literatura infantil brasileira inicia-se por Monteiro Lobato a partir do século XX, onde este tinha o intuito de criar aventuras com características brasileiras, iniciando então com “A menina de narizinho arrebitado”. Logo em seguida com o Sítio do Pica-Pau-Amarelo. Segundo Siqueira (2008, p. 66-7), Monteiro Lobato:

(...) é um visionário que acreditou no livro como meio eficaz de modificar a percepção do leitor iniciante. Ele possibilitou à criança as possibilidades para imaginar, criar e recriar, sem o medo da opressão. Em suas obras este autor sempre deixa um espaço para a interlocução com seu destinatário, estimulando a formação da consciência crítica.

Monteiro Lobato trouxe de fato para suas obras o imaginário da infância em um trabalho conjunto de desenvolvimento da consciência. E assim aos poucos a literatura infantil foi ganhando destaque sendo desenvolvida por demais autores como, Ana Maria Machado, Ziraldo, Ruth Rocha e Maurício de Souza. Que tiveram até agora contribuições significativas em relação à construção e propagação da literatura infantil. A partir do momento em que a literatura infantil é introduzida à realidade das crianças, traz consigo um emaranhado de livros infantis, que agregam a infância um novo significado, a criança passa a ser reconhecida como tal, e adentra em seu próprio universo, formado de criação, fantasia e imaginação. Despertando sentimentos, conhecimento e criatividade, abrindo portas para construção da autonomia e identidade.

### **3 LITERATURA INFANTIL E APRENDIZAGEM**

A literatura infantil é composta por contos, narrativas e histórias voltadas ao público infantil, discorrer sobre literatura infantil é trazer para a realidade a magia da infância. Um mundo de descobertas que vai do real ao imaginário. Segundo Coelho (2000, p. 27), “A literatura infantil é antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização”. A literatura infantil traz em seu contexto a representação da realidade propiciando experiências, permitindo aos pequenos conhecer o mundo que os rodeia, por meio das narrativas presentes nos livros. Por meio da literatura é possível imaginar, criar, recriar, descobrir e questionar. A literatura acompanha todo o imaginário infantil transcrevendo-o em suas histórias, assim auxiliando na construção da aprendizagem.

De acordo com Cosson (2006, p. 17), podemos afirmar que:

A literatura nos diz o que somos e nos incentiva a desejar e a expressar o mundo por nós mesmos. E isso se dá porque a literatura é uma experiência a ser realizada. É mais que um conhecimento a ser reelaborado, ela é a incorporação do outro em mim sem renúncia da minha própria identidade. (...) A experiência literária não só nos permite saber da vida por meio

da experiência do outro, como também vivenciar essa experiência. Ou seja, a ficção feita palavra na narrativa e a palavra feita matéria na poesia são processos formativos tanto da linguagem quanto do leitor e do escritor.

A literatura infantil permite experimentar vivências diferentes, instiga a vontade de expressar-se, de conhecer o mundo, tomando para si todo conhecimento que dele decorre. Contendo em seus livros infantis as mais variadas histórias que podem auxiliar de maneira significativa o processo de ensino aprendizagem da criança, uma vez que ela abarca também questões sociais, pois muitas das vezes retratam a realidade de vida do educando, o que faz com que ele aprenda interagindo com a seu cotidiano. Zilbermam (2003, p. 25) a respeito da literatura;

Como procede a literatura? Ela sintetiza, por meio dos recursos da ficção, uma realidade, que tem amplos pontos de contato com o que o leitor vive cotidianamente. Assim, por mais exacerbada que seja a fantasia do escritor ou mais distanciadas e diferentes as circunstâncias de espaço e tempo dentro das quais uma obra foi concebida, o sintoma de sua sobrevivência é o fato de que ela continua a se comunicar com seu destinatário atual, porque ainda fala de seu mundo, com suas dificuldades e soluções, ajudando-o, pois, a conhecê-lo melhor.

A literatura introduz o leitor a conhecer sua realidade por meio da ficção, trazendo para suas narrativas vivências cotidianas. Diante disso, o gosto pela leitura precisa ser estimulado ainda no seio familiar por meio do diálogo, leitura de histórias, contato com livros, para quando a criança se inserir no meio escolar já possuir uma relação de afetividade com os livros, e daí por diante a literatura estará ainda mais presente auxiliando em sua aprendizagem. Com isso, de acordo com Galvão (2007), a criança estará entrando também em uma cultura do letramento, pois este conceito perpassa não somente pela aquisição da leitura e da escrita, mas pela imersão na cultura do escrito e da leitura, ou seja, a aproximação da criança com a literatura já traz em seu bojo uma função social.

Sendo assim com a introdução da literatura infantil e seus diversos gêneros textuais a criança começa a conhecer sua realidade e ter suas características reconhecidas, como ressalta Mallman (2011, p.

14). “A literatura infantil é um recurso fundamental e significativo para a formação do sujeito de um leitor crítico e ainda pode desenvolver os valores morais”. A partir desse momento as mesmas dão início à construção de sua autonomia, senso crítico e passam de fato a vivenciar a infância e suas especificidades. Proporcionar o contato com os livros literários de maneira que eles tenham acesso a os folhearem, contribuirá para despertar o interesse pela leitura, seja de textos ou imagens, pois tudo que está nele inserido tem algo a transmitir, informações variadas que auxiliam no desenvolvimento do educando em todos seus aspectos, possibilitando-lhe o conhecimento de “mundo” ainda que na infância. Assim o livro é uma porta de acesso para a formação da criança, pois o ato de ler, ouvir e contar histórias, faz com que elas comecem a assimilar os fatos com seu cotidiano, ao mesmo tempo em que criam, fantasiam e se divertem. Conforme Mallmann (2011, p. 34):

A literatura infantil tem a capacidade de trazer um emaranhado de emoções, sentimentos, sentidos e significados, a partir da sua interação com o meio em que a criança vive, através dos livros adaptados para o perfil dessa criança. Nesse instante inicia o encantamento da criança pela literatura, porque estão num período de mesclar fantasia e realidade, e a nesse sentido a literatura infantil propicia o desenvolve imaginação, pensamentos e valores morais de maneira prazerosa. A literatura transmite valores positivos como o respeito ao próximo, a solidariedade, o respeito à natureza a autonomia, tendo uma contribuição importante para a criação de cidadãos mais solidários.

É fato que a aquisição do ato de ler e escrever se dar gradativamente, assim os textos literários se tornam essenciais nesse processo, no sentido de que as histórias devem ser vistas como recurso que facilitará a aprendizagem, pois as mesmas acrescentam um valor social e cultural a vida do sujeito. Sendo assim torna-se indispensável durante o processo de alfabetização e letramento, o uso de diferentes textos, como nos diz Mallmann (2011, p. 43):

A criança precisa se habituar com a variedade de textos e estilos desde o começo da vida na escola, isso acontece porque nessa fase da escola, a criança se encontra em processo de aprendizado e de desenvolvimento de suas capacidades, mesmo que não tenha domínio da língua, ela necessita dessa relação com a literatura para no futuro, serem leitores críticos. Este é o instante de incentivar a habilidade de compreender e

de pensar da criança.

Nota-se que o contato com a literatura desde a infância, principalmente no ambiente escolar irá despertar no educando capacidades que ainda não foram desenvolvidas, a mesma deverá está inserida onde toda criança gostaria de estar, em um ambiente lúdico, pois não há nada mais agradável do que brincar, se divertir e aprender ao mesmo tempo, ajudando a criança a interagir, instigando-a a questionar e a descobrir por meio da literatura infantil valores importantes para convivência em sociedade, para então tornar-se futuramente um indivíduo alfabetizado, pois este é um processo indissociável, que auxiliará o indivíduo a conhecer e a se desenvolver diante da sociedade.

#### **4 PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

A Alfabetização é o processo pelo qual se desenvolve a capacidade de leitura e escrita, é o momento em que a criança dá início de fato aquisição de seus conhecimentos, começando então a descobrir o mundo por meio da representação da palavra, interpretando assim a realidade que a rodeia. Durante a alfabetização a criança adquire habilidades ímpares para aquisição de seu vocabulário, sendo forte auxiliadora no desenvolvimento social e cognitivo. Como nos traz Magda Soares (apud LACERDA,1995. p. 11):

Alfabetizar é proporcionar condições para que um indivíduo criança ou adulto tem acesso ao mundo da escrita tornando-se capaz não só de ler e escrever enquanto habilidade de decodificação do sistema de escrita, mas sobretudo de fazer uso oral e adequado da escrita em todas as funções que ela tem em nossa sociedade e também como instrumento de luta pela cidadania plena.

Alfabetizar consiste em dispor meios para que o educando se aproprie do sistema alfabético e tenha domínio da leitura e da escrita, e compreenda de fato sua utilidade nos mais diversos setores da vida cotidiana, pois ambas são instrumentos que auxiliam o indivíduo a se desenvolver enquanto aprendiz, tanto para desenvolver suas capacidades intelectuais, quanto sociais, é um processo que se dará simultaneamente durante o processo de aprendizagem. Durante a

alfabetização a criança adquire a capacidade de aprender os códigos alfabéticos, reconhecendo a forma com que os mesmos são reproduzidos por meio da escrita, e adquire a habilidade de representação dos sons das letras, e aos poucos compreende o papel que a leitura e a escrita possuem na vida cotidiana. Como nos traz Soares (2008, p. 92):

A alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código linguístico, ou seja, é um conjunto de técnicas adquiridas para exercer o uso da leitura e da escrita. Alfabetização faz parte da ação de decodificar o alfabeto e representar o som reconhecendo seu símbolo gráfico.

Sendo assim, por meio do processo de alfabetização a criança consegue reconhecer as letras do alfabeto, distinguindo-as, ao mesmo tempo que desenvolve a capacidade de realizar uma leitura de forma fluente e significativa, demonstrando domínio básico da língua escrita e oral. De fato, tornar-se alfabetizado perpassa por um longo percurso, onde é necessário adquirir as técnicas acima citadas, e descobrir suas utilidades, sendo que estas podem ajudar a compreender papéis importantes para a vida em sociedade, enquanto cidadão consciente. Considerando que, para um bom desempenho diante das exigências e demandas cotidianas é fundamental aprender a ler e escrever para acompanhar o desenvolvimento da sociedade, esta que possui uma evolução contínua, e diante disso é preponderante adquirir conhecimentos ímpares.

A alfabetização é fundamental em todos os âmbitos, desde o auxílio das relações sociais, como também é um meio de transmitir informações, pois se faz presente continuamente em nosso cotidiano, principalmente no ambiente escolar. Pois de fato é nele que o indivíduo aperfeiçoa seus conhecimentos em torno desse processo. Falar em alfabetização é refletir em torno de práticas que farão com que a criança dê início ao autoconhecimento de si e do mundo ao seu redor, construindo pilares importantes para sua formação, e por meio destes aos poucos ela vai alcançando uma aprendizagem significativa, e que será de grande valia para sua trajetória escolar, pois tudo começa a

partir do primeiro passo, e assim por diante o mesmo irá subindo os degraus do processo de alfabetização. Que segundo Paulo Freire (1994, p. 32):

É construir um conhecimento. Alfabetizar-se é adquirir uma língua escrita através de um processo de construção do conhecimento com uma visão crítica da realidade. A criança é o sujeito do processo educativo, não havendo dicotomia entre o aspecto cognitivo e afetivo, mas uma relação dinâmica, prazerosa, dirigida para o ato de conhecer o mundo.

Alfabetizar-se, além de possibilitar o desenvolvimento de habilidades importantes, faz com que o sujeito perceba que ao seu redor há um vasto campo de experiências e conhecimentos novos esperando para serem explorados, e são esses que agregam significado ao percurso escolar do indivíduo. Este que a partir da alfabetização passará a ver o “mundo” de uma forma diferente, conseguindo compreender as informações que este transmite a todo momento. Tornando-se um sujeito crítico e pensante, capaz de interagir dinamicamente com o meio em que vive, sendo então o principal responsável pela construção de seus conhecimentos. É por meio do contato com os diversos meios de linguagem, seja ela escrita ou oral ou visual, que a criança desenvolve suas capacidades de leitura e escrita, nesse contexto encontra-se como importante auxiliadora para a formação da criança, a literatura infantil, que contém em suas histórias variados gêneros textuais, como fábulas, contos, noticiários, e etc. Que fazem parte do contexto dos indivíduos, e quando utilizadas no contexto escolar, e principalmente no processo de alfabetização, podem de fato tornar a aprendizagem mais prazerosa e significativa. Para Matheus (2014, p. 14):

Considerada uma grande auxiliadora durante o processo de alfabetização, a literatura infantil auxilia facilita o aprendizado, e também desenvolve a imaginação, a criatividade e o prazer por ler. Colocar a literatura infantil no processo de alfabetização e aprendizado das letras tem por significado incluir a criança em um mundo de aprendizado lúdico e com prazer, onde há um maior estímulo ao aprender a ler e escrever, ela permite que a criança vivencie situações, que no cotidiano não é possível.

O processo de alfabetização progride continuamente, onde o indivíduo aos poucos vai descobrindo suas habilidades psicomotoras, cognitivas, linguísticas e sociais, e a introdução de livros literários

durante esse percurso é um recurso favorável, acrescentando a aprendizagem um gosto peculiar, o de conhecer o “mundo” que está introduzido na literatura infantil. Maia (2007, p. 95) ressalta que, com a narração das histórias, “[...] objetiva-se estabelecer interação entre as crianças e a linguagem escrita de modo a possibilitar uma intimidade prazerosa, uma relação afetiva com a natureza desta modalidade de linguagem”. Pois, o ato de ler e folhear um livro possibilita ao educando o contato com o real e o imaginário, ao mesmo tempo que adquire conhecimentos significativos torno da língua escrita, onde as introduções da literatura infantil no processo de alfabetização só têm a incrementar e dar auxílio à aprendizagem da criança.

## **5 MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO**

O conhecimento sempre foi uma das necessidades do ser humano desde os primórdios, sendo assim a alfabetização tem suas raízes na antiguidade a partir da representação da escrita, usada como forma de registrar os acontecimentos da época, e vem evoluindo juntamente com os avanços da sociedade. O processo da alfabetização perpassa principalmente pelos métodos utilizados, estes que a partir do século XVI já eram desenvolvidos, sempre com o intuito de atribuir novo significado e qualidade para a educação. Visando isso, para o ensino da leitura utilizava-se os métodos da marcha sintética, que iniciava das unidades menores para as maiores, esse processo era desenvolvido aos poucos, e buscava alcançar a aprendizagem começando das partes pequenas, ou seja das letras, depois partindo para as sílabas e assim sucessivamente. No método de soletração se apresenta o nome das letras, para que as crianças consigam identificar os mesmos, para assim reproduzi-los, no fônico é passado para as crianças os sons de cada letra, onde a partir daí estas irão distinguir por meio da sonorização, e assim reconhecer cada uma delas. E por fim o silábico que partia das sílabas, nesse método os educandos começam a aprender as sílabas para depois partir para unidades maiores. Segundo Mortatti (2006, p. 2006, p. 5):

[...] a apresentação das letras e seus nomes (método da

soletração/alfabético), ou de seus sons (método fônico), ou das famílias silábicas (método da silabação), sempre de acordo com certa ordem crescente de dificuldade. Posteriormente, reunidas as letras ou os sons em sílabas, ou conhecidas as famílias silábicas, ensinava-se a ler palavras formadas com essas letras e/ou sons e/ou sílabas e, por fim, ensinavam-se frases isoladas ou agrupadas. Quanto à escrita, esta se restringia à caligrafia e ortografia, e seu ensino, à cópia, ditados e formação de frases, enfatizando-se o desenho correto das letras.

Fazendo uma junção desses métodos conseguia-se aos poucos desenvolver nas crianças a aptidão da leitura. Em relação à escrita seu ensino se dava por meio de cópias, escritas das letras e construção de frases. Que buscava desenvolver nas crianças a aptidão de aperfeiçoamento da escrita. Sendo assim, no final do XIX foram produzidas as primeiras cartilhas, a partir das experiências de alguns professores baseados nos métodos aqui já citados. Em 1876 o poeta e pedagogo João de Deus publicou em Portugal a Cartilha Maternal, onde seu método de ensino da leitura consistia em partir da palavra e sucessivamente conhecer os sons que as representava, e assim aos poucos seu método foi ganhando ênfase. Em 1896 implementou-se o método analítico, focando o ensino da leitura partindo do “todo” e posteriormente apresentava-se as partes, onde esse todo poderia ser histórias, palavras ou sentenças. Baseando-se nesse método foram criadas novas cartilhas. Logo em seguida foi feita a junção dos métodos analíticos e sintéticos, que passam a ser conhecidos como ecléticos.

A partir de 1980, conforme o desenvolvimento e avanços sociais, sendo que os processos de alfabetização até então utilizados não supriram de fato as necessidades das crianças, surge então o construtivismo, que resultou de pesquisas feitas por Emília Ferreiro e Ana Teberosky a partir de (1974), que desenvolveram um estudo sobre a psicogênese da língua escrita, e descobriram que a aprendizagem se dá de maneira individual, ressaltando a importância de textos do cotidiano dos educandos, e que as fases de desenvolvimento de cada sujeito precisa ser respeitada, pois cada um possui seu tempo para aprender e aperfeiçoar seus conhecimentos.

Alfabetização no Brasil passou por mudanças bastante significativas a partir da introdução dos estudos de ferreiro e

Teberosky. Um dos grandes avanços foi a percepção do professor em ver a criança como um ser cognoscente, que possui ideias próprias sobre a escrita, que constroem hipóteses diferenciadas, de acordo com suas elaborações mentais. (BITTENCOURT; LUIS, 2017, p. 22).

Sendo assim as crianças são as principais responsáveis pela construção de seus conhecimentos, e este se interliga a questões mentais e de assimilação, dependendo da maneira como a criança idealiza os conhecimentos em sua mente, de forma que os mesmos sejam aprimorados. Desenvolver-se em torno da prática de leitura e escrita requer que o indivíduo possua em sua mente fatores que o impulsiona a construir sua aprendizagem, o simples fato de conseguir fazer assimilações é fundamental para que essa, se realize de maneira contínua e significativa durante o processo de formação da criança. É condizente afirmar que, todos os métodos aqui apresentados buscam alcançar um objetivo em comum, conseguir alfabetizar as crianças de maneira aprimorada, para que as mesmas consigam se empenhar diante das tarefas que a vida os impõe e exige. De fato, é um percurso lento mais que atribuirá ao indivíduo competências fundamentais para realizar seu papel de cidadão, no convívio em sociedade, superando suas dificuldades, e adentrando no universo da cultura letrada.

## **6 PROCESSO DE LETRAMENTO**

Letramento é o processo pelo qual o indivíduo desenvolve a capacidade de fazer uso da leitura e da escrita em seu convívio social. Despertando a habilidade de reconhecer os espaços em que estas estão inseridas. O termo letramento surge a partir da necessidade de se utilizar a língua escrita de maneira competente, conseguindo apreender seu papel e significado na vida em sociedade. Através do letramento o processo de aprendizagem alcançou um novo patamar, onde ler e escrever passou a atribuir um novo significado para a formação do sujeito. É pensar a alfabetização dentro do viés de letrar, ou seja, de desenvolver o conhecimento em torno de práticas sociais. Conforme Soares (2001, p. 39-0), “O letramento, é o uso que se faz da língua escrita com toda sua complexidade, em práticas sociais de leitura e

escrita, é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, e que usa socialmente a leitura e a escrita, que pratica e responde adequadamente às demandas sociais”. O processo de letramento possibilita ao indivíduo reconhecer seu papel na vida em sociedade, ao mesmo tempo em que o torna capaz de acompanhar as demandas e o desenvolvimento da mesma, modificando sua maneira de ser e estar mundo. Ampliando a aquisição da linguagem oral e escrita nos mais diversos setores de convívio social.

O letramento é complexo e abrange mais do que uma habilidade ou uma competência do sujeito que lê. É um processo que envolve diversas capacidades e conhecimentos em relação à leitura de mundo, o qual se inicia quando a pessoa começa a interagir socialmente com as práticas de letramento e o meio em que vive (KLEIMAN, 1995, p. 20).

O letramento é um processo que vai além da aquisição da leitura e escrita, é um constante desenvolvimento da aprendizagem, onde o indivíduo consegue assimilar fatos, se posicionar, interpretar, interagir, dentre tantas outras aptidões que são alcançadas simultaneamente, e desenvolvidas em seu cotidiano. Apropriar-se da língua escrita é tomar para si a capacidade de construir sua autonomia, identidade e senso crítico, tornando-se um cidadão consciente e capaz de acompanhar as demandas de uma sociedade que se desenvolve constantemente. Neste sentido o letramento possui especificidades, em que por meio da leitura constrói no indivíduo a capacidade de reconhecimento da realidade e de formação do leitor:

Ler as linguagens da realidade e, especialmente, ler os livros, implicam o resgate da cidadania, uma vez que conscientizem o leitor do poder de – ele também- criar sentidos para os textos que se apresentam a cada passo do cotidiano. Acordar esse poder transforma o casulo em borboleta (COSTA, 2008, p. 51).

O processo de letramento percorre um viés de formar um indivíduo letrado, um leitor nato, que transforme-se a cada leitura e contato com o livro, que se redescubra por meio da mesma, alcançando o autoconhecimento e plenitude, conseguindo reconhecer o papel que a língua escrita possui no meio social. Reconhecendo que de fato a mesma está integrada a todas as relações cotidianas e diante disso possui fundamental importância para o desenvolvimento destas

relações, nesse sentido a aprendizagem da leitura e escrita de maneira competente, se dá por meio da interação social e dos usos da mesma nos diversos contextos da vida em sociedade. Durante a escolarização a criança entra em contato com diversos fatores, os quais possuem forte influência no seu desenvolvimento, as vivências dentro e fora do ambiente escolar contribuem para a construção de seus conhecimentos, que se entrelaçam com os que o educando já possui, pois de fato, este não é um sujeito vazio, trás consigo experiências e capacidades construídas antes mesmo de ingressar na escola, e é dentro dela que aos poucos eles serão melhor desenvolvidos e aperfeiçoados.

Diante disso é preciso considerar a bagagem que o indivíduo possui, conhecimentos que acarretam significativamente em seu processo de aprendizagem. Sendo assim, é preciso reconhecer a necessidade de introduzir no contexto escolar textos do cotidiano dos educandos, ou seja, textos que circulem em seu meio social, por meio disso é possível estimular a vontade de ler, possibilitando assim que estes se desenvolvam ainda mais em torno da leitura. Para Martins (2006, p. 31-2):

A leitura vai, portanto, além do texto (seja ele qual for) e começa antes do contato com ele. O leitor assume um papel diferente, deixa de ser mero decodificador ou receptor passivo. E o contexto geral em que ele atua, as pessoas com quem convive passam a ter influência apreciável em seu desempenho na leitura. Isso porque o dar sentido a um texto implica sempre levar em conta a situação desse texto e de seu leitor. E a noção de texto aqui também é ampliada, não mais fica restrita ao que está escrito, mas abre-se para englobar diferentes linguagens.

A leitura tem forte influência sobre a vida do educando, portanto é preciso atribuir a ela significados variados, o de formar um leitor assíduo e o de reconhecer o sujeito em seu contexto social, levando em consideração sua trajetória, pois o processo de letramento não se isola ao meio educacional, mas encontra-se simultaneamente em todos os setores da sociedade, onde há presença de linguagem, seja ela escrita ou oral ele está presente. Ampliando assim, horizontes em torno da leitura. O letramento literário é uma alternativa preponderante nesse processo, pois desperta o interesse pela leitura por meio das mais

variadas histórias que estão imersas na realidade das crianças, sendo que estes já entram em contato com o letramento literário desde os primeiros anos de vida, por meio das canções de ninar, de um desenho assistido, um livro folheado, e os mais variados meios de linguagem. De fato, ele está presente de maneira contínua na vida do indivíduo. Para Cosson (2018, p. 16), “ É no exercício da leitura e da escrita dos textos literários que se desvela a arbitrariedade das regras impostas pelos discursos padronizados da sociedade letrada e se constrói um modo próprio de se fazer dono da linguagem que, sendo minha, é também de todos”.

Por meio da literatura o indivíduo conhece o mundo ao seu redor ao mesmo tempo que está sendo capacitado para se posicionar diante do mesmo. Construindo sua identidade e características próprias. A importância do letramento literário decorre da intensidade de fazer uso da linguagem escrita por meio da interação com a literatura infantil, esta que é capaz de proporcionar ao indivíduo a capacidade de vivenciar experiências libertadoras e carregadas de conhecimentos enriquecedores. “[...] tornar o mundo compreensível, transformando a sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas” (COSSON, 2006, p. 17). Como nos trouxe Cosson a literatura possibilita uma compreensão de mundo, trazendo cor e vida para a realidade dos indivíduos. A literatura infantil como auxiliadora no processo de letramento aguça na criança o gosto pela leitura, construindo ainda na infância a capacidade de reconhecimento de que o mundo infantil está presente nas histórias, nos contos, nas fábulas, e etc. E por meio dessa percepção a criança irá conseguir adquirir a vontade de manter contato com os livros literários, estes que carregam consigo o imaginário e o lúdico, que contribuem significativamente para o desenvolvimento cognitivo e social da criança.

## **7 PRÁTICAS E EVENTOS DE LETRAMENTO**

O letramento envolve vários contextos possui valores e funções variadas, sendo assim um termo abrangente. Falar em letramento é também discorrer em torno de eventos e práticas, e esses quesitos

estão, de certa forma, interligados. Os eventos de letramento estão relacionados aos variados espaços sociais onde ocorre a leitura e a escrita com a interação dos seus participantes. E as práticas de letramento estão relacionadas ao envolvimento da linguagem oral e escrita em práticas sociais no contexto em que o indivíduo está inserido. Barton e Hamilton (1998, p. 8) conceituam assim “[...] eventos de letramento são atividades em que o letramento desempenha um papel. Geralmente existe um texto escrito, ou textos, que é central para a atividade e falas em torno do texto. Eventos são episódios que emergem das práticas e são definidas por elas”. Sendo assim ambos acontecem simultaneamente e necessitam um do outro, pois são os eventos que ocasionam as práticas. Para alcançar a finalidade desses termos, perpassa-se por processos em que seus usos são desenvolvidos no meio social e suas práticas podem ajudar o indivíduo a construir sua aprendizagem em torno da leitura e escrita, possibilitando o conhecimento a interação e a socialização. Segundo Street (2003, p. 17):

O conceito das práticas de letramento tenta tanto tratar dos eventos quanto dos padrões que tenham a ver com o letramento, tratando de associá-los a algo mais amplo, de uma natureza cultural e social. Parte dessa amplificação tem a ver com a atenção dada ao fato de que trazemos para um evento de letramento conceitos, modelos sociais relacionados à natureza que o evento possa ter, que o fazem funcionar, e que lhe dão significado. É impossível para nós chegar a esses modelos simplesmente permanecendo sentados sobre um muro com uma câmera de vídeo, observando o que estiver acontecendo.

Então para o desenvolvimento de eventos e práticas de letramento é preponderante citar que, este está diretamente ligado ao processo de contato social, pois de fato é por meio da interação com o meio que a aprendizagem é construída, e seu significado se relaciona ao papel que o sujeito desenvolve, a forma como o mesmo busca seus conhecimentos. Como nos traz Soares; Letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social (SOARES, 1998, p. 72). As práticas de letramento possibilitam compreender as estruturas pelas quais as práticas de escrita e leitura desenvolvem-se em sociedade. Sendo que

podem estar presentes, no trabalho, na escola, no ambiente familiar, dentre outros, e assim atribuem maior significado ao desenvolvimento da aprendizagem do sujeito. Tanto os eventos de letramento quanto as práticas são meios que decorrem das atividades desenvolvidas no setor social, no convívio entre os indivíduos. E esse convívio é fundamental para que o indivíduo desempenhe de maneira desenvolta, e construa sua identidade diante das relações sociais a que este mantém contato.

## **8 DISTINÇÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

O processo de introdução da criança no universo da leitura e da escrita é imprescindível. Visando que a aquisição desses processos auxilia a criança no desenvolvimento da linguagem e comunicação, ferramentas necessárias para a vivência em sociedade e para formação integral do sujeito. A alfabetização é a capacidade de ler e escrever de maneira coerente, enquanto o letramento é reconhecer que a leitura e a escrita possuem uma função social, portanto é saber fazer uso das mesmas no contexto em que vive. Como nos traz Tfouni (1995 *apud* MORAES, 2005, p. 4), “Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”. Tanto a alfabetização quanto o letramento são de suma importância e quando se interligam a criança consegue apreender as habilidades necessárias para seu desenvolvimento cognitivo, social e intelectual. São processos diferentes, mas indissociáveis, no quesito de que, ambos são práticas que visam a aprendizagem do indivíduo, sua participação nas atividades de leitura e escrita, e por conta disso precisam ser trabalhadas de maneira conjunta visando o desenvolvimento contínuo e significativo da aprendizagem. Como discorre Soares (2008, p. 92):

Alfabetização e letramento são, pois, processos distintos, de natureza essencialmente diferente; entretanto, são interdependentes e mesmo indissociáveis. A alfabetização – a aquisição da tecnologia da escrita – não precede nem é pré-requisito para o letramento, isto é, para a participação em práticas sociais de escrita, tanto assim que analfabetos podem ter um certo nível de letramento: não tendo adquirido a tecnologia da escrita, utilizando-se de quem a tem para fazer

uso da leitura e da escrita; além disso, na concepção psicogenética de alfabetização que vigora atualmente, a tecnologia da escrita é aprendida, não como em concepções anteriores, com textos construídos artificialmente para a aquisição das técnicas de leitura e de escrita, mas através de atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e escrita.

É importante frisar que, mesmo não sendo alfabetizado o indivíduo possui contato com práticas sociais, e este possui um certo nível de letramento. Pois as práticas de letramento estão diretamente inseridas nas atividades cotidianas, e nos mais variados contextos. A alfabetização está simultaneamente associada ao letramento quando, conseqüentemente, são interdependentes um do outro para o processo de aquisição do conhecimento. É certo que o letramento possui um significado bem mais amplo que a alfabetização, pois não se resume apenas em decodificar a língua, mas ter o domínio da mesma socialmente. Ter a capacidade de se expressar, de realizar a interpretação de um texto, se pronunciar com clareza, de refletir, tornando-se assim, um indivíduo letrado. Soares (2003, p. 2) discorre que:

Um indivíduo alfabetizado não é um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita [...] Enfim, letramento é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escrita.

Sendo assim, é necessário aprender a ler e escrever, como também compreender o que lê, ou seja, desvendar os vastos significados que acompanham a língua escrita no contexto em que a mesma se encontra. Com a preponderante tarefa de alfabetizar letrando, construindo nos sujeitos aprendentes a consciência crítica e social. Pois este estando imerso socialmente precisa estar apto a manter um convívio que agregue em sua formação individual e coletiva. Visando por meio desta traçar o alcance do desenvolvimento completo do indivíduo, pois ambos os conceitos são ferramentas que precisam ser trabalhadas de maneira conjunta, para então desenvolver o saber de forma que os mesmos compreendam, que, possuem papel fundamental

na construção de seus conhecimentos.

Quando se integram, ambos podem proporcionar ao indivíduo a construção de habilidades indispensáveis para formação escolar. É necessário sinalizar que, não é uma tarefa fácil, mas possível, e para abarcar essas duas práticas de forma lúdica e atrativa o professor precisa de metodologias que o ajude a alcançar tais objetivos, o de alfabetizar letrando. E uma das ferramentas que agregam valor a aprendizagem do indivíduo e pode se tornar forte auxiliadora durante processo de ensino aprendizagem, é a literatura infantil, essa que abarca em seus livros, diferentes gêneros textuais, histórias, contos, fábulas, etc. que se tornam fundamentais durante o processo de alfabetização e letramento, pois podem despertar no educando aptidões que estavam ocultas, estimulando-as.

A literatura infantil, nessa medida, é levada a realizar sua função formadora, que não se confunde com uma missão pedagógica. Com efeito, ela dá conta de uma tarefa a que está voltada toda a cultura – a de conhecimento do mundo e do ser”, como sugere Antônio Candido, o que representa um acesso à circunstância individual por intermédio da realidade criada pela fantasia do escritor. E vai mais além – propicia os elementos para uma emancipação pessoal, o que é a finalidade implícita do próprio saber (ZILBERMAN, 2003, p. 29).

Os livros literários atribuem a vivência e a aquisição da aprendizagem das crianças, um novo significado, permitindo as mesmas manter contato com a infância, que encontra-se presente na literatura infantil, esta que ajuda a desenvolver o sistema cognitivo, afetivo e social, que são fundamentais para alcançar um aprendizado significativo. Por meio da leitura, abre-se as portas para o conhecimento de mundo, e o que toda criança gosta é de fazer descobertas, conhecer o novo, o imaginário, e ao mesmo tempo estará despertando saberes.

## **9 METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento do presente trabalho intitulado de “A literatura infantil no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental”, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, onde, por meio da leitura de artigos científicos e livros que discorrem acerca da literatura infantil no processo de alfabetização e letramento,

buscou-se evidenciar os benefícios que a mesma pode trazer durante esse processo. Castilho (2014, p. 20) ressalta a respeito da pesquisa bibliográfica “É baseada na consulta de todas as fontes secundárias relativas ao tema que foi escolhido para realização do trabalho. Abrange todas as bibliografias encontradas em domínio público como: livros, revistas, monografias, teses, artigos de internet etc”. Para um maior aprofundamento do estudo a pesquisa terá abordagem qualitativa, onde a partir das informações adquiridas, se torne possível refletir e interpretar os resultados. Knechtel (2014, p. 101-2) aborda que a pesquisa qualitativa “Ressalta a natureza socialmente construída da realidade; Relação entre o pesquisador e o objeto de estudo; Ênfase nas qualidades e nos processos, com destaque para a forma como a experiência social é criada e adquire significado; E estuda casos específicos”.

Sendo assim, o pesquisador busca aprofundar seus conhecimentos, desvendando os fatos para então adquirir informações. As pesquisas foram baseadas nos conteúdos mais relevantes a cerca do tema, que de fato contribuíssem para a construção do trabalho. E que por meio disso se tornasse possível realizar uma análise significativa e relevante. Os estudos terão como embasamento teórico os seguintes autores; Magda Soares (2008), Street (2003), Paulo Freire (1994), Costa (2008), Tfouni (1995), Kleiman (1995), Coelho (1998), Cosson (2006) e Martins (2006); HENNEMANN (2012) dentre outros. No decorrer do desenvolvimento da pesquisa foi possível perceber a importância da literatura infantil para o processo de ensino aprendizagem, o quanto a mesma pode contribuir de maneira relevante para a aquisição de conhecimentos e formação integral do indivíduo.

## **10 A IMPORTÂNCIA DA LIRETATURA INFANTIL PARA PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

Para o desenvolvimento da presente monografia que tem como tema “A Literatura infantil no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental”, foram realizadas diversas pesquisas com embasamentos teóricos, que permitiram concretizar que,

de fato, a literatura infantil é um caminho facilitador da aprendizagem durante o processo de alfabetização e letramento, pois além de estimular a criatividade, proporciona prazer ao ato de ler, sua presença passa a ser fundamental na infância e principalmente nos primeiros anos escolares. Auxiliando a criança a adentrar no universo das palavras, no contexto da língua escrita, fazendo com que o educando desenvolva habilidades de compreensão e leitura de mundo, ainda na infância. Nesse sentido, Chaves (2011, p. 56) afirma que:

Quando a criança ouve a leitura, a contação de histórias, lê ou conta uma história, ativa uma série de capacidades, como a memória (recorda-se de outros momentos, de histórias ouvidas ou lidas, a atenção (se a história ou recurso utilizado para a contação da história a envolve completamente, ela, para ouvir, assume uma atitude de ouvinte atento), a fantasia (imagina-se parte da história contada, visando mundos e personagens, ativando suas emoções). Isto é, o livro traz cristalizadas em si as capacidades humanas e, na atividade de contação ou leitura de histórias, a criança vivencia e ativa o uso dessas capacidades, tornando-as individuais, parte de sua humanidade. Dentre essas qualidades humanas formadas, apropriadas e desenvolvidas socialmente estão: diferentes formas de linguagem e de pensamento, imaginação, sentimentos, capacidade de planejamento, dentre outros.

A literatura possibilita à criança expandir suas capacidades, ao ouvir e entrar em contato com os livros, a mesma consegue progredir na construção de sua própria história, aflorando seu sistema cognitivo, afetivo, emocional e social. Auxiliando no desenvolvimento da comunicação, pensamento e imaginação, formando leitores assíduos. Sendo, então, imprescindível para o processo de alfabetização e letramento. Hennemann (2012, p. 3) afirma que:

A literatura infantil é um instrumento no processo de alfabetização e letramento e serve como arma poderosa para ampliar os saberes dos sujeitos, é uma maneira de tornar o caminho da aprendizagem mais prazerosa e significativa, valorizando os conhecimentos já adquiridos pelos alunos e aproveitando para ampliar suas práticas de letramento.

Como traz a autora, a literatura infantil torna a aprendizagem dos sujeitos mais significativa, sobretudo, reconhece os conhecimentos que os educandos já possuem, para posteriormente aprimorá-los. Utilizá-la é uma estratégia que possibilita a ampliação da escrita e da oralidade, construindo pilares, em que, o conhecimento se torna inacabado, se

aperfeiçoando a cada dia gradativamente. Nesse processo, Saraiva (2001, p. 19) afirma que:

A atuação do professor é de vital importância, uma vez que dele depende a instauração de nova mentalidade frente ao texto literário que vise à exploração de seu caráter formativo e estético. Critérios que orientem a seleção de textos adequados ao crescimento intelectual e humano dos receptores; métodos aptos a privilegiar o ludismo e os espaços de indeterminação dos textos, bem com atividades incentivadoras de manifestações criativas são essenciais para que o professor legitime o texto literário como fundamento de sua prática alfabetizadora, que é também formadora.

A inserção da literatura infantil no contexto escolar promove o desenvolvimento da leitura, da oralidade e da escrita, desenvolvendo no educando conhecimentos múltiplos, formando integralmente o indivíduo. E o professor é o agente facilitador nesse processo, a partir da introdução de textos literários em sua prática pedagógica, agregando ainda mais conhecimentos à bagagem do educando, proporcionando ao mesmo a oportunidade de identificar os espaços em que a literatura se faz presente que podem auxiliar ainda mais em sua aprendizagem. Sendo importante que o educador selecione critérios enquanto busca os melhores textos a serem trabalhados, onde estes precisam incentivar nos alunos sua capacidade de imaginar, criar e recriar. Fazendo da literatura sua bússola orientadora do conhecimento, pois trabalha diferentes contextos e comportamentos que servem de direção para todo indivíduo que se encontra em processo de escolarização.

E à literatura, como linguagem e como instituição, que se confiam os diferentes imaginários, as diferentes sensibilidades, valores e comportamentos através dos quais uma sociedade expressa e discute, simbolicamente, seus impasses, seus desejos, suas utopias. Por isso a literatura é importante no currículo escolar: o cidadão, para exercer, plenamente sua cidadania, precisa apossar-se da linguagem literária, alfabetizar-se nela, tornar-se seu usuário competente, mesmo que nunca vá escrever um livro: mas porque precisa ler muitos (2008, p. 106, *apud*, PAIVA e OLIVEIRA, 2010, p. 23).

A literatura no contexto escolar é ferramenta primordial para a constituição do leitor, e por meio do contato com as mais variadas narrativas este irá desenvolver sua aprendizagem em torno de realidades diferentes. Segundo Caldin (2003, p. 10), “[...] pessoas afeitas

à leitura, aptas a penetrar horizontes veiculados em textos mais críticos, são pessoas capazes de melhor desempenho em suas atividades e apresentam melhor aptidão para o enfrentamento dos problemas sociais”. A leitura literária media a construção de amplos conhecimentos, pois desenvolve uma educação que transforma a realidade, sendo capaz de emancipar o educando através do despertar da consciência e da percepção de mundo, capacitando-o para enfrentar demandas cotidianas.

A literatura infantil enquanto prática, está vinculada a todos os contextos, encontra-se tanto no ambiente escolar, quanto no social, está imersa na vida cotidiana, segundo Britto (2005, p. 91) ressalta que “A leitura é mais que uma atitude é uma forma de conhecimento e de inserção social que se articula com outros conhecimentos e expressões de cultura.” A leitura é consideravelmente uma prática social, permite ao indivíduo articular aprendizagens na realidade da vida em sociedade. É importante salientar que, o letramento literário possui caráter social, no sentido de que, oportuniza o conhecimento do que acontece ao redor, ampliando a visão do leitor diante de fatos e acontecimentos, permitindo a reflexão crítica da realidade que o cerca, interpretando, interagindo e desempenhando seu papel diante da mesma. Cecília Goulart (2011, p. 29-0) sobre letramento literário, afirma que:

Podemos pensar sobre o letramento literário no sentido de que a literatura nos letra e nos liberta, apresentando-nos diferentes modos de vida social, socializando-nos e politizando-nos de várias maneiras, porque nos textos literários pulsam forças que mostram a grandeza e a fragilidade do ser humano; a história e a singularidade, entre outros contrastes, indicando-nos que podemos ser diferentes, que nossos espaços e relações podem ser outros. O outro nos diz a respeito de nós mesmos – é na relação com o outro que temos oportunidade de saber de nós mesmos de uma forma diversa daquela que nos é apresentada apenas pelo viés do nosso olhar.

O letramento literário faz com que o educando conheça e compreenda as relações humanas, como sujeito que faz parte da vida social, onde além de formar um agente construtor da aprendizagem, humaniza e conscientiza o sujeito, permitindo que este reconheça as singularidades, fragilidades e a história do ser humano. Diante disso, a

importância que o letramento literário possui para formação do sujeito, vai além do simples fato de codificar e decodificar, permite o conhecimento de mundo que esta imerso nos textos e livros de literatura. Graça Paulino e Cosson (2011, p. 26) afirmam que:

[...] considerar o letramento literário um processo significa tomá-lo como um estado permanente de transformação, uma ação continuada, e não uma habilidade que se adquire como aprender a andar de bicicleta ou um conhecimento facilmente mensurável como a tabuada de cinco. Também deve ficar claro que o letramento literário não começa nem termina na escola, mas é uma aprendizagem que nos acompanha por toda a vida e que se renova a cada leitura de uma obra significativa. Depois, trata-se de apropriação, isto é, um ato de tornar próprio, de incorporar e com isso transformar aquilo que se recebe, no caso, a literatura. [...] Por fim, trata-se da apropriação da literatura não apenas como um conjunto de textos, consagrados ou não, mas também como um repertório cultural que proporciona uma forma singular – literária – de construção de sentidos.

Letramento literário é fundamental na constituição do leitor assíduo, e que tome a leitura parte integrante de sua vida, sendo reconhecida como prática social, construindo por meio de suas entrelinhas repertórios culturais, capazes de desenvolver no educando sua capacidade de fazer uso da leitura e da escrita de forma significativa em sua realidade, ou seja, atribuindo sentido a mesma. Segundo Cosson (2007, p. 30):

É justamente para ir além da simples leitura que o letramento literário é fundamental no processo educativo. Na escola, a leitura literária tem a função de nos ajudar a ler melhor, não apenas porque possibilita a criação do hábito de leitura ou porque seja prazerosa, mas sim, e sobretudo, porque nos fornece, como nenhum outro tipo de leitura faz, os instrumentos necessários para conhecer e articular com proficiência o mundo feito linguagem.

Diante disso, fornece ao indivíduo a capacidade de se desempenhar de forma significativa diante da leitura, sendo um instrumento auxiliador para o processo de aprendizagem, empoderando-se com competência do mundo da linguagem. É preponderante citar que, a literatura infantil possui caráter lúdico em suas narrativas, por meio da introdução do novo e do imaginário, que permite a criança aprender de forma prazerosa, despertando no educando a criatividade e a espontaneidade, ao mesmo tempo que

desenvolve sua aprendizagem. Sendo assim, a literatura infantil permite ao educando criar um universo imaginário por meio de suas fantásticas histórias e narrações, que fazem parte da realidade infantil, que agregam no processo de aquisição da aprendizagem, pois possibilita a criança aprender se divertindo, fazendo descobertas, questionamentos e interagindo com seu contexto. Nesse cenário, Bordini (1985, p. 27-8), “[...] os textos literários adquirem no cenário educacional, uma função única, singular: aliam à informação o prazer do jogo, envolvem razão e emoções numa atividade integrativa, conquistando o leitor por inteiro e não apenas na sua esfera cognitiva”.

Por esse viés a aprendizagem vai além da construção de saberes, permite a criança sentir emoções únicas em um processo conjunto, onde prazer e aprendizagem encontram-se interligados, com o intuito de formar o indivíduo de maneira integral, levando em consideração suas emoções, capacidades e singularidades, pois este é um indivíduo único diante de um vasto campo de conhecimentos. A literatura possui o poder de atrair, pois é constituída de narrativas cativantes que despertam no leitor a curiosidade, e por meio da mesma construirá uma aprendizagem leve, que fluirá continuamente durante seu processo de formação. Segundo Abramovich “[...] por meio das histórias a criança pode vivenciar diferentes emoções, sentindo profundamente o que as narrativas podem provocar no imaginário infantil” (ABROMOVICH, 1997, p. 17).

A literatura favorece durante o processo de ensino e aprendizagem, o reconhecimento dos sentimentos e emoções, e a partir do momento que as reconhece, começa a saber lidar com elas, pois na medida em que folheia um livro encontra inserido nele, uma variedade de cores, formas e vida, que possibilitam o aperfeiçoamento do imaginário da criança, onde ela começará a desenvolver a afetividade, criatividade e seu sistema cognitivo. Diante dos questionamentos inquietantes que fundamentaram essa pesquisa o alcance dos resultados trouxe tamanha satisfação, a literatura infantil concilia a aprendizagem com a ludicidade, contemplando saberes que agregam

significativamente o processo de formação integral do indivíduo.

## **11 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para alcançar os objetivos da presente monografia foram realizadas diversas pesquisas a cerca do tema, e por meio delas tornou-se visível a importância da literatura infantil para o processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino fundamental. Pois a mesma dispõe de variados gêneros literários, que contribuem de maneira significativa para construção do gosto pela leitura, desenvolvendo no indivíduo a capacidade de fazer uso da língua escrita de forma competente em seu contexto social. Desenvolver o interesse pela leitura é um processo contínuo que tem seu início antes mesmo da criança ingressar no ambiente escolar, este precisa ser estimulado constantemente, pois o despertar para o ato de ler, constrói capacidades cognitivas significativas para o leitor, este que passa a compreender com maior clareza fatos e acontecimentos cotidianos. A literatura infantil é forte auxiliadora para prática pedagógica, possibilitando ao educando o desenvolvimento de conhecimentos enriquecedores, possuindo em suas entrelinhas um vasto universo de livros literários, que permitem o conhecimento de mundo, despertando no indivíduo seu senso crítico e reflexivo. Tornando-se então, capaz de questionar e desempenhar seu papel enquanto cidadão.

O contato com os livros durante o processo de alfabetização e letramento, além de desenvolver no indivíduo a capacidade de compreensão e interpretação, faz com que o mesmo tenha domínio daquilo que lê e escreve, aperfeiçoando-se gradativamente no contexto da língua escrita. A leitura literária abre portas para a aprendizagem, auxiliando no desenvolvimento da afetividade, criatividade e imaginação, e tudo isso se dará de maneira lúdica, pois a literatura é composta de cor e vida, suas belas e agradáveis histórias despertam o prazer em aprender, visando isso, a literatura infantil contempla a formação integral do indivíduo, formando e divertindo simultaneamente, sendo fundamental durante o processo de escolarização da criança.

A literatura infantil ocasiona interação entre o sujeito e a linguagem escrita, linguagem essa que está imersa em seu contexto social, e domina-la é tarefa preponderante para acompanhar o desenvolvimento contínuo da sociedade letrada. Cabendo então ao professor inseri-la em sua prática docente, como ferramenta auxiliadora para aquisição da leitura e desenvolvendo da escrita, sendo também transmissora de informações importantes para construção da identidade e autonomia do educando, pois seu caráter formador instrui o indivíduo ao conhecimento de si e do mundo ao seu redor. Portanto, por meio dos estudos realizados, conclui-se que a literatura infantil é ferramenta fundamental para aquisição da aprendizagem, propiciando à criança o desenvolvimento da leitura e escrita, e o despertar para o ato de ler continuamente.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A importância das histórias**. São Paulo: Scipione, 1997.
- BORDINI, M. G. Literatura na escola de 1º e 2º graus: por um ensino não alienante. **Perspectiva – Revista do CED**. Florianópolis: UFSC, 1985.
- CALDIN, Clarice Fortkamp. A função social da leitura da literatura infantil. **Revista científica da América Latina y El Caribe**. N. 15. Universidade de Santa Catarina:
- CASTILHO, Auriluce Pereira; BORGES, Nara Rúbia Martins; PEREIRA, Vânia Tanús. (Org.). **Manual de metodologia científica do ILES Itumbiara: ILES/ULBRA**, 2014.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.
- COELHO, Betty. **Contar Histórias: uma arte sem idade**. São Paulo: Ática, 1986.
- COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.
- COSTA, Marta Morais da. **Literatura, Leitura e Aprendizagem**. Curitiba: IESDE Brasil/A. 2008.
- CHAVES, M. **Práticas pedagógicas e literatura infantil**. Maringá: Eduem, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Alfabetização, leitura do mundo, leitura da palavra**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- HENNEMANN, A, L. **Literatura infantil: auxílio ao processo de alfabetização e letramento**. 2012. Disponível em: <[https://pt.slideshare.net/analuciah/literatura infantil](https://pt.slideshare.net/analuciah/literatura-infantil)

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MACHADO, Mirian Raquel Piazzzi. **Alfabetização e Letramento Literário no 2º ano do Ensino Fundamental de Nove Anos: Funções e Usos da Literatura Infantil**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP). Presidente Prudente: 2011. Disponível em:  
<<http://www4.fct.unesp.br/pos/educacao> Acesso em: 16de Set. 2012.

MAIA, J. **Literatura na formação de leitores e professores**. São Paulo: Paulinas, 2007.

MORAES, M.G. Alfabetização – **Leitura do Mundo, Leitura da Palavra – E Letramento: algumas Aproximações**, 2005. Disponível em:  
<<http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/> Acesso em: 15 mar. 2011.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAIVA, Sílvia Cristina Fernandes; OLIVEIRA, Ana Arlinda. A Literatura Infantil no Processo de Formação do Leitor. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, v. 4, n. 7, p. 22-36, 2010.

SHERIDAN, Dorothy; STREET, Brian; BLOOME, David. **Writing ourselves: mass-observation and literacy practices**. Hampton Press, Inc. Cresskill, Ney Jersey, 2000.

SIQUEIRA, Eloisa Barroso Gomes de. Informação, imaginário e conhecimento na literatura infantil: da educação moralizante à formação da consciência do mundo. **Caderno Discente do Instituto Superior de Educação – Ano 2, n. 2**. Aparecida de Goiânia: 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, jan./abr. 2004.

\_\_\_\_\_. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, Magda. Alfabetização e Literatura. **Revista educação: Guia da alfabetização**. n. 2. São Paulo: ed. Segmento

STREET, Brian. Cross-cultural perspective on literacy. In: VERHOEVEN, Ludo (Org.) **Functional Literacy: theoretical issues and educational implications**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1994.

ZILBERMAN, R. A escola e a leitura da literatura. In: ZILBERMAN, R.; RÖSING, T. M. K. **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009, p. 17-39.

\_\_\_\_\_. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **A literatura Infantil na Escola**. São Paulo: Global, 2003.

# **CAPÍTULO V**

## **UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES AFETIVO- MATERNAS E A EDUCAÇÃO DOS FILHOS NO ISOLAMENTO**

EDINAIDE MATOS REIS  
SÉRGIO OLIVEIRA FEITOSA  
JOAQUIM CARDOSO DA SILVEIRA NETO

## **1 INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa tem como finalidade discutir sobre os aspectos relacionados à maternidade, em se tratando de mulheres que tiveram que lidar com os seus filhos, durante a pandemia da covid-19. Interessa-nos como a Pandemia revolucionou as suas vidas, à sua família e as suas relações materno-afetivas, juntamente com a educação dos seus filhos. Dessa forma, são abordadas as mudanças que foram vivenciadas por essas mulheres que, em meio à Pandemia, viram-se desamparadas, principalmente, no contexto de serem mulheres e mães que trabalham fora de casa. Em meio a isso, tiveram que se reinventar para serem mulheres, mães, esposas, profissionais, conselheira, donas de casa, além de terem que conciliar o trabalho doméstico com trabalho profissional, gerando, assim, sobrecarga, angústia e inquietação, em um momento tão complicado, no qual todos os familiares se encontravam dentro de suas casas, em constante isolamento por conta da pandemia da Covid-19, que se deu no final de 2019.

Em consequência da pandemia do Corona vírus, que se deu início no final de 2019, com o primeiro caso confirmado em Dezembro, na cidade de Wuhan, na China, a organização mundial de saúde (OMS) declarou situação de emergência em saúde pública. Dessa maneira, foram tomadas decisões sobre o modo de se cuidar, e cuidar do próximo, algumas medidas foram precisas, como por exemplo, o uso de máscaras, o distanciamento social e o autocuidado com a higienização das mãos e o uso de álcool em gel, toda vez que se tocava em algo. Assim, todos tiveram que se dividir entre sua vida profissional e sua vida social, fazendo uma nova rotina no cuidado dos filhos, da casa, do marido entre tantos outros afazeres domésticos, que surgiram ao longo desse processo de isolamento social. No entanto, vale salientar que em meio a isso tudo, a grande missão pela educação e o amparo às atividades dos filhos, assim como o trabalho doméstico e a responsabilidade de manter tudo sobre normas, ficaram, na maioria

dos casos, a cargo das mulheres. As mesmas ficaram como principais responsáveis por toda a família e pelas tarefas do dia-a-dia, sendo que a presença masculina no lar, em muitos casos, não significou a cooperação ou a distribuição igualitária das tarefas da casa e a responsabilidade sobre os filhos. Com isso, as mulheres tiveram a tendência de se doarem mais, pois há uma obrigação maior principalmente diante da naturalização da posição que a mulher ocupa na sociedade e na estrutura familiar, sendo a grande responsável por cuidar de todos.

Em consequência disso, as mulheres deixam de ter um tempo para si, pois ficar em casa gera mais cansaço do que quando já se tem uma rotina fora dela, ou seja, sair de manhã leva os filhos na escola e voltar só à noite era algo comum, uma vez que, entre sair e chegar havia tempo para ler um livro, ouvir uma música, tomar um café na rua e conversar com alguém, era algo corriqueiro. Com a convivência obrigatória dentro de casa, tudo pareceu ter saído do controle da situação, sendo que o trabalho doméstico precisou se encaixar no trabalho profissional, gerando até um desconforto, pois é preciso conciliar os afazeres, como ser mãe, cuidar da casa, dos filhos, e cuidar de si próprio só quando sobra tempo, gerando um cansaço que há desmotiva a querer algo para si, quando não acarreta em um cansaço psicológico. Com a pandemia que afetou a todos, muitas mulheres tiveram que sair de suas rotinas para se adaptar a uma nova vida de sobrecargas, que não caberia somente a elas, mas terminou ficando apenas com elas. Em meio a isso, as mulheres, mães ou não, buscaram dar o melhor de si em todas as atividades que as mesmas realizavam. Porém, vale dizer que, com os filhos dentro de casa, a situação ficou mais crítica, quando relacionada às atividades e a educação escolar dessas crianças, gerando ainda mais um desconforto para os pais, em especial para as mães.

Em virtude deste cenário, muitas mães tiveram que conciliar suas vidas com a presença dos filhos dentro de casa por um tempo

muito maior que o comum, gerando assim certo desconforto em relação ao que se poderia fazer com o tempo que lhes sobravam, desse modo, às mães foram as que mais encontraram dificuldades, visto que seus filhos teriam mais tempo dentro de casa e as aulas seriam de modo remoto, então as mesmas teriam que auxiliar seus filhos nesse novo processo de ensino. Foram momentos muito difíceis para essas mães, visto que com o auxílio que era a escola, a vida e a rotina era muito mais fácil, no que tange a estar em casa com os filhos, sendo que quando as mães tinham o contato com os filhos era na intenção de estar junto sem grandes preocupações. Começa-se, assim, a se desenhar os objetivos desta investigação. Como objetivo geral, procurou-se identificar as principais dificuldades maternas no contexto da educação remota, durante o período da pandemia da Covid-19. À guisa de objetivos específicos buscou-se:

- a) Analisar o perfil da família no contexto da educação remota no que se refere ao papel materno.
- b) Elencar as dificuldades enfrentadas pela mulher na família em tempos de pandemia.
- c) Refletir sobre os aspectos emocionais da mulher em família em tempos pandêmicos.

Esses objetivos se sustentam sobre o seguinte problema de pesquisa: de que maneira o isolamento provocado pela Covid-19 afetou as relações familiares e a educação, da perspectiva da sobrecarga feminina, em relação à educação dos filhos? Como metodologia, adotou-se o viés de uma pesquisa de prospecção procedimental, por se entender que se trata de um movimento inicial de investigação, que deverá subsidiar futuro esforço de pesquisa, mais aprofundado, sobre o tema. A pesquisa procedimental, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009), tem como mérito a possibilidade de aprofundar os conhecimentos do pesquisador sobre o tema, de maneira que garanta os seus futuros movimentos de interferência no *locus* das suas investigações. Como instrumento de pesquisa, utilizou-se a entrevista

semiestruturada, aplicada a mulheres que experimentaram a maternidade durante a pandemia. Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada possui natureza dialógica, quase informal. O seu ponto de partida são as questões gerais, orientadas pelas hipóteses traçadas sobre o fenômeno que se deseja compreender. Uma vez que sejam respondidas as questões gerais, o pesquisador pode ir se aprofundando na obtenção dos dados, através da especificação das perguntas. Assim, a maior vantagem da entrevista semiestruturada é a sua adaptabilidade — ao teor das respostas do entrevistado, por um lado, e às próprias circunstâncias da entrevista, por outro.

A importância dessa pesquisa reside no fato de que a pandemia, provocada pela Covid-19, trouxe novos arranjos e situações absolutamente imprevisíveis para a relação afetiva entre mães e filhos, especialmente, no que se refere ao acompanhamento da vida escolar das crianças e à aprendizagem. A questão ganha maior relevância, porque há uma tendência a que os estilos de aprendizagem remota, que demandam maior acompanhamento, por parte das mães, se perpetuem na Educação brasileira, como possibilidades didáticas. Com efeito, antes mesmo da pandemia da Covid-19, o ensino remoto e as suas variantes já despontavam no horizonte da metodologia da aprendizagem. A pandemia apenas catalisou esse movimento, por causa da impossibilidade da educação presencial. Assim, torna-se imprescindível, para educadores e pais, entender o funcionamento do ensino remoto, para que possa, dessa forma, auxiliar os seus filhos na aquisição do conhecimento.

## **2 DESCRIÇÃO DO CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA**

A educação é um fenômeno social, histórico e cultural, que pode acontecer em qualquer lugar, a qualquer hora e com qualquer pessoa, pode ser passada de pais para filhos, ou de idosos para jovens, de professor para aluno, de aluno para aluno, independentemente do gênero, raça ou idade. Porém, é importante frisar que a escola nem

sempre existiu, ela foi construída de acordo com o momento da sociedade, se adequando sempre ao seu tempo, as demandas vigentes, as problemáticas existentes, e as condições socioeconômicas das pessoas na época (LEAL, 2008).

## **2.1 A história da política da educação no Brasil antes da Constituição Federal de 1988**

Para falar sobre a educação antes da Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988), é necessário voltar para o período do Brasil colonial. Naquele período em que havia escravidão, todos os âmbitos da sociedade sofriam implicações de ordem social e política que causavam uma série de resultantes para toda a população. Todas as formas de pensamentos e ideias eram influenciadas por aqueles que detinham um poder, ou seja, os donos de terras, que se caracterizavam como a classe dominante. Essa classe dominante era detentora do poder político, econômico e cultural (FERNANDES, 1966).

Pensando na educação daquela época, todas as ações educativas eram destinadas para pessoas que possuíam condições, ou seja, só tinha o direito à educação os donos de terras e senhores de engenhos, e mesmo assim, embora esses grupos possuíssem o direito, o número de quem realmente tinha o acesso era pequeno. Nas famílias constituintes desses proprietários de terra e senhores de engenho nem todos tinham o direito a educação, por exemplo, nem mulheres e nem os primeiros filhos (primogênitos) deveriam ter acesso à educação, sendo assim, as únicas pessoas que frequentavam as escolas eram os filhos destes donos de terras (que não fosse os primogênitos e somente do sexo masculino) e só frequentavam, pois deveriam receber instruções para assumir os negócios da família em um futuro possível. Sabe-se também que a educação sofreu um grande impacto da igreja, pois os padres também tinham o dever de educar, porém não disseminavam conteúdo educativo com bases científicas, instituindo-se algumas vertentes de pensamento religiosos (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001).

Com o passar dos anos, o Brasil se tornou independente, e,

mesmo diante da independência política, a situação da educação não teve uma mudança imediata, é válido lembrar que mesmo diante de uma nova ordem política instaurada, o Brasil não sofreu uma mudança, apesar da Independência, pois todos aqueles que detinham poder continuaram da mesma forma, sendo que só podiam ocupar cargos administrativos da política pessoas que tinham certo grau de instrução de educação (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001). Então, logo após o Brasil se tornar independente, a mudança no âmbito geral da sociedade foi se configurando, assim, foram surgindo faculdades que foram criadas, mais ou menos na década de 1820, desempenhando um papel de qualificação de funções que já existiam em outros países, por exemplo, cursos de medicina, engenharia e outros, mas para expansão no Brasil não foi tão simples assim. Em 1834, foi dado ao direito das províncias de regulamentar e promover uma educação primária e secundária, porém, não existiam recursos para que se organizassem as escolas em rede, assim sendo, o direito à educação ficou de maneira privada, ou seja, ficou nas mãos da classe dominante (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001; BRANDÃO, 2004).

A escola surgiu no Brasil, a princípio voltado para interesses da Igreja Católica, com o intuito de catequisar os índios e molda-los aos costumes da sociedade dominante. Porém, tratava-se de uma educação restrita a questões culturais e religiosas. Já a classe burguesa também desfrutava de ensinamentos em instituições, mas apenas uma parte da população tinha o privilégio de poder estudar conteúdos mais ricos com um embasamento mais científico sobre a sociedade, a fim de adentrarem nas profissões existentes daquela época, excluindo mulheres e os filhos primogênitos. (BARBOSA, 2015). De acordo com Silva, Resende e Almeida (2016), a exploração do trabalho pelo capital fez surgir no Brasil o que chamamos de questão social e suas expressões, decorrentes de um cenário desigual e constituído pela intensificação do pauperismo. Esta se expressa, principalmente com o desenvolvimento do capitalismo, por exemplo, na desigualdade social e econômica; na miserabilidade; na saúde precária; no analfabetismo.

Fatores que passaram no decorrer dos séculos XX e XXI, a serem pautas de demandas institucionais visando à construção de políticas públicas para o seu enfrentamento.

Embora a história da educação no Brasil seja longa, existe uma data que foi marcante no País, e por isso merece destaque. Em meados de 1930, aconteceram muitas transformações sociais e econômicas no País, foi um período de contradição no campo educacional, pois o Estado atribuía à escola o papel de ajustamento social dos estudantes e não o papel exclusivo de educar (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001; BRANDÃO, 2004). Ressalta-se nessa conjuntura o nulo ou precário acesso de muitos brasileiros ao espaço escolar e altos índices de analfabetismo então começaram a ser visualizada uma problemática de grande dimensão diante da educação. Em 1931, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) estabeleceu-se a integração entre a escola primária e secundária, bem como a elaboração do Estatuto da Universidade brasileira, o qual tinha por finalidade orientar e coordenar as reformas educacionais que seriam incluídas na Constituição Federal de 1934 (PINTO, 1986).

No ano de 1932, os liberais elaboraram o “*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*” em defesa de uma escola pública obrigatória, laica e gratuita, visando à construção de uma nova sociedade. Nesse mesmo período, funda-se o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) na cidade São Paulo. Assim a Revolução dos anos 30 fez surgir novas exigências educacionais, porém a expansão de unidades escolares e acessibilidade destas só foram possíveis em áreas de intensa produção capitalista (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001).

Até hoje se estima que a diferença de revolução Educacional no Brasil para com outros países foi de mais ou menos 100 anos de atraso, sendo assim, as disparidades educacionais no Brasil se formam entre Brasil e outros países e entre classes sociais no próprio País. Então a educação começou a se desenvolver no mesmo período em que existia uma grande produção capitalista e também a chamada luta de classes, sendo todos esses um problema social que no final das

contas afetou de fato a educação (PINTO, 1986; PILETTI; PILETTI, 1997; GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001). A luta de classes de certa forma influenciou a educação que até certo ponto pode ser considerada de forma benéfica, isso porque a população pressionou o Estado a democratizar o ensino e também pela distribuição limitada de escolas, o estado atendeu a essa demanda expandindo o sistema educacional de forma até então improvisada foi a partir da luta de classes que surgiu algumas das oportunidades educacionais na época. Apesar da grande oferta educacional essa se expandiu da mesma maneira em que já existia obedecendo às normas anteriores, controlada pela elite (PINTO, 1986; PILETTI; PILETTI, 1997; GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001).

No ano de 1934 a Constituição Federal daquele ano assegurava a gratuidade do ensino primário de forma pública, porém, deveria ser ofertada de maneira diferente entre meninos e meninas. E apesar de ser instituída em 1934, está só foi regulamentada em 1961. Em 1937, com a institucionalização do Estado Novo, inicia-se o período ditatorial no país e um novo redirecionamento da política educacional. Nesse cenário, o Estado desresponsabiliza-se pela manutenção e expansão do ensino público, institucionalizando a escola pública e agudizando a divisão de classes e desigualdade social. No entanto, foi a partir dos anos 1940, especificamente em 1942, que se instituiu as leis orgânicas da educação, fruto da –Reforma Capanema, movimento de base elitista e conservador, estabelecendo o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola no Brasil (GHIRALDELLI JR, 2001).

Com a redemocratização do país em 1945 e a promulgação da nova Constituição Federal de 1946, a educação passou a ser gratuita obrigatória e de responsabilidade do governo federal legislar as diretrizes e bases da política educacional e aos municípios a organização dos sistemas de ensino. (GHIRALDELLI JR, 2001). Saltando da década de 30 para de 60 Florestan Fernandes (1966, p. 4) afirmava:

É certo que a república falhou em suas tarefas educacionais, mas falhou por incapacidade criadora: por não ter produzido

os modelos de educação sistemáticos exigidos pela sociedade em classes e pela civilização correspondente, fundada na economia capitalista, na tecnologia científica e no regime democrático. Em outras palavras, todas as falhas provêm das limitações profundas, pois se omitir diante da necessidade de converter-se em estado educador, em vez de manter-se como estado fundador de escola de administrador ou supervisor do Sistema Nacional de Educação.

Logo mais em 1961 foi sancionada em 20 de dezembro a aprovação da primeira LDB, onde está assegurava o direito à educação com recursos do Estado e determinou autonomia didática, administrativa e disciplinar às universidades autárquicas ou fundações. Esta lei garantiu, pelo menos em tese, —igualdade de tratamento por parte do poder público para os estabelecimentos oficiais e os particulares, o que representou que a verba pública poderia ser carregada para a rede educacional de ensino em todos os graus (GHIRALDELLI JR, 2001, p.117). Juntamente com a LDB foi criado também o Conselho Federal de Educação, que tinha como função decidir sobre o funcionamento de algumas instituições de ensino. Ainda em 1961, foi criado também o Movimento de Educação de Base (MEB), onde tinha como atribuição oferecer uma educação em áreas como Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o sentido real desse movimento era alfabetizar adultos e ao mesmo tempo valorizar a cultura local e a consciência política (GHIRALDELLI JR, 2001).

Em 1964 foi criado o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), baseado no método Paulo Freire, que tinha como objetivo promover uma alfabetização em massa. Em 1967 teve a criação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que fornecia assistência técnica e financeira com o intuito de aplicar a obrigatoriedade do ensino na faixa etária de 7 a 14 anos. Em 1971 foi instituída uma nova LDB, que tinha como objetivo proporcionar aos estudantes a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades vocativas, qualificação para o trabalho, e desenvolvimento pessoal (PILETTI; PILETTI, 1997; GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001). O cenário das décadas de 1970 a 1980 é o marco do desenvolvimento capitalista conservador no Brasil, período

mundialmente conhecido pela reestruturação econômica, reajustes no âmbito social, político e pela criação de políticas sociais que precariamente atenderam as demandas da população brasileira (GUILHERME; NOGUEIRA, 2010). Apesar de muitos movimentos e programas em torno da educação, pode-se afirmar que seu desenvolvimento tem como marco principal e transformador a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988).

## **2.2 A história da política da educação no Brasil após a CF 1988**

A educação brasileira tem como marco legal, a constituição federal de 1988, é nela que consta os direitos sociais — [...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988, p. 10). É na CF de 1988 que consta que a educação pública brasileira tem como missão a função social de formar cidadãos e proporcionar ao educando seu pleno desenvolvimento. Portanto, na educação brasileira de acordo com a Constituição Federal de 1988 será ofertada:

Art. 206. O ensino será ministrado com bases nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade; VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988, p. 56).

A Constituição de 1988 afirma em seu artigo 206, alguns princípios da educação brasileira que deve ser preconizado, esses princípios possuem uma relevância altíssima para que a política da educação seja efetivada em todo o camponacional. Seguem eles:

I – igualdade de condição para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias de

concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade; VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988, p. 56).

Os princípios II e III do artigo 206º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) são cruciais para a oferta de educação no Brasil, pois não há educação de verdade sem a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e disseminar ideias. Da mesma forma, se o processo de ensino e aprendizagem não conduzir à diversidade de pensamento, não haverá um conceito amplo de educação. Os princípios de liberdade e tolerância não são apenas valores educacionais, são valores humanos, portanto, se a função da educação brasileira é preparar os indivíduos para o exercício pleno da cidadania por meio do convívio social, o respeito à liberdade e o respeito à tolerância formam o núcleo fundamental dos princípios educacionais brasileiros estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Outro princípio de grande relevância contido na constituição federal para educação brasileira é o princípio de gestão democrática do ensino. Mas o que seria essa gestão democrática? Segundo Bastos (2001):

A gestão democrática restabelece o controle da sociedade civil sobre a educação e a escola pública, introduzindo a eleição de dirigentes escolares e os conselhos escolares, garante a liberdade de expressão, de pensamento, de criação e de organização coletiva da escola, e facilita a luta por condições materiais para aquisição e manutenção dos equipamentos escolares, bem como por salários dignos a todos os profissionais da educação (BASTOS, 2001, p. 8).

Assim, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo de número 208, parágrafos 1º, 2º e 3º (BRASIL, 1988), o acesso ao ensino obrigatório (educação básica) é gratuito e se configura como um direito público subjetivo. Que de acordo com Cury, este corresponde ao direito de exigir diretamente do Estado o cumprimento

do direito negligenciado. Isto é, —que o titular de um direito público subjetivo tem assegurado a defesa, a proteção e a efetivação imediata de um direito, mesmo quando negado|| (*apud* BRANDÃO, 2004, p. 27).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), também estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2008), que tem por objetivo: —[...] articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação [...]|| (BRASIL, 2008, p.57). Estas devem prover garantias de sustentação e desenvolvimento do ensino, em seus vários níveis, etapas e modalidades, através da colaboração mútua dos poderes públicos. Também se pode encontrar na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2008), a afirmação de que a educação do Brasil deve ser aplicada e defende o combate ao analfabetismo, a uma educação universalizada, ao ensino de qualidade, com qualificação para o trabalho.

O novo Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005) (BRASIL, 2014), aprovada em 25 de julho de 2014, terá vigência de dez anos e irá organizar e propor metas de ação com prioridade a serem alcançadas nos próximos dez anos subsequentes. Estas são suas principais diretrizes:

Art. 2º São diretrizes do PNE: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014, p. 4).

Em 20 de dezembro de 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394 (BRASIL, 1996).

Considerada por muitos autores e educadores um marco da educação no Brasil e popularmente conhecida por Lei Darcy Ribeiro (respeitável educador e político colaborador na elaboração desta lei), estabelecem diretrizes e bases para a educação formal. É através dela que encontraremos os princípios gerais da educação nacional, sua finalidade, os recursos financeiros utilizáveis e a concepção de carreira dos profissionais de educação (FAUSTINO, 2008). Neste sentido, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p. 21).

O dever do Estado com a educação escolar pública, se efetiva sob a forma de algumas condições básicas, tais como: oferta do ensino fundamental gratuito e obrigatório a crianças, jovens e adultos, atendimento educacional especializado e gratuito a população com deficiência, sendo este preferencialmente em escola regular de ensino, acesso aos níveis mais elevados de ensino, com o foco na progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio e o oferecimento de uma educação pública de qualidade (BRANDÃO, 2004). Sob a perspectiva das leis que legitimam a educação no Brasil, a escola pública, através de seu representante o Estado tem como função, oportunizar aos indivíduos condições básicas para que se desenvolvam como sujeitos de direitos. Para isso, é mister uma educação integral, que reconheça os indivíduos enquanto sujeito: de direito, histórico e social. E o âmbito escolar um espaço de reconhecimento da cidadania (FAUSTINO, 2008).

### **3 QUAL A FUNÇÃO DA ESCOLA?**

A escola surgiu no Brasil, a princípio, voltada para interesses da Igreja Católica, com o intuito de catequizar os índios e moldá-los aos costumes da sociedade dominante. Porém, tratava-se de uma educação restrita a questões culturais e religiosas. Já a classe burguesa também desfrutava de ensinamentos em instituições, mas apenas uma parte da

população tinha o privilégio de poder estudar conteúdos mais ricos com um embasamento mais científico sobre a sociedade, a fim de adentrarem nas profissões existentes daquela época, excluindo mulheres e os filhos primogênitos (BARBOSA, 2015). As problemáticas que envolviam a educação escolarizada passaram a serem alvos de debates na referida década, abordando-se questões como a evasão escolar, em que se tinha o Estado, a Igreja Católica, e profissionais da área, como os principais envolvidos com a busca de soluções para essa e outras questões. As escolas passaram por diversas transformações, principalmente com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, se tornando instrumentos necessários e importantes ao processo produtivo e qualificador da mão de obra, além de mecanismos de sustentação e manipulação do Estado. Como evidencia Leal (2005, p. 19):

[...] O desenvolvimento da máquina e seu uso industrial introduzem exigências de qualificação da classe trabalhadora, requerendo o aparecimento de um sistema escolar institucionalizado, desde que esse efetive a qualificação da força de trabalho e se converta em um dos meios fundamentais de dominação ideológica [...] uma formação no sentido de você aceitar sua condição de trabalhador. [...].

Na contemporaneidade, a escola continua a representar o local onde as pessoas têm acesso à educação formal, mas com a diferença de que é um direito de todos participarem deste espaço, onde deve haver profissionais capacitados e estrutura para atender suas necessidades. Entretanto, mesmo com a existência de leis que abarcam o direito de todos à educação formal, gratuita e de qualidade, ainda há diversos educandos a parte do chamado ensino regular. A escola é um importante espaço para socialização, para trocas de experiências educativas, e para transmissão de diferentes saberes (ENKVIST, 2019). Educação significa mais do que difundir conhecimento, significa formar sujeitos capazes de construir sua própria história. A educação só se torna um sucesso quando todo o processo resulta na autonomia e libertação dos educandos, tornando-os aptos, para a usarem todo o conhecimento científico gerado pelo homem na relação aluno/professor/escola, como ferramentas para formar cidadãos

críticos, com condições de entender seu contexto histórico, social e econômico (LEAL, 2008). A educação não é tarefa exclusiva das escolas. Como confirma a lei atual de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (BRASIL, 1996), essa também é função da família e da sociedade.

A função educativa da escola, portanto, imersa na tensão dialética entre reprodução e mudança, oferece uma contribuição complicada, mas específica: utilizar o conhecimento, também social e historicamente construído e condicionado, como ferramenta de análise para compreender, para além das aparências superficiais do status quo real — assumido como natural pela ideologia dominante —, o verdadeiro sentido das influências de socialização e os mecanismos explícitos ou disfarçados que se utilizam para sua interiorização pelas novas gerações. [...] preparar os alunos/as para pensar criticamente e agir democraticamente numa sociedade não democrática (GÓMEZ, 1998, p. 22).

As escolas são espaços em que expressões da questão social se manifestam e, assim, necessitam de enfrentamento. Na escola se inserem estudantes que apresentam uma diversidade de questões relacionadas a desigualdades de gênero, raça e sexualidade, a condições socioeconômicas e a vivências em contextos de vulnerabilidade e risco pessoal e social (RODRIGUES, 2006). Além de conviverem, principalmente em instituições públicas, com o alto índice de evasão escolar, repetência e analfabetismo. Fatores condizentes a uma realidade pautada pela desigualdade no decorrer do contexto histórico brasileiro, que posicionam a classe pauperizada em uma condição difícil e atrelada à ordem capitalista, que, muitas vezes, recorre a trabalhos precários, sem garantias, podendo vir a se inserir em situações de vida expostas, por exemplo, a:

[...] relações familiares precárias, pais negligentes, trabalho infantil, maus tratos com crianças, violência e exploração sexual, desemprego, miséria, fome, drogas, abandono e várias formas de discriminação social que geram a evasão escolar marcando o início de uma história de exclusão. (SILVA; RESENDE; ALMEIDA, 2016, p. 2).

Para alguns estudantes, as instituições de ensino podem se tornar um segundo lar, fazendo parte, junto às suas famílias, de um processo de desenvolvimento intelectual e cultural de cada um. Com isso, a interação entre a escola e a família é importante para possibilitar uma aproximação com a realidade cotidiana vivida pelos estudantes e,

desse modo, conhecer situações que possam estar prejudicando o seu desempenho na escola.

Podemos defini-la [a escola] como uma instituição social formadora do conhecimento humano, o qual é trabalhado no contexto escolar com a realidade social do aluno, que busca sanar seus problemas e necessidades sociais. Por isso é importante realizar um diagnóstico familiar e aproximar mais o cotidiano familiar com o escolar. Deste modo, a escola é uma instituição preparada para desenvolver os valores sociais dos sujeitos (alunos e familiares), sendo capaz de prepará-los para viver em sociedade. (SANTOS, 2012, p. 127).

A escola é uma instituição que está atrelada a uma sociedade capitalista e desigual, constituída pelas diversas expressões da questão social que afligem boa parte das famílias, expostas a um cenário de vulnerabilidade social e econômica (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001; GÓMEZ, 1998). A escola deve ser o lugar onde ocorre a facilitação de conhecimentos essenciais para a vida em sociedade, claroque existem conteúdos que devem ser repassados de maneira programática para os alunos de acordo com a idade/serie, porém, o espaço escolar deve ultrapassar esses limites e ir além do —alfabetizar|. A função da escola vai além da transmissão de conhecimentos, vai além de —passar| o conteúdo para o aluno.

#### **4 AFETIVIDADE NO AMBITO ESCOLAR**

A afetividade é uma das forças mais profundas e complexas das quais os humanos podem participar. É um sentimento, que surge no momento em que uma pessoa se conecta a outra por meio do amor, esse amor traz sua essência para o medo complexo e profundo da perda. Quanto maior o amor, maior o medo daseparação, perda e morte (NERY, 2003). De acordo com Silva (2002), no âmbito da ciência, o afeto foi inicialmente estudado pela Psicologia. Buscava-se entender, separadamente, os processos cognitivos e afetivos, pois se acreditava que este último proporcionava uma visão superficial e distorcida da realidade. Os comportamentalistas, ao centrarem seus estudos no comportamento humano exógeno, relegam as emoções a um segundo plano, enquanto os cognitivistas buscam compreender o raciocínio

humano em sua dimensão cognitiva e afetiva.

Piaget (2014), da escola cognitivista, nos adverte sobre o fato de que, apesar de diferentes em sua natureza, a afetividade e a cognição são inseparáveis, indissociadas em todas as ações simbólicas e sensório-motoras. Para Piaget, não existem estados afetivos sem elementos cognitivos, ou seja, comportamentos puramente cognitivos. Mesmo nos processos de adaptação (assimilação-acomodação), Piaget considera que há nesta relação afetividade, ou seja, o interesse em assimilar o objeto ao self (o aspecto cognitivo é a compreensão), enquanto na acomodação a afetividade está presente no interesse pelo objeto novo (o aspecto cognitivo está no ajuste dos esquemas de pensamento ao fenômeno). Portanto, seu interesse pela afetividade refere-se a sua funcionalidade para a inteligência, pois existe uma relação intrínseca entre a afetividade e a cognição capaz de mobilizar as estruturas mentais. Ou seja, a afetividade, segundo o autor, serve de impulso à cognição que organiza e estrutura o funcionamento mental, dotando a criança da capacidade de constituir autonomia e autodeterminação (PIAGET, 2014).

Para Vigotski (2008), as dimensões do afeto e da cognição estariam desde cedo, intimamente relacionadas, de forma que a vida emocional esteja conectada a outros processos psicológicos e ao desenvolvimento da consciência de um modo geral. Segundo Vigotsky (2008), uma compreensão completa do pensamento humano só é possível quando se compreende sua base afetiva, acredita-se que o sujeito é produto do desenvolvimento do processo físico e mental, cognitivo e afetivo, interno (consistindo na história anterior do sujeito) e externo (refere-se ao desenvolvimento social do sujeito). Wallon (1942; 1981; 1986) deu continuidade aos estudos de Vigotski, segundo ele, a emoção e razão estão intrinsecamente conectadas, e assim, atribui à afetividade um papel central na construção da consciência de si por ser um fenômeno psíquico, social e orgânico. De acordo com Wallon (1942; 1981; 1986), inteligência e afetividade estão interligadas, pois esta depende das construções realizadas cognitivamente e vice-versa.

Para Wallon (1981), o psiquismo é uma síntese entre o orgânico e o social. Nesta relação à afetividade vai se subordinando à atividade cognitiva. De acordo com a perspectiva walloniana inteligência e afetividade se constroem reciprocamente, numa complexa relação de interdependência. Para algumas crianças a aprendizagem depende da elevação da temperatura afetiva, ou seja, da intensificação de um vínculo afetivo entre professor e aluno. Sobre o tema, Almeida, (1999, p. 42) afirma: “A afetividade tem um papel imprescindível no processo de desenvolvimento da personalidade da criança, que se manifesta primeiramente no comportamento e posteriormente na expressão. A afetividade são as habilidades dos indivíduos de vivenciar uma série de fenômenos afetivos (tendências, emoções, paixões, sentimentos). A afetividade consiste na força que esses fenômenos exercem sobre o caráter pessoal. Assim, esta desempenha um papel decisivo no processo de aprendizagem do ser humano, por existir em todas as áreas da vida, influenciando significativamente o crescimento cognitivo. A afetividade capacita humanos a revelar como eles se sentem em relação a outros sujeitos e objetos (CHALITA, 2004).

Na pedagogia, professores que usam afeto e carinho podem atrair o interesse do aluno em aprender, abandonando assim o autoritarismo pedagógico, este que ignora as emoções e os aspectos emocionais das crianças. Assim, o professor deve tentar saber como regular as emoções na sala de aula. A afetividade não pode ser quantificada, mas é visível quando é demais ou falta. Além disso, o afeto torna o ambiente/momento relaxante, fazendo com que as crianças se sintam mais seguras e mais livres para prosseguir naturalmente com suas atividades (GALVÃO, 2003; NERY, 2003). Wallon tem o seguinte pensamento:

[...] contribui ao iluminar com outro foco como se dão as passagens de um momento a outro do processo de desenvolvimento: a criança passará por diferentes fases, cuja superação se dará por meio da vivência de uma ruptura, ou, nas palavras do autor, de uma crise. Nesse sentido, esse momento de ruptura é de fundamental importância e deve ser valorizado, uma vez que, tendo acumulado experiências e desenvolvido outros recursos, em determinado momento o sujeito necessita haver-se com essas coisas para garantir seu

processo de individuação e autonomização (WALLON 1942, p. 40).

Quando a criança vive num ambiente emocionalmente estável isso fica óbvio no comportamento da criança, e quando é instável também. No primeiro caso, se reconhece a criança que vive em um ambiente afetivo quando esta se mostra mais receptiva a práticas diferentes e atende a ordens e tender até a conflitar com outros amigos, debater, realizar atividades e até atenda às suas necessidades pessoais. No segundo caso, acontece o contrário observe que uma criança que é menos tolerante tem dificuldade em falar com outras crianças e professores, além de encontrarem dificuldades de aprendizagem, também devem atrair a atenção das pessoas para realizar atividades e não conseguem resolver conflitos sozinhos (NOVAIS, 2021). A afetividade tem uma influência importante no processo de ensino no ambiente escolar sob perspectivas psicopedagógicas. A psicopedagogia está relacionada à educação onde o professor sempre usa estratégias relacionadas a emoções que estimulam o desenvolvimento intelectual e a autonomia dos alunos. A prática pedagógica deve se basear no diálogo entre professores e alunos, deixando-o desenvolver seu lado participativo, divertido, dinâmico e regular da turma, instigando sua imaginação e espontaneidade (NERY, 2003; CHALITA, 2004; NOVAIS, 2021).

As crianças aprendem por meio de desafios atrativos, dinâmicos e organizados. Quando desafiadas, as crianças irão adquirir novas formas de pensar, formas de estimular a imaginação, aumentar a sensibilidade e a construção de conhecimento. O contato com outras pessoas é um ponto fundamental, porque ele proporcionará diversidade e aprendizado através da interação social em construção e assim ganhar conhecimento para tornar as crianças criativas e originais. Existem alguns aspectos do desenvolvimento infantil que devem ser enfatizados, são eles: físicos, cognitivos, emocionais e sociais. Essas áreas precisam se ajustar e se desenvolver na mesma proporção. Porém, a articulação entre afeto e educação raramente é priorizada (NERY, 2003; NOVAIS,

2021).

A afetividade contribui para o sucesso no processo de ensino-aprendizagem, pois a afetividade e a cognição são aspectos indissociáveis, estão intimamente ligados e influenciam pela socialização, através da escola, família e sociedade, sendo extremamente necessária para a formação de pessoas felizes, éticas, seguras e capazes de conviver com o mundo que a cerca (NERY, 2003; NOVAIS, 2021). Porém, muitas vezes na sala de aula os professores consideram os alunos como sujeitos com inteligência abstrata ou sujeitos sem história. Segundo Galvão (2003, p. 82):

A consideração da complexidade das relações que se estabelecem entre o sujeito e os meios nos quais se insere impõe, no mínimo, que se tenha prudência nos julgamentos tão peremptórios e automáticos que a escola costuma fazer de seus alunos, o que se agrava nos julgamentos negativos, quando facilmente se elege determinantes únicos [...] como responsáveis por distúrbios de comportamento e aprendizagem. [...] ao atribuir a um fator único e externo a responsabilidade por comportamentos que são vistos como problemáticos, eximem o meio escolar de qualquer participação na construção do problema [...] e afasta da escola também a possibilidade de lidar com o problema, pois sua solução dependeria sempre da ação de um elemento externo.

Cabe ao professor saber intervir e mediar o afeto para que a criança se desenvolva e alcance os objetivos propostos durante a educação infantil. O papel do educador é compreender essas necessidades individuais e afetivas para a vida de sentimentos humanos. A ternura, o amor, o respeito, o desejo, são aspectos irrelevantes a essas necessidades (BRANDEN, 1998). Dessa forma, Chalita (2001, p. 52) caracteriza:

Para lidar com crianças na educação infantil, o educador precisa ser sensível às suas emoções, estar apto para lidar com situações que exijam paciência, compreensão e técnica, tendo capacidade para lidar com imprevistos que requerem flexibilidade e criatividade, além disso, deve usar sempre o conhecimento e a sociabilidade ligada aos aspectos afetivos, para o bem do aluno e tranquilidade dos pais.

O professor tem que estar totalmente ciente que exerce um papel muito importante sobre as crianças, formando hábitos e encorajando-as a terem seus próprios hábitos independentemente. Neste caso, o professor se torna um exemplo, um modelo que os alunos seguem e

buscam suporte para seu autodesenvolvimento.

As crianças precisam de modelos com os quais possam se identificar. [...] Para ajudar a pensarem por si mesmas, a caminharem em direção a tornarem-se independentes, desembaraçadas, autossuficientes, devemos perguntar a nós mesmos: [...] — Estou sendo para as crianças um modelo de pessoa que questiona constantemente, que sempre está buscando respostas mais apropriadas, que está mais interessada no diálogo e na descoberta do que na memorização dos fatos? [...] (LIPMAN; SHARP; OSCANYAN apud DANIEL, 2000, p.740).

É válido frisar que a criança aprende porque é curiosa, fascinada e disposta a conhecer e descobrir coisas novas, descobrir o mundo ao seu redor, as perguntas que a criança faz, indicam o que ela quer fazer e aprender. Todas as atividades humanas são o resultado de motivação interior, esta que interfere no tipo de comportamento assumido diante de estímulos. Os motivos formam o nível emocional da própria pessoa e afeta uma parte da pessoa e seu comportamento.

[...] o indivíduo estrutura sua personalidade a partir do final da infância, quando já pode ter seu próprio sistema de normas e valores, ou seja, uma moral autônoma. Entretanto, esse sistema de normas e valores vai ser estabelecido com base nas experiências infantis, entre as quais uma das mais importantes é o clima psicológico [...] (PILETTI, 1988, p. 276).

A forma como as pessoas percebem o ambiente social e sua relação com as pessoas, faz com que através das relações, o sujeito desenvolva certo comportamento nisso relacionando com o ambiente e as pessoas que convive. Sendo assim, mudanças de atitudes sempre se precederão de apreensão de novas informações, novos conhecimentos, novos afetos e situações uma vez vivenciadas (NERY, 2003). Os aspectos afetivos positivos permeiam as relações sociais estabelecidas entre crianças e adultos, e determinam a construção da identidade e o valor que a criança dá a si mesma. Essas experiências são altamente conscientes, o prazer da descoberta e a penetração das emoções garantem um rico significado da vida. O papel do educador é de ser facilitador da compreensão do mundo fazendo com que as crianças façam suas próprias descobertas significativas (FREIRE, 2021).

## **5 PANDEMIA COVID-19**

No dia 11 de março de 2020, com a exponencialidade do avanço dos casos, a Organização Mundial da Saúde declarou que o mundo estava em estado de alerta por conta da pandemia e, no dia 15 do mesmo mês, no Brasil, embora de forma controversa, iniciaram-se as medidas emergenciais para a contenção da transmissão do vírus. Em razão do grande aumento do número de casos no mundo todo, no Brasil, desde o início de fevereiro, já estavam sendo divulgadas algumas destas medidas, a fim de controlar a transmissão do vírus, mesmo enquanto ainda não haviam casos confirmados de Covid-19 no Brasil (BRASIL, 2020). A pandemia trouxe consigo diversos fatores que afetou a todos, em todos os aspectos, com o fechamento das escolas os pais tiveram que se responsabilizar pela alfabetização dos filhos, causando um cansaço excessivo na rotina dos mesmos, em particular na das mães. Com a falta de aulas presenciais pais e professores se adaptaram aos estudos remotos, onde foi uma saída para que os alunos em especial as crianças de educação infantil não ficassem sem algum tipo de atividade que complementassem o tempo dessas crianças dentro de casa, acarretando assim mais uma preocupação para as mães, além de que com atividades escolares as mães teriam que se responsabilizar para da conta de ensinar seus filhos nas atividades disponibilizadas pela escola gerando uma maior preocupação, quando as aulas eram no modo presencial não havia tanta preocupação, uma vez que as responsabilidades pelas atividades e metade da educação dos filhos ficavam por conta dos professores e todo o corpo docente (SILUS; FONSECA; JESUS, 2020).

Diante disso, iniciaram-se os usos de plataformas online de interação por áudio e vídeo (como, por exemplo, *Google Meet*, *Google Classroom* e *Zoom*) que fizessem substituições possíveis para atividades presenciais que faziam parte da realidade anteriormente. Embora o ensino remoto não substitua plenamente o ensino presencial, já que instituições de ensino são locais de socialização e práticas pedagógicas importantes, a adaptação foi extremamente importante para minimizar os impactos negativos que o período pandêmico deixará na Educação

(JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020). Em meio ao cenário que a pandemia impôs, se fez necessário rever o modo de vida tanto dos adultos como das crianças, contudo as mães foram as mais afetadas, já que tiveram que rever sua rotina e dá conta de suas tarefas fora e dentro de casa, causando uma série de problemas psicológicos que as desmotivaram do seu cuidado pessoal, para sobra um tempo maior para esta com os filhos ou fazendo algo que necessitassem da sua atenção (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020). Com as crianças dentro de casa em tempo integral sobrou tempo de mais e afazeres de menos, causando um desequilíbrio na rotina dessas crianças, a maioria poderia usar esse tempo para as tecnologias, como as televisões, celulares entre outros meios tecnológicos que as tomassem tempo, provocando um desregulamento do sono, mal está, hábitos nocivos, problemas de saúde entre outros problemas que acarrete em problemas muito maiores que esses, causando uma preocupação muito maior para com as mães, as quais já estão cansadas não apenas fisicamente (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020).

O confinamento nesta situação social de pandemia implica em níveis elevados de estresse e pode comprometer a saúde mental das pessoas, pois a diminuição das interações sociais prejudica o sentimento de pertença do sujeito a determinados grupos que o auxiliam em momentos de crise. Isso, atrelado a distúrbios do sono, ansiedade, medo, irritabilidade, mudanças no apetite, consumo de álcool e outras drogas (para amenizar a situação), pode levar a sérios processos de doença mental, principalmente em indivíduos mais vulneráveis. (Moraes; 2020, p. 3).

As causas que a pandemia trouxe consigo são bem mais sérias do que se imaginavam no começo de todo esse processo, a falta de socialização com outras pessoas pode ocasionar em sérios problemas tanto para as mães que são as grandes responsáveis pelos seus filhos e a educação dos mesmo, tanto para os filhos que estão acostumados em uma rotina diferente da atual, assim como diz o autor, a falta de socialização pode acarretar em sintomas irreversíveis causando um grau elevado de estresse, irritações entre tantos outros fatores que afetam a saúde não só física como mental e psicológica (SILUS; FONSECA; JESUS, 2020; LIMA; GERBELLI, 2021). Com a rotina tão

acelerada e, muitas vezes, sem regras, pois todos se encontram em casa, as mães se sentem sem estímulos para dar conta de seus afazeres, visto que a rotina era outra e os afazeres eram mantidos sobre as regras e tudo estava dentro de suas expectativas de ser mãe e ser profissional ao mesmo tempo, posto que quando as mães se encontram dentro de casa com seus filhos elas podem estar longe no aspecto do pensamento, sendo que o corpo está presente junto à criança, enquanto o pensamento não, gerando assim um desconforto para essas mães, uma vez que mesmo não dando conta de toda a carga que é imposta, não tem como deixar de ser mãe, já que ser mãe é estar conectada 24 horas (MACEDO, 2020).

Com as mudanças decorridas de toda essa adaptação ao isolamento social, implementação do trabalho remoto, este que passou a ser realizado de dentro de casa, tornou os limites que existiam entre vida pessoal e profissional praticamente nulos, e todas as atividades e afazeres da maternidade, ainda mais complicadas. Com isso, as mães, que já detinham uma carga de trabalho pesada, com as atribuições da profissão e trabalhos com a casa e os filhos, ficaram com a vida completamente revirada por conta de uma jornada quase infinita de coisas para dar conta, —As mães fazem a maior parte do trabalho doméstico e dos cuidados infantis, e com o isolamento social, a carga de trabalho de cuidado aumentou exponencialmente, já que mães estão administrando famílias com pouco ou nenhum apoio e sob condições quase impossíveis (O'REILLY apud JOAQUIM; DITZ; LEÃO; MARINHO; COSTA; AZEVEDO; MAGALHÃES, 2022, p. 8). A exaustão vivida pelas mulheres não é, e nunca foi novidade, muitas foram às pesquisas, entrevistas e até matérias jornalísticas que mostraram a exaustão vivida por mulheres, e foi durante a pandemia que também veio à tona a quantidade de mães solas existente no Brasil, isto é, mães que criam seus filhos sozinhas, que ficam responsáveis pelo cuidado, educação, sustento financeiro, moradia, alimentação e todas as questões afetivas (JOAQUIM; DITZ; LEÃO; MARINHO; COSTA; AZEVEDO; MAGALHÃES, 2022).

O período de isolamento originado pela pandemia do Covid-19 acarretou em transformações significativas para as pessoas, proporcionando adaptações, aproximações entre as famílias, enfim estreitamento de afinidades. Situação inesperada que causou inúmeros prejuízos econômicos e sociais, mas que foi categórico para muitas situações familiar. Desta maneira é pertinente dizer que a pandemia foi e é algo que mobilizou a todas as pessoas, gerando reflexões acerca das situações financeiras, familiares e como lidar com as dificuldades que ela causou, e que serão trabalhadas por muito mais tempo, pois a pandemia é algo a ser estudado por diversas razões, sendo que com a covid-19 muitas coisas foram modificadas, muitas vidas perdidas e pessoas com vários traumas pós-pandemia. (MACEDO, 2020; JOAQUIM; DITZ; LEÃO; MARINHO; COSTA; AZEVEDO; MAGALHÃES, 2022).

## **6 A MATERNIDADE COMO UM TRABALHO**

Desde os primórdios era comum uma formação familiar na qual se evidenciava o papel masculino nas relações. A figura da mulher era diminuída, e às vezes até omissa, seu papel/função se restringia a atividades domésticas e criação dos filhos. É comum encontrar em documentos antigos, relatos na TV, sobre o quão foi dura e longa a luta das mulheres por um lugar de destaque na sociedade. Os esforços foram grandes para estudar, votar, trabalhar e dividir muitas de suas ocupações com os homens (PINTO, 2003). Entre os séculos XVII e XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e a ascensão da burguesia, instaura-se a divisão entre esferas públicas e privadas. Cabia ao estado administrar as relações de produção e à família as condições de sobrevivência. Deste modo, a criança, até então criada em comunidade, passa a ser responsabilidade dos pais. Ao mesmo tempo, consolida-se a diferenciação de papéis sociais. Ao homem caberia o sustento da casa, enquanto à mulher os cuidados da família (BUTLER, 2003).

Sabe-se que historicamente a sociedade era marcada por processos sociais simbólicos e culturais, a maternidade, por exemplo,

foi se moldando ao longo do tempo. A chamada estrutura familiar a qual conhecemos hoje tinha como base e crença, o amor materno e era comum pensar que só podia criar e amar uma criança a mulher, a mãe. Segundo Badinter (1985), maternidade é um conceito que se transforma de acordo com a cultura e com a época em que é experienciada e, o formato como nós conhecemos hoje, é resultado de décadas de transformações sociais. Historicamente, entre os séculos XVII e XVIII, ser mãe era do modo mais literal que há, apenas pôr pessoas no mundo. Não se tinha a ideia que temos atualmente de infância, de cuidado, tampouco a de que havia uma ligação instantânea e natural entre mãe e filho — o que, séculos depois, denominou-se como —instinto materno

Ou seja, durante muito tempo os cuidados para com o filho se restringiu a mãe essa teria que atender as necessidades básicas do seu filho e da casa, a mulher não era vista como mulher, e sim como mãe. Entende-se, que a mãe é quem se mantém vigilante aos sinais do início de qualquer enfermidade na criança, quem pesquisa e marca consultas, quem revisa a estocagem de materiais de higiene e de alimentação ou, ainda, mantém a atribuição de ser o —banco de dados da família (BITENCOURT, 2019). A desvinculação e valorização do papel da mulher na sociedade se deu início na Europa após a Primeira Guerra Mundial por interesse da sociedade capitalista, a qual tinha sentido os efeitos da Guerra pelos altos números de mortes, assim, o pensamento era de que precisava de um elevado aumento da população, e esse povoamento se daria pelo incentivo as mulheres que tinham como missão engravidar. O pensamento era de que a responsabilidade pelo futuro da nação estaria nas mãos das mulheres, pois elas que seriam responsáveis por dar à luz a crianças saudáveis que se tornariam defensores da pátria (PINTO, 2003).

É notório que no histórico de vida das mulheres sempre existiu uma pressão social para alguma finalidade, se antes a mulher era restringida apenas ao cuidado do lar e cuidar dos filhos, agora ela também era pressionada a ter mais filhos e aquelas que não tinham

nenhum a se tornar mães. Tendo como visão a sociedade patriarcal à maternidade nos dias de hoje ainda é considerada como algo inferior ao trabalho remunerado, embora seja essencial, pois se não fosse o cuidado que cada indivíduo recebe enquanto é criança, não existiria adulto apto e saudável para se trabalhar atualmente (BUTLER, 2003; PINTO, 2003; BITENCOURT, 2019). Segundo dados do IBGE, através do relatório da Pesquisa Nacional Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), em 2018, as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais em trabalho doméstico e cuidado de pessoas no Brasil. Essa carga horária evidencia ser ainda mais desequilibrada e discrepante quando posta em comparação às horas dedicadas pelos homens ao mesmo ofício: eles, por sua vez, dedicaram uma média de 10,9 horas semanais (IBGE, 2019). Esses dados só confirmam informações e dados que vem sendo confirmados ao longo dos anos, pois, sabe-se que o trabalho de cuidado do lar e o cuidado materno são desempenhados em sua grande maioria pelas mulheres, de forma gratuita ou mal remunerada.

Apesar das grandes conquistas da população feminina o que se pode afirmar nos dias de hoje, é que a mulher suporta uma sobrecarga física e mental fora dos limites considerados comum, a mulher atende todas as necessidades básicas da criança no ambiente doméstico e por muitas vezes até fora deste. Entre final de 2019 e decorrer do ano de 2020 enquanto o mundo enfrentava o contagioso vírus da covid-19, a situação da mulher e maternidade se agravou, pois o isolamento social tornou o trabalho da maternidade mais solitário, cansativo e desafiador.

## **7 AS IMPLICAÇÕES DO ENSINO REMOTO E A SOBRECARGA MATERNA**

Durante a pandemia causada pela COVID-19, foi preciso que muitos países entrassem em isolamento social, foram exigidas mudanças que atingiram a todos, fazendo com que os domicílios passassem a ser não apenas um lar, mas também um local de trabalho para os adultos e de estudo para as crianças, dado o fechamento das escolas. As medidas preventivas foram adotadas em conjuntos e foi

aderido o ensino remoto durante a pandemia, trazendo a tona muitas questões que estavam mascaradas pelas paredes das salas de aulas. A adoção do ensino remoto, trouxe a implementação da tecnologia para a realidade escolar, porém sobrecarregou aqueles que são os responsáveis pelo monitoramento dessas ferramentas e evidenciaram as disparidades sociais no que se refere à renda, acesso de ferramentas tidas como universais (TVs, Smartphones) e etc. (CASTAMAN; RODRIGUES, 2020).

Conforme Costa e Sousa (2020) foram observados diversas condições socioeconômicas diferente em todo o território nacional junto com a falta de internet, para conseguir sanar este problema no ensino a distância, algumas empresas de telefonia disponibilizaram o sinal aberto de internet, nos locais que falta internet foi desenvolvido um canal educativo, no qual todos os alunos conseguiram ter acesso à educação. Mas sabe-se que mesmo existindo ações como essa, não abarca a todos e sempre haverá exceções. Leal (2020) afirma que, diante da nova realidade imposta pela situação de pandemia, as limitações que existem no processo de ensino e aprendizagem tornaram-se mais evidentes, isso porque o momento destacou ainda mais como a desigualdade social tem implicações negativas na aprendizagem de alunos em situação de vulnerabilidade econômica. O discurso da educação à distância traz à tona a dificuldade de alunos de classes sociais menos favorecidas em dar continuidade ao ano letivo nesse contexto de isolamento social, já que faltam computadores, smartphones, *tablets* e acesso à internet em suas residências.

Por outro lado, para aqueles que tinham acesso à internet e seus meio, Silus; Fonseca e Jesus (2020), afirmam que muitos professores e estudantes depararam-se com pontos desafiadores, tais como o uso integral das ferramentas tecnológicas para continuidade do processo ensino aprendizagem, bem como para manutenção da comunicação entre ambos. Inserir as tecnologias digitais em todos os campos da vida atualmente fez com que professores e alunos saíssem da sua zona de conforto. Assim, como as crianças tiveram que se afastar das escolas,

os pais tiveram que sair dos seus empregos, gerando um tempo maior de convivência dentro de casa, causando muitas das vezes um desconforto na hora de auxiliar seus filhos nos estudos remotos, quando não se gerava uma falta de conhecimento dos conteúdos estipulados pelos professores, sendo que os pais tiveram que se responsabilizar por toda a educação dos filhos nesse momento pandêmico (CASTAMAN; RODRIGUES, 2020).

O grande desafio dos pais, em especial as mães, era conciliar sua vida profissional com a vida dentro de casa, gerando assim uma falta de concentração para realizar alguma tarefa, pois se sabe que todo trabalho exige concentração quando praticado, portanto, com os filhos dentro de casa isso se tornou algo difícil. O papel das mães era trabalhar com esse problema que afetava a elas e também aos filhos, posto que os filhos não estavam passando um tempo dentro de casa, como as férias, mais estariam em tempo integral sem nada que os distraísse ou que os tirasse do tédio de estarem em casa sem nada para fazer depois de alguns minutos de aula remota, sendo que, quando os mesmo estavam na escola o tempo tinha como proporção passar com mais facilidade, e o tempo que ficavam em casa era mais agradável e conveniente, uma vez que isso não mais acontecia por conta da pandemia que afetou a todos os setores de forma inesperada (SILUS; FONSECA; JESUS, 2020).

Em meio ao cenário que a pandemia impôs, se fez necessário rever o modo de vida tanto dos adultos como das crianças, contudo, as mães foram as mais afetadas, já que tiveram que rever sua rotina e dá conta de suas tarefas fora e dentro de casa, causando uma serie de problemas psicológicos que as desmotivaram até mesmo do seu cuidado pessoal, para que pudesse sobrar um tempo maior para está com os filhos ou fazendo algo que necessitassem da sua atenção. Com as crianças dentro de casa em tempo integral sobrou tempo de mais e afazeres de menos, causando um desequilíbrio na rotina dessas crianças, a maioria poderia usar esse tempo para as tecnologias, como as televisões, celulares entre outros meios tecnológicos que as

tomassem tempo, provocando um desregulamento do sono, mal está, hábitos nocivos, problemas de saúde entre outros problemas que acarretam em resultantes muito maiores que esses, causando mais uma grande preocupação para mães, que já estavam cansadas fisicamente e mentalmente. (LEITE; RIBEIRO, 2012; SANTOS; ALVES; PORTO, 2018; SILUS; FONSECA; JESUS, 2020).

Segundo Castaman e Rodrigues (2020), um grande desafio no ensino remoto foi a diversas modificações realizadas nas plataformas educacionais, no qual gerou muita instabilidade para os servidores e vários alunos perderam aulas por este motivo, além da limitação financeira e acesso de internet os discentes tiveram que se adaptar a modalidade de ensino a distância para conseguir desenvolver o aprendizado durante a pandemia. As TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) já vinham pouco a pouco sendo inseridas no processo de ensino e aprendizagem, possibilitando o acesso ao conhecimento (SANTOS; ALVES; PORTO, 2018). E durante a pandemia teve sua inserção feita de forma rápida e sem preparo.

A experiência do professor com as tecnologias existentes e sua utilização na prática, é necessariamente importante, é preciso que a escola seja dotada de boa estrutura física e material, que possibilite a utilização dessas tecnologias durante as aulas; que os governos invistam em capacitação, para que o professor possa atualizar-se frente às mudanças e aos avanços tecnológicos; que os currículos escolares possam integrar a utilização das novas tecnologias aos blocos de conteúdos das diversas disciplinas; dentre outros (LEITE; RIBEIRO, 2012, p.175).

Segundo Arruda (2020, p. 266), “[...] a educação remota é uma modalidade de ensino importante para manter o vínculo entre estudantes, professores e demais profissionais da educação. Sobre o ensino remoto, sabe-se que:

[...] envolve o uso de soluções para a produção de atividades, como, por exemplo, a produção de videoaulas que podem ser transmitidas por meio da televisão ou da internet [...] O objetivo principal deste, não é recriar um novo modelo educacional, mas sim, fornecer acesso temporário aos conteúdos educacionais de uma maneira que possa minimizar os impactos causados em decorrência do isolamento social nesse processo (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020, p. 13).

Assim, foram realizadas algumas entrevistas com mães na cidade de Euclides da Cunha-BA, acerca de questões relacionadas a esse período de grande turbulência na vida materna das mulheres. É importante salientar que essas entrevistas foram feitas com mães que não tiveram acesso a estudos, e que não conhecem muito bem as práticas de ensino aprendizagem, possuem o conhecimento da escrita e da leitura, mas somente o básico, essas mulheres possuem residência fixa na zona rural, e durante a pandemia tiravam seu sustento do trabalho na roça e do programa do governo federal o Auxílio Brasil. Foram questionadas sobre as mudanças que ocorreram na rotina da casa com a chegada da pandemia. A entrevistada E1 respondeu:

Com a chegada da pandemia foi bem tenso, pois não se esperava algo tão grandioso, de início se imaginou que fosse uma pequena virose, que não afetaria em nada. Na rotina de casa não houve tantas mudanças por que vivemos no povoado e vivemos da roça, o que mais mudou foi à questão da estudante que se tem em casa, dela não poder ir à escola, visto que, não tínhamos muitos recursos, sendo que não dispõe de rede wi-fi e celular disponível, a dificuldade maior foi em relação a isso, sendo que no tempo pandêmico não sabia lê nem escrever, ainda estava em fase de alfabetização e os recursos para ensinar lá era muito difícil.

Já a entrevistada E2 afirmou:

Com a chegada da pandemia do covid-19 que abalou o mundo a rotina dentro da minha casa foi afetada, tivemos que ficar em casa sem poder sair para a rua a não ser o necessário, mas somente um membro da família podia sair, para resolver tudo da família em geral, tudo fechou só os mercados e farmácias eram abertas, e foram muitos meses em casa vivendo essa angústia.

Sobre como a pandemia afetou a sua relação com os seus filhos e a rotina, a E1 respondeu:

Não foi algo que afetou muito, sempre tivemos uma boa relação, só a questão do medo e insegurança de que alguma coisa pudesse vir acontecer com os da família. [...] A rotina foi um pouco complicado, tinha uma estudante que tinha dificuldade com os estudos, e tinha que ter tempo para poder auxiliar com as atividades, porém não era algo produtivo a minha leitura era pouca e não tinha muita experiência com a leitura os demais também não conseguiam ajudá-la, entretanto esse processo gerou muita preocupação e insegurança.

Sobre as referidas questões, a E2 disse que:

Afetou na questão da convivência, visto que algumas vezes

tive que ir fazer algum trabalho em locais diferentes da minha casa, com pessoas diferentes e tinha medo de me contaminar e passar para ele, e isso faziam com que eu não desse tanta atenção ao mesmo, nem pudesse abraçá-lo ou beijá-lo e isso gerou um pouco de afastamento, e foi bem desafiador. A rotina mudou um pouco, visto que às vezes não podia estar com ele o tempo todo, além disso, tinha as atividades da escola, que eram entregues a cada quinze dias, e muitas das vezes eu não tinha tempo e o conhecimento de algumas atividades, e isso não afetou só a mim mais a ele também, principalmente no aprendizado.

Sobre os impactos na aprendizagem causados pela relação cotidiana, a E1 afirmou:

Teve uma imensa dificuldade, mesmo com as atividades enviadas por quinzena, houve um impacto, sendo que muitas das vezes não tinha alguém para ajudá-la e isso gerou um grande atraso tanto na leitura como na escrita, e isso foi difícil, visto que se ela tivesse na escola de modo presencial ela teria se desenvolvido muito melhor e teria uma aprendizagem muito melhor.

Já a entrevistada E3 respondeu que:

Sim, com relação à rotina com meu filho o impacto na aprendizagem dele foi afetado, pois ele passou a estudar em casa e às vezes eu não consegui ajudá-lo. Após quatro meses voltei a trabalhar, e também estudava à noite em casa no modo remoto, o que dificultava eu estar com ele ajudando, sem contar que o mesmo não queria assistir às aulas então para ajudar comecei a pegar as atividades impressas, porém ele não respondia e com a correria da rotina de estudo e de trabalho percebi que a aprendizagem dele diminuiu, que o interesse pelo estudo já estava acabando, então foi complicado atravessar essa fase da pandemia e falo em relação a todos os aspectos, inclusive na aprendizagem do meu filho que está cursando o 7º ano do ensino fundamental II (ANOS FINAIS).

A entrevistada de número 4 disse que:

Sim, meus filhos são crianças pequenas em fase de alfabetização, e a falta da presença dos professores e colegas afetou na aprendizagem dos mesmos, uma vez que o isolamento também distanciou os mesmos de ter uma relação com a sociedade e ter momentos de interatividade com os colegas, gerando assim, um atraso na aprendizagem e até no desenvolvimento deles.

A E2, afirmou que:

Teve uma imensa dificuldade, na aprendizagem quando relacionado à aprendizagem de ler e escrever, algo que o mesmo ainda estava se desenvolvendo, gerando uma imensa preocupação sobre a alfabetização do meu filho.

## Sobre o impacto emocional diante de todas essas questões,

E1: O impacto foi bem grande, visto que, no início ninguém podia sair de casa para ir até a cidade, ou encontrar com amigos e ir a lugares de lazer. O uso das máscaras e o uso obrigatório de álcool em gel também foram um impacto, sendo que tivemos que providenciar as máscaras e lavar as roupas toda vez que tinha que sair, tomando todos os cuidados possíveis, pois o medo de se contaminar e contaminar o outro eram muito grandes e isso gerou medo e insegurança.

E2: O emocional ficou muito abalado, o medo de transmitir Covid para alguém, o cuidado redobrado, as novas regras que tinha que seguir sendo que não poderia sair de casa se não tivesse algo importante para fazer, não podia ver amigos, ir a lugares que antes eu ia, e com isso se gerou uma ansiedade muito grande e ao mesmo tempo muito preocupante, pois pessoas que não moravam comigo, mas é da minha família adoeceram, ficaram em estado grave e isso gerou ainda mais preocupação, medo e inquietação. O cuidado com o meu filho foi mais redobrado, pois tinha medo que algo acontecesse com o mesmo.

E3: Na pandemia o impacto emocional foi afetado, pois foi preciso se distanciar de familiares e amigos para preservar a vida deles e a nossa também, para não haver contaminação, foram dias difíceis, pois a falta de um abraço amigo nos deixavam tristes e assim também com medo de contaminar ou se contaminar e não resistir era muito, tanto que gerou uma síndrome do medo em torno de nós.

E4: O impacto foi um pouco grande, visto que tive que saber conciliar as coisas, principalmente quando se tem duas crianças em casa, o medo, as angústias e pensamentos negativos foram muito presentes durante essa etapa.

Em meio às circunstâncias, é possível se perceber o quanto a escola é importante para a vida dos filhos, assim para com as mães, uma vez que a alfabetização fica há cargo da escola, enquanto as mães só eram responsáveis por auxiliar em algumas atividades para casa. Mas, certo que isso mudou com a chegada da Covid-19, gerando um imenso impacto que afetou as mães, mães que eram donas de casa, que tinham que trabalhar fora e mães que não tinham / tem o conhecimento da leitura, tiveram que procurar soluções para desenvolver uma temática de ensino remoto dentro de casa, mesmo com poucos recursos a alfabetização das crianças não podia para, gerando grandes desconfortos e inseguranças para todos.

Tendo como base as entrevistas feitas a algumas mães, se é possível observar a dificuldade de se fazer presente na vida estudantil

das crianças, fatos que deveriam acontecer diariamente mais, que com tantos afazeres eram deixadas de lado, agora em meio ao caos que foi a pandemia isso teve que acontecer com frequência, pois era o ensino aprendizagem de seus filhos que estava em jogo, causando o desdobramento dessas mães. Muitas dessas crianças tiveram que se adaptar a uma nova rotina, trazendo para o seu cotidiano momentos que teriam que lembrar a uma sala de aula, buscando a máxima concentração e dedicação, principalmente aqueles que estavam em fase de alfabetização e socialização com o mundo fora de seu convívio.

Esse momento foi muito difícil, pois como mostra as entrevistas acima, foram momentos de grandes desafios, onde mães tiveram que enfrentar suas fraquezas para se sentirem fortes e darem o apoio que seus filhos precisavam, sendo que toda a alfabetização era responsabilidades delas, e isso acarretaria em um esforço muito maior do que o de costume. Mesmo tendo mais pessoas vivenciando na mesma casa, é nítido perceber o quanto necessária é as mães/mulheres no contexto familiar, essas mães tiveram que conciliar seu tempo para dar suporte a seus filhos, mesmo não tendo tantos recursos, gerando medo e inseguranças que eram vencidas a todo o instante. Em meio a este cenário, é pertinente dizer que as mães/ mulheres fazem toda a diferença no seu contexto histórico, pois desde sempre elas vem lutando por seus direitos e deveres de serem reconhecidas por uma sociedade que não as enxergam.

Portanto, é necessário que a família busque junto às mães/ mulheres por ações que contribuam com o seu trabalho, seja ele dentro ou fora de casa. As relações maternas afetivas precisam ser reconhecidas por todos, sendo que as mulheres exercem uma carga de trabalho muito maior do que os homens, gerando uma exaustão muito maior, causando um desgaste emocional e psicológico como aconteceu e afetou a grande parte das mães, quando se perceberam em um estado que tinham que dar conta de tantas demandas, conciliando sua vida profissional com a social, além da maternidade. Foram tempos difíceis para com as mães/ mulheres, que apesar das aflições, medos,

angustias estavam ali para auxiliar seus filhos, visto que o instinto materno se fez presente á todo o momento, e mesmo com tantas dificuldades essas mães continuaram a buscar e acreditar que dias melhores virão, e que o processo remoto foi uma aprendizagem significativa, mas que não substitui a escola e a socialização das crianças com o mundo.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na contemporaneidade, a escola continua a representar o local onde as pessoas têm acesso à educação formal, mas com a diferença de que é um direito de todos participarem deste espaço, onde deve haver profissionais capacitados e estrutura para atender suas necessidades. Entretanto, mesmo com a existência de leis que abarcam o direito de todos à educação formal, gratuita e de qualidade, ainda há diversos educandos a parte do chamado ensino regular. A escola é um importante espaço para socialização, para trocas de experiências educativas, e para transmissão de diferentes saberes. No entanto, durante muitos anos da história humana apenas algumas pessoas podiam fazer parte deste ambiente social. Dentre os indivíduos que eram excluídos deste contexto, estavam os deficientes e as pessoas com necessidades educacionais especiais.

O presente estudo oportunizou um amadurecimento intelectual e crítico sobre a temática abordada, assim como novas reflexões a respeito da realidade enfrentada por tantas mulheres no Brasil antes e durante o enfrentamento dessa pandemia que tanto preocupou e fragilizou a mente feminina. Diante de todos os dados teóricos levantados, entrevistas aplicadas, pode-se perceber que as principais implicações da pandemia sobre caíram sobre as mulheres, principalmente nas mães, essas que mesmo antes do enfrentamento desse contagioso vírus já enfrentavam jornadas duplas, triplas de maneira exaustiva, seja no trabalho fora de casa ou em seu próprio lar, por conta de querer ocupar um lugar de destaque na sociedade e vencer as ideias patriarcais.

As consequências dos meses vividos durante a pandemia por mulheres ainda está em destaque na grande mídia brasileira e mundial, isso porque questões relacionadas à educação e trabalho estão diretamente ligadas ao sexo feminino. Os impactos para as mulheres-mães durante a pandemia são inúmeros e grandiosos. Levando em consideração tudo o que aqui já foi exposto é possível se observar o quanto a pandemia atingiu a todos de modos diferentes mais com grandes impactos, que fizeram com que todos repensassem a maneira de vida de cada um, o assunto mais citado nesse projeto e o que a pandemia fez com a vida das mães, dos filhos e como as mesmas tiveram que lutar e si doarem o máximo para dá conta de todas as responsabilidades e saber lidar com todas essas funções em um mesmo ambiente.

As mães diante desse processo, em especial as mães que não tinham algum tipo de apoio, foram as que mais se sentiram sozinhas nesse momento de isolamento social, gerando um desconforto muito grande na vida das mesmas e dos seus filhos, visto que a covid-19 afetou não só as crianças como os adolescentes, fazendo com que os mesmos desenvolvessem algum tipo de ansiedade ou algum outro problema que acarretassem em danos muito maiores. Esse momento pandêmico foi algo crucial na vida das mães, pois além de algumas ficarem sem o emprego, ainda tinha que conciliar sua vida doméstica com a educação dos filhos, onde as mães ficaram com seus empregos, mas trabalhando de modo remoto a situação foi um pouco maior, onde houve uma maior dificuldade de se adequar a essa nova rotina. Sem falar o quão difícil foi manter o financeiro, em um momento tão complicado. Portanto, vale ressaltar a importância de uma atenção para com as mães, sendo que se as mesmas não mantiverem sua saúde tanto a física, como a mental isso levará a um desgaste emocional e psicológico muito maior. É possível se observa que em decorrência da pandemia da covid-19 muitas mães tiveram que procura algum tipo de ajuda que as mantivessem firmes, e que as ajudassem a dá conta de todo o processo que é ser mãe, mulher, dona de casa e professora de

seus filhos.

O isolamento foi algo muito difícil de ser encarado, onde as mães passaram por momentos de muita dificuldade tendo que lidar com situações, uma vez que essas mães tiveram que cuidar de si mesmas, dos filhos, da casa e do trabalho profissional levando ao índice muito maior de estresse, exaustão, perdas, e desmotivação para continuarem, um fato muito relevante que não pode ser esquecido é o quanto essas mães se destacaram no momento de pandemia auxiliando a todos em especial aos filhos, ajudando os mesmos nas suas tarefas escolares e auxiliando o mesmo a liberar sua energia, visto que as escolas estavam fechadas e toda a sobrecarga recairia sobre as mães. Olhar para as escolas brasileiras pós-pandemia significa pensar em uma escola que olha para o futuro. Inúmeros estudos têm sido publicados sobre o impacto de uma escola com ensino remoto, que não funciona nesta economia, e por sua vez, na população brasileira.

Diante de todos os percalços enfrentados pelas mães durante a pandemia e ensino remoto, chega-se a conclusão de que o ensino em casa não pode substituir a função das escolas, apenas as famílias com dinheiro e capacidade de treinamento suficiente podem receber educação em casa para realizar programas de ensino para educar seus próprios filhos, e essas são exatamente as pessoas que não tiveram problemas durante a pandemia e não sofreram com escolaridade de baixa qualidade ou escolas sub-representadas, pois, podiam pagar por ferramentas tecnológicas e aulas particulares, mas a classe pobre que não tem aparelhos, e muito menos condições financeiras sofreu e segue sofrendo com os efeitos da Covid-19.

#### **REFERÊNCIAS**

- ALMEIDA, A. R. S. **Emoção na sala de aula**. Campinas: Papirus, 1999.
- ARRUDA, E.P. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de covid-19. **Rede Revista de Educação a Distância**, v.7, n.1, 2020.  
Disponível em <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621> Acesso em 15 out 2022.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, M. Q. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

BASTOS, J. B. Gestão democrática da educação. In: ALENCAR, C. **Gestão democrática**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001.

BITENCOURT, S. M. A maternidade para um cuidado de si: desafios para a construção da equidade de gênero. **Estud. sociol.** Araraquara v.24 n.47 p.261-281 jul.-dez. 2019.  
Disponível em  
file:///C:/Users/alfon/Downloads/A+maternidade+para+um+cuidado+de+si+-+desafios+para+a+constru%C3%A7%C3%A3o+de+uma+equidade+de+g%C3%AAnero.pdf Acesso e, 03 ago 2022.

BRANDÃO, C F. A Educação Brasileira: Concepções, Princípios, Deveres, Direitos e Sistemas de Ensino. In: BRANDÃO, C F. A. **Estrutura e funcionamento do ensino**. São Paulo: Avercamp, 2004. p. 17-43.

BRANDEN, N. **Auto-estima e os seus seis pilares**. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal** – Brasília, DF: Senado Federal de 1988. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm). Acesso em 12 set 2022

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a Doença Coronavirus**. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/medida-provisoria-n-936-de-1-de-abril-de-2020-250711934>. Acesso em 12 set 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação. Janeiro, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNEe dá outras providências. Disponível em  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm) Acesso em 12 set 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTAMAN, A.S.; RODRIGUES, R.A. Educação a Distância na crise COVID – 19: um relato de experiência. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 6, e180963699, 2020.

CHALITA, G. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Editora Gente, 2004.

COSTA, M.R.M.; SOUSA, J.C. Desafios da Educação e das Tecnologias de Informação e Comunicação durante a pandemia de Covid-19: problematizando a transmissão de aulas assíncronas nos canais de televisão aberta e o uso da internet para fins didático-pedagógicos. **Revista Com Censo**, V 7, nº 3, agosto 2020.

DANIEL, M. **A Filosofia e as crianças**. São Paulo: Nova Alexandria,

2000. ENKVIST, I. **Educação**: guia para perplexos. Curitiba: Kirion, 2019.

FAUSTINO, M. K. **O Serviço Social na educação**: possibilidade de intervenção frente a situações de exclusão social, poder e violência. Florianópolis: 25 a 28 de ago, 2008.

FERNANDES, F. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Domínus, 1966.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 67ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GALVÃO, I. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2003.

GERHARDT, TE; SILVEIRA, DT. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GÓMEZ, A.I. P. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SACRISTÁN, J.; GIMENO, A.I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

GUILHERME, R.C.; NOGUEIRA, V.M.R. **A Reforma do Estado e suas implicações nas Políticas Sociais**. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/444>. Acesso em 17 out 2022

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.38. 2 ed. 2019.

JOAQUIM, R. H. V. T.; DITZ, E. S.; LEÃO, A.; MARINHO, C.; COSTA, M. P. R.; AZEVEDO, L.; MAGALHÃES, L. Maternidade em tempos de pandemia de Covid-19: o que nos revelam as mães atendidas em um hospital de referência. **Interface** (Botucatu).N. 26, 2022. Disp. em <https://doi.org/10.1590/interface.210785> Aces em 15 set 2022.

JOYE, C.R.; MOREIRA, M.M.; ROCHA, S.S.D. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, e521974299, 2020.

LEAL, M. C. Política Educacional e Questão Social. **Revista “Em Foco”**. Rio de Janeiro: CFESS, 2008.

LEITE, W. S. S.; RIBEIRO, C. A. N. A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. **Magis: Revista Internacional de Investigación en Educación**, ISSN-e 2027-1182, Vol. 5, Nº. 10, 2012, págs. 173-187 Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/344265> Acesso em 30 junho 2020.

LIMA, B.; GERBELLI, L. G. **Com fim do Auxílio Emergencial, Brasil tem 2 milhões de novos pobres só em janeiro**. G1. 6 fev 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/06/com-fim-do->

auxilio-emergencial-brasil-tem-2-milhoes-de-novos-pobres-so-em-janeiro.shtml. Acesso em 18 abr 2021.

MACEDO, S. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia covid-19: tecendo sentidos. **rev. nufen: phenom. interd.** Belém, n 12, v. 2, pp. 187-204, mai./ago. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script> Acesso em 14 ago 2022.

MORAES, R.F. **Prevenindo conflitos sociais violentos em tempos de pandemia:** garantia da renda, manutenção da saúde mental e comunicação efetiva (Nota Técnica 27). Ipea: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script> Acesso em 28 jul 2022.

NERY, M. P. **Vínculo e Afetividade.** Caminhos das Relações Humanas. São Paulo: Agora, 2003.

NOVAIS, R. M. **Aspectos afetivos e emocionais da prática educativa:** pressupostos e perspectivas para o processo de ensino-aprendizagem. Curitiba: CRV, 2021.

PIAGET, J. **Relações entre a afetividade e a inteligência.** Rio de Janeiro: Wak, 2014.

PILETTI, N. **Psicologia Educacional.** São Paulo: Ática, 1988.

PILETTI, C.; PILETTI, N. **História da educação.** São Paulo: Ática, 1997.

PINTO, R. M. F. **Políticas Educacionais e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1986.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação:** doze olhares sobre a educação inclusive. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, N. S. Serviço social e educação: contribuições do assistente social na escola. **Vivências.** Vol.8, N.15: p.124-134, Out/2012. Disponível em <https://docplayer.com.br/-Servico-social-e-educacao-contribuicoes-do-assistente-social-na-escola.html> Acesso em 09 set 2022.

SILVA, M. A. O.; RESENDE, B. O. P. D.; ALMEIDA, C. C. A. **A Atuação do Serviço Social no âmbito escolar privado:** estudo sobre a inserção do assistente social em uma escola do Sul de Minas Gerais. Belo Horizonte: 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: tendências e desafios, 2016.

SILVA, N.P. **Entre o público e o privado: um estudo sobre a fidelidade à palavra empenhada.** Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais;** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WALLON, H. A atividade proprioplástica. In: NADEL-BRULFERT J.; WEREBE, M.J.G. **Henri Wallon (antologia).** São Paulo: Ática, 1986.

WALLON, H. **Psicologia e educação da infância.** Lisboa: Estampa, 1981.

WALLON, H. **Do ato ao pensamento.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massagana, 1942.

# **CAPÍTULO VI**

## **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A inclusão como caminho para a emancipação**

VALDENICE ABREU DOS SANTOS

## **1 INTRODUÇÃO**

A escola é, por definição, um agente transformador, que através de anos e anos, tem sido convidada a mudanças e aperfeiçoamento na preparação de profissionais, seja por leis, pelo currículo ou pela necessidade de receber em seu espaço educacional alunos de sua comunidade. Ou seja, surge a necessidade de efetuar uma caminhada rumo à transformação para que se tenha um ambiente escolar mais acolhedor e adaptado as mais diversas especificidades necessárias. Há que se envolver ainda nesse contexto transformador e lançar um olhar diferenciado aos profissionais, as famílias e também a sociedade, demonstrando a esses a gentes que tais transformações são de suma importância para que se tenha um contexto pedagógico atual, adaptado e apto a receber qualquer tipo de diversidade encontrada nos indivíduos.

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que ultrapassa os níveis da educação do país e esta modalidade é destinada a jovens e adultos que não deram continuidade aos seus estudos por diversos motivos. Está assegurada nos artigos 37 e 38 na lei de diretrizes e bases da educação LDB 9394/96. O artigo 37 assegura o ensino como gratuito aos estudantes oferecendo oportunidades apropriadas considerando seus interesses e as condições de vida. Esta modalidade age na condução do jovem adulto para perceber sua realidade e trabalhar em cima desta transformando o ar e promovendo assim uma educação inclusiva. O objetivo da EJA é oportunizar incluir transformar e ampliar os conhecimentos na vida de seus alunos possibilitando uma inclusão na sociedade democrática e igualitária tendo acesso a diversas informações que os possibilitem as tomadas de decisões de forma consciente e participação nas questões que afetam a vida de todos. A EJA vem para garantir o direito à igualdade ou para amenizar essas diferenças, oportunizando ao indivíduo uma educação de qualidade e que valorize os direitos humanos.

Sabe-se que um dos grandes desafios enfrentados hoje, pela

educação brasileira é fazer da escola pública um espaço de inclusão e cidadania, ou seja, que esta escola seja um espaço de democratização do saber para todos os alunos que nela ingressar, independente de classe social, cor, etnia, sexo ou deficiência e que tenha um ensino de qualidade que favoreça um espírito crítico e participativo do aluno na sociedade, além de oportunizar o acesso e permanência do mesmo no mercado de trabalho. Como direito, a EJA é inquestionável e por isso tem de estar disponível para todos, em cumprimento ao dever do Estado, como modalidade no âmbito da Educação Básica preceituada na legislação nacional.

## **2 O QUE É A EJA?**

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos, conhecida como EJA é amparada por lei e destinada para jovens e adultos que por algum motivo não tiveram acesso à educação nas modalidades regulares, tiveram seus estudos interrompidos, ou desistiram por algum motivo. Frequentemente os alunos dessa modalidade de ensino apresentam características diferentes daqueles que se encaixam na modalidade de ensino regular, geralmente, esses alunos possuem e vivem problemas que possivelmente foram o motivo pelo qual desistiram de seus estudos, ou se afastaram, deixaram para depois, enfim, comumente apresentam algumas problemáticas que permeiam o atraso em seus estudos. A educação é um direito inerente ao ser humano sendo essencial e insubstituível na vida dos mesmos, sendo ela responsável por promover mudanças em diversas áreas de sua vida. Nossa sociedade necessita das práticas culturais associadas a educação, visto que a educação é a base de qualquer prática humana para se viver em sociedade, dificilmente uma sociedade conseguiria sobreviver se seus membros não tivessem acesso a educação. (BRANDÃO, 2002).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação de jovens e adultos não deve ser considerada como o ensino fundamental e médio normal, os profissionais que atuam na formação de alunos da modalidade da EJA devem ter uma formação e

capacitação diferente daqueles que atuam com os alunos do ensino regular. Muitas das vezes, o professor responsável pela turma da EJA não tem capacitação e acaba não conhecendo o perfil dos alunos abrangentes nessa modalidade, o que se constitui como uma problemática nos dias atuais, pois, se sabe que o perfil de um aluno da EJA não é o mesmo de um aluno que frequenta a escola regular, sua mentalidade não é a mesma, sua rotina diária não é a mesma, as questões sociais que envolvem a vida deste educando podem ser mais complexas do que os que frequentam a escola regular. A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que ultrapassa os níveis da educação do país e esta modalidade é destinada a jovens e adultos que não deram continuidade aos seus estudos por diversos motivos. Está assegurada nos artigos 37 e 38 na lei de diretrizes e bases da educação LDB 9394/96. O artigo 37 assegura o ensino como gratuito aos estudantes oferecendo oportunidades apropriadas considerando seus interesses e condições de vida.

**Art. 37.** A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

**Art. 38.** Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996).

Esta modalidade de ensino visa atender o público que não teve oportunidade de concluir os seus estudos em tempo normal, e possibilita ao educando não só uma proposta de linguagem escrita e conhecimento básico para o acesso a outros graus de ensino, mas, a

integração social desse indivíduo e resgate da autoestima, afetividade, reconhecimento e o respeito mútuo entre os envolvidos. O público da EJA é diversificado, essas diferenças individuais entre pessoas cresce com a idade, por isso a educação de adultos deve considerar as diferenças de estilo, tempo, lugar e ritmo de aprendizagem. A educação de jovem e adulto sempre foi rejeitada na educação brasileira, sempre estando com remanescente do ensino fundamental e médio. Sabemos que, não basta oferecer vagas, porém é necessário propiciar outras estruturas que asseguram qualidade de ensino, como a formação específica para docentes, com a realização de pesquisas na área e ainda investimentos financeiros em materiais didáticos e recursos técnicos, que enriqueçam o processo de ensino-aprendizagem.

Esta categoria do ensino propõe ofertar oportunidade aos jovens e adultos para iniciar ou dar continuidade a seus estudos que por algum motivo foi interrompido. Ao longo da história da educação do país, essa categoria de ensino não era considerada como um direito. Toleraram-se preconceitos de vários setores sociais e instituições e percorreu caminhos tortuosos. Via de regra, tivemos planos emergenciais e assistencialistas organizadas em parceria com os estados, municípios e entidades privadas, aplicação de organizações comunitárias, recursos insuficientes e salas formadas pelos docentes.

Alfabetizar jovens e adultos não é um ato apenas de ensino – aprendizagem é a construção de uma perspectiva de mudança; no início, época da colonização do Brasil, as poucas escolas existentes era pra privilégio das classes média e alta, nessas famílias os filhos possuíam acompanhamento escolar na infância; não havia a necessidade de uma alfabetização pra jovens e adultos, as classes pobres não tinham acesso a instrução escolar e quando a recebiam era de forma indireta, de acordo com (GHIRALDELLI, 2008, p. 24).

No decorrer dos anos, ocorreram grandes mudanças na educação, resumia-se à alfabetização como um processo compreendido em aprender a ler e escrever, mas a prática, ele resume num resgate da história de vida e o cotidiano de cada aluno. Percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos, tem papel secundário no cenário da educação brasileira. Paulo Freire um grande incentivador da educação, mostra a importância dessa oportunidade para esses estudantes, com seu olhar

diferenciado para com esses seres humanos. Todos têm o direito de se ter uma formação educacional seja ela em qualquer momento da vida.

A alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de fazer instrumento também do educando e não só do educador. (FREIRE, 1979, p. 72).

A educação no Brasil passa por constantes mudanças a educação de jovens e adultos esta inserida neste contexto, com suas especificidades e dificuldades, seja ela do professor, aluno ou gestor. A EJA surgiu como soluções para o problema da evasão, se tornando uma continuação ou garantia do cumprimento de um direito humano assegurado pela Constituição Federal de 1988, pela LDB e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, porém, garantido de maneira diferente. A EJA tem como objetivo erradicar o analfabetismo no Brasil, esse projeto visa contribuir na educação desses alunos da EJA, que sofrem com a desigualdade social e com preconceito de não saber ler e escrever. E para garantir todos os direitos à educação e contemplar toda diversidade aos alunos da EJA, também foram considerados atendimentos específicos como:

- Educação Especial;
- EJA nas Prisões;
- EJA na Educação no Campo;
- EJA e diversidade;
- Educação a distância;
- Educação profissional na EJA.

### **3 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

Existem documentos históricos que alegam que os primeiros alfabetizadores foram os padres Jesuítas, estes tinham como fundamento principal a formação social brasileira da época tendo como princípios o ensino por meio da oralidade. Esses padres tinham um método diferente de alfabetizar, essa alfabetização tinha como objetivo mudar drasticamente a cultura indígena brasileira moldando os educandos para princípios completamente diferentes daqueles que já tinham, os padres eram os responsáveis por alfabetizar os filhos dos

colonizadores e filhos dos indígenas implementando uma nova cultura e novos padrões de vidas a essas pessoas.

Falar sobre alfabetização e seu histórico nos leva a concluir que a cada época surgiu uma nova maneira de alfabetizar uma nova maneira de educar. No final da década de 1950, por exemplo, novas metodologias e ideias foram surgindo com os métodos inovadores de Paulo Freire as ideologias de Paulo tinham seu principal enfoque nas necessidades da população em massa. Paulo Freire visava um trabalho pedagógico com jovens e adultos chamado de educação popular essas novas ideologias e métodos tinham como base todos os movimentos sociais políticos e culturais da época, movimentos esse fomentados pela população.

O projeto de educação popular pretende reduzir e eliminar a alteridade constitutiva da educação de adultos. Não porque o educador venha a “ser como o povo”, o que é uma questão quase sempre de teatro. Mas pelo fato radical de que, no seu limite de realização, a educação popular passa a se constituir como uma das dimensões da própria prática social popular. Neste sentido, ainda, ela ainda não é tão somente “um instrumento a serviço do povo”. Ela torna-se em sua prática – uma plena educação popular – de que educadores militantes participam como assessores. Torna-se um trabalho popular de produção do saber coletivo da classe e perde, portanto, a sua dimensão de ser instrumentalmente “para”: para conscientizar, para mobilizar, para organizar. Ao contrário, a conscientização, a mobilização e a organização popular, como expressões de sua prática orgânica, constituem em uma forma limite de educação popular, de que o educador é chamado a participar. Passa a ser em si mesma e através de si mesma uma dimensão do trabalho prático popular que resulta em acumulação do saber de classe (da tão passagem interna de um saber tradicional de povo para um saber orgânico de uma classe popular). Consequentemente, resulta em uma acumulação de poder popular através do seu próprio saber. Torna-se um trabalho político que se exerce coletivamente no domínio do conhecimento popular (BRANDÃO, 1984, p. 176).

Diante de todo esse contexto, em 1964 havia uma grande expectativa para o lançamento do Programa Nacional de Alfabetização, porém este lançamento foi cancelado, pois foi na mesma época do golpe militar, assim, todas as lutas e manifestações populares em prol de melhores condições de vidas e consequentemente da educação foram caladas, sendo até consideradas crime. E apesar do sistema político da época os princípios da educação popular foram disseminados pelo Brasil, essa educação pairava sobre os Estados sendo adaptada à

realidade local de sua implementação. Em 1970 o governo militar lançou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, que possuía semelhanças com as ideias de Educação Popular.

Menezes e Santos (2001) salientam que a ideia do Mobral se encontra no contexto do regime militar no Brasil, iniciado em 1964, cujo governo passa a controlar os programas de alfabetização de forma centralizada. Até então, duas décadas antes, a reflexão e o debate em torno do analfabetismo no país convergiam para a consolidação de um novo modelo pedagógico. Nesse modelo, o analfabetismo era interpretado como efeito de uma situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária e, sendo assim, a educação e a alfabetização deveriam partir de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los. Os programas de alfabetização orientados neste sentido foram interrompidos pelo golpe militar, porque eram considerados uma ameaça ao regime, e substituídos pelo Mobral. Dessa forma, muitos dos procedimentos adotados no início da década de 60 foram reproduzidos, mas esvaziados de todo senso crítico e problematizado. Em 1985, acabaram com o Mobral e Instalaram o projeto Fundação Educar, que surgiu 1985 a 1990. Em 1996 até a data de hoje, o projeto determinado é a Educação de Jovens e Adultos - EJA.

O analfabeto principalmente os que vivem nas grandes cidades, sabe mais do que ninguém, qual a importância de saber ler e escrever, para a sua vida como um todo. No entanto, não podemos alimentar a ilusão de que o fato de saber ler e escrever, por si só, vá contribuir para alterar as condições de moradia comida e mesmo de trabalho. Essas condições só vão ser alteradas pelas lutas coletivas dos trabalhadores por mudanças estruturais na sociedade. (FREIRE. 2006, p. 70)

Até que ocorram mudanças estruturais, significativas na sociedade, busca -se meios para combater, ou ao menos dirimir, o analfabetismo e a evasão na EJA, levando ao conhecimento dos alunos, oficinas lúdicas-literária, com conceito básico de encontrar formas mais significativas de ensinar por meio dos contos, jogos, roda de conversa entre outros, entretendo os alunos da EJA uma experiência diferente das aulas atuais. Assim sendo, buscando renovação e atualidade, a

proposta pedagógica oferecer para a educação de jovens e adultos, o que no passado não foi pensado, oficina lúdica utilizando contos literários, na qual os alunos da EJA sejam capazes de aprender com ausência de aulas maçantes.

#### **4 A EJA COMO POLITICA SOCIAL: É POSSIVEL ESPERANÇAR**

A educação no Brasil como direito tem como marco legal a Constituição Federal de 1988, onde seu artigo 6º caracteriza como direitos sociais: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988). A Constituição Federal de 1988 proclama que a educação pública brasileira tem como missão não só proporcionar ao educando seu pleno desenvolvimento, mas também a função social de formar cidadãos. Por conseguinte, seu Artigo 205 especifica como “dever da família, do Estado e da sociedade civil, garantir ao educando seu integral desenvolvimento bem como seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988)”. Portanto, a educação brasileira de acordo com a Constituição Federal de 1988 será ofertada:

Art. 206. O ensino será ministrado com bases nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade; VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988. s.p).

O direito à educação é um direito social, inserido dentre os direitos fundamentais do homem em nossa Constituição, apregoado como meio certo a conquista de uma efetiva igualdade e de liberdade do cidadão. Como bem descreve José Afonso da Silva, os direitos sociais têm o condão de criar condições materiais na busca da igualdade real, na medida em que proporciona condições ao exercício efetivo da liberdade.

(SILVA, 1995). Como bem, estabelece a Lei Maior em seu artigo 205 como as três maiores finalidades da educação: “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para nós, que vivemos em democracia e que não receamos, antes ambicionado a pluralidade dos partidos, a escola a de instituir sem subterfúgios nem escamoteações, há de desenvolver o espírito crítico, há de combater os preconceitos, há de cultivar a tolerância e, acima de tudo, inculcar em cada um o amor a sua própria liberdade e o respeito à liberdade alheia. Em outras palavras, ensinará “a viver democraticamente”. Não pretende fazer “partidários”, mas reconhece a necessidade de formar “cidadãos”, pois o sufrágio universal, voto secreto e justiça eleitoral, esplendidas conquistas a que atingimos em nossa evolução política – constituirão um ritual inconsequente, uma simples aparência de democracia, enquanto faltar ao eleitorado à capacidade de escolher e a vontade de acertar” (MOTTA, 1997, p. 169).

Assegurar o direito à educação é uma responsabilidade atribuída ao Estado, a família com a devida colaboração da sociedade. O Estado institui esse serviço, na forma de uma ação positiva prestada direta ou indireta, de modo, a proporcionar maiores oportunidades aos jovens e assim diminuir a desigualdade social. O dever de assegurar o direito à educação está estabelecido no texto do artigo 227, da Constituição Federal:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, s/p).

A escola tem um papel fundamental no mundo do ser humano, voltado não só no desenvolvimento intelectual, mas também, no cuidado com aspectos físicos, emocionais, morais e sociais. O sistema escolar a fim de atingir sua função social conta com recursos culturais, humanos, financeiros, materiais e alunos. O funcionamento do sistema escolar se dá por meio de uma rede de escolas e estrutura de sustentação (normas, metodologia de ensino, conteúdo, entidades mantenedoras). (DIAS, 2004). A forma de organização do sistema escolar deve evitar uma burocracia formal que se traduz, com o tempo, em administração ineficiente causadora de inúmeros entraves. Hoje há

uma filosofia relativa administração da educação no Brasil, em que se adotam princípios de gestão democrática, na qual cabe a cada parcela do sistema colaboração e atuação. Dá-se, atualmente em nível escolar uma maior ênfase a participação, a qual conta com o comprometimento de profissionais, comunidades locais e da gestão da unidade escolar. Todo, esse aparato volta-se à melhora dos índices escolares, na instituição de uma escola, que realmente atenda aos anseios de seus alunos. (DIAS, 2004).

Na busca de melhoria no padrão de qualidade do ensino público gratuito, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 14, que dispõe sobre o desenvolvimento do ensino fundamental, valorização dos professores e o aperfeiçoamento do sistema nacional de avaliação do ensino. Houve uma modificação do artigo 34 com acréscimo do inciso VII, alínea e, que passou a estabelecer, em caso de falta de aplicação do percentual constitucional mínimo de suas receitas na manutenção e desenvolvimento do ensino, a possibilidade de intervenção da União nos estados (face desobediência da obrigatoriedade imposta pelo art. 212, CF/88). (MOTTA, 1997). O dever do Estado frente ao direito à educação vai além da garantia de ensino gratuito ao cidadão, na medida em que, mantém um sistema assistencialista com programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Tudo visando, suprir as necessidades elementares dos educandos, de modo, a possibilitar a continuidade de seus estudos. Cabe a família, a sociedade como um todo fiscalizar a aplicação dos recursos voltados à educação, bem como, auxiliar na conservação de escolas, acompanhamento aos professores, verificação de material didático. Dando, efetividade a uma gestão participativa do ensino brasileiro, no qual todos se voltam a um objetivo comum de formar cidadãos livres e capazes de tomar suas decisões. A educação no Brasil passa por constantes mudanças a educação de jovens e adultos esta inserida neste contexto, com suas especificidades e dificuldades, seja ela do professor, aluno ou gestor. Segundo Fonseca (2007), a sala de aula:

É um espaço educacional emergido pelos movimentos sociais, composta por histórias de vida de sujeitos que retornam à escola para terem contato com a leitura, a escrita e, assim, terem um presente e um futuro com os quais possam atingir seus ideais laborais e sociais, o que não é evidenciado na educação das crianças, pois esta se pauta no que o aluno virá a ser no futuro.

Há alguns anos não havia essas modernizações e recursos importantes para o sistema educacional. Um adulto que não sabia ler e escrever procurava se alfabetizar no curso da EJA. Diante das tecnologias e facilidade dos alunos à aprendizagem, hoje também são administrados e oferecidos o ensino a distância - EAD, tendo como objetivo a democratização do ensino público no Brasil. De acordo com a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), assegurada pela legislação da constituição Federal de 1998 em seu artigo 208.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. BRASIL – CF (1998).

Há um respaldo também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9.394/96, em que afirma no:

Art. 37, § 1 - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. LDB (1996).

Amparados por essas leis o Ensino a Distância a EJA está dividida em:

- EJA Ensino Fundamental: destinada a jovens a partir de 15 anos que não completaram a etapa entre o 1º e o 9º ano. Nessa etapa, os alunos estão em novas formas de aprender e pensar. Tem duração média de 2 anos para a conclusão.
- EJA Ensino Médio: destinada a alunos maiores de 18 anos que não completaram o Ensino Médio, que completa a Educação Básica no Brasil. Ao concluir essa etapa, o aluno está preparado para realizar provas de vestibular e ENEM, para ingressar em universidades.

O tempo médio de conclusão é de 18 meses.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram, por algum motivo, acesso ao ensino regular na idade apropriada. O EJA tem como objetivo tentar ou corrigir algumas questões sociais como exclusão e exploração, entre outras que geram consequências maiores, como a perigosa marginalização. A história da EJA no Brasil está muito ligada a Paulo Freire. O projeto de alfabetização que ele programou em 1963 atendeu 380 trabalhadores em Angico-RN, repercutindo por todo o país, mas sendo sufocado pelo golpe militar de 1964. CARDOSO e PASSOS (2016). Visando contribuir na educação desses jovens e adultos que participam das aulas presenciais da EJA, busca-se alguns caminhos para concretizar esse sonho dos estudantes em se alfabetizar e dar continuidade em seus estudos. A proposta é fazer o que está na LDB, lei n. 9.394/96 que tem o objetivo de definir prioridades e melhoria da qualidade de ensino.

Nessa perspectiva, buscou-se em Paulo Freire fundamentação para subsidiar esse trabalho, pois o educador propicia a reflexão sobre o que esses estudantes vivem no seu cotidiano, e assim aprendem a ler e escrever por meio de estímulos e ao mesmo tempo a descoberta para a vida. Mesmo com os esforços de políticas públicas para reparar a distorção idade/série, no que diz respeito ao analfabetismo, esse ainda é um problema não superado no Brasil e que aponta ainda para índices elevados. As metas do Plano Nacional de Educação para o decênio dificilmente serão atingidos. O documento em análise nos mostra que EJA é uma das formas para se erradicar o analfabetismo, considerando uma dívida social, visto que a população de analfabetos representa pessoas que não tiveram acesso nem competência da leitura e da escrita como um bem social. (STECANELA; AGLIARDI; LORENSATTI 2014 p. 89). Segundo Alves (2001) podemos aprender em todos os momentos e em qualquer espaço, isto porque o ser humano é um ser social, histórico e cultural. Ele se forma de modo gregário, interagindo com os iguais e diferentes e se organizando em torno de certas

características que lhe dão identidade de realidade. Assim a educação de jovens e adultos é considerada como ação da Educação Básica sendo então uma política pública. E como política pública essa deve ser garantida como direito do cidadão.

## **5 A EJA TAMBÉM É EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

De acordo com Glat (2007) a educação inclusiva:

(...) significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem, precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. A proposta de educação inclusiva implica, portanto, um processo de reestruturação de todos os aspectos constitutivos da escola, envolvendo a gestão de cada unidade e os próprios sistemas educacionais.

A Educação Inclusiva exige uma nova postura da sociedade e da escola, esta que deve perceber e suprir as necessidades especiais de todos seus alunos, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Para Sanches e Teodoro (2007) a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos.

A inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos. Equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais (SASSAKI, 2002, p. 42).

A Educação Inclusiva deve atender as necessidades especiais dos alunos em salas de aulas, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Para que as escolas comuns consigam aplicar uma educação globalizada e torna-la inclusiva, há a

necessidade de uma intensa e grande revisão, é preciso uma mudança em sua organização e práticas pedagógicas. Mendes (2002, p. 67) apresenta as principais diretrizes e os princípios orientadores da educação inclusiva, as quais são:

Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de considerar a vasta diversidade de tais características e necessidades, sendo que aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, a qual deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. Escolas regulares com tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo de todo o sistema educacional.

Para Oliveira (2009), a política inclusiva na educação especial destaca que:

[...] a política inclusiva objetiva oportunizar a educação democrática para todos, considerando ser o acesso ao ensino público de qualidade e o exercício da cidadania um direito de todos; viabilizar a prática escolar da convivência com a diversidade e diferenças culturais e individuais, e incluir o educando com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Para Ainscow (2009) a “inclusão em educação pode ser vista, [...], como um processo de transformação de valores em ação, resultando em práticas e serviços educacionais, em sistemas e estruturas que incorporam tais valores”. Esse postulado nos leva a compreender que a escola só será de fato inclusiva quando estiver em estado evolutivo, sempre buscando e se envolvendo no combate ativo à exclusão. Segundo Mantoan (2003), a educação inclusiva é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora, haja vista que a mesma gera uma crise escolar, ou seja, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. Deste modo, a educação tem como objetivo desempenhar seu dever de abranger todas as crianças na escola e defender valores como ética justiça e direito de acesso ao saber e à formação. De acordo com Abramowicz (1997):

A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo de estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, (...) mas a aprendizagem ocorre, sempre precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e disciplinados. ABRAMOWICZ (1997, p. 89).

Os sistemas de ensino devem favorecer aos alunos uma aprendizagem que valorize as diferenças individuais, garantindo assim desenvolvimento educacional a todos os alunos. Mantoan afirma que:

Para que se avance nessa direção, é essencial que os sistemas de ensino busquem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. Nestes termos a acessibilidade deve ser assegurada nos seguintes aspectos: mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação. Incluem-se também, as instalações, equipamentos, mobiliários, nos transportes escolares, nas barreiras nas comunicações e informações. (MANTOAN, 2006, p. 64).

É importante assinalar, que diversidade e diferenças são manifestações eminentemente humanas, elas resultam das diferenças raciais e culturais, e também das respostas dos indivíduos relativamente à educação nas salas de aula. A diversidade é tão natural quanto à própria vida. Essa diversidade é formada pelo conjunto de singularidades, mas também pelas semelhanças, que une o tecido das relações sociais. Entretanto, parece que, na tentativa de garantir a promoção da igualdade, a escola está confundindo diferenças com desigualdades. Aquelas são inerentes ao humano enquanto estas são socialmente produzidas. As diferenças enriquecem, ampliam, são desejáveis porque a identificação/diferenciação, por conseguinte, contribuem para o crescimento. As desigualdades, ao contrário, produzem inferioridade (FIGUEIREDO, 2002).

## **6 O EJA NO PENSAMENTO FREIRIANO**

Falar em educação de jovens e adultos é falar de Paulo Freire.

Paulo Freire nasceu em Recife Pernambuco no dia 19 de setembro de 1921, foi educador e filósofo brasileiro, suas pesquisas e estudos pairavam sobre a classe predominante brasileira caracterizada como minoria: os pobres. Paulo Freire é até hoje considerado um exemplo na educação brasileira, sendo um dos nomes mais falados, reconhecidos e utilizados como referencial teórico de pesquisas relacionadas à educação, as obras de Paulo Freire são considerados um patrimônio histórico brasileiro do desenvolvimento educacional. Para Paulo Freire o melhor método para alfabetizar/educar seria colocando os educandos como protagonistas de sua própria história, possibilitando fazer uma educação pautada na sua história, sua cultura, no meio em que se vive. A pedagogia revolucionária era definida por Paulo Freire como:

A pedagogia, como pedagogia humana e libertadora, terá dois elementos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis; o segundo, em que, transformada a realidade opressiva, esta pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1983, p. 44).

Em uma de suas obras mais conhecidas, *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire deixa explícito sua visão sobre educação e consciência da realidade.

A pedagogia do oprimido possibilita desvelar a realidade opressora, tornando o homem e a mulher conscientes da sua situação de exploração em que vivem primeiro passo para libertar-se da opressão. Trata-se de uma pedagogia que leva à luta pela transformação de opressão na qual o oprimido vive. A pedagogia do oprimido é, ao mesmo tempo, uma pedagogia da esperança e uma pedagogia da luta (GADOTTI, 2018, p. 14-15).

Paulo Freire sempre nos alertou que os educadores devem estar atentos a realidade do aluno e incentivá-los a manter suas esperanças e alcançar a sua autonomia. Quando os educadores pensam sobre as experiências dos alunos, podem usar essas informações para refletir sobre suas ações, estas que devem gerar e contribuir para uma nova educação que valoriza a autonomia e apoia a prática livre de cada educando. O educador Paulo Freire criou uma epistemologia inovadora da educação ao redor do mundo e foi reconhecido como Padroeiro da Educação Brasileira em 2012 (Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012). A

proposta de educação para a libertação (ou problematização da educação) de Paul Freire baseia-se na indissociabilidade de contextos e histórias de vida na formação dos sujeitos, que se dá por meio do diálogo e da relação entre alunos e professores. (ROMÃO, 2013). No entanto, Freire ressalta que: “Ninguém está sujeito à autonomia de ninguém” (p. 67), pois a autonomia é sempre fruto do esforço individual que gera seu próprio amadurecimento e se constrói nas relações entre os seres humanos e somente nessas interações ela é consolidado. A ideia de que o professor deve transmitir o conhecimento ao aluno e que o aluno deve memorizá-lo, internalizá-lo e repeti-lo mecanicamente é o que Freire chama de “conceito bancário” da educação. O conceito bancário pressupõe que o professor é o detentor do conhecimento legítimo e que o aluno é apenas um receptáculo de informação.

Nesse tipo de relação, a desigualdade em termos de poder e autonomia é importante, pois o professor é o sujeito da ação, ensina e toma o aluno como objeto, passivo, receptivo e ingênuo. Além disso, o contexto é desvalorizado, a história de vida dos indivíduos é secundária e a ação educativa é uma forma de opressão e subjugação. (FREIRE, 2005). Na busca pela autonomia na educação, Freire defende uma estratégia de ação- reflexão-ação, utilizando como ferramentas para estimular a curiosidade, a postura ativa e a experimentação dos alunos, promovendo, assim, uma análise crítica da realidade durante a formação. (FREIRE, 2011). Na concepção de Freire, o professor deve se mostrar problemático, questionador, mas com respeito e postura moderada, desencorajando qualquer forma de discriminação e respeitando a diversidade entre os alunos. Para Freire, o ensino é uma especificidade humana e prioriza a necessidade do professor de saber ouvir o aluno, tendo o diálogo como sua principal ferramenta de ensino. (FREIRE, 2011).

Educação como sinônimo de emancipação sempre foi a intenção do pedagogo Paulo Freire, padroeiro da educação brasileira. Ele acreditava na libertação pela emancipação como a única forma de tornar as pessoas livres, mas para que a educação realize essa

prática de liberdade, é preciso pensá-la como uma ação com as pessoas e não apenas uma oferta às pessoas (FREIRE, 1967). A educação de jovens e adultos, EJA, é uma modalidade de ensino nas escolas de ensino fundamental e médio que dá oportunidade para muitas pessoas que em sua idade não tinham acesso ao conhecimento científico e dá oportunidade para jovens e adultos iniciarem e/ou continuarem seus estudos, trata-se, portanto, de uma modalidade educacional que visa garantir o direito daqueles que foram excluídos das carteiras escolares ou que não tiveram a oportunidade de nelas ingressar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.304, de 1996, em seu artigo 37, mostra o interesse em garantir a continuidade e o acesso aos estudos para aqueles que não tiveram oportunidade na idade. O Parecer CEB/2000, adaptado como “Diretiva Nacional para a Educação de Jovens e Adultos” (CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000), recomenda que a EJA não tenha mais a função de proporcionar apenas a escolarização perdida, mas a função de restituir, qualificar e indenizar, e isso é garantido legalmente. A EJA - educação de jovens e adultos apresenta muitos desafios, principalmente por ser uma alternativa para minimizar o problema da exclusão social. O homem é um ser social, capaz de aprender, sua identidade, ideologia e modo de vida são formados por meio da educação. Nessa visão, aprender é uma descoberta criativa com abertura ao risco e à aventura de ser, porque ensinar se aprende e aprender se ensina.

A primeira etapa da metodologia desenvolvida por Paulo Freire permite ao educador descobrir o mundo do vocabulário do grupo para trabalhar. Por meio de encontros informais, são coletadas as palavras mais utilizadas no grupo. O professor seleciona cuidadosamente palavras com valor significativo para os alunos, mas também palavras com valor existencial e, portanto, com um amplo conteúdo emocional. Freire se refere a essas palavras como palavras geradoras. Segundo Freire (1980, p. 43), “as palavras geradoras devem nascer dessa busca e não da seleção que fazemos em nosso escritório de trabalho, por mais perfeito que seja tecnicamente”. Freire ressalta a importância de fazer

um trabalho que nasce da pesquisa da realidade do grupo de alunos com quem trabalhar. Portanto, não há como alcançar bons resultados na alfabetização de um determinado grupo, trazendo métodos pré-elaborados que não estão atentos às necessidades cognitivas dos alunos. A segunda fase do método de Paulo Freire refere-se à seleção de palavras dentro do universo do vocabulário, guiada por determinados critérios. O primeiro critério diz respeito à riqueza silábica. O segundo critério diz respeito às dificuldades fonéticas. E o terceiro critério diz respeito ao conteúdo prático da palavra. (FREIRE, 1980).

As palavras recolhidas devem responder às dificuldades fonéticas da língua e ser dadas de forma a permitir um aumento da sua dificuldade. Relacionado a isso está a busca do significado da palavra dentro da realidade social, política e cultural do aluno. A terceira fase da metodologia de Paulo Freire refere-se à criação de situações existenciais características de cada grupo. São situações inseridas na realidade local que precisam ser discutidas para abrir perspectivas para uma análise crítica consciente das questões locais, regionais e nacionais.

## **7 A PEDAGOGIA CRÍTICA DE PAULO FREIRE**

Paulo Freire (1921-1997) foi um proponente do que hoje é conhecido como pedagogia crítica: a crença de que o ensino deve desafiar os alunos a examinar estruturas de poder e padrões de desigualdade dentro do status quo. Freire enfatizou a importância de lembrar o que é ser humano e viu a educação como uma forma de transformar as estruturas opressoras. Sua visão era baseada nos valores de amor, cuidado e solidariedade. Em seu livro mais famoso, *Pedagogia do Oprimido*, Freire fala sobre a educação se tornar um ato de reserva. Ele chama isso de "o conceito de banco educacional", que é sua maneira - reconhecidamente sombria - de dizer que os alunos não estão ativamente envolvidos em seu aprendizado, formulação de problemas ou interação, mas espera-se que recebam, memorizem e repitam informações. Esta abordagem tem um efeito desmotivador

sobre os alunos e pode levar ao abuso de poder. Nesse cenário, o professor é onisciente, transmitindo “suavemente” seu conhecimento àqueles que são considerados ignorantes. O antídoto de Freire para essa abordagem desumanizante? Pensamento crítico e pedagogia que promove a participação.

Há três áreas a serem consideradas à luz do trabalho de Freire. Inclua-os em suas aulas e você terá uma classe de adultos atenciosos e compassivos em treinamento. Lembre-se de que professores e crianças são aprendizes: Freire enfatizou a natureza colaborativa e social da aprendizagem. Ele pediu uma consideração cuidadosa da dinâmica de poder entre professor e aluno para que o aprendizado seja um empreendimento colaborativo e não algo mais autoritário. Desenvolva sua alfabetização crítica: Os alunos devem pensar criticamente sobre as coisas que leem, veem e ouvem e ser capazes de reconhecer a desigualdade ou a injustiça. Um aluno com consciência crítica pode formular perguntas sobre problemas e buscar possíveis respostas porque tem a linguagem para perguntar: isso é justo? Foi justo? Houve igualdade? Incentivar a investigação ativa e a participação curiosa: Freire acreditava que, ao impedir a investigação ativa nas salas de aula, você nega aos alunos a oportunidade de se tornarem pessoas maduras e autônomas que pensam criticamente sobre seu mundo para torná-lo melhor.

Freire fez um trabalho notável no desenvolvimento da pedagogia crítica. Paulo Freire, educador de renome mundial, nasceu (1921-1997) em uma família brasileira comum. Sua infância foi passada na pobreza. Ele trabalhou com os trabalhadores pobres e ganhou experiência sobre o que e por que a pobreza é. Freire tornou-se professor de ginásio do ensino médio. Mesmo assim, sua intuição o levou à educação dialógica, na qual procurou compreender as expectativas dos alunos (BENTLEY, 1999). Essas experiências o levaram a acreditar que a ignorância, o analfabetismo e a cultura do silêncio eram fruto das condições econômicas, sociais e políticas da sociedade, que influenciaram sua visão de educação. Nesse contexto, apresentou um esboço teórico e

prático da pedagogia crítica. (FREIRE, 1970) analisou a sociedade por meio de uma combinação de liberalismo religioso e pensamento marxista. Ele chamou isso de consciência crítica. Uma pessoa consciente analisa assim o mundo ao seu redor e age coletivamente com base no que alcançou após a análise. Ele chamou a forma combinada de tal práxis de trabalho. Em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, Freire criticou a educação como um sistema bancário que sufoca o potencial criativo dos alunos. Neste livro, ele explicou como as pessoas nunca aprenderam a pensar criticamente sobre sua situação. Para ele, o sistema de educação bancária (convencional) é uma das ferramentas mais importantes para manter a cultura do silêncio.

Ele tentou provar tal fato que libertar as pessoas da cultura do silêncio e da escuridão da ignorância só é possível através da educação e da conscientização. Por isso, aconselhou os professores a serem liberais, humanitários, respeitarem a liberdade dos alunos e ensinarem de forma participativa. Iniciou um processo de empoderamento baseado na política de aproveitamento do potencial criativo dos alunos. Ao mesmo tempo, em sua opinião, a educação deve tornar o aluno otimista e aumentar a correlação. No entanto, a abordagem crítica precisa ser fortalecida. A educação deve tornar o aluno otimista e aumentar a correlação. No entanto, a abordagem crítica precisa ser fortalecida. a educação deve tornar o aluno otimista e aumentar a correlação. No entanto, a abordagem crítica precisa ser fortalecida.

Freire busca transformar os oprimidos e impedi-los de serem objetos da educação em sujeitos de seu autogoverno e emancipação (ALIAKBARI & FARAJI, 2011). Com isso em mente, os alunos devem agir de forma que lhes possibilite transformar sua sociedade, o que é grande por meio da educação emancipatória. Por meio da educação baseada em problemas e do questionamento de questões problemáticas na vida dos alunos, os alunos aprendem a pensar criticamente e a desenvolver uma consciência crítica que os ajuda a melhorar suas vidas e a se responsabilizar por elas, ações necessárias para construir uma sociedade mais justa e justa. Assim, muitas vezes se diz que a

pedagogia crítica desafia todos os tipos de dominação, opressão e subjugação para libertar os oprimidos (ALIAKBARI et al., 2011). Conforme mencionado por Kessing-Styles (2003), a pedagogia crítica é uma resposta acadêmica às desigualdades e relações de poder opressivas que existem no sistema escolar (KEESING-STYJES, 2003). Assim, o objetivo básico da educação é a conquista da consciência crítica, que permite aos indivíduos preparar o terreno para o seu progresso.

## **8 COMO DESENVOLVER UM PROCESSO DE PEDAGOGIA CRÍTICA NA EJA**

A pedagogia histórico-crítica baseia-se na Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky e no Materialismo Histórico e Dialético de Karl Marx. Saviani (2006, p. 69) aponta que “uma pedagogia ligada aos interesses populares avaliará, portanto, a escola; [...] estarão interessados em métodos de ensino eficazes”. Assim, ele estabelece uma teoria pedagógica que trata dos problemas sociais e educacionais. Essa pedagogia baseia-se na compreensão da história dos fatos materializados, na existência de um indivíduo, nas informações obtidas no ambiente socioespacial do sujeito, e cria-se um vínculo de conhecimento "sincrético" social e científico. A escola torna-se, assim, responsável pelo conhecimento sistematizado (científico). Autores que defendem essa pedagogia dizem que:

A pedagogia histórico-crítica é um esforço para compreender as questões educacionais a partir do desenvolvimento histórico objetivo. O conceito assumido nessa visão da pedagogia histórico-crítica é, portanto, o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana. (SAVIANI, 1997, p. 102).

Os procedimentos utilizados na prática da pedagogia histórico-crítica possibilitam a compreensão dos saberes de alunos e professores. O método proposto é apresentado em cinco etapas: prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final. A pedagogia crítica é uma filosofia da educação e um movimento social que desenvolveu e aplicou conceitos da teoria crítica e tradições

relacionadas aos campos da educação e dos estudos culturais. (KINCHELOE; STEINBURG; SHIRLEY 1997). Ele insiste que as questões de justiça social e democracia não são diferentes dos atos de ensinar e aprender. O objetivo da pedagogia crítica é a emancipação da opressão através do despertar da consciência crítica, baseada no termo português conscientization. Quando a consciência crítica é alcançada, ela encoraja os indivíduos a efetuarem mudanças em seu mundo através da crítica social e da ação política para se realizarem. (GIROUX, 2007).

A pedagogia crítica foi fundada pelo filósofo e educador brasileiro Paulo Freire, que a popularizou por meio de seu livro *Pedagogia do Oprimido*, de 1968. Posteriormente, espalhou-se internacionalmente, desenvolvendo uma base particularmente forte nos Estados Unidos, onde os proponentes procuraram desenvolver maneiras de usar os ensinamentos para combater o racismo, o sexismo e a opressão. À medida que crescia, incorporou elementos de campos como o movimento dos direitos humanos, o movimento dos direitos civis, o movimento dos direitos das pessoas com deficiência, o movimento dos direitos indígenas, teoria pós-moderna, teoria feminista, teoria pós-colonial e teoria queer. Acredita-se que a pedagogia crítica tem suas raízes na teoria crítica da Escola de Frankfurt, fundada em 1923. Como resultado da teoria crítica, a pedagogia crítica visa educar e trabalhar para a realização dos objetivos emancipatórios da pedagogia crítica. Essa teoria é influenciada por Karl Marx, que acreditava que a desigualdade é resultado das diferenças socioeconômicas e que todas as pessoas precisam trabalhar para uma economia socializada. (BREUING, 2011).

Mais recentemente, a pedagogia crítica também remonta à obra mais famosa de Paulo Freire de 1968, *A Pedagogia do Oprimido*. Freire, professor de história e filosofia da educação da Universidade Federal de Pernambuco no Brasil, buscou neste e em outros trabalhos desenvolver uma filosofia de educação de adultos que demonstrasse solidariedade com os pobres em sua luta comum pela sobrevivência e os engajasse no diálogo, maior conscientização e análise. Embora sua família tenha

sofrido perdas e fome durante a Grande Depressão, os pobres o viam e sua antiga família de classe média "como pessoas de outro mundo que caíram em seu mundo". Sua descoberta íntima de classe e seus limites "levou constantemente à rejeição radical de Freire da sociedade baseada em classes". (FREIRE, 2009).

Freire promove a capacidade dos alunos de pensar criticamente sobre sua situação educacional; este método de pensamento é projetado por praticantes de pedagogia crítica para capacitá-los a "reconhecer as conexões entre seus problemas e experiências individuais e os contextos sociais em que estão inseridos". A consciência da própria consciência ("awareness", "awareness") é então o primeiro passo necessário da "prática", que se define como o poder e o saber para agir contra a opressão, enfatizando a importância da educação libertadora. "A prática envolve o envolvimento em um ciclo de teoria, aplicação, avaliação, reflexão e, em seguida, retornar à teoria. (Breuing, 2011). O pedagogo crítico Ira Shor, que foi orientado e trabalhou em estreita colaboração com Freire desde a década de 1980 até a morte de Freire em 1997, define a pedagogia crítica como: hábitos de pensar, ler, escrever e falar que vão além do significado superficial, primeiras impressões, mitos dominantes, pronunciamentos oficiais, clichês tradicionais, sabedorias recebidas e meras opiniões para entender o significado mais profundo, causas profundas, contexto social, ideologia e consequências pessoais de qualquer ação, evento, objeto, processo, organização, experiência, texto, questão, política, mídia de massa ou discurso. (SHOR, 1996). A pedagogia crítica examina as relações dialógicas entre ensinar e aprender. Seus proponentes argumentam que é um processo contínuo do que eles chamam de "desaprender", "aprender" e "reaprender", "reflexão", "avaliação", e o efeito dessas ações sobre os alunos, especialmente os alunos que eles acreditam. historicamente foram e continuam a ser desfavorecidos pelo que chamam de "educação tradicional". (TAVAKOLI, 2012).

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os alunos da EJA se encontram em uma posição “diferente” em relação à criança, com uma bagagem maior de experiências, possuem crenças e valores constituídos a partir de suas vivências. Além de muito saber, vivem em constante aprendizado, afinal não existe um a idade determinada para se aprender. Ao tratar do processo de aprendizagem escolar desses sujeitos é importante voltar a uma discussão anterior a essa, que está ligada à vida desses jovens e adultos, por que voltaram à escola depois de alguns anos ou ainda por que resolveram estudar, além de problematizar sobre seus caminhos, sua vida pessoal e profissional. Considerando ainda os motivos que levaram essas pessoas a abandonar os estudos, pois muitos quando crianças foram obrigados a deixar os estudos para trabalhar, ajudar ou garantir o sustento da família. Como se vê Freire enfatizou que tanto professores quanto alunos se transformam no processo da ação educativa e aprendem simultaneamente com a docência, e o reconhecimento de contextos e histórias de vida nesse diálogo se desdobra em ação emancipatória.

A educação para a resolução de problemas tenta estimular uma consciência crítica da realidade e uma abordagem ativa de alunos e professores no processo de ensino para que não haja negação ou desvalorização do mundo que os afeta. Freire reconhecia que viabilizar uma educação crítica, reflexiva e emancipatória significava proporcionar um caminho capaz de tornar a humanidade agente de sua própria história, consciente de suas escolhas éticas e cívicas. Ele defendeu e inicialmente possibilitou a compreensão educacional quando coordenou um projeto de extensão focado na alfabetização de jovens e adultos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no estado do Rio Grande do Norte, no nordeste do Brasil. Assim, a educação de jovens e adultos tornou-se o ápice de seus pensamentos e experiências educativas, categoria de ensino onde construiu o Círculo Cultural, capaz de proporcionar aos participantes suas falas, diálogos e escutas, que possibilitam a leitura do mundo por meio da leitura de um texto escrito, palavra.

A educação é, portanto, vista como um ato político e as relações que se estabelecem entre alunos e professores devem ser pautadas em interações respeitadas entre sujeitos e cidadãos para a construção de um conhecimento crítico voltado para a busca da autonomia. Enquanto figuras proeminentes na pedagogia crítica incluem Paulo Freire, Henry Giroux, Peter McLaren, bell Hooks e outros, é importante notar que seu trabalho em pedagogia crítica varia em foco. Por exemplo, alguns abordam a pedagogia crítica de uma perspectiva marxista com foco na classe socioeconômica. Paulo Freire, por outro lado, escreve sobre como a pedagogia crítica pode levar à liberdade e à liberdade dos oprimidos e marginalizados. Bell hooks aplica uma perspectiva feminista à pedagogia crítica, e Ira Shor, por exemplo, defende a necessidade de mudar a estrutura teórica da pedagogia crítica para uma mais prática.

As obras influentes de Freire o tornaram indiscutivelmente o pedagogo crítico mais famoso. Ele raramente usou o termo "pedagogia crítica" ao descrever essa filosofia. Seu foco inicial era em projetos de alfabetização de adultos no Brasil e mais tarde foi adaptado para abordar uma ampla gama de questões sociais e educacionais. A pedagogia de Freire girava em torno de uma abordagem antiautoritária e interativa projetada para explorar questões de poder relacional para estudantes e trabalhadores. O núcleo do currículo utilizou um objetivo central baseado na crítica social e política da vida cotidiana. A prática de Freire exigia a implementação de uma série de práticas e processos educacionais para criar não apenas um ambiente de aprendizagem melhor, mas também um mundo melhor. O próprio Freire argumentou que não é apenas uma técnica educacional, mas um modo de vida em nossa prática educativa. O direito ao EJA é inquestionável e por isso tem de estar disponível para todos, em cumprimento ao dever do Estado. A EJA é uma modalidade que existe para acertar o passo de quem está em déficit com a educação ou mesmo quem nunca esteve por lá. Muitos conseguem se formar neste modelo educacional e fazem faculdades e demais cursos, outros porém, mal terminam tal ensino e não seguem em frente. A educação tem tudo o que necessita para

melhoria deste meio de ensino, porém necessita direcionar para as reais necessidades dos mesmos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Jaqueline (org.) **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- AINSCOW, Mel. **Tornar a educação inclusiva**: como esta tarefa deve ser conceituada. Tornar a educação inclusiva, v. 1, p. 11-24, 2009.
- ALIAKBARI, M. & FARAJI, E. (2011). Princípios básicos da pedagogia crítica. 2ª Conferência Internacional de Ciências Humanas, Históricas e Sociais IPEDR 17, 77-85. **Jornal australiano de formação de professores**. 23, 40 – 55.
- ALVES, Nilda. Espaço e tempo de ensinar e aprender. In: **Linguagem, espaço e tempo no ensino e aprender**. 2. edição. DP&A editora. 2001.
- ARBACHE, Ana Paula Bastos. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.
- BENTLEY, L. (1999). **Uma breve biografia de Paulo Freire**. Pedagogia e teatro do oprimido. Recuperado de <https://ptoweb.org/aboutpto/a-brief-biography-of-paulo-freire/>.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. A Educação Brasileira: Concepções, Princípios, Deveres, Direitos e Sistemas de Ensino. In:\_\_\_\_\_. **Estrutura e funcionamento do ensino**. São Paulo: Avercamp, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pensar a prática**: escritos de viagens e estudos sobre educação. São Paulo: Loyola, 1984.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Constituição Federal – Brasília, DF: Senado Federal de 1988.
- BREUING, Mary (2011). Problematizando a Pedagogia Crítica. **O Jornal Internacional de Pedagogia Crítica**. 3(3).
- DE FIGUEIREDO, Rita Vieira. **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS NO ESPAÇO PEDAGÓGICO DA DIVERSIDADE**.
- DIAS, José Augusto. **Educação básica**: políticas, legislação e gestão: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, v. 29, p. 201-215, 2009.
- FONSECA, M. C. F. R. **Educação Matemática de Jovens e Adultos**: especificidades, desafios e contribuições. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.
- FREIRE P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Londres: Penguin Random House, 1970.
- FREIRE, Paulo (2009). **Pedagogia do Oprimido**. Nova York, NY: The Continuum International Publishing Group Inc.
- FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez editora,

2006.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 1980.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a Educação Popular. **Revista de Debate Trimestral da FASE**. Disponível em: <https://gepepidotnet3.files.wordpress.com/2011/02/paulo-freire-e-aeducac3a7c3a3o-popular-gadotti.pdf>.

GHIRALDELLI, Paulo Júnior. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **História da Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf>>. Acesso em 11 de junho de 2021.

MOTTA, Elias de Oliveira. **Direito Educacional e Educação no século XXI**. Brasília – UNESCO. Editora: UNA Ciências Gerenciais, 1997.

ROMÃO JE. Paulo Freire e a Universidade. **Revista Lusófona de Educação** 2013; 24: 89-105. SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5. ed. Rio de Janeiro: 2003.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 38. ed. Campinas, SP; Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SHOR, Ira (1996). **Quando os alunos têm poder: autoridade negocial em uma pedagogia crítica**. Chicago: University of Chicago Press. ISBN 0-226-75354-9. OCLC 34558888.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

STECANELA, Nilda; AGLIARDI, Delcio Antônio; LORENSATTI, Edi Jussara Candido (Orgs.). **Ler e escrever o mundo: a EJA no contexto da educação**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2014.

TAVAKOLI, Hossein (2012). **Um Dicionário de Metodologia de Pesquisa e Estatística em Linguística Aplicada**. Teerã, Irã: Rahnama Press. pág. 133.

TEODORO, Antônio; SANCHES, Isabel. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 20, n. 2, p. 105-149, 2007.

# **CAPÍTULO VII**

## **AS POSSIBILIDADES DE RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA EDUCAÇÃO EM ÂMBITO PRISIONAL: A não efetivação de direitos e garantias fundamentais**

SÉRGIO OLIVEIRA FEITOSA

## **1 INTRODUÇÃO**

A educação é avaliada como sendo um dos caminhos para a ressocialização, como igualmente é o cerne deste artigo, visto que é uma das peças basilares para o processo de mudança do detento. A instrução correcional encontra-se presentemente como um dos principais pontos de altercação em qualquer ambiente, seja ele, doméstico, reunião de família, mesa de bar etc., o certo é que tal assunto se encontra em estado de modificação a nível pátrio, ainda que não se perceba tal transformação. Tal afirmativa e observação parte do ponto de que a instrução é um direito de todo cidadão, e deste modo não se pode excluir a população correcional/prisional deste e de inúmeros distintos direitos. Percebe-se o exercício da ressocialização como uma indigência de requerer ao punido as condições basilares de reestruturação, ou seja, proporcionar ao mesmo, condições essenciais para que o mesmo consiga modos, condições, de recompor-se totalmente a fim de que ao retroceder à sociedade, este não mais torne a transgredir as regras vigentes.

Deste modo o presente estudo apresenta como questionamento: De que maneira a educação é aplicada nas penitenciárias, objetivando a reintegração dos presos à sociedade? É correto destacar que a pena como um mal necessário carece vir seguida de maneira inevitável de idealizações para a reinserção social. A educação e a profissionalização são basilares nesse processo, posto que de um lado se adequará novos valores, conhecimento mais extenso a propósito do mundo, e, por outro direcionará o encarcerado à introdução no mercado de trabalho, o que a condiciona a ter uma economia capaz de preencher as suas precisões, afastando-a da criminalidade que de modo invariável o alicia pelas facilidades que proporciona. Deste modo, o presente artigo justifica sua realização no sentido de querer averiguar ainda que por meio de uma revisão de literatura como a educação irá ajudá-los no sentido de ressocializá-los em sociedade.

Este estudo se caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório, que procurou delinear, à luz da literatura, os

fundamentais reptos do sistema penitenciário brasileiro na promoção da ressocialização de reclusos. O objetivo geral do presente estudo incide em descrever, por meio de uma revisão de literatura, qual amparo legal os indivíduos que se encontram reclusos possuem em relação ao acesso à educação.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

É nítida a deficiência de investimentos no sistema correcional brasileiro no que compete ao poder público, ao colapso e a desestruturação do sistema penitenciário só majoram a cada dia, gerando um absoluto desequilíbrio da apropriada aplicação da Lei Penal. A ausência de cárceres e distritos policiais gera a superlotação dos presídios, dando origem, por exemplo, à continuação imprópria dos aprisionados execrados. Não sendo esta a excepcional dificuldade que pode ser erguido neste panorama, observa-se ainda, uma carência no quadro de funcionários, como, por exemplo, o número escasso de agentes penitenciários e deficiência de treinamento para exercer tal papel.

O Estado, além do papel de penitenciar aqueles que perpetram crimes, apresenta a obrigação de reingressá-los na sociedade, sendo de extrema importância a participação da sociedade na sua ressocialização. Tem além disso a obrigação de antecipar condutas delituosas e seguir a execução ou a espera da sentença penal condenatória (BARCINSKI; CÚNICO; BRASIL, 2017). O cenário coevo do sistema prisional se expõe desproporcional no que diz respeito a tais implementos, tanto para os punidos, quanto para os agentes de segurança. Com o colapso no sistema prisional, não exclusivamente a Lei de Execução Penal (LEP), entretanto ao mesmo tempo os direitos fundamentais da Constituição Federal estão sendo ofendidos e a segurança do cumprimento da pena de formato digno não está sendo exercida, nesse processo quem perde é toda a sociedade, uma vez que não desempenhando o papel ressocializador da pena, muitos deles voltarão a ocorrer na prática delituosa.

Todo ser humano a qual for sobreposta uma medida repressiva

penal, carece ter todos os seus direitos e garantias reverenciados, carecendo ser protegidos tanto pelos preceitos constitucionais, quanto pelas demais legislações (BOCALETI, 2017). Conforme a Constituição Federal e a Lei de Execução Penal, afiançam aos sujeitos que encontram-se sob a custódia do Estado, o exercício dos direitos não alcançados pela perda da liberdade, abarcando o respeito à integridade física e moral, buscando avaliar a dignidade do encarcerado, bem como outros direitos referentes à ressocialização (CASARI; GIACÓIA, 2016). É nítido a acuidade da manifestação do estado e do poder judiciário para que os direitos fundamentais sejam reverenciados, procurando um verdadeiro estado democrático, onde exista equidade de direitos dentre os sujeitos (DEMBOGURSKI; OLIVEIRA; DURÃES, 2021).

Direitos humanos e direitos fundamentais tendem a ser vistos como se fossem a mesma questão, contudo, de fato diferenciam-se entre si e essa diferenciação é essencial para sua compreensão mais aprofundada. Ainda que os direitos fundamentais sejam apoiados sobre os direitos humanos, tratam-se de duas situações diferentes, com aplicação e alcance específico (WEISSHEIMER, 2015). Compreende-se, deste modo, que enquanto os direitos humanos são consolidados no direito internacional e, como tal, são dirigidos a todas as nações que deles são signatárias, os direitos fundamentais tomam como base os direitos humanos, mas são construídos dentro de cada nação, como forma de garantir que as leis sejam desenvolvidas com foco nas pessoas que por elas serão regidas. Ao destacar as diferenças existentes entre direitos humanos e direitos fundamentais, o intuito não é de separar a ambos como se fossem mais ou menos relevantes em uma escala numérica de valores. Pelo contrário, a busca recai sobre o esforço de demonstrar a ligação entre ambos, ainda que sejam situações diferentes entre si (WEISSHEIMER, 2015).

Neste sentido é preciso mencionar que as afrontas à dignidade da pessoa humana necessitam ser aventadas como insultos aos fundamentos do Estado de Direito, não devendo mais ser consentido este tipo de conduta, de seres humanos contra seres humanos, tendo

por fim, que se versa de um ser idêntico ao outro. É notório que o sistema penal e o sistema de repressão pelos crimes perpetrados ainda carecem evolucionar, sendo importante conjecturar a propósito da realidade do sistema prisional em todo âmbito nacional e regional, como forma de melhorar atender aos preceitos constitucionais, uma vez que muitas vezes exclusivamente temos a utopia de garantia jurídica pelo papel social da pena, contudo se for ponderado a eficiência das políticas criminais ressocializadoras para deste modo termos uma autêntica visão dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro, ainda carecemos aperfeiçoar em amplitude (MARTINES, 2019).

O preso tem direitos assegurados como os demais cidadãos, devendo-se respeitar todos aquelas que não foram atingidos pela pena, como o direito de ir e vir. Nesse sentido, ressalta-se que a Lei de Execução Penal (BRASIL, LEP, 2019), em seu art. 41. Compreende-se, assim, que os apenados não poderão viver em liberdade, junto ao grupo social com o qual estão habituados, sua liberdade foi tolhida em face de sua conduta ilícita, no entanto, os demais direitos que a Carta Magna assegura aos brasileiros devem ser a eles garantidos. Qualquer que tenha sido o crime cometido, não faz parte da pena retribuir com a limitação dos direitos humanos e fundamentais desses indivíduos. No entanto, Bitencourt (2017, p. 97) enfatiza que:

O sistema prisional brasileiro, nas condições em que se encontra, é incompatível com o ideal de ressocialização e de respeito aos direitos humanos dos apenados. Ao invés de serem tratados como sujeitos de direitos, são vistos como criminosos que não merecem direitos, não precisam de condições de vida adequadas, mas devem padecer do sofrimento da pena em instituições totalmente desumanas, insalubres e com centenas de presos a mais do que estão preparadas para receber.

Somando-se a isso, é necessário que se mencione a questão das rebeliões em muitos presídios, acontecimentos nos quais perdem a vida muitos apenados e trabalhadores desses presídios. Existem casos em que as rebeliões ocorrem em função da insatisfação dos presos com suas condições de vida, porém, não ajudam os mesmos a alcançarem melhores resultados (MORAIS, 2016). Neste ponto, entra o papel do Estado frente as crises nas penitenciárias, exclusivamente o

Estado tem o legítimo poder de privar alguém da liberdade. No entanto, deve-se destacar que tal poder precede o dever de garantir os direitos fundamentais, incluindo os dos detentos. Com a inobservância de tais deveres e incorrendo os presos em dano, surge o dever do Estado em repará-lo (BRITO; LADEIRA, 2018). A responsabilidade do Estado consiste, então, no dever de reparar um dano causado a outrem em decorrência de uma conduta comissiva ou omissiva. Conduta esta que deve encontrar-se ligada com o prejuízo que fora ocasionado, caracterizando deste modo o nexó de causalidade (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2018).

De acordo com o artigo 37, §6º da Constituição Federal, a responsabilidade do Estado é assinalada como objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, devendo tão-somente haver o nexó causal entre o comportamento e o dano suportado pela vítima. Em consonância com tal entendimento, o artigo 43 do Código Civil dispõe que a responsabilidade objetiva do Estado restará configurada quando seus agentes causarem danos a outrem (NADER, 2016). Ao cumprirem a pena no estabelecimento prisional, os detentos estarão sob a vigilância e responsabilidade da administração prisional, devendo o órgão público velar pela integridade física, protegendo-os de violências cometidas por outros presos ou de agentes penitenciários. Na prática, infelizmente, o Estado não tem dado assistência ao sistema carcerário, uma vez que deixa de lado a humanização do cumprimento da pena, em relação a pena privativa de liberdade, facilitando a transformação dos Presídios em verdadeiros calabouços, bem distantes do direito constitucionalmente imposto, qual seja, o respeito à integridade física e moral dos presos (NUCCI, 2016).

Conforme Celso Antônio Bandeira de Mello (2016), a responsabilidade objetiva por danos proveniente de coisas ou pessoas perigosas que estão sob guarda do Estado também se aplica em relação aos que se encontram sob tal guarda. Portanto, se um apenado fere ou mutila outro apenado, o Estado responde objetivamente, considerando que os presos estão expostos, diariamente a uma situação de risco, no

ambiente de um cárcere onde convivem indivíduos insatisfeitos pelo fato de estarem aprisionados. A Constituição Federal brasileira, em seu artigo 1º, determina que, em um Estado Democrático de Direito, necessita existir respeito aos direitos e garantias fundamentais, de modo que não basta apenas haver previsão legal a respeito destes direitos, mas que o Estado efetive mecanismos de garantias aos direitos fundamentais reconhecidos, legitimando a execução do poder estatal em face ao cidadão (CASARI; GIACÓIA, 2016).

O Estado, em um ponto de vista garantista, tem o dever de desenvolver políticas públicas criminais voltadas a validar as normas de execução penal, proporcionando ao sistema penal a possibilidade de cumprir com suas finalidades, quais sejam, promover a paz social e restabelecer a ordem, causando o menor dano possível aos reclusos, ao invés de segregar aqueles que cometem delitos e, posteriormente, devolvê-los à sociedade, após macular direitos fundamentais, tratando-os indignamente, de que a consequência é a perpetuação da violência (CASARI; GIACÓIA, 2016). Logo é inequívoco, que o Estado como garantidor de direitos e garantias fundamentais possui responsabilidade para com as pessoas que estão sob sua proteção, razão pela qual deve zelar pelo respeito às normas constitucionais, sobretudo no que tange ao princípio da dignidade da pessoa humana, pois uma vez violado, estará o Estado contrariando os direitos humanos inerentes a todos os indivíduos.

Neste sentido, faz-se necessário que o Estado como garantidor de direitos tem falhado em múltiplos aspectos e um deles é a questão da ressocialização dos apenados. É indispensável mencionar que a pena privativa de liberdade no Brasil permanece não auferindo os desígnios, que seria a de devolver o detento em condições de conviver pacificamente na sociedade. A ressocialização traz à tona a precisão de requerer ao aprisionado condições apropriadas para que ele tenha a oportunidade de se reestruturar e, com isso, regressar a convivência social para que deste modo não volte a cometer delitos, propiciando o livre exercício de direitos, tal como a dignidade da pessoa humana.

Exalta-se sua função de fator ressocializador, afirmando-se serem abertos os benefícios que da atividade laborativa transcorrem para a continuação da personalidade do delituoso e para a promoção do autodomínio físico e moral de que precisa e que lhe será imprescindível para o seu amanhã na existência em liberdade (BARCINSKI; CÚNICO, 2017).

As concepções, tanto de educação quanto de trabalho dentro dos cárceres, são imperativas para que ao deixar as penitenciárias o egresso tenha condições de regressar ao mercado de trabalho mais habilitado e não regresse ao crime. O artigo 22 da LEP aduz que a assistência social carece ter por escopo amparar o encarcerado, e prepará-los para o regresso à sociedade. Deste modo, o presente artigo robustece o conceito do artigo 10 da mesma lei (BITENCOURT, 2017). As mazelas sociais, como a deficiência de habitação apropriada, escola e qualificação profissional, são fatores que induzem as pessoas a ingressarem nas instituições prisionais, essa deficiência estrutural faz com que mesmo depois afastar-se da prisão, os egressos permaneçam tendo as mesmas carências pela ausência de efetividade da ressocialização e a carência do sistema de acolhimento jurídico-social, uma vez que sem opção para a seu sustento acaba por recair no delito (FERREIRA, 2018).

Neste sentido, é correto citar mais uma vez que o Estado, enquanto órgão responsável pela custódia do detento, apresenta a obrigação de oferecer a eles determinadas assistências definidas como indispensáveis à manutenção da vida de qualquer ser humano, de modo inclusivo a vida dos detentos que se encontram dentro da instituição carcerária, sendo estas à assistência material, assistência à saúde, educacional, religiosa, social e jurídica. Neste sentido é necessário que se cite aqui que a educação nas prisões, para que se materialize como um direito depreca um conjunto de atuações, tanto na esfera do Estado como no da sociedade civil. Por outro lado, o ambiente prisional determina, à primeira vista, atuações que reduzam pontos como superlotação, asseio, brutalidade. Discorrer a propósito do ensino

em ambiente normal da escola como experimento de reintegrar o aprisionado à coletividade faz jus a um direito constituído por Lei, porquanto, o Estado tem a culpabilidade lícita na oferta de ensino para todos que se encontram retirados do alvedrio. Entretanto, o ensino no sistema penitenciário ainda é abrangido como uma regalia para o aprisionado.

Por isso, refletir em ensino na cadeia é ao mesmo tempo refletir em um direito que não é concretizado na realidade, permeado por outros direitos que igualmente não o são. A preparação de códigos, princípios e estímulos para o ensino de jovens e adultos necessita garantir prioridade os grupos sociais mais frágeis, porquanto são esses que superlotam os cárceres de todo o Brasil. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394 de 1996, a Educação de Jovens e Adultos será destinada a pessoas que de modo algum tiveram acesso ou assiduidade de estudos no ensino fundamental e médio na época apropriada. Então, esta modalidade, por motivo de sua particularidade precisa encontrar-se coevo em todos os estabelecimentos penais existentes no Brasil, uma vez que conforme a implantados no país, a Constituição Federal é obrigação do Estado afiançar a Educação Básica obrigatória e gratuita, afiançada, para todos, sem distinção, de cor, classe social, etnia.

A educação é um instrumento de formação cidadã, transformação social e elemento indispensável à garantia dos direitos humanos, e é assegurada no espaço de privação de liberdade pela Lei 7.210/1984 – Lei de execução penal (LEP). A Lei de execução penal (LEP) assevera como configurações de subsídio aos detentos: “material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa”. Porém como observa-se, no extrato abaixo, a educação é assegurada, mas a escola não:

Da Assistência Educacional

Art. 17. A assistência educacional abarcará a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. (BRASIL, 1984).

Denota-se que todas essas leis confluem para afiançar o apanágio à educação ao aprisionado, contudo, a sua concretização embate em alterações e compreensões discordantes, sobretudo pela deficiência de nitidez nas atribuições de encargos. Destaca-se, neste ângulo, a Lei 12.245 aprovada em 2010 que modifica o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 permitindo a instauração de salas de aulas nas prisões. A (LEP) – Lei de Execução Penal afiançou o amparo educativo, todavia não tinha como concretizá-lo. Vieira (2015) apresenta a lei na prática, ao articular que:

Ainda que a LEP assevere, afiance a educação no presídio, não é esse o fato que ocorre nos presídios. Raros são aqueles que cursam os educandários prisionais. É plausível proferir que os colégios na cadeia existem de direito, porém não de fato. Mesmo sendo uma das pilastras dos programas de ressocialização do sujeito aprisionado, o ensino prisional não é versado como fundamental (VIEIRA, 2015, p.33).

As organizações internacionais, no entanto, já tinham se manifestado em prol do amparo educativo ao aprisionado. Faz-se necessário mencionar e ao mesmo tempo lembrar, que o ensino em âmbito prisional é quase que totalmente realizada através do sistema EJA, Vieira (2008). No ponto de vista de Hora e Gomes (2007) a (EJA) Educação de Jovens e Adultos:

O sistema EJA, surgiu com objetivo de suprir a necessidade do estado em atingir um maior número de indivíduos com alfabetização, entretanto a EJA foi posta para sociedade como solução viável e aplicável em ambiente carcerário, e neste sentido o Estado entra como patrocinador principal, entretanto sem suprir as reais necessidades a qual foi submetida, e ainda mais grave, o Estado não dispõe de recursos suficientes para atender esta nova realidade da EJA. Assim sendo a EJA aúfere notoriedade, entretanto o sistema público falha ao implantar esta modalidade nas prisões, especialmente no que se alude a pontos que tangem tanto ao acesso quanto à continuação nos presídios. Uma vez, que quando se aborda a EJA na educação prisional, está se trabalhando com jovens e adultos aprisionados, o que os torna ainda mais marginalizados, mais aquém da obtenção de seus direitos. Se o acesso a uma educação adequada já é de certa forma recusada a jovens e adultos que se encontram fora da existência delinquente, de

que modo fica os direitos de quem encontra-se aprisionado? (HORA e GOMES, 2007, p. 41).

No pensamento dos autores a não concretização do direito à EJA a indivíduos “livres” reflete o que alguns estudiosos se perguntam. Então qual é o tipo de estudo ofertado ao preso? Qual a qualidade do estudo está sendo ofertada ao indivíduo aprisionado? Todavia, uma visão mais cautelosa entenderá as paridades dos indivíduos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e a realidade social da população correcional. Arroyo (2006) delineia que os estudantes da EJA a Educação de Jovens e Adultos (Educação de Jovens e Adultos) de um modo curioso que a sociedade teima em não querer admitir, porém é de extrema realidade. É preciso lembrar que ainda tem o sistema de ensino EAD. Nesse sistema, o andamento do curso fica de certa forma, a critério dos próprios alunos presos, os quais serão monitorados e instruídos pelos professores que serão também tutores presenciais da EAD, nos períodos da manhã, tarde e noite, de segunda a quinta-feira. Assim, espera-se que os alunos presos sejam motivados e que o interesse pelo conteúdo cresça significativamente. Desta forma, a interação será benéfica.

O conteúdo de cada módulo do curso estará disponível em DVDs e em material impresso (apostilas). Esta modalidade de educação vem para ajudar a solucionar o problema da alta rotatividade de alunos presos, assim como da quantidade de alunos presos desta unidade prisional já que flexibiliza horário de atendimento, espaço, local, utilizando diferentes mídias para desenvolver o ensino. As tarefas ou responsabilidades inerentes ao tutor dependem da proposta pedagógica, porém existem algumas convergências de ideias. A pesquisa em diversas literaturas a respeito do tema indica uma variedade de atividades desenvolvidas pelo tutor nos mais diferentes desenhos em sistemas de EAD (Educação a Distância).

É importante observar que para ser educando a distância é preciso adolecer “aptidões”. Isto nos leva a refletir sobre o quanto cada estudante desta modalidade de educação necessita superar dificuldades

de comunicação e de socialização, bem como desenvolver determinadas competências e atitudes para conseguir acompanhar o ritmo do curso que o instrumentaliza para a efetivação de atividades em outros setores de sua vida: profissional, afetiva, social, entre outras (MARTINS, 2005). A educação surge como uma das alternativas possível e humana para modificar o sistema penitenciário. Por meio dela busca-se romper com o estigma de que todas as instituições fechadas propostas a recuperação de delinquentes só servem à proliferação de ideias e práticas deturpadas. As instituições totais definidas por Goffman (2010) como:

Nada mais é que um ambiente de moradia e trabalho com uma imensa quantidade de pessoas em circunstância análoga, apartados da sociedade, onde coexistem em circunstâncias miseráveis, e sub humanas, onde a força prevalece, e submete-se a tudo para conseguir coexistir de modo mais uma no possível, assim sendo tais indivíduos passaram a ser estigmatizadas pela sociedade. A prisão, também considerada uma instituição total, passou a ser vista como um ambiente que sugere o aperfeiçoamento e a prática de novas condutas delitivas (GOFFMAN, 2010, p. 11).

Nota-se acima a descrição fria de como o autor descreve as instituições totais, que são maioria no Brasil até o presente momento. Nesse sentido, é preciso mencionar a educação como sendo fonte de esperança, uma vez que, a educação nas prisões além de contribuir para a redução da marginalidade escolar, é fator orientador de políticas públicas para a inclusão social, a prevenção da criminalidade e o resgate da cidadania. A educação a distância pode apresentar ou não momentos presenciais, entretanto ocorre necessariamente com catedráticos e educandos apartados fisicamente no recinto e ou no tempo, contudo podendo encontrar-se juntos por meio de tecnologias de comunicação.

A garantia do direito a uma educação básica no âmbito prisional propende atender um escopo internacionalmente reconhecido de garantir educação para todos. Um dos organismos internacionais mais importantes relacionados à educação nas prisões é a Unesco que, por intermédio do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, na Resolução 1990/20, de 24 de maio de 1990, recomendou que todos os presos devem gozar de acesso à educação, nela compreendendo

programas de alfabetização, educação básica, formação profissional, educação física e esporte, ensino superior, dentre outros, demonstrando verdadeiro comprometimento com a formação do encarcerado e sua ressocialização

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sociedade está passando por um momento que a violência e o desrespeito pelo próximo vêm crescendo de forma absurda. A criminalidade vem aumentando e conseqüentemente o sossego da população diminui mais a cada dia que passa. Somente prender o indivíduo que comete crimes de acordo com as pesquisas realizadas mostra que não está trazendo sucesso, para que haja de verdade a ressocialização dessas pessoas que entram no mundo do crime é necessário um trabalho mais amplo.

Aquele detento que escolhe estudar passa ter outra visão do mundo e começa a enxergar que a vida tem mais possibilidades do que ele nem podia imaginar, começa então, a ampliar seus horizontes criando sonhos e expectativas em relação há uma vida nova, longe de tudo de ruim que o mundo lá fora pode lhe oferecer. Assim, pode-se afirmar que a educação sem dúvida tem o poder que é mostrar que todos independentemente de cor, condição financeira, pode e deve correr atrás de uma vida digna. Por isso, é de extrema importância a educação dentro dos presídios e que essa educação seja de boa qualidade pois, assim estão sendo tirados do crime aqueles que um dia entraram por diversos motivos. É claro que nem todos que ali estão conseguem aproveitar a oportunidade de estudar e ter uma vida melhor, mas se pelo menos alguns fazendo proveito desse direito que tem, já está de alguma forma reduzindo a criminalidade.

Os Direitos Humanos e as garantias da Lei que abarcam esses sujeitos, apesar de muitas vezes não serem seguidos, representam o despertar da atenção para tão polêmica questão. As diferenças entre a Educação Prisional e a Escola na prisão, apesar de significativas, não se diferenciam na importância que representam na vida do preso. Tanto as

ações pedagógicas como a Escola dentro da prisão, desempenham o papel de preparadoras e recuperadoras daquele que nem mesmo como sujeito é percebido dentro do cárcere, que sofre com estigmas e preconceitos desde antes de sua incursão na prisão, que é, em sua maioria, o reflexo das mazelas sociais do país. A educação é um elemento importante na reabilitação do sujeito para transitar novamente no contexto das relações urbanas e sociais.

Sabe-se que muito precisa ser feito neste sentido, que a educação é um direito inalienável de todo ser humano, que o poder público tem falhado consideravelmente neste sentido, e que portanto este estudo vem com o sentido de colaborar e recomendar ações urgentes que afiancem os direitos de todos os indivíduos que se encontram encarcerados.

## **REFERÊNCIAS**

- ARROYO, Miguel González. **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana; BRASIL, Marina Valentim. **Significados da Ressocialização para Agentes Penitenciárias em uma Prisão Feminina: Entre o Cuidado e o Controle**. Temas em Psicologia–Setembro 2017, Vol. 25, nº 3.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017
- BRITO, Iure Simique; LADEIRA, Robson Pereira. A Responsabilidade Civil do Estado sob o Detento. Múltiplos Acessos - **Revista Científica Interdisciplinar**. n.3, v.1, artigo nº 14, Janeiro/Junho 2018
- BOCALETI, Juliana Maria dos Reis. Superlotação e o sistema penitenciário brasileiro: é possível ressocializar? **Actio Revista de Estudos Jurídicos** – N.27 VOL I – jan/jun 2017
- CASARI, Camila Maria Rosa; GIACÓIA, Gilberto. A Violação dos Direitos Fundamentais no Sistema Prisional Brasileiro à luz da Teoria do Garantismo Penal. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v.11, n.1, p. 249 274, 2016.
- FERREIRA, Kaio Chapeta da Motta. A eficácia do princípio da ressocialização e seus aspectos sociais. **Revista Direito em Foco**– Edição nº10 –Ano: 2018
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil – Responsabilidade Civil**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2018.
- GOFFMAN, Erving. **Manicônios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- HORA, Dayse Martins e GOMES, Priscila Ribeiro. Educação prisional: o problema do ponto de vista do currículo. BRAS IL, MEC-SEED. **EJA e Educação Prisional**. Boletim maio 2007(Salto para o Futuro).

MAZZUOLI, V. de O. **Curso de direitos humanos**. SP: Método, 2020.

MARTINS, O. B. **Teoria e Prática Tutorial em EAD**. Curso de Aperfeiçoamento para Capacitação de Tutores em EaD. Unidade Didática 3. Curitiba: NEAD/UFPR, 2005.

MORAIS, A. de. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2016.

MEDEIROS, Jéssica Conceição Calaça de. **O Colapso do Sistema Prisional e a Mercantilização do Cárcere**. Brasil, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

VIEIRA, Elizabeth de Lima Gil. **de portas abertas para o cotidiano de uma escola prisional**. 2008.

WEISSHEIMER, Loreno. Direitos fundamentais, perspectiva histórica, características e função. **Revista Eletrônica Direito e Política**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.10, n.2, 2015.

## **CAPÍTULO VIII**

### **A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO: A inclusão da criança surda na escola**

ÊMILE NASCIMENTO SANTOS  
JOAQUIM CARDOSO DA SILVEIRA NETO

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem por função traçar elementos que corrobore sobre a Língua Brasileira de Sinais (LS) no âmbito do contexto de Rede regular de ensino, as inquietações parte do pressuposto que ora torna-se evidente a formação de profissionais nesse âmbito ainda mais em se tratando de uma cidade pequena, como é Euclides da Cunha, Bahia, Brasil. É importante considerar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96, institui a obrigatoriedade de uma língua estrangeira a partir do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, contudo nota-se que são poucos os profissionais da rede pública que vivenciam essa experiência de forma confortável, pois a grande maioria dos profissionais não terem um formação continua acabam por deixando o/a surdo/a fora das atividades pedagógicas uma vez que os docentes não sabem trabalhar com a Libras( Língua Brasileira de Sinais).

Dessa forma, o presente artigo que se iniciou no componente curricular Metodologia do Trabalho Científico é pautado numa abordagem multi/inter/disciplinar com os aspectos que envolve métodos científico na abordagem qualitativa e estudos bibliográficos e nas vivências de pesquisadora (olhar sensível) as particularidades que envolve o surdo. O artigo traz como problema de pesquisa a seguinte indagação: Por que as escolas da rede regular de ensino pública não desenvolvem desde do Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 9º Ano) na parte diversificada aulas de Libras, para os estudantes da comunidade escolar e profissionais e assim quebrar os estereótipos e preconceito? Haja vista que a Língua de Sinais, também conhecida por Libras (um dos termos mais usados) é a segunda língua oficial do Brasil.

A Libras é a língua utilizada na comunicação dos surdos no Brasil, e na comunidade surda, ganhou atenção do século XIX quando D. Pedro II convidou o francês Ernest Huet para ensinar surdos aqui tendo em vista que de acordo com Oliveira e Silva (2013) Dom Pedro II se interessou pela língua de sinais pelo fato da princesa Isabel ser mãe

de um filho surdo e ser casada com o conde D`Eu que era parcialmente surdo. O que poucos sabem é que nas escolas das redes municipais há um número relativos de crianças e jovens que são surdos, e por falta de instrução são obrigados a aprenderem a escrever e tentar vivenciar de forma arbitrária a Língua portuguesa trazendo aos sujeitos surdos opressão, desestímulo e falta de desejo de estar no ambiente escolar uma vez que esse é algo enfadonho, por não trazer a sua língua para o centro das discussões e debates.

O intuito deste artigo é refletir sobre essa ação no contexto de ensino e aprendizagem para comunidade surda desde a tenra idade, uma vez que a legislação vigente tem a Libras como idioma oficial da comunidade surda. O objetivo desse artigo é traçar elos que fortaleça a difusão do conhecimento em Libras, e com a comunidade surda para termos uma sociedade mais harmônica com empatia, ética e respeito no processo de inclusão de todos para vivencia em harmonia na sociedade com ética e respeito no seu processo socioeducativo, tanto na comunidade surda como na comunidade ouvinte. Como objetivos específicos compreender o motivo pelo qual a língua Brasileira de sinais não é vivenciada de formas prática na rede regular nos anos iniciais do Ensino Fundamental; Investigar a história da Libras no território do sertão em especial Euclides da Cunha, Bahia, tendo como recontes de profissionais que vivenciam essa realidade; fomentar políticas públicas para inserção da Língua de Sinais nas escolas da rede pública. O objetivo desse artigo é traçar elos que fortaleça a difusão do conhecimento em Libras, e com a comunidade surda para termos uma sociedade mais harmônica com empatia, ética e respeito no processo de inclusão de todos para vivencia em harmonia na sociedade com ética e respeito no seu processo socioeducativo, tanto na comunidade surda como na comunidade ouvinte.

Já os objetivos específicos são: Investigar a história da LIBRAS no Brasil; Compreender o motivo pelo qual a LIBRAS não é vivenciada de forma prática na rede regular de ensino no Brasil; Fomentar políticas públicas para inserção da Língua de Sinais nas escolas da rede

pública.

## **2 LIBRAS NO CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO DE LIBRAS NO BRASIL**

A história da nossa língua de sinais se mistura com a história dos surdos no Brasil. Até o século XV os surdos eram mundialmente considerados como ineducáveis. A partir do século XVI, com mudanças nessa visão acontecendo na Europa, essa ideia foi sendo deixada de lado. Teve início a luta pela educação dos surdos, na qual ficou marcada a atuação de um surdo francês, chamado Eduard Huet. Em 1857, Huet veio ao Brasil a convite de D. Pedro II para fundar a primeira escola para surdos do país, chamada na época de Imperial Instituto de Surdos Mudos. Com o passar do tempo, o termo “surdo-mudo” saiu de uso por ser incorreto pois eles apenas são surdos, mudo é quando não consegue emitir nenhum som da boca, E pessoas surdas não conseguem falar pois não ouvem sua voz, então não conseguem desenvolvê-las em grande parte. É válido salientar que D. Pedro II tinha todo este interesse por conta que o neto dele o filho da princesa Isabel era surdo, e eles queria que o seu neto fosse alfabetizado, para não ser tratado como os outros, pois naquele tempo os surdos eram tratados como incapacitados. Santana (2016, p. 76) diz:

A trajetória social e educacional vivida por pessoas com deficiência no Brasil e no mundo implica determinadas condições e especificidades capazes de promover um novo paradigma em face da compreensão que existe sobre o conceito de pessoa com deficiência na atualidade.

A partir de 1911, aconteceu o Congresso Nacional dos Surdos Mudos de Milão, o ensino passou a adotar o oralismo puro como língua primária e a de sinais como secundária, tendo como pressuposto que “a utilização de sinais levaria a criança surda à acomodação e a desmotivaria para a fala, condenando-a a viver numa subcultura” (SALLES, 2004, p. 56). Mesmo com tantas dificuldades o ensino da língua de sinais não deixou ser abatido, e foi sendo criada várias, escolas, cursos até chegar nos dias atuais. “A aprendizagem da língua brasileira de sinais possibilita as crianças surdas mais eficácia e rapidez fluida, nas suas expressões desejos necessidades e sentimentos”

(MEC/SEESP, 1997, p. 31). Na Libras, é deixado de lado o termo de deficiência, e é criada uma comunidade linguística, pequena, porém diferente uma anormalidade como até hoje muitos acreditam nisso.

[...] a sigla LIBRAS significa Língua Brasileira de Sinais, sendo definida como a forma de comunicação e expressão gestual que transmite ideias e desenvolve uma conversa. É uma língua de modalidade gestual-visual, que inclui movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão (CARVALHO; SILVA, 2014, p. 10).

Ao olhar nossa sociedade vemos muitas pessoas que são surdas e se comunicam de maneiras diferentes, se repara o que significa mãe, para uma família, para outra é algo totalmente diferente. Isso ocorre por conta que quando as famílias não têm o conhecimento do que é a libras e de que é nossa segunda língua oficial, e a falta deste saber faz com que as mães não levem e não busquem os devidos direitos dos seus filhos de aprenderem sua língua materna.

toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (ONU, 1994, p. 1).

A Língua Brasileira de Sinais vem ao longo das décadas passando por diversas transições. Um dos pontos iniciais que ressaltou relativamente bem a acessibilidade aos surdos recentemente, foi quando caiu como tema do Enem (exame Nacional do ensino médio) “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”, Pessoas que nunca tinham ouvido falar a respeito começaram a ter interesse, atualmente vemos um tanto que um pouco mais de acessibilidade aos surdos, pessoas que estão ministrando ótimos cursos de ensino básico ao intermediário, entre tantas outras portas que foram abertas. Conforme reforça Diniz (2010, p.23):

Podemos dizer que atualmente a Libras tem no mínimo cento e cinquenta anos, a partir da existência da comunidade surda no INES desde a sua fundação em 1857. Por não encontrar registros históricos sobre a Libras no século dezenove, podemos supor que havia o uso de língua de sinais mesmo antes dessa época, tendo evoluído em sua estrutura linguística

a partir daí. E somente depois de duas décadas surgiu o primeiro registro em papel na forma de dicionário, a Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos em 1875.

Porém, pode-se notar mesmo depois de passados alguns longos anos a língua de sinais não tornou um dos componentes curriculares de ensino regular. Como fazer o ensino de LIBRAS ser efetivado no processo pedagógico? A resposta para essa pergunta seria simples: tornar a LIBRAS componente obrigatório do currículo escolar. Os surdos necessitam de novos olhares, da associação escola/família/sociedade, pois, como afirma Salles (2004, p.37), “se não há limite entre a grandeza e a pequenez, e nenhum ser humano é exatamente igual a outro [...] ser surdo não é melhor nem pior que ser ouvinte, mas diferente.

### **3 IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Segundo o Ministério da Educação – MEC, “a aprendizagem de LIBRAS possibilita às crianças surdas maior rapidez e naturalidade na exposição de seus sentimentos, desejos e necessidades, desde a mais tenra idade” (MEC/SEESP, 1997, p. 31). Brasil (2006, p. 9):

A educação especial assim contextualizada se constitui numa modalidade transversal que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, definida por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços de atendimento educacional especializado organizados institucionalmente para apoiar a educação nas classes comuns, de modo a garantir a escolarização e promover o desenvolvimento da potencialidade dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A resolução 02, de 11 de setembro 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no Art. 12 que define “os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, declara que:

§ 2 Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa.

Lacerda (1998) já afirmava que os estudos sobre línguas de sinais foram se tornando cada vez mais estruturados, surgindo a educação bilíngue, que defende a ideia de que a língua de sinais é a língua

natural dos surdos, que mesmo sem ouvir podem desenvolver plenamente uma língua viso gestual, Mais recentemente, um novo decreto sobre a educação bilíngue surdos surgiu, sendo este o Decreto nº 9.465 de 02 de janeiro de 2019, especificamente o artigo 35, onde reza que compete à Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue:

I - planejar, orientar e coordenar, em parceria com os sistemas de ensino voltados às pessoas surdas, com deficiência auditiva ou surdocegueira, e com as instituições representativas desse público, a implementação de políticas de educação bilíngue, que considerem a Língua de Sinais Brasileira (Libras), como primeira língua, e Língua Portuguesa Escrita, como segunda língua;

II - fomentar a criação de Escolas Bilíngues de Surdos, em todo o território nacional, com oferta de educação integral, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino;

V - planejar e executar ações que visem ao fortalecimento dos Centros de Apoio aos surdos dentro das Escolas Bilíngues, para a formação educacional, elaboração de materiais didáticos bilíngues e interação com a família;

VII - formular e implementar políticas que favoreçam o acesso, a permanência e a aprendizagem nas instituições de ensino bilíngue, por meio da integração com setores de cultura, esporte e arte;

X - promover e favorecer a realização de estudos e pesquisas referentes às experiências com e na educação bilíngue de surdos.

De acordo com Chaveiro e Barbosa (2004), a “Libras se torna uma ferramenta de empoderamento que permite ao surdo maior mobilidade e fluidez nas formações discursivas, como também fornece subsídios que ajudem na constituição de suas identidades frente as imposições (culturais e outras) do ouvinte”. Segundo Quadros (2017) a inclusão de Libras como uma disciplina integrante do currículo escolar tanto para estudantes surdos como para os ouvintes geram grandes desafios com relação a educação bilíngue, e a efetivação da inclusão, tendo em vista que, segundo Quadros (2017, p. 132):

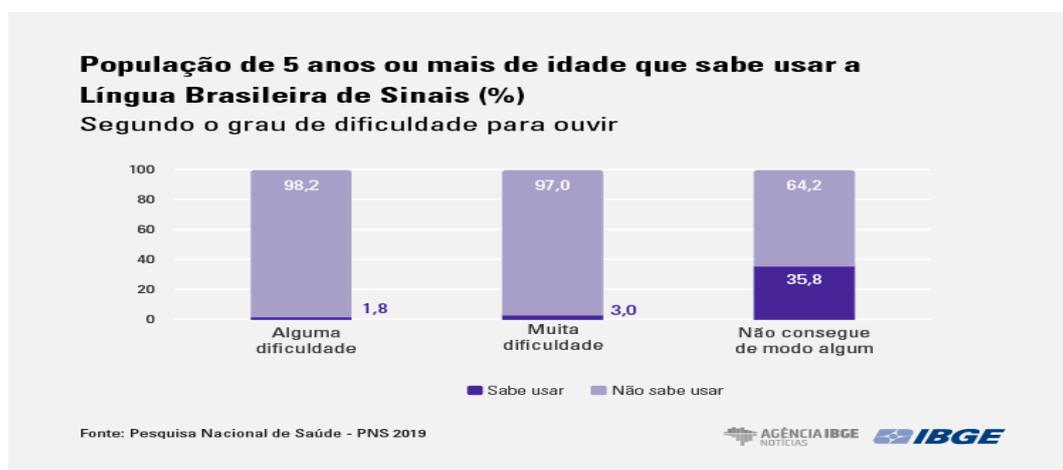
Essa inclusão vai além do ensino de Libras como segunda língua para as demais crianças ouvintes, pois diferente da metodologia de ensino de língua fundamentado em proposta de ensino de segunda língua, a Libras, como língua de herança, passa a ser ensinada nesses contextos específicos, com proposta de ensino de primeira língua.

Com relação ao bilinguismo Lima (2015 p. 79) defende a condição do sujeito surdo com o objetivo de garantir seus direitos cidadãos e linguísticos, e ainda afirma que os estudantes surdos têm o direito de serem educados na sua primeira língua e também o direito de

aprenderem a língua portuguesa, como segunda língua, na modalidade escrita, tendo em vista que o bilinguismo possibilita transformar a maneira com que se praticava o ensino e a educação de surdos no Brasil. Lacerda (2010 p. 127-128) sugere que seria “mais adequado que esta criança frequentasse uma escola bilíngue, onde pudesse se desenvolver plenamente em língua de sinais e nos conhecimentos básicos, e que recorresse à escolarização com interprete em etapas avançadas do ensino”. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2019 mostram a primeira pesquisa realizada sobre o uso da Libras no Brasil. A pesquisa buscou avaliar o conhecimento em Libras de pessoas com mais de 5 anos de idade, dividindo-as em três graus de perda auditiva (alguma dificuldade de ouvir, grande dificuldade de ouvir ou total incapacidade de ouvir).

Com o objetivo de avaliar o conhecimento de uma quantidade significativa de surdos adquiridos, já com linguagem desenvolvida. Foi possível identificar que 1,8 % das pessoas com alguma dificuldade de ouvir, ou seja, perda leve a moderada da audição sabem falar a Língua Brasileira de Sinais; 3 % das pessoas que tem grande dificuldade de ouvir, seja, dificuldade moderadamente severa/severa de audição tem o conhecimento do uso da Libras; 35,8% das pessoas que não conseguem ouvir de modo algum sabem usar a Língua de sinais. A seguir temos o Gráfico da pesquisa divulgado pelo IBGE em 2019:

**Figura 1** – Dados do IBGE: a porcentagem de pessoas surdas maiores de 5 anos que sabem utilizar a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.



Fonte: IBGE, 2019.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Tipo de estudo**

O presente estudo segue as características de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa. Segundo Marconi e Lakatos (1991) a pesquisa bibliográfica é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas e resumos. De acordo com Gil (2008, p.50) a pesquisa bibliográfica “é construída a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos.” Gil (2002, p. 44) ressalta ainda que pesquisa bibliográfica:

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a uma análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Em relação à pesquisa qualitativa Vieira (2010) afirma que o objetivo da pesquisa qualitativa é buscar esclarecimentos detalhados dos fatos e comportamentos observados no campo da pesquisa, acessando informações, documentos, e registros, considerando a qualidade de detalhes. Para Minayo (2001, p. 14):

a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

### **4.2 Fontes**

Para a escolha das fontes foi utilizada as seguintes palavras-chave: (LIBRAS, criança surda; rede regular de ensino) em sites de busca e acadêmicos como: Scielo, Abrapso e o Banco de teses e dissertações Capes para obter embasamento mais profundo sobre o assunto.

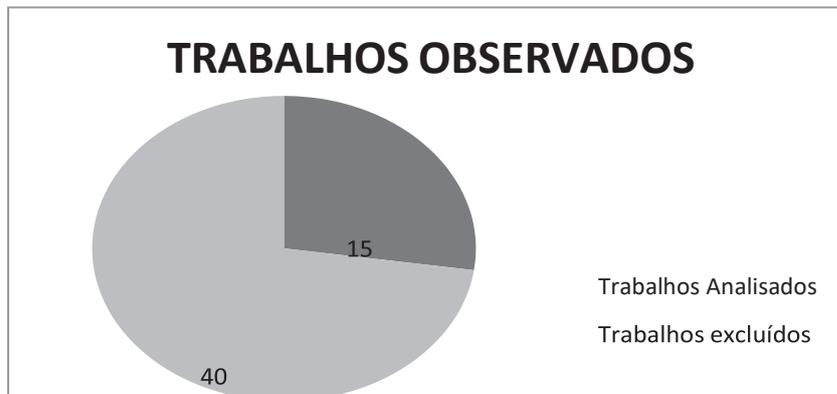
Uma pesquisa bibliográfica consiste em selecionar as leituras e fazer a análise do material com uma visão seletiva, então, para a

seleção das fontes foram utilizados os seguintes critérios: Estar no período de 2000 a 2022; escrito em português e Trabalhos que se referem ao contexto da “língua de sinais como processo cognitivo para apropriação da criança surda na rede regular de ensino”, todos os trabalhos que não se encaixam nos requisitos acima serão excluídos da pesquisa.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo foi realizado por meio de análises bibliográficas de autores que trazem pesquisas relacionadas a apropriação da criança surda nos anos iniciais da rede regular de ensino e o que apontam esses estudos sobre a LIBRAS no processo de socialização da criança surda. A seguir temos o gráfico que mostra a quantidade de trabalhos que foram encontrados, dentre esses, 40 trabalhos foram excluídos por estarem fora dos critérios de inclusão e 15 trabalhos foram analisados.

**Gráfico 1** – Quantidade de trabalhos analisados



Fonte: Autoria própria

**Quadro 1** – Resultado dos trabalhos analisados

AUTOR	TÍTULO	RESULTADOS
SILVA, B. R. F.; SOARES, M. B. (2019).	A INCLUSÃO DE CRIANÇAS SURDAS SOB A ÓTICA DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE – PE	Foi possível identificar, que a inclusão das crianças surdas não vem sendo uma tarefa fácil a começar pelo acesso, pois foi bem marcante a dificuldade em encontrar crianças surdas frequentando nas salas de aula, principalmente pela falta de um intérprete que pudesse acompanhá-las.

BERNARDO, M. J. S.; QUEIROZ, K. S. B.; FERREIRA, I.M. (2019)	A EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO ENTRE JOVENS SURDOS	Identificou-se que a educação bilíngue para alunos surdos seria a educação ideal, para o seu desenvolvimento linguístico já que os surdos estão dentro de duas comunidades, assim necessitam da língua de sinais, com isso, criação da escola no município representa um cenário de desenvolvimento na educação, porém trouxe desafio enfrentado não somente pela comunidade surda, mas por todos que trabalham com educação.
PEREIRA, S. R.(2009)	OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO LETRAMENTO EMLIBRAS:UM PERCURSOSEMIIÓTIICO	Através das entrevistas foi possível perceber que é muito complicado para os educadores ensinar a língua de sinais e a língua escrita, pois uma depende da outra e elas dependem dos pais e de todo o processo cabível para que os alunos consigam ser alfabetizados e letrados.
MEDEIROS, L. S.; SOUZA, V. P.(2018)	A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO EM LIBRAS COMO INSTRUMENTO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA	Foi observado que propor a inclusão escolar hoje para as crianças surdas, e para qualquer surdo de forma adequada e harmoniosa com todos os princípios que foram mencionados no desenvolver deste trabalho requer o emprego de uma educação bilíngue, pois ela assegura a aquisição da Libras como (L1) para o surdo desde a sua primeira
		escolarização, ou seja,
MACEDO, Y. M.;FRANÇA VASCONCELOS, A. P.; FREIRE, C.M. (2020)	IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NOS ANOS INICIAIS:UMA PERSPECTIVABILÍNGUE	Observou-se que a carência de novas políticas públicas de fortalecimento para efetivação do bilinguismo, fornecendo subsídios irrefutáveis para que as instituições de educação possam tomar um posicionamento com referências de currículo, avaliação e outros, tornando-se atuantes, reflexivos, objetivando a ressignificação dos encaminhamentos dados para tornar esta disciplina real e possível de ser ensinada, mediada, construída por surdos e ouvintes.

BOMFIM, D.A.(2017)	O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DE PROFESSORES	Foi possível reconhecer, investigar, compreender e responder às questões a respeito da formação dos professores que atuam com alunos surdos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como suas percepções e conhecimentos da Língua de Sinais e sobre o processo de ensino-aprendizagem desses alunos no que se refere à alfabetização. Também foram identificadas as estratégias e práticas pedagógicas docentes mais aplicadas aos alunos surdos para apropriação da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita nas escolas de educação inclusiva, e investigadas as variáveis facilitadoras e dificultadoras para a alfabetização desses estudantes.
SANTOS, J. K. C. R. (2020)	A RELEVÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:	Nota-se que o estudo a respeito da Libras ou até mesmo sobre toda a teoria proposta e apresentada não são suficientes
	DESCONSTRUINDO ALGUNS MITOS	para que essa língua seja (re)conhecida por todos – ouvintes e surdos.
FREITAS, I. F.(2020)	ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS: PARA ALÉM DO ALFA E DO BETA	Foi possível apresentar duas propostas de alfabetização para surdos que não são excludentes, nem dicotômicas, mas igualmente necessárias, por meio do sistema de escrita <i>SignWriting</i> , e em língua portuguesa, pelo sistema alfabético-ortográfico latino.
SILVA, R. A. F.; SEABRA, A. G. (2022)	CRIANÇAS SURDAS E EXPERIÊNCIAS COM A PALAVRA ESCRITA	Verificou-se que elas utilizam pistas visuais e fazem conjecturas para a escrita, que podem estar relacionadas à consciência visual. Esse “ponto de virada” pode ser favorecido por um letramento bilíngue que envolva elementos como escrita de sinais, escrita diferida e escrita bilíngue, a partir de bases diferentes daquelas utilizadas com as crianças ouvintes.

CASTRO, M. G. F.; KELMAN, C. A. (2022)	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS BILÍNGUES DE LETRAMENTO PARA ESTUDANTES SURDOS	Observou-se que a forma como todos os envolvidos no processo de ensino aos alunos surdos e ouvintes medeiam o conhecimento da Língua Portuguesa, utilizando artefatos da metacognição ou da comunicação inter/multimodal por meio da Língua Brasileira de Sinais - Libras, fazendo positivamente a diferença no ensino e na aprendizagem de todos os alunos. Enfim, considera-se que a qualidade da mediação semiótica utilizada por todos no processo ensino-aprendizagem dos surdos traz resultados positivos sobre a aprendizagem em Língua Portuguesa e sobre seu próprio desenvolvimento.
GARRUTTI, E. A.;	A CRIANÇA SURDA NA	Os resultados indicaram
MOREIRA, T. N. A. (2022)	EDUCAÇÃO INFANTIL BILÍNGUE: IMPORTÂNCIA DO SOCIAL PARA CONSTRUÇÃO DA LINGUAGEM	importância da organização de ambientes educativos linguísticos de educação infantil, culturalmente preparados para o desenvolvimento de crianças surdas. As situações de interações revelaram que o aprendizado da língua de sinais acontece de modo rápido e em trocas rotineiras no contexto da turma. As interlocuções nessa língua, por sua vez, paulatinamente permitem que as crianças compartilhem conceitos e práticas comuns no cotidiano da turma.
CUNHA, L. M. M.; MIGUEL, R. A. B. J.; GARRUTTI, E. A. (2022)	EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA ALUNOS SURDOS: NOTAS SOBRE CONSTRUÇÃO DA LINGUAGEM ARGUMENTATIVA NO APRENDIZADO DE CIÊNCIAS	Notou-se que a apropriação dos saberes científicos por meio de um trabalho com investigação colaborativa mobilizou uma participação mais ativa dos alunos surdos nas situações de debates no processo de construção do conhecimento e descoberta de respostas.

VIDRAGO, L. T. S.; SANTOS, E. N. S. (2021)	LIBRAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	Destacou-se que é necessário que a inserção da língua de sinais ganhe força, como por exemplo, a inclusão dela na BNCC, considerando-a como uma língua verdadeira, de acesso para todos os alunos da educação básica, bem como é extremamente necessário a qualificação/especialização dos profissionais da área, pois nunca saberemos quando vamos atender um aluno que precisa da Libras no ambiente educacional.
MIRANDA, Z. R. F. (2021)	O ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA DE COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM COM OS PRINCÍPIOS DE REGGIO EMILIA	Conclui-se a partir das bases teóricas da proposta de Comunidades de Aprendizagem, sobretudo, fundamentada no princípio de igualdade de diferenças, seja possível uma educação que respeite e valorize a diversidade, possibilitando o diálogo entre as diferenças: étnicas, raciais, classe, cultura, gênero, da pessoa com deficiência, na qual se inclui a surdez. Para pensar uma proposta de ensino de Libras desde tenra idade, em uma comunidade de aprendizagem buscamos os princípios da proposta pedagógica de Reggio Emilia, entendo que esta proposta corrobora no entendimento da importância da participação da comunidade escolar.
SILVA, M. C. R. (2019)	O ENSINO DE LIBRAS/PORTUGUÊS ESCRITO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: VIVÊNCIAS COM PROFESSORES INTÉRPRETES	Conclui-se que em resposta à questão sobre como professores e professoras intérpretes de Libras/Língua portuguesa podem contribuir para uma formação bilíngue na escola de educação básica, consideramos as particularidades do sujeito e sua responsabilidade diante do discurso do outro. Desse modo, as discussões nos levaram a apresentar algumas possibilidades de se trabalhar dentro de uma perspectiva discursiva a partir da discussão em torno de alguns planos de aulas.

Fonte: Autoria própria

Garrutti e Moreira (2022) discorrem que “a grande desvantagem no desenvolvimento das crianças surdas consiste no fato de que a

língua de sinais raramente se faz presente nas trocas sociais, uma vez que a sociedade, majoritariamente ouvinte, reconhece exclusivamente a validade da língua oral oficial do país, distanciando substancialmente os surdos do que precisaria ser a sua primeira língua.” Silva e Soares (2019) defendem a ideia de que é fundamental uma adaptação do planejamento das aulas de uma professora que tem algum aluno com deficiência na sala, destacando que em casos de aluno surdo as atividades pedagógicas propostas devem incluir também a apropriação da Libras, bem como as outras crianças devem aprender também para que possam interagir e socializarem de forma efetiva. Assim como BERNARDO, *et al* (2019) afirma, quando a pessoa surda está inserida no ambiente escolar ela passa a ter uma visibilidade maior na sociedade tendo em vista que passará a ter o poder de comunicação mais amplo.

Silva (2019) discorre sobre as dificuldades no ensino e aprendizagem de Libras/português e a importância do Intérprete de Libras na mediação do conteúdo explicado pelo professor regente. Com relação a alfabetização e letramento da Língua Portuguesa de crianças surdas Silva e Seabra (2022) destaca que “na educação de surdos, as experiências que privilegiam a visualidade fazem parte do modo de vida e do jeito surdo de ser, compartilhadas na comunidade surda, possibilitam o acesso a estratégias visuais e compreensão de mundo com base em práticas que tenham eventos de letramento visual como ponto de partida.” Entretanto Freitas (2020) discorre que professores, educadores e alfabetizadores precisam ter a clareza de que a língua portuguesa não é a língua de referência para a construção do conhecimento de mundo e de organização do pensamento do aluno surdo, mas sim a Libras.

Segundo Pereira (2009) “O indivíduo surdo é bicultural, pois está inserido em culturas diferentes, porque a cultura de um ouvinte não é a mesma que a de um surdo. Então para que aluno com de necessidade especial como a surdez seja alfabetizado e letrado em língua portuguesa, é necessário que primeiro conheça a Língua Brasileira de Sinais.” Na educação infantil a criança pode explorar os movimentos,

sons, texturas cores e emoções diante disso os saberes sociais são internalizados quando as crianças surdas fazem uso da Libras e quando usufruem de vivências com o melhor aproveitamento de informações não verbais. (SILVA E SOARES, 2019; MIRANDA, 2021; GARRUTTI E MOREIRA, 2022). Castro e Kelman (2022) após realizarem uma pesquisa observando o dia a dia de alunos surdos de uma escola identificaram que é fundamental executar “uma mudança no sistema educacional como um todo e em seus artefatos, tais como: currículo, sistemas de avaliação, estratégias de ensino, língua de instrução utilizada em sala de aula, planejamento das aulas, forma de trabalho dos profissionais envolvidos no processo de ensino.”

Em relação a educação bilíngue de crianças surdas Cunha *et al.* (2022) discorre que o professor bilíngue tem a responsabilidade pelo ensino da Libras, da escrita da Língua Portuguesa e de todas as disciplinas do currículo escolar. A educação bilíngue é uma forma fundamental de melhorar a aprendizagem e socialização das crianças surdas, entretanto Bonfim (2017) discorre que a formação inicial e continuada dos professores ainda são insuficientes para subsidiar sua prática na alfabetização de surdos, pois a maioria não domina a Língua de Sinais e desconhece a concepção da educação bilíngue para o ensino de surdos, resultando na dificuldade em planejar atividades específicas em conformidade às necessidades linguísticas e educacionais destes alunos. Medeiros (2018) afirma que através da educação bilíngue a criança surda é respeitada na sua singularidade linguística, criando oportunidades educacionais da mesma interagir com seu meio externo, mediando a relação entre os seus e viabilizando seu desenvolvimento.

Macedo *et al.* (2019) questionam a visão de educação bilíngue que as pessoas estão construindo, pois existe uma grande diferença entre o bilinguismo e a inclusão, tendo em vista que: “em um ambiente bilíngue, todos saberiam a língua de sinais e isso abrange todo o corpo escolar: colegas, gestores, professores, funcionários, administradores. A língua de comunicação e instrução seria a Língua de Sinais, uma pessoa não necessitaria aguardar a presença de um intérprete para

comunicar-se com os funcionários da cantina, da lanchonete para fazer o pedido do seu lanche, nem na biblioteca para pedir o livro que desejasse, uma sugestão de leitura ou tirar alguma dúvida com o professor.” A inserção da Libras nos anos iniciais do ensino fundamental representa um passo muito importante na vida da criança surda, pois quanto mais cedo ela for alfabetizada melhor será seu desempenho escolar (SANTOS, 2020; VIDRAGO, SANTOS, 2021).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS é a língua oficial das pessoas surdas no Brasil, é por meio dessa língua que as pessoas surdas, ou com algum grau de deficiência auditiva podem se comunicar entre si e com os ouvintes. A partir dos trabalhos analisados foi possível observar que a principal motivação para a o ensino da Libras ser inserido como parte integrante dos currículos das escolas públicas é buscar a inclusão da comunidade surda na sociedade, visto que, durante a infância existe uma facilidade maior em aprender uma nova língua, pois é uma forma de garantir a preservação da identidade das pessoas e comunidades surdas, além de contribuir para a socialização, valorização e reconhecimento da cultura surda.

## **REFERÊNCIA**

- BERNARDO, M. J. S.; QUEIROZ, K. S. B.; FERREIRA, I. M. **A educação especial os processos de socialização entre jovens surdos**. 2019.
- BOMFIM, D.A. **O processo de alfabetização de surdos nos anos iniciais do ensino fundamental**: uma análise sob a perspectiva de professores. 2017
- BRASIL, **Secretaria de Educação Especial. A Educação dos surdos**. Organizado por Giuseppe Rinaldi *et al.* Brasília: MEC/ SEESP, 1997.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de novembro de 2001 – Institui Diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2022
- CASTRO, M. G. F.; KELMAN, C. A. **Práticas pedagógicas inclusivas bilíngues de letramento para estudantes surdos**. 2022.
- CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A. **A surdez o surdo e seu discurso**. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, v. 06, n. 02, p. 166-171, 2004.
- CUNHA, L. M. M.; MIGUEL, R. A. B. J.; GARRUTTI, E. A. **Educação bilíngue aprendizado de ciências**. 2022.
- FREITAS, I. F. **Alfabetização de surdos**: para além do alfa e do beta. 2020.

GARRUTTI, E. A.; MOREIRA, T. A. **A criança surda na educação infantil bilíngue: a importância do social para a construção da linguagem.** 2022.

GESSER, Audrey. **LIBRAS? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4<sup>a</sup>. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LACERDA, C. B.F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.** Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 46, set. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?lng=pt> . Acesso em 06 out. 2022.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: Edufscar, 2013.

LIMA, C. M. **Educação de Surdos: Desafios para a prática e formação de professores.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

MACEDO, Y. M.; FRANÇA VASCONCELOS, A. P.; FREIRE, C. M. **IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NOS ANOS INICIAIS: uma perspectiva bilíngue.** 2020.

MEDEIROS, L. S.; SOUZA, V. P. **A importância da alfabetização em libras como instrumento para a consolidação da cidadania.** 2018.

MIRANDA, Z. R. F. **O ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma proposta** de comunidade de aprendizagem com os princípios de reggio emilia. 2021.

OLIVEIRA, L. L.; SILVA, A. L. F. **A Libras como instrumento de inclusão socioeducacional no ambiente da biblioteca: uma análise descritiva.** Revista Interdisciplinar. V. 6, n. 3, p. 213-231, 2013.

PEREIRA, S. R. **Os processos de alfabetização e letramento em libras: um percurso semiótico.** 2009.

QUADROS, R. M. **Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais.** Porto Alegre: Penso, 2017.

SALLES, H. M. M. L. *et al.* **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica.** Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SANTOS, J. K. C. R. **A Relevância do ensino de libras nos anos iniciais** do ensino fundamental: desconstruindo alguns mitos. 2020

SILVA, B. R. F.; SOARES, M. B. **A inclusão de crianças surdas sob a ótica de professoras da educação infantil do município de Camaragibe – PE.** 2019.

SILVA, R. A. F.; SEABRA, A. G. **Crianças surdas e experiências com a palavra escrita.** 2022.

SILVA, M. C. R. **O ensino de libras/português escrito na educação básica: vivências com professores intérpretes.** 2019.

VIEIRA, J. A. **O uso do diário em pesquisa qualitativa.** Cadernos de Linguagem e Sociedade. v. 5, p. 93, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index>. Acesso em: 08 de setembro de 2022.

MOURA, José Oreste Lopes de Souza. Libras Fundamental. **Revista Guia Prático de Professor do Ensino Fundamental**, p. 8-10, abril de 2016.

# **CAPÍTULO IX**

## **O EDUCANDO E AS PRÁTICAS DE LEITURA VIVENCIADAS NO COTIDIANO**

VALDINEIA FERREIRA DOS SANTOS

## **1 INTRODUÇÃO**

À medida que a humanidade evolui, como não poderia deixar de ser, essa evolução depende muito do desenvolvimento da educação, portanto na sociedade atual, a habilidade de ler é imprescindível à inserção sociocultural e a construção de conhecimento. O presente artigo com o tema: O Educando e as Práticas de leitura Vivenciadas no Cotidiano, tendo como objetivos, analisar e diagnosticar o gosto e hábitos de leitura cultivados pelos discentes no meio cultural e social.

A pesquisa constitui-se de um levantamento bibliográfico através de livros e artigos na qual discorre sobre o contexto histórico da leitura no Brasil e no mundo, bem como as concepções de leituras, as formação de leitores, o papel da sociedade e da escola, também será composto por uma pesquisa de campo na qual inclui análise de questionário, contendo perguntas fechadas para aplicar a 30 (trinta) alunos do 9º ano A, pertencentes a E.M.E.F Maria de Abreu Bianco - Monte Negro-RO, quanto aos hábitos, atitude e práticas de leitura vivenciadas no seu cotidiano, com vista a analisar as informações será feito a pesquisa quantitativa, por fim serão agrupados os resultados em gráficos.

Através da análise dos resultados da pesquisa de campo, possibilitou ampliar a compreensão dos aspectos educativos quanto ao ato de ler. Verificou-se que a escola tem obtido ótimos resultados, ao promover a leitura entre os educandos, através de estratégias simples, porém eficaz. Portanto, é de suma importância promover a leitura na escola de forma prazerosa que estimula os educandos, saber ler, querer ler e também ter acesso a textos diversificados que possam contribuir na formação de sujeitos leitores. Pois a leitura é uma ferramenta preciosa na vida de cada estudante, onde os desafios são cada vez maiores em uma sociedade que exige leitores que compreendam as informações, tomando um posicionamento e autonomia frente às situações apresentadas.

## 2 ORIGEM DA LEITURA

Resgatar a história da leitura no mundo é importante para que se compreenda a evolução desse processo na sociedade ao longo dos tempos, como cada novo processo se mobiliza na vida dos indivíduos. E vale lembrar que a origem da leitura está de mãos dadas com a escrita.

Os registros mais antigos foram encontrados em ruínas de um templo na cidade de Uruk, onde hoje se encontra o Iraque, com data aproximadamente de 3.200 a.C. Esses registros eram sinais que representavam um som ou uma idéia. Cada sinal, grafado na argila umida com a ponta de um estilete de vime, tinha a forma de cunha. Por isso esse sistema de escrita recebeu o nome de cuneiforme (LAJOLO, p. 77).

Desde os tempos primórdios, houve a preocupação do homem em utilizar-se da escrita e leitura, como forma de comunicar-se, caracterizar a valorização social, reforçar a imagem de quem domina determinada sociedade, desenvolvendo. Assim, uma arte que mudaria para sempre a comunicação entre pessoas: a arte de escrever. Mas, escrever não foi à única arte a surgir, outra criação se desenvolve também. Uma vez que existe o texto seja ele um sinal escrito como certo desenho, surge, o leitor, exigindo que o texto fosse resgatado isto é, lido. O escritor é um criador de signos, o qual necessita de alguém que os decifre, reconheça seu significado, ou melhor, que atribua sentido.

Desse modo, a escrita necessita de um leitor, pois caso contrário, não haveria essa anacronia autor/texto/leitor, que possibilitaria a integração entre a leitura e a escrita. “Na ausência de leitor toda escrita estaria fadada ao esquecimento” (MANGUEL, 2001). Com o evento da escrita linear surgiu um sistema que possibilitaria o registro de literaturas complexas e altamente sofisticadas: epopeias, livros de sabedoria, histórias humorísticas, poemas de amor. Segundo Manguel (2001, p. 211), “a leitura e a escrita naquela época estavam reservados aos donos do poder naquela sociedade patriarcal”. As pessoas letradas tinham consciência do *status* que ocupavam na sociedade, pois detinham a capacidade de ler os textos, sendo que algumas civilizações que foram extintas deixaram sua

história registrada através de códigos como os Sumérios, Acadiano, Minóico, Asteca e os Maias. Os arqueólogos afirmam que a pré-história do livro, inicia-se em meados do quarto milênio a.C quando as comunidades do sul da Mesopotamia deixaram suas aldeias e reagruparam-se em cidades estados.

### **3 A LEITURA E A SOCIEDADE**

O exercício da leitura faz-se presente em todos as níveis educacionais das sociedades letradas, ou seja, inicia no período de alfabetização, onde a criança passa a compreender o significado das palavras registradas através da escrita. Após esta fase, o discente continua a encontrar-se com livros, textos, apostilas, materiais didáticos, gibis, folhetos de propagandas, etc., enfim, inúmeras escritas no seu cotidiano. Theodoro (2001, p. 31) relata que “A atividade de leitura se faz presente em todos os níveis educacionais das sociedades letradas [...]”. Sendo assim, percebe-se que a maioria dos estudantes só entra em contato com livros, quando inicia sua carreira escolar, até porque seus pais na maioria das vezes não são alfabetizados.

Nota-se que a leitura na escola não estimula o aluno a gostar e ter o prazer de ler, já que a mesma requer conteúdos de aprendizagem, exigindo-se do mesmo um ato repetitivo, pois, só se lê para resolver as questões das atividades escolares, onde os quais, não vão além da busca de conhecimento através de outras informações contidas em revistas, jornais, folhetos, enfim, colocar o aluno no foco de informações fornecidas pelos meios de comunicação. Observa-se que os cidadãos precisam conscientizar-se sobre a leitura, é mais do que uma exigência, que está presente nas disciplinas acadêmicas, implicitamente e explicitamente é orientado pela importância da leitura no meio-social.

Vale ressaltar, que a alfabetização é uma condição necessária à formação de leitor, mas desde que, realizada de forma adequada. Haja vista, os alfabetizados possam ser capazes de ler, interpretar, imaginar, discutir, questionar, solucionar, entender e conhecer os

significados das mensagens textuais, ou seja, um recado, uma carta, uma mensagem, uma leitura bíblica, um noticiário, enfim, as informações que trazem o conhecimento. A Resolução do Conselho Federal de Educação *apud* Silva (1975, p. 35) orienta “Que se estimule, por todos os meios, o gosto da leitura e o uso do dicionário, quer em aula, quer no lar do estudante, para que se transformem em hábito”. De acordo com autor ora citado, percebe-se que há um compartilhamento de responsabilidade entre família, educadores e comunidade. Contudo, não se oferecem condições concretas como bibliotecas escolares com um acervo variado de livros, revistas, jornais e computadores conectados à internet, ou seja, que possibilite suportes favoráveis ao estímulo, para que brote no educando o gosto pela leitura, não só através do hábito, mas do prazer em ler, não só como obrigação, mas também como lazer.

O desinteresse pela leitura não é um problema individual, e sim social e cultural, como mostra a pesquisa, que o brasileiro lê menos de dois livros por ano, enquanto a média é de 7 livros por pessoa na França, EUA 5,1, Itália 5, Inglaterra 4,9 e o Brasil 1,8 (Fonte Câmara Brasileira do Livro, Revista Nova Escola, Agosto 2006, p. 31). Porém, comparar um país emergente com os países de primeiro mundo, há um equívoco no desenvolvimento educacional. Enquanto os países que têm um poder aquisitivo econômico alto e seus governantes se preocupam em investir na educação de qualidade, colocando-a como um processo de suma importância para com o seu povo. Oferecendo escolas de qualidades, professores graduados e doutorados, ensino integral, diversificando o ensino e a aprendizagem com aulas de línguas, informática, esportes. Para Silva (2000, p. 36), existe uma contradição na política educacional brasileira quando afirma:

A situação da leitura no Brasil é bastante contraditória: convivem, lado a lado, a preparação "carente" do professor de leitura e as recomendações irrealistas das autoridades educacionais. A política é a do "deixa coma esta para ver coma é que fica", aumentando dia-a-dia o volume da crise. Com isto em mente, pergunta-se: será que os cursos de preparação de professores não deveriam dar mais atenção ao ato de ler parte

integrante e fundamental da educação dos alunos?

Recorrendo-se novamente a Silva (2000, p. 36) que ressalta que as novas tecnologias, possibilitam novas formas de obter informações, mas que o professor continua a desempenhar a mediação entre a fruição dessas informações.

Numa época em que o olho eletrônico está aí no mundo ao redor, padronizando o conteúdo das informações, barrando as possibilidades de escolha do receptor, criando obstáculos ao aparecimento de indivíduos mais idiossincráticos, homogeneizando consciências e massificando a população, seria importante trazer a luz algumas funções da leitura dentro de um contexto educacional mais abrangente.

Ainda citando Silva (2000, p. 37) relata sobre a tradição de leitura no Brasil:

Por outro lado, parece certo dizer que não existe tradição de leitura no Brasil. Dada as condições do desenvolvimento histórico e cultural do país, a leitura enquanto atividade de lazer e atualização, sempre se restringiu a uma minoria de indivíduos que teve acesso à educação e, portanto, ao livro.

Observa-se que a sociedade brasileira é carente, onde a maioria não encontra estímulo e interesse pela busca de informação, restringindo-se a um mundo que não proporciona maior capacidade de interação ao mundo das informações.

#### **4 HISTÓRIA DA LEITURA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DE LEITORES**

Ao longo do processo histórico da evolução do homem e da sociedade brasileira, o ato de ler passou por diversas transformações, iniciando com a chegada dos primeiros colonizadores aos tempos atuais.

A pré-história de nossas letras interessa como reflexo da visão do mundo e da linguagem que nos legaram os primeiros observadores do país. É graças a essas tomadas diretas da paisagem, do índio e dos grupos sociais nascentes, que captamos as condições primitivas de uma cultura que mais tarde poderia contar como o fenômeno da palavra arte (BOSI, 2006, p. 13).

Bosi refere-se, acima à chegada dos portugueses ao Brasil, ocupação da terra, a miscigenação e intercâmbio de culturas. Alguns dos colonizadores eram letrados e acabaram por difundir a arte da escrita e da leitura, desde o início o domínio das letras,

possibilitando as pessoas se destacarem através da autonomia em decifrar os escritos.

Anchieta era, antes de tudo, um missionário. Com seus escritos não tinha de "fazer obra de arte". Pretendia, sobretudo realizar seu trabalho de catequese, o que determina a função pedagógica e didática de sua obra (AMARAL, 2005, p. 88). (Grifo do Autor)

No processo de interação dos indígenas, Anchieta e os Missionários da Companhia de Jesus desempenharam um papel muito importante ao serem os mediadores entre a escrita, leitura e novas idiomas. Reforça a interação entre as pessoas pela oralidade e através da escrita e leitura, tornando possível a expansão da escrita e leitura.

Por fim, os jesuitas compuseram gramáticas da língua tupinambá (a de José de Anchieta, em 1595, e a do padre Luis Figueira em 1621), publicaram em 1575 traduções do pai-nosso, da ave-maria e do credo, e trabalharam coletivamente na elaboração de um catecismo em língua tupinamba editado em 1618 (VILLALTA, 2006 p. 338).

Desde a época da colonização os mediadores do conhecimento, elaboraram situações didáticas para interação entre os sujeitos; os textos produzidos eram no idioma dos habitantes locais, não tinham propósitos pedagógicos para estes, mas sim possibilitar situações de interação entre índios e os colonizadores e também doutrinar na religião católica. A trajetória da leitura no Brasil na passagem dos séculos, nas camadas humildes difundiu-se no aprender fazendo; conheceram as letras às escondidas. As poucas escolas que haviam eram frequentadas pelas elites. Sendo assim, no século XVIII, no Brasil havia poucos leitores autônomos devido à educação ser restrita, mas à medida que os anos passaram, a educação escolar expandiu, oportunizando inúmeras pessoas aprenderem a ler, tornando-as autônomas em uma sociedade que cada dia requer mais cidadãos que saibam não só decodificar, mas, que compreenda e atribuam significados aos diferentes textos existentes no cotidiano, no qual o sujeito esteja inserido.

A relação estabelecida com os livros perpassando pela oralidade e pela indistinação entre o público e o privado: a leitura privada e silenciosa, feita em bibliotecas de escolas,

conventos ou residências, convivia com a leitura oral, desenvolvida o recôndito dos lares; e, ainda, com a leitura oral pública, realizada nas igrejas, sociedades literárias e salas de aula. A leitura oral, pública e privada, proliferou na medida em que reinava o analfabetismo. A oralidade e a publicidade da leitura, embora comum entre os letrados (VILLALTA, 2006, p. 338 - 9).

A leitura desde a colonização do Brasil era almejada por várias pessoas, principalmente pelas mais humildes, muitos destes conheceram as primeiras letras sendo autodidatas. Com o passar dos tempos, a leitura foi difundida, não somente para algumas, mas para todas as pessoas, sendo que ainda existe uma parcela da sociedade que de alguma forma ainda é impedida de ter o acesso ao ato de ler.

E só nos últimos 50 anos que se pode falar de um incentivo real à leitura. Nesse período, quando as crianças de famílias mais pobres e das camadas médias começam a ingressar em massa nas escolas, surgem políticas educacionais e projetos editoriais de fato voltados para ampliar a disponibilidade de livros na rede de ensino. Na metade do século XX, diferentes instituições e diferentes medidas governamentais começam a reverter a situação através de programas de incentivo (LAJOLO, 2002, p. 6).

Assim, a leitura difundiu-se no Brasil entre toda a população, tornando requisito primordial para que cada cidadão independente da sua classe social, exerça sua cidadania com autonomia através da leitura. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (2005 p. 23), “atualmente, exigem-se níveis de leitura e de escrita diferentes dos que satisfizeram as demandas sociais até há pouco tempo”. Considera a sociedade atual, que a leitura é muito importante, para que haja compreensão e crítica de aspectos da realidade e também a interação sociocultural de cada um, pois, à medida que a humanidade evolui, requer também evolução dos indivíduos e da educação, sendo assim, deve-se buscar formas de manter a vanguarda das situações, e uma delas é que se desenvolva a habilidade de ler não como um processo mecanizado, mas com uma forma de apropriar-se e ressignificar o conhecimento.

## **5 A LEITURA**

A escola é a instituição que por excelência têm a incumbência

de ensinar a ler, o ensino da leitura historicamente está vinculado à escola, mas, podendo acontecer em outros locais. Sendo que os jovens lêem somente enquanto existe um vínculo com a escola. Portanto, à escola pode ser ou não um caminho na formação de alunos leitores, caracterizando, assim, o elo entre sujeito e o mundo que o cerca (ZILBERMAN, 1986). Ainda de acordo com Zilbermam (p. 19, 1986), “a leitura pode ser qualificada como a mediadora entre cada ser humano e o seu presente”. No desenvolvimento do ato de ler cada pessoa pode compreender e significar determinados aspectos da sociedade, sendo que através da interpretação do texto lido, abrir-se-à espaços para novas e infindáveis perspectivas, tornando-a participativa na construção de sua própria identidade.

Para haver êxito na formação de leitores, os PCNs (2001) sugere que a escola deva dispor de uma biblioteca, e esta conceda textos variados para leitura e empréstimos, nas aulas é desejável que se proporcione diversidade de situações de leitura, o ato de ler em si, consiste em um trabalho, não sendo necessário que para cada texto lido siga um conjunto de tarefas a serem realizadas, o professor permita também que o aluno possa escolher suas leituras. Portanto, “a escola deve organizar-se em torno de uma política de formação de leitores, envolvendo toda a comunidade escolar [...] é fundamental um projeto coerente de todo o trabalho escolar em torno da leitura” (PCNs, 2001, p. 72). Sendo assim, a leitura ocupa um lugar de destaque na aprendizagem e na vida cotidiana de todos os discentes, por isso deve-se estimular e incentivar a formação de leitores autônomos através de práticas pedagógicas que privilegiem o domínio da leitura por parte dos educandos.

## **6 A LEITURA E O EDUCANDO**

A leitura é a essência primordial no processo do ensino aprendizagem, inicia-se desde os primeiros anos de vida de um cidadão. E nesse período que os pais começam a transmitir para os filhos suas histórias culturais através da leitura. Segundo Maricato

(2005, p. 18):

Quanto mais cedo histórias orais e escritas entrarem na vida da criança, maiores as chances de ela gostar de ler. Primeiro elas escutam histórias lidas pelos adultos, depois conhecem o livro como um objeto tátil “que elas tocam, vê e tentam compreender as imagens que enxergam”.

Observa-se o quanto é importante as famílias conhecerem e compartilharem com seus filhos o gosto pela leitura, estimulando-os desde pequenos a navegarem no mundo das palavras. Edmir Perroti (2006, p. 24), afirma que: "as crianças colocadas em condições favoráveis de leitura adoram a ler. Leitura é um desafio para os menores, vencer o código escrito é uma tarefa gigantesca". Percebe-se que as crianças mesmo sem ser alfabetizadas amam olhar livros ilustrados, ali elas fazem sua leitura oral e contam a história à sua maneira. Neste momento é importante a participação do adulto de forma coerente, ajudar a mesma, ouvir e compartilhar com ela o que realmente diz o texto, também elogiá-la é fundamental, pois se sentem mais valorizadas e procuram desenvolver a leitura com mais eficácia em suas histórias. Para Magda Soares (*apud* Adriana Maricato), “este aprendizado chama-se letramento: é o convívio da criança desde muito pequena com a literatura, o livro, a revista com as práticas da leitura e de escrita”.

Não basta ter acesso aos materiais, as crianças devem ser envolvidas em práticas para aprender a usá-los, roda de leitura, contação de histórias, leituras de livros, sistemas de malas de leitura, de casinhas, de cantinhos, amostras literárias, brincadeiras com livros.

Nota-se que a leitura não é muito fácil, todavia requer tempo e dedicação, para desenvolver a prática no ato de ler, é preciso que os formadores valorizem e pratiquem metodologias criativas que desperte no educando a importância de ler diariamente.

## **7 AMBIENTE ESCOLAR**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Abreu Bianco está localizada na Rua José Valadares, setor 03, quadra 15 na área urbana da cidade de Monte Negro - RO, para que possa atender

a clientela de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. A Escola têm 743 alunos matriculados entre Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano, no total de 27 turmas em três turnos dos quais 359 alunos são de 6º ao 9º ano, sendo matutino, vespertino e noturno. A comunidade escolar é formada por alunos oriundos de vários setores da Sociedade, na sua maioria classe econômica média e baixa. Muitos residem na área urbana do Município de Monte Negro e outros nas linhas: LC-25, LC-30, LC-35, LC- 40, LC-10, LC-20, LC-05, LC-12,5 e BR 421 da área rural.

A Escola enfrenta alguns problemas possivelmente oriundos da desestruturação familiar. Muitos pais são desempregados ou estão em subempregos o que dificulta ainda mais a sobrevivência das famílias. Na sua maioria a responsabilidade da educação de nossos alunos fica apenas com as mães. Há crianças que ficam sós ou são deixadas com irmãos maiores, pois devido à falta de recursos as mesmas precisam trabalhar fora, o que gera também à indisciplina. Outro problema enfrentado é o baixo grau de escolaridade dos pais, o que também influencia os filhos a deixarem à escola em busca de um trabalho informal sem qualificação. Tudo isso exige muito da escola, pois até mesmo as primeiras noções de educação, muitas vezes ficam sob a responsabilidade do Estabelecimento de Ensino, um grande problema enfrentado pela escola e em relação a falta dos alunos nas aulas, pois estes trabalham no período da colheita do café. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Abreu Bianco está buscando alternativas para haver um maior comprometimento de pais, alunos e professores com a melhoria do ensino e com a aprendizagem dos estudantes. Desse modo, a escola seja um espaço, nos quais os alunos adquiram compreensão do seu mundo e do seu tempo, para que organizem seus espaços de aprendizagem e aperfeiçoem o uso do tempo a fim de que todos obtenham sucesso na construção de saberes.

## **8 VERIFICAÇÃO EMPÍRICA DA AMOSTRA QUANTO ÀS PRÁTICAS DE LEITURA VIVENCIADAS PELOS EDUCANDOS**

## **8.1 Procedimentos metodológicos**

Tendo em vista compreender a leitura no processo ensino-aprendizagem e no cotidiano dos alunos, para isso foi preciso desenvolver uma pesquisa bibliográfica através da leitura em livros e artigos nos quais constam teorias acerca do ensino da leitura. Nos limites da pesquisa utilizou os resultados feito através de bibliografias apresentadas em texto para melhor associar a teoria e prática à vida cotidiana da escola.

Realizou-se também uma pesquisa de campo na E.M.E.F Maria de Abreu Bianco em Monte Negro-RO, a amostra se constitui com a participação de 30 (trinta) alunos que estudam do 9º ano A, dos quais 12 residem na área rural e 18 na área urbana, por meio de um questionário, contendo 05 (cinco) perguntas objetivas com apenas varias opções, a fim de levantar informações sobre o educando e as práticas de leitura vivenciadas no cotidiano. Possibilitando, assim, compreender a importância do ato de ler no contexto em que o educando está inserido. Com vista a analisar as informações será realizada à pesquisa quantitativa, por fim, serão agrupados os resultados em gráficos, arrematando o presente trabalho com texto discorrendo sobre a associação de teoria e a realidade da prática de leitura vivenciada no cotidiano do educando.

## **9 RESULTADOS DA PESQUISA**

### **9.1 Da pesquisa com discentes quanto às praticas de leitura vivenciadas**

A entrevista realizada com 30 (trinta) discentes do 9º ano A, na E.M.E.F Maria de Abreu Bianco em Monte Negro-RO revelou que os educandos, ao serem questionados se gostam de ler (primeira pergunta), 83% deles afirmaram sim e 17% responderam não.

Observa-se que, quanto ao o que os discentes costumam ler (segunda pergunta), obtiveram-se as seguintes preferências: 57% dos alunos disseram que preferem livros para sua leitura, 23% indicaram as revistas, 11% deles preferem gibi, outros 7% a Bíblia e 2% o jornal.

Verifica-se na terceira pergunta que, ao serem questionados

quanto ao local que costumam ler, 57% dos entrevistados responderam que gostam de ler em casa, 30% deles na escola e 13% na igreja. Percebe-se na quarta pergunta, quando os alunos foram indagados sobre a frequência de leitura dos pais, 53% responderam que raramente os pais lêem, 40% diariamente e 7% que os pais nunca praticam a leitura. Nota-se na quinta pergunta, que tratava quanto à relação ao acervo de livros que possuem em casa, 28% dos estudantes responderam que têm livros didáticos, 22% deles disseram literatura infantil ou infanto-juvenil, 20% dicionário, 17% Literatura em Minha Casa e 13% outros, tais como: Bíblia, revista e gibi.

## **10 REFLEXÕES ACERCA DO ATO DE LER**

De acordo com o trabalho já existente na escola, Projeto Meta de Leitura, que consiste em o aluno ir até a sala de leitura, (a escola não disponibiliza de uma biblioteca), onde os alunos vão escolher um livro para sua leitura (a maioria livros literários), levando para casa, após a leitura na evolução da obra lida, o aluno sintetiza oralmente ou são feitos questionamento quanto à leitura desenvolvida, são registrados em cadernos o controle dos empréstimos dos livros, revistas e jornais, sendo um caderno para cada ano, no fim de cada semestre: faz-se a premiação para os alunos que atingiram a média de 10 livros lidos, este projeto já está sendo desenvolvido desde 2008. Observou-se que há um estímulo à leitura, no qual o educando cultivava significado e faz compreensão, enriquecendo seus conhecimentos para a sua vida pessoal.

Verificou-se através do questionário aplicado que os alunos gostam de ler, um grande número indicou a casa como lugar preferido para ler, ficando a escola em segundo plano, o livro foi citado como o material preferido de leitura, muitos educandos possuem acervo bibliográfico em casa no qual a maioria são livros disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro Didático e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, constatou-se também que um grande número de estudantes não recebem incentivo

familiar na leitura, observou-se que a escola com seu projeto singular, aos poucos está levando seus discentes a uma vivência de enriquecimento pessoal como jovens leitores.

O ato de ler pode ocorrer em diversos ambientes, mas a escola é a instituição que promove e expande a leitura. Segundo Zilberman (1986, p. 11), “as afinidades entre escola e leitura se mostram a partir da circunstância de que é por intermédio da ação da primeira que o indivíduo se habita a segunda”. A escola tem um papel fundamental na inserção do aluno ao mundo da leitura, muitas vezes este é o único espaço onde o educando recebe estímulos e realiza o ato de ler, sendo muito grande o elo entre a escola, o educando e a leitura. Possibilitando, assim, a leitura de mundo e dos textos, assimilação dos valores da sociedade e tornando-se um indivíduo autônomo no contexto social e cultural.

Horbatiuk (2006, p. 16) enfatiza que:

Enquanto lemos, vivemos uma experiência transformadora. Nossa mente tem várias funções, entre elas a memória, a atenção, a sensibilidade e os diferentes tipos de raciocínio. Afinal com o processo mental operado ao ler, a pessoa transforma seu modo de ser e de ver o mundo e de interagir com ele.

Desta forma, o ato de ler é uma referência para que cada aluno possa associar seus conhecimentos prévios a outros e compreender o mundo que os rodeia, proporcionando assim, aos educandos desenvolver várias competências e habilidades no decorrer das práticas de atividades desenvolvidas na escola para que o aluno torne-se um leitor autônomo, ou seja, saiba compreender os diferentes tipos de textos e atribua significado a cada leitura efetuada. Hoje, a sociedade requer cidadãos que sejam leitores que saibam se posicionar criticamente frente às diversas situações apresentadas no cotidiano. Zilberman (1986, p. 17) enfatiza que, “o cerne da leitura não se esclarece para o aluno que é beneficiário dela. Por conseguinte, sabendo ler e não mais perdendo esta condição, a criança não se converte necessariamente num leitor”.

Portanto, mesmo que saiba ler, essencialmente todos não serão

leitores, alguns somente decodificarão as letras sem atribuir significado algum, outros, porém se afastarão de qualquer tipo de leitura, restringindo-se somente as necessárias para sua locomoção em determinadas situações. Sendo assim, a escola uma das principais mediadoras entre o sujeito e a leitura, esta pode tanto contribuir na formação de leitores, quanto a afastá-lo, devido as estratégias e procedimentos de leitura ineficientes na formação de leitores autônomos. Ainda segundo Zilberman (1986), alunos leitores passam por uma metamorfose, na qual o ato de ler compreende em situações de apropriação da realidade, pois a leitura acontece em virtude da aptidão cognitiva, e esta só se completa através de textos a serem lidos. Sendo que as atividades no incentivo a leitura possibilitam que o aluno interaja com diversos tipos de textos, formando leitores que incorpore a sua rotina o gosto e o hábito de ler.

Para formar leitores proficientes, é necessário promover atividades na qual o educando possa interagir com diferentes tipos de textos e que ao ler atribua significados agregados ao seu conhecimento prévio. Sendo assim, “o leitor competente é capaz de ler as entrelinhas identificando a partir do que está escrito elementos implícitos, estabelecendo relações entre o texto e seus conhecimentos prévios ou entre o texto e outros textos já lidos” PCNS (2001, p. 70).

## **11 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao desenvolver a pesquisa de campo sobre O Educando e as Práticas de Leitura vivenciadas no Cotidiano, percebe-se a importância de praticar a leitura, a fim de buscar informações e enriquecer os conhecimentos quanto ao ato de ler. A prática da leitura surgiu antes da escrita, quando os povos antigos passavam, suas histórias através da oralidade, e com o passar do tempo foram surgindo novas ideias, construindo assim a escrita, uma forma de armazenar a história de um povo, sem cair no esquecimento. Através da leitura as novas gerações passavam a conhecer as culturas tradicionais e os momentos históricos das gerações passadas. Para que os indivíduos fossem

capazes de praticar a leitura, houve a necessidade de ensiná-los, surgindo, então, as escolas com um dos seus papéis fundamentais, o de alfabetizar. Atualmente, não se pode pensar na leitura sem observar as transformações dos espaços culturais e sociais em que os alunos estejam inseridos, sendo importante valorizarem as diferenças sociolinguísticas.

Quanto ao ato de ler, nota-se a evolução da sociedade, desde a chegada dos colonizadores aos dias atuais, houve progressos. Entretanto, não suficientes para a população que cada ano vivencia com as novas tecnologias. Requerendo assim, sujeitos ativos, que valorizem a leitura como requisito primordial para a busca de informações e interações socioculturais. Para praticar a leitura, os leitores precisam interagir com as diversidades textuais, definir objetivos, seja para adquirir informações, conhecer conteúdos ou para momentos de lazer, tudo isso requer habilidades para que o leitor consiga fazer sua própria leitura. De acordo com a pesquisa realizada na E.M.E.F. Maria de Abreu Bianco em Monte Negro-RO, com os alunos do 9º ano A, obteve-se resultados surpreendentes, visto que a maioria dos alunos gosta de ler e cultivam o hábito no seu cotidiano.

Desse modo, é importante ressaltar que a escola desenvolve o projeto “Meta de Leitura”, este contribuiu para um aumento significativo no número de alunos que frequentam a sala de leitura. Pode-se comprovar através de registros nos quais constam à quantidade de livros tomados como empréstimo pelos alunos e apresentados em resumo oral, ou questões orais a serem respondidas. Percebe-se que através de estratégias simples a equipe escolar da E.M.E.F. Maria de Abreu Bianco tem alcançado grande êxito na tarefa de formar cidadãos leitores autônomos, o projeto em desenvolvimento requer algumas melhorias tais como: ampliar o espaço físico para que as educandos possam ler na própria escola, adquirir mais acervo bibliográficos, pois no ano de 2008 alguns alunos leram entre 80 a 112 livros no decorrer do ano.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Maria Amélia; MARQUES, Maria Lucia. **Alfabetiza ao Hoje**. 3 ed. Sao Paulo: Cortez, 1997.
- BARZOTTO, Valdir Heitor (org.). **Estado da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- BENCINI, Roberta. **Todas as Leituras**. Revista Nova Escola. São Paulo, ano XXI, p. 31 - 37, agosto, 2006.
- BRASIL, **Parametros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Parametros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Parametros Curriculares Nacionais**: 1ª a 4ª série: Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.
- CARDOSO, Beatriz, EDINIR. Madza. **Ler e Escrever, muito Prazer**. 2 ed. Sao Paulo: Ática, 2004.
- CHATIER, Anne-Marie; CLESSES, Christiane Hébrard. **Ler e Escrever-Entrando no Mundo da Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1992.
- FERRARI, Marcie. **Biblioteca Não e Depósito de Livros**. Revista Nova Escola. Ano XXI, N° 192, p. 24 - 26, junho/Julho, 2006.
- GERALD, João Wanderley (org.). **O texto na Sala de Aula**. São Paulo: Ática, 2006.
- HORBATIUK, Fahena Porto. **A prática da leitura começa em casa**. Mundo Jovem um Jornal de Ideias. Porto Alegre. Ano XLIV, n° 363, 2006.
- JESUS, Ana Lucia Caetano Barbosa de. **Ler para descobrir, experimentar e criar**. Revista Pedagógica Pátio. São Paulo. Ano VIII, n° 30, p. 34-37, maio/julho, 2004.
- LAJOLO, Marisa. Ofício do professor 3 - **Leitura e Escrita**. 3 ed. São Paulo: Abril, 2002.
- MANGUEL, Alberto. **Uma História da Leitura**. São Paulo: Schwarcz, 2001.
- MARICATO, Adriana. **O Prazer da Leitura se Ensina**. Revista Criança. n° 40, p. 18- 23, MEC/SEF, setembro, 2005.
- SILVA) Ezequiel Theodore. **O Ato de ler** - Fundamentos Psicológicos Para Uma Nova Pedagogia da Leitura. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- ZIBERMAN Regina & THEODORO, Ezequiel. (org.). **Leitura Perspectivas Interdisciplinares**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- \_\_\_\_\_. Regina (org.). **Leitura em Crise na Escola**: As Alternativas do Professor. 6 ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1986.

# **CAPÍTULO X**

## **ANÁLISE METODOLÓGICA DO ENSINO DE FÍSICA NO ENSINO MÉDIO**

JOÃO MATEUS DOS SANTOS MATOS

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o intuito de discutir as metodologias empregadas no ensino de Física no Ensino Médio, de modo que possibilite uma análise significativa acerca do contexto histórico e formativo das metodologias dos docentes e práticas que auxiliam no processo. Dessa maneira, para compreensão mais minuciosa, relata-se que a disciplina de física é a ciência que estuda a natureza e todos os seus eventos e as expressões matemáticas auxiliam na compreensão e expressão destes eventos. Isto é, sabe-se que os conceitos matemáticos são fundamentais para sustentar e postular teorias e leis, porém, tem-se um uso excessivo no meio educacional e isso fragiliza o ensino. Por conseguinte, sabe-se que a física exerce sua presença incontestável com diferentes âmbitos e aplicações em ocasiões cotidianas, ou seja, tanto no meio macro quanto subatômico, uma vez que parecem indissociáveis a teoria e o meio no qual se propaga e/ou ocorre determinado fenômeno. Todavia, a relação entre o prático e o teórico é imprescindível no meio educativo, sobretudo, que o docente saiba como poder relacioná-los ao lecionar física, pois é preciso utilizá-los dentro de uma aula que promova a aprendizagem dos dois e, assim, possibilite o aluno entender a matéria como um todo.

Em contrapartida, a física é, muitas vezes, considerada uma disciplina difícil pelos discentes, de modo que provoca o desinteresse e até mesmo a evasão. Assim sendo, pressupõe-se que é recorrente a falta de relação da física (fenômenos cotidianos) com cálculos, isto é, somente uso exacerbado de funções matemáticas, provocando o interesse do aluno em apenas decorar fórmulas para que possa responder uma avaliação no final de cada unidade escolar. Dessa forma, é preciso entender a relevância do professor e da sua prática, com isso, é questionável o quanto a formação profissional pode corroborar positivamente para o ensino de física, visto que a maioria dos professores de física, muitas vezes, não têm formação na área em que lecionam, sendo formados em matemática, por exemplo. Em

consequência disso, dificulta o processo de ensino aprendizagem, trazendo apenas fórmulas para os alunos e deixando as teorias de lado.

Para que o aluno possa entender a física, é necessário que o docente apresente uma metodologia que possa promover uma relação com o seu cotidiano, que o faça refletir, que o permita discutir e construir sua autonomia em seu aprendizado. Assim, entendendo como funciona, a experimentação é um dos meios possíveis para criar esta relação palpável com o aluno, não sendo a única maneira. Esta pesquisa tem o intuito de desenvolver a compreensão prática docente e em torno de como podem ser lecionadas as aulas de física, permitindo o uso de todo o seu conteúdo teórico sobre um viés metodológico.

A problemática se apresenta porque muitos dos professores atuais ainda utilizam o “ensino bancário” para lecionar, isto é, um ensino tradicional e conteudista que visa apenas a decoreba de fórmulas. Destarte, o docente infelizmente, tem priorizado apenas passar informações para os alunos, no entanto, sabe-se que hoje existem diferentes metodologias que podem funcionar de maneira mais efetiva no processo de ensino nas escolas, tendo como foco principal, a ser tratado nesta presente pesquisa, o ensino médio e a metodologia ativa no mesmo. A partir deste ponto, como entender e utilizar estas metodologias para lecionar física e obter melhores resultados no processo de aprendizagem dos alunos? Todavia, as metodologias ativas trazem uma aprendizagem significativa e uma maior relação do aluno com a disciplina tratada em questão, mas, além do professor ter um conhecimento metodológico, deve dominar a disciplina. Na física, encontramos diversos professores com dificuldade em compreender até os conceitos mais básicos, isto dificulta muito o processo de ensino-aprendizagem.

A presente pesquisa trata de uma aprendizagem mediada por metodologias onde os discentes sejam os autores protagonistas no processo de ensino, utilizando como base, as tendências cognitivas e investigativas e resquícios das tendências progressistas. Dessa forma, o professor tem como meta trabalhar com as ferramentas oferecidas pelo

âmbito escolar e social, para facilitar esta transformação do aluno em um pesquisador. Em muitas ocasiões, há a necessidade de o professor se apropriar, na sua prática, daquilo que já é clássico. No entanto, as metodologias ativas podem gerar resultados mais sólidos. As metodologias investigativas podem ser, sem dúvidas, mais eficazes na aprendizagem, pois consideram os conhecimentos dedutivos, adquiridos a partir de experiências culturais dos alunos e a busca dos mesmos por novas informações a partir de problematizações expressas pelo professor que se torna um mediador.

A metodologia utilizada na pesquisa tem como procedimento bibliográfico e sua abordagem qualitativa, pois não busca dados numéricos e, sim, uma análise do contexto educacional através de uma análise documental, mesmo utilizando um questionário com professores e alunos não busca contagem de dados numéricos, mas, sim, poder interpretá-los, evidenciar com caráter exploratório, buscando explicar, construir e descrever hipóteses relacionadas aos fenômenos estudados.

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender a relevância das diferentes metodologias para o ensino de Física no ensino médio. A presente pesquisa traz como objetivos específicos entender o contexto histórico do ensino de física; analisar as metodologias usadas no ensino de Física; e discutir o papel do professor ao correlacionar a teoria com o cotidiano dos alunos. As metodologias ativas, baseadas em pesquisas, são, na prática docente, interessantes, pois conduzem os alunos a produzir e assimilar os conhecimentos. A prática docente atrelada ao tradicionalismo pedagógico é, no mínimo, enfadonha, pois o professor fala mais e a avaliação é muito mais quantitativa do que qualitativa e não processual. Nas metodologias ativas, o professor continua avaliando pela quantidade, porém a qualidade, isto é, o esforço e a aplicabilidade dos conhecimentos a partir de assimilações pelos estudantes passam a ser aqui consideradas, pois a avaliação funciona de maneira processual.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo corpo docente são fatores relacionados à didática. Muitos têm um arcabouço teórico

considerável, porém, o que faz um bom profissional docente é a sua didática. Dentro de sua prática didática, devem estar os procedimentos metodológicos e estratégias educacionais como sequências didáticas, por exemplo, que auxiliam no planejamento e trazem um bom rendimento ao docente como mediador, as formas de avaliação e as compreensões sobre as tendências pedagógicas e seus pressupostos à aprendizagem. Entretanto, é sabido que o professor possui um grau elevado de responsabilidades que devem ir além do seu momento em sala de aula, pois é preciso que o mesmo pesquise, planeje e execute dentro de uma perspectiva didática. Por conseguinte, é preciso que o educador saiba e reconheça os métodos e suas características, na medida em que o mesmo seja capaz de dominar e aplicar, conforme a necessidade do âmbito escolar e social, assim sempre levando em conta os seus alunos. É partir disso que esta pesquisa tem como foco direcionar o seu estudo de modo a contribuir para a formação docente, pois é preciso que ela ocorra de forma continuada. É notório que algumas das metodologias surgiram há muitos anos, porém, deve-se presumir que a evolução tecnológica e suas influências não tornaram os métodos tradicionais errados, apenas o tempo em que foram aplicados e as culturas presentes não são mais as mesmas.

## **2 MARCO TEÓRICO**

O presente capítulo apresenta as diferentes metodologias de ensino com uma abordagem histórica, demonstrando o método tradicional, descrevendo as diferentes metodologias e a importância delas no processo de ensino-aprendizagem, tendo um enfoque no ensino da física e a experimentação através dela.

### **2.1 Abordagem histórica das metodologias de ensino**

Considerando que, no Brasil, durante a história da educação, houve um domínio majoritário do método tradicional, é necessário buscar a origem desse forte predomínio e a chave está no período colonial, onde o país recebeu uma herança perdurante dos assim

chamados primeiros educadores, que foram os jesuítas. Os seus procedimentos consistiam na transmissão (professor) e memorização (aluno)do conhecimento. Piletti (1991, p. 104) diz que:

Métodos tradicionais exigem um comportamento passivo do aluno. Segundo esses métodos e técnicas, cabe ao professor transmitir os conhecimentos e, aos alunos, apenas receber. Aquilo que o professor transmite é o mais importante e não aquilo que o aluno descobre. Aos alunos somente é permitido ouvir, memorizar e repetir.

De acordo com Piletti (1991), os métodos e técnicas tradicionais proporcionam uma passividade dos alunos, cabendo ao professor transmitir os conhecimentos e aos alunos apenas receber. É irrelevante o que o aluno descobre e exterioriza nas aulas, pois o que mais importa é aquilo que o professor comunica. Portanto, somente é permitido aos alunos ouvir, memorizar e repetir, tornando o professor o centro de todo o processo. Segundo Rosso e Taglieber (1992), as tendências tradicionalistas deixavam muitos discentes na zona de conforto e, no que se refere à resolução de problemas inesperados e esperados, os métodos tradicionais pouco ajudam, tornando-se um ensino mecânico e repetitivo. Portanto, de acordo com a avaliação dos mesmos autores, os métodos, em análise, não constroem uma formação suficientemente sólida e avançada.

A tendência liberal tradicional oprime os estudantes, direta ou indiretamente, e muitos desistiam dos estudos, causando um alto índice de evasão escolar. Isso porque os métodos tradicionais são cansativos para muitos, pois o foco está em apenas transmitir o conteúdo, sem haver muitos nexos com a realidade do educando. Com isso, muitas instituições de ensino perdem alunos, pelo fato de estudantes acharem ter mais sentido desenvolver outras atividades que os mesmos acham mais significativas para as suas vidas do que estudar. Segundo Freire (1983), é necessária uma metodologia de ensino que crie um elo entre a vivência dos estudantes e os conhecimentos científicos expressos em aula. Em muitos casos, as novas propostas educacionais rompem com o plano cartesiano, que trabalha a disciplinaridade. Cada disciplina, desenvolvida isoladamente, torna muito difícil o processo de haver

relações entre uma determinada ciência para outra área do conhecimento, daí se vê o processo de interdisciplinaridade para a relação de diferentes ciências.

O método tradicional também conhecido como ensino bancário, usado até hoje em muitas escolas da educação básica, e até mesmo no nível superior, desqualifica o ser humano, porque ao invés de ter uma similaridade humanitária entre o professor e aluno, existe a relação entre coisas e notas, sendo neste método o docente superior ao discente. É necessário um bom planejamento nas aulas com objetivos traçados para obtenção de melhores resultados, com estratégias bem definidas, um bom exemplo disso são as sequências didáticas que auxiliam o docente no processo de ensino-aprendizagem. Muito tem se falado acerca da ausência de ferramentas para o ensino de Ciências da Natureza ao decorrer dos anos, sobretudo, para a disciplina de Física, apesar de ser uma área que possui características experimentais. Entretanto, tem-se uma escassez de laboratórios e de recursos pedagógicos, que vem dificultar o ensino presencial nas escolas. Porém, o ensino, por intermédio das vias digitais, permite que o professor tenha acesso a vários dispositivos e plataformas virtuais que podem auxiliar no ensino. Por isso, cabe pensar como o professor pode ilustrar um experimento ou fenômeno em questão, de modo que seja algo de fácil acesso e de manuseio para todos os envolvidos no processo. Por conseguinte, notou-se a indispensabilidade de trabalhar com os mais variados recursos tecnológicos, sobretudo, os presentes nas sequências didáticas, como, por exemplo, os simuladores virtuais que servem para suprir a falta de laboratórios e materiais usados para experimento, na medida em que o educador tenha um ponto de vista inovador e que possa estar atrelada a sua metodologia.

Deste modo, tem-se como um dos instrumentos acessíveis as Plataformas Physics Education Technology Project (PhET), uma vez que se tenham variados experimentos virtuais que podem ser conduzidos pelos envolvidos, fazendo com que as aulas se adequem e sejam aludidas em plataforma virtual. De acordo com Silva e Melo (2016, p.

275):

[...] professor ao propor as simulações computacionais como recursos de ensino e aprendizagem deve ter consciência do potencial e limitações desse recurso, de modo que sua exploração não se transforme na mera substituição do professor pelo computador.

A partir da explanação dos autores, compreende-se que o uso de simuladores virtuais possui a capacidade de experimentar e exemplificar, uma vez que permite um viés alternativo e eficiente para a educação contemporânea, sobretudo, para o cenário que o ensino de Física se encontra. Com isso, deve-se presumir uma migração coerente e acessível para os discentes para o meio tecnológico, este é um dos meios que foi usado nas referidas sequências elaboradas. Ainda que a mesma denote, em suas etapas, características defendidas por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), é possível apresentar estudos de casos, textos variados (charges), listas de exercícios, atividades de fixação, seminários e feedbacks, posto que, podem ser desempenhados nos mais variados contextos, a fim de possibilitar mais diversidade no processo educativo. Os conhecimentos surgiram de necessidades e desafios específicos que o ser humano veio e vem enfrentando ao longo da história, então, os professores deveriam aplicar uma aula atrativa, com assuntos que se relacionem com o cotidiano social do aluno, podendo, dessa maneira, facilitar o processo de ensino-aprendizagem e aproximar os assuntos abordados da realidade do discente, para facilitar a aprendizagem.

A educação deve ser pensada com um olhar sociocultural, pois é produzida neste âmbito, recebendo fatores históricos no processo de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, se remodelando a todo momento em que a sociedade se modifica, é impossível tratar os assuntos da mesma maneira que alguns anos atrás e, por isso, o educador deve estar sempre se formando e reformando, o ensino bancário é só um exemplo de metodologia que se tornou ultrapassada, mas, existem, além de metodologias, tecnologias que se perderam no tempo e se tornaram incompatíveis com o desenvolvimento social, como a palmatória que era uma tecnologia utilizada no processo de ensino-

aprendizagem, por exemplo. Nesta perspectiva, a temática da presente pesquisa foi escolhida, de acordo com a carência de alguns valores mostrados nas relações entre docentes e discentes, as fragilidades no ensino e aprendizagem claramente observáveis na prática docente, principalmente, partindo da ideia de que o professor deve pensar e se remodelar para promover maneiras práticas de aprendizagem do aluno, além de utilizar mecanismos que o auxiliem.

### **3 METODOLOGIAS DE ENSINO NA FÍSICA**

A física é uma disciplina que, diversas vezes, é considerada difícil pelo corpo discente, o professor deve sempre pensar em como facilitar o processo de aprendizagem desses alunos e melhorar suas metodologias para que isso possa ocorrer. Existem diversos métodos e metodologias de ensino, onde o docente deve entender e modelar seus métodos para melhor adaptação e resultados das turmas, o método tradicional está ultrapassado nos dias atuais, então, o docente deve buscar novas maneiras de lecionar e, assim, obter bons resultados e atingir os objetivos traçados. As metodologias ativas, de cunho investigatório, são um bom exemplo de como transformar uma aula monótona em algo interativo, onde o aluno busca conhecimento, deixando de ser uma aprendizagem passiva e se tornando uma aprendizagem ativa por parte do aluno. No cenário educacional, sempre se ouviu sobre a existência de diversas inconsistências, os discentes não compreendem por que estão estudando Física, não entendem o ambiente como um local onde os fenômenos acontecem diariamente, o professor, também, não compreende o seu planejamento e nem da sequência didática. Com isso, sabe-se que há uma falta de alinhamento com os conteúdos lecionados, uma vez que o professor não consegue assimilar e planejar de forma macro, e, após, deve pensar nas partes que formarão o todo.

Segundo Moreira (2017), a física na educação básica está em crise, pois o professor contemporâneo possui um enorme despreparo, estimulando a aprendizagem mecânica com conteúdos desatualizados, trazendo o conceito de educação bancária, onde o professor apenas

deposita informações e o aluno, de maneira passiva, tenta reproduzi-las, dificultando uma aprendizagem significativa, respondendo provas e depois esquecendo os assuntos. Moreira (2017) ainda afirma que é de extrema importância modificar a maneira de ensino, principalmente, nas ciências, onde os alunos devem se tornar pesquisadores e, assim, possibilitar desenvolver certa criticidade em torno dos assuntos apresentados, que, na maioria das vezes, são alavancados basicamente pelo Movimento Retilíneo Uniforme (MRU) e fórmulas simples, deixando de abranger diversos conteúdos da disciplina.

É sabido que uma grande parcela dos educadores foi formada por uma perspectiva de ensino que não favorecia as singularidades dos alunos, e alternar em conhecer, é o mesmo que se permitir alcançar outros horizontes, isto é, o professor se submete a pesquisar e se arriscar em novas metodologias. Neste ínterim, Freire (1996, p. 15) contribui, salientando que “faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador”. O docente deve perceber o aluno como indivíduo e consiga trabalhar em torno dessas individualidades, estando sempre pesquisando e desenvolvendo novos saberes. É a partir desta percepção, que se busca delinear-se acerca do que é preciso para ser docente na contemporaneidade, portanto, cabe, inicialmente, investigar sobre os saberes fundamentais e suas respectivas perspectivas para o professor. Em consonância, pressupunha-se que os saberes, a princípio, são forjados por intermédio da diversidade. Sendo assim, para Tardif (*apud* CARDOSO; PINO; DORNELES, 2012, p. 4) os saberes docentes:

[...] podem ser provenientes do conhecimento a respeito das ciências da educação e de métodos e técnicas pedagógicas (saberes da formação profissional), do domínio do conhecimento específico a ser ensinado (saberes disciplinares), da apropriação de uma forma “escolar” de tratar os conhecimentos que serão objeto de ensino (saberes curriculares) ou da própria vivência diária da tarefa de ensinar (saberes experienciais), ao mesmo tempo reconhece que existe um saber específico que é o resultado da junção de todos esses outros e que se fundamenta e se legitima no fazer cotidiano da profissão.

Dessa forma, é entendido que a formação (saberes da formação profissional) é algo fundamental para o ser professor, no entanto, existem outros saberes que devem ser tão importantes quanto, pois, ambos tornam-se indispensáveis para a docência. Nos diferentes saberes, existe a necessidade da relação com o que é ensinado, onde o professor de física deve se adaptar e modificar as diferentes noções metodológicas para obter melhores resultados, além do seu planejamento, a sequência didática pode auxiliar muito neste processo. Assim, inicialmente, verifica-se que a referente sequência é um instrumento que possui um caráter inseparável do planejamento, portanto, para compreensão de tal, Masetto (1997, p. 77) salienta que “o ato de planejar é uma atividade intencional; buscamos determinar fins. Ele torna presentes e explícitos nossos valores, crenças; como vemos o homem; o que pensamos da educação, do mundo, da sociedade”.

A partir deste entendimento, o próprio Zabala (1998) ressalta que a Sequência Didática é um agrupamento de atividades coordenadas, na medida em que se sistematiza e articula através de objetivos, e que seu processo se conduz através da transparência, onde os envolvidos partilham das informações. Isso implica em dizer que esta, também, nas palavras de Zabala (1998, p. 54), tem o intuito de melhorar o ensino ao:

[...] introduzir nas diferentes formas de intervenção aquelas atividades que possibilitem uma melhora de nossa atuação nas aulas, como resultado de um conhecimento mais profundo das variáveis que intervêm e do papel que cada uma delas tem no processo de aprendizagem dos meninos e meninas.

Todavia, muito tem se discutido acerca das problemáticas encontradas na educação, especificamente no Ensino de Física, que infelizmente, ocasionam na descontextualização e não há um alinhamento dos conteúdos de maneira contínua. No entanto, a Sequência Didática presume o ato de planejar uma determinada quantidade de aulas de modo que possa dar prosseguimento de forma

continua e vá acrescentando de maneira que se complementam. Com isso, entende-se que pode melhorar significativamente o ensino-aprendizagem, pois fica mais simples, uma vez que se tenha a estrutura das etapas a serem aplicadas. Por conseguinte, a sequência didática é entendida por Oliveira (2013, p. 39) como um:

[...] procedimento simples que compreende um conjunto de atividades conectadas entre si, e prescinde de um planejamento para delimitação de cada etapa e/ou atividade para trabalhar os conteúdos disciplinares de forma integrada para uma melhor dinâmica no processo ensino-aprendizagem.

Por conseguinte, para simplificar ainda mais a sequência didática, torna-se saliente salientar que a mesma se qualifica no momento em que o professor precisa planejar para uma determinada quantidade de tempo, onde as aulas precisam atender objetivos específicos para acrescentar a sua aula posterior. Isso quer dizer que o docente, ao planejar e ao aplicar, possui uma noção daquilo que ele quer alcançar a curto e a longo prazo, ou seja, o mesmo começa a se entender dentro do processo, seja como mediador, questionador ou expositor. Com base nos autores Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), uma sequência didática deve conter alguns elementos que são primordiais para sua construção, isto é, etapas que contenham: Apresentação da situação; Produção Inicial; Módulos e Produção Final. Com isso, o professor entende o processo de criação de atividades e como aplicá-las em sala. Portanto, com a ilustração da sequência didática no ensino de Física como possibilidade de ação pedagógica, espera-se que possa suprir ou, ao menos, amenizar as fragilidades que o professor possa ter, uma vez que o mesmo precisará se preparar antecipadamente para lecionar. Por conseguinte, Lima (2018, p. 3) diz que “[...] o docente pode intervir para a melhoria no processo ensino e aprendizagem, oportunizando situações para que o educando assumira uma postura reflexiva e se torne sujeito do processo de ensino e aprendizagem”.

Disto, podemos observar a relevância do planejamento, sendo de suma importância no processo de ensino-aprendizagem, o professo

idealiza a situação e, depois, busca a melhor maneira de realizar tais atividades em determinado contexto social. Todavia, torna-se primordial submeter uma análise da realidade a qual se vai apresentar um determinado conteúdo, pois existem algumas variantes que podem dificultar o ensino-aprendizagem.

A Física é uma área que, por falta de recursos pedagógicos, profissionais capacitados e com carga horária pequena, torna-se muito abstrata, fazendo com que os alunos criem alguns preconceitos e/ou prejulgamentos que se transformam em empecilhos para o aprendizado (SILVA; ZANON, 2000). Entretanto, verifica-se que os referidos autores dizem que a mesma possui um caráter experimental e que pode estar relacionado com a realidade do alunado. É fundamental que o professor busque contextualizar a disciplina com a realidade do aluno, de modo a contribuir com seus conhecimentos prévios. Para Carvalho e Perez (2001, p. 114):

É preciso que os professores saibam construir atividades inovadoras que levem os alunos a evoluírem, nos seus conceitos, habilidades e atitudes, mas é necessário também que eles saibam dirigir os trabalhos dos alunos para que estes realmente alcancem os objetivos propostos.

Com isso, faz-se significativo analisar algumas metodologias no ensino de Física, especificamente, em um segmento muito debatido que implica na inserção da tecnologia no contexto escolar, na medida em que se procurará demonstrar sua significância enquanto teoria, uma vez que se busca exemplificar de modo a ser direcionado ao Ensino Básico. A partir disso, pressupõe-se que haja um caminho a se trilhar no contexto educacional, um que não só admita tais ferramentas como objetos tecnológicos, mas que inclua e oportunize suas contribuições dentro de perspectiva pedagógica e formadora. O que implica em salientar a necessidade de entendimento acerca sobre tais questões, pois é preciso discutir esta temática para que sejam desvendadas suas dimensões mais profundas, e, para isso, é preciso que se amplie a concepção tecnológica. Silva (2011, p. 1) diz que:

O ensino de física é uma das áreas de estudo que mais pode se beneficiar com o uso destas novas tecnologias

computacionais, pois a física ao abordar temas tão amplos do nosso cotidiano é que por vezes tenta explicar situações que podem ser demonstradas facilmente, leva os alunos a terem a sensação de que são incapazes de aprendê-la.

Por conseguinte, Vieira (2014) expõe que a docência deve ser desempenhada como o sujeito do conhecimento e, ainda, do processo que envolve a tecnologia e implica na promoção da sua formação essencial básica para o seu manuseio. Entretanto, sabe-se que na realidade das escolas brasileiras a introdução das TIC's vem através de um processo longo e, infelizmente, sobre uma linear lenta. Porém, verifica-se que a realidade atual tem promovido diversas possibilidades para que haja uma mudança nos hábitos e na maneira de enxergar o mundo à sua volta. É possível perceber que o ensino tradicional não é mais aceito nos dias atuais, na era da informação, é necessário modificar os pensamentos didáticos dos professores. O docente deve estar sempre se reformulando e se renovando, novas ideias metodológicas devem ser vistas e adaptadas para cada tipo de necessidade dos discentes, sempre percebendo e condizendo com as realidades em que estão inseridos.

O ensino tradicional em torno da física impossibilita uma análise formulada das teorias, onde o discente desenvolve apenas o cálculo de modo geral e esquece-se de instigar a disciplina como algo mais amplo e teórico. Muitas vezes, os alunos chegam à universidade sem nenhuma noção da ciência teórica, apenas tendo estudado cálculos e decorado fórmulas. A Física, como ciência, é de total presença no cotidiano de todos os alunos, isso deveria ser mais abordado pelo docente no processo de ensino das teorias. Moreira (2017) afirma que a interação cognitiva entre os novos conhecimentos e os prévios é a essencial característica da aprendizagem significativa, aprendizagem que contém significado, compreensão, uma capacidade de aplicação ou de transferência. Quando o professor utiliza uma metodologia tradicional, os alunos apenas decoram as fórmulas, para que, assim, possam replicar nas provas, com uma avaliação que se torna apenas quantitativa, logo após, esquecem o que decoraram, pois, não apresenta

utilidade prática em suas vidas. Nas metodologias ativas, o docente transforma o aluno em pesquisador, provocando com problematizações, muitas vezes, utilizando casos condizentes com a realidade ali inserida, deste modo, o aluno vê uma utilidade prática para o que está sendo estudado.

Utilizando de abordagens cognitivistas e investigativas, com metodologias ativas, desenvolve a participação efetiva dos discentes nas aulas de física, proporcionando, desta forma, um ensino-aprendizagem mais dinâmico, distanciando-se do tradicionalismo pedagógico, isso porque leva-se em consideração o que o aluno já sabe para desenvolver, a partir das noções prévias, uma aprendizagem mais significativa. Os enfoques cognitivos e investigativos também proporcionam mais discussões a respeito dos conteúdos de física, pois essas abordagens farão com que as aulas não sejam palco apenas para que o professor fique discorrendo os assuntos, muito menos para que os alunos resolvam questões do livro didático. Para tirar o foco das aulas tradicionais, é preciso fazer, além de tornar alunos os principais autores no desenvolvimento do processo de ensino, utilizar de recursos variados, inclusive os tecnológicos. Utilizando diversas fontes de informação, os alunos conseguem, à medida em que a pesquisa se desenvolve, estabelecer relações entre os dados, as teorias e os fenômenos do cotidiano, modificar os conhecimentos e ampliar os conceitos, podendo até promover uma interdisciplinaridade entre as ciências estudadas. Diversas vezes, os alunos demonstram não vê sentido no que é apresentado pelo professor de física, os conceitos tratados e a maneira que são demonstrados é de extrema necessidade, Pereira (2020) informa que o modo como os alunos relacionam os assuntos com o cotidiano tem papel central de como irão compreender tais pensamentos, ou seja, a constante busca por relacionar as ideias da ciência com o dia a dia do discente tem total importância no entendimento do aluno.

Pereira (2020) ainda adiciona em seu trabalho que, muitas vezes, existe uma falta de formação dos profissionais que ensinam física, ou

seja, licenciados em física, acabando a disciplina seja lecionada por professores de outras áreas como matemática, por exemplo. O investimento na formação de professores é algo que é sempre discutido em diversas pautas, o profissional que leciona deve ser totalmente competente para que possa obter bons resultados no processo de ensino, quando se trata da física ele deve ter a capacidade de compreender o assunto e torná-lo compreensível para o aluno, como Pereira (2020) traz em seu diálogo que, muitas vezes, se ouve em escolas de ensino médio que a física não faz sentido para os alunos. Na maioria das vezes, falta este sentido, pois, o professor tende a ensinar somente as fórmulas de cálculos presentes na disciplina e impossibilita a relação teórica com o cotidiano do aluno, tornando o ensino bancário, onde o professor deposita informações e espera as mesmas respostas nas provas, que, por sua vez, não apresentam um caráter processual.

Esta pesquisa não tem o intuito de criar uma maneira perfeita de lecionar, pois isto é impossível, a didática pode ser considerada algo natural, pois é irreprodutível, cada educador tem a sua. O graduando, enquanto estudante, pode até admirar ou tentar reproduzir um profissional da educação em que quer se espelhar, mas o método do docente, por se tratar de algo singular e natural, não conseguirá ter uma fidedigna imitação, pois não existe ninguém igual a ninguém, por isso a evidente importância de optar por uma estratégia de ensino adequada para que o ensino aprendizagem seja produtivo e que direcione aos resultados esperados (VEIGA, 2006).

Moreira (2017) afirma que a maioria dos alunos não gostam de física e quando possível eles a evitam, tentando apenas decorar fórmulas e mecanicamente repeti-las na prova e, assim, conseguir um bom resultado. Deste modo, vemos dois problemas da educação, inicialmente o resumo da física em somente fórmulas, faltando muito a teorização e a relação com o cotidiano do discente, além disto, vemos os resquícios do ensino tradicional no ensino da física, onde o professor apenas deposita informações no aluno e espera que ele as reproduza em uma avaliação escrita. Algo que é discutido nos últimos anos na área do

ensino da física é a experimentação, Silva (2016) traz que mesmo sendo pouco utilizada no processo de ensino, a experimentação é de extrema importância no processo de ensino-aprendizagem, auxiliando para obter melhores resultados juntamente com as metodologias ativas, pois tanto a experimentação, quanto as metodologias ativas, buscam transformar o aluno em um pesquisador e, assim, ele deixa de apenas reproduzir e passa a produzir.

A experimentação nas Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia) é de extrema relevância, já que, nessa atuação do conhecimento, pode ser potencializada, na qual o contato com o conhecimento, com a situação, instigando a pesquisa são proporcionais a uma aprendizagem significativa. Essa relação com o indivíduo ser ativo no processo de aprendizagem, irá condicionar além da aprendizagem, dará significância a esse conhecimento. É relevante salientar que apenas uma minoria dos docentes realiza atividades experimentais nas aulas. Embora a mesma seja de suma importância na educação, essa ainda é exposta, maioria das vezes, somente através de definições, fórmulas e exercícios tradicionais. A partir da observação, foi bem notória a carência de atividades experimentais simples, que pudessem ser efetivadas na própria sala de aula, com utensílios simples e de fácil acesso. Não é por que o colégio não provém de um laboratório superequipado que o professor não pode aplicar experimentos, a física pode ser expressa em diversas coisas presentes no colégio, em sala de aula, ou até mesmo utilizando a cantina ali presente. Atualmente, o ensino é visto como um item generalizado, bem longe da realidade que os educandos vivenciam, causando um desinteresse total pelas atividades escolares. Assim, vê-se a necessidade de promover um trabalho, propondo experimentos que despertem o interesse a essas ferramentas, para que haja, de fato, o aprimoramento das atividades educativas sugeridas de forma teórica nas escolas, conhecendo o eixo teórico para minimizar os problemas encarados por docentes e discentes no processo ensino-aprendizagem de Física.

O ser consegue aprender em várias dimensões, vendo, fazendo,

lendo, observando e essas formas de aprender terão uma eficácia, e para a Física explorar todas essas dimensões são de total excelência, na qual conseguirá alcançar os objetivos propostos no campo educacional devidamente orientado por documentos que regem a educação brasileira. A aprendizagem por meio de experimentação é o momento na qual o estudante aprende na prática o que foi visto em teoria, sendo que deste modo o conhecimento que será obtido terá um alto grau de assimilação, na qual a informação obtida se tornará conhecimento. É importante o educando perceber o processo de cada fenômeno analisado. Nesta perspectiva, o discente fazendo parte do passo a passo da experimentação, há uma boa probabilidade de que este ache relevante para o seu saber.

O próximo método considerado ativo é o da mão na massa. O movimento *makers*. A palavra *makers* em português dá sentido a palavra fazer, pois implica uma ação. Logo, este método preza pela construção do manual para o intelectual do conhecimento. É notável que essa forma de ensino contraria às concepções tradicionais de transmissão verbal do conhecimento, pois visa uma atuação mais efetiva do discente. Quando o educando participa de uma determinada atividade este terá um potencial de aprendizado considerável para sua vida (ADALBERTO, 2016). O professor deve sempre analisar e melhorar seu currículo, a palavra currículo quer dizer corrida, sempre passível de modificações. O método ativo, por ser uma forma mais interativa de processo de ensino e aprendizagem, rompe a ideia tradicionalista do plano cartesiano. Há um avanço da disciplinaridade para interdisciplinaridade, isto possibilita ao educando ter uma visão integrada das ciências e do mundo. Ainda hoje as metodologias que pressupõem esta interdisciplinaridade, assim como as ativas são consideradas um desafio para formação de professores do futuro. Segundo Araújo (2020), o professor deve estar sempre desenvolvendo seu currículo, a escola está sempre se desenvolvendo e se modificando, logo, é necessário que o docente siga essas modificações, pois o currículo reflete em todas e quaisquer ações

escolares e é por meio dele que tudo acontece neste processo.

Segundo Augusto e Caldeira (2007), a interdisciplinaridade é necessária no entendimento das disciplinas, representando a junção de partes em um todo, quando informações ficam dispersas e não oferecem uma visão geral do mundo, sem demonstrar ligações com as redes cognitivas pré-existentes deixam de mostrar significado para o indivíduo. Além de compreender o micro das disciplinas, é necessária uma junção do macro e a relação de todas elas com o que está sendo estudado. Augusto e Caldeira (2007) ainda trazem que esta junção de um todo é necessária, muitas vezes, que os alunos desenvolvem melhor quando aprendem conteúdos relacionados. O professor deve analisar a importância da interdisciplinaridade juntamente com essas novas ideias metodológicas, a física pode ser muito bem relacionada com diversas outras disciplinas e o docente deve buscar a melhor maneira de promover isto em sala de aula.

A Física, no ensino tradicional, é pouco aprofundada, muitos alunos decoram fórmulas e algum tempo depois nem lembram para o que as mesmas servem, juntamente com o que foi levado em consideração no texto até aqui, é possível entender a importância de novas metodologias de ensino para a compreensão da parte teórica da física e a sua aplicabilidade no cotidiano dos discentes. A experimentação é muito tratada no ensino da física, já que com ela o professor pode demonstrar como a teoria funciona, quando o professor fala que dois objetos de massa diferente em queda livre caem ao mesmo tempo, na grande maioria das vezes, o aluno afirma ser impossível, somente o cálculo matemático não é suficiente para a compreensão do discente. Experimentos básicos e que não apresentem custos ao docente, como utilizar cadernos e folhas para comprovar tais fatores são maneiras simples de iniciar, pois, muitas vezes, a instituição não oferece o local adequado para outros experimentos de maior complexidade.

Silva (2016) informa que para qualquer experimento tratado em sala de aula, o professor deve ter um bom planejamento. Para aulas em

que o docente faça demonstração de eventos científicos, é necessário um bom planejamento e objetivos claros, caso contrário, pode fazer com que o aluno aumente suas indagações, sendo que inicialmente o intuito era auxiliar no processo de ensino aprendizagem. O docente pode demonstrar um experimento ou fenômeno de modo que seja de fácil acesso para os alunos, podendo ser trabalhado com diversos recursos, simuladores virtuais sempre são uma boa opção, servem para suprir, muitas das vezes, a falta de laboratório e exemplos físicos dos conteúdos abordados, desenvolvendo uma estratégia que possibilite até mesmo o uso de sequências didáticas no processo, tem como um instrumento muito acessível as plataformas Physics Education Technology Project (PhET) tendo diversos experimentos, tornando as aulas mais práticas e visíveis para os alunos,

A Física é facilmente relacionada com o cotidiano, nos anos iniciais, o aluno tem contato basicamente com movimento e áreas relacionadas ao mesmo, podendo buscar atividades que demonstrem o assunto com o caminho deles até a escola, sendo a pé ou com outro transporte, fazendo do dia-a-dia deles um contexto científico, induzindo os mesmos a pesquisarem sobre a ciência na vida deles, já que isto é um ponto de extrema importância nas metodologias ativas, transformar o aluno em um pesquisador e, assim, torná-lo o centro do processo educacional. As metodologias ativas problematizam os assuntos, trazem perguntas e indagações, para que surja no aluno a dúvida e a busca por conhecimento, com isso, deixando de ser apenas um reprodutor de fórmulas e conceitos, tornando-se um pesquisador.

### **3.1 Base Nacional Comum Curricular e o ensino de Física**

O docente segue uma base nacional, seus planejamentos seguem as vertentes dessa base, logo, em uma pesquisa que busca demonstrar as diferentes metodologias de ensino, é impossível não tratar desta base. Aqui está explanado ligeiramente sobre as dimensões gerais e específicas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobretudo, acerca da disciplina de Física e suas atribuições. A Base Nacional

Comum Curricular surgiu de um processo longo de discussões e de planejamentos que tende a nacionalizar e sistematizar o ensino básico em todos os níveis, desde o nível Infantil ao nível Médio, isto é, com a apresentação de competências e habilidades que objetiva equiparar o ensino de maneira com que os alunos estudem em todo o Brasil as mesmas competências. Além de intensificar políticas educacionais que corroboram positivamente para a aprendizagem sem desigualdades.

Em consequência da mesma, tem um ensino voltado às áreas do conhecimento, ou seja, na parte direcionada ao Ensino Médio, tem-se uma divisão de cinco partes que foram propiciadas pela LDB, ou seja, a Lei nº 13.415/201755, que estabeleceu, no Art. 36, que houvesse as inserções das seguintes áreas: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e sociais aplicadas; Formação técnica e profissional (BRASIL, 2018). A Base Nacional Comum Curricular traz a ideia de sequência didática, planejar uma sequência didática auxilia no planejamento das aulas, facilita o processo de ensino-aprendizagem e serve como uma ferramenta para o professor utilizar que pode render bons resultados futuros. Nesta perspectiva, a disciplina da Física faz parte da área de Ciências da Natureza e suas tecnologias, assim como a Química e a Biologia. Entretanto, estas áreas funcionam como continuidades dos níveis antecessores de modo a respaldar as dimensões empregadas anteriormente, através das temáticas: Matéria e Energia, Vida e Evolução e Terra e Universo. Assim, a referida, conta no ensino médio com três Competências específicas que são orientadas com habilidades que corrobora positivamente para ensino de tal.

#### **4 MARCO METODOLÓGICO**

Neste capítulo, foram apresentados os traços metodológicos utilizados para o desenvolvimento da presente pesquisa, que foi conduzida por dois questionários, entre alunos e professores do ensino médio.

##### **4.1 Considerações metodológicas**

O tipo de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi uma leitura de diversos documentos com abordagem qualitativa. Assim, de acordo com Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa possibilita desenvolver uma abordagem que interpreta o mundo, os seus pesquisadores podem estudar as coisas em seus cenários naturais, buscando compreender estes fenômenos em termos e significados que conferem as pessoas, não é voltada à busca de dados numéricos, mas, sim, poder interpretá-los, evidenciar com caráter exploratório, buscando explicar, construir e descrever hipóteses relacionadas aos fenômenos estudados. Ainda nessa perspectiva, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse contexto, esse tipo de pesquisa vem prezar pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem. Quanto ao tipo de pesquisa utilizada, foi a pesquisa explicativa que, segundo Marconi e Lakatos (2011), caracteriza-se por registrar, analisar e interpretar fatos, identificando suas causas. Nesta perspectiva, essa ação objetiva estruturar e definir modelos teóricos, relacionando e gerando hipóteses em um sentido mais unitário. Esse tipo de pesquisa exige mais investimento em seu contexto, além de teorização e pensamento aprofundado baseado no objeto de estudo. O mesmo, procura identificar as causas que corrobora na ocorrência de alguns fenômenos que influênciam no processo, buscando o porquê dos acontecimentos.

Quando se fala em pesquisa em educação, professor Pedro Demo é referência, e uma de suas contribuições para isto é que a pesquisa prática é ligada ao conceito de práxis, ou seja, à prática histórica de usar conhecimento científico para intervenção e pesquisa, nesse viés, não esconde sua ideia, sem, com isso, perder de vista o rigor metodológico (DEMO, 2000).

#### **4.2 Etapas da pesquisa**

Esta presente pesquisa foi dividida em duas etapas: na primeira etapa, aplicação de um questionário com 10 professores de física de

idades do interior de Sergipe e da Bahia e na segunda etapa com 17 alunos concluintes da 3ª série do ensino médio do interior de Sergipe e da Bahia.

#### **4.2.1 Questionário**

O questionário foi dividido em duas partes, o início foi direcionado para os docentes e a seguinte foi direcionada aos discentes, com o intuito de compreender os dois lados e entender os efeitos metodológicos do processo de ensino. Vale salientar que o questionário dos docentes busca uma compreensão de suas metodologias e a utilização de práticas e experimentos que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem. Na parte referente aos docentes, foram feitas as seguintes perguntas:

Qual a sua formação profissional?

O que o senhor (a) acredita ser necessário para lecionar física?

Costuma relacionar a Física com o cotidiano do aluno?

Com qual frequência o senhor (a) utiliza experimentos nas suas aulas?

Possui formação continuada? Se sim, quais?

Qual a relevância da formação continuada no processo de ensino?

O que é necessário para ser um bom professor de Física?

O senhor (a) utiliza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para planejar as aulas?

Quais os benefícios de um bom planejamento de aulas?

Qual a relação da pedagogia com a disciplina de Física no Ensino Médio?

Aos discentes, foram realizadas perguntas no questionário que possibilitem entender a metodologia dos seus professores, além de observar os resultados dessas metodologias. Na parte que se refere aos discentes foram realizadas estas seguintes perguntas:

1. Conseguiu compreender os assuntos de física no ensino médio?

2. Consegue ver a física no cotidiano?

3. O seu professor de física preparava experimentos em sala de aula?

4. Consegue perceber utilidades da física na sua vida?

5. Quando se referimos a física você consegue ver teorias ou apenas cálculos?
6. Conseguia boas notas em física, ou sentia dificuldade com a disciplina?
7. Se a resposta anterior foi que sentia dificuldade, na sua opinião esta dificuldade era culpa do método do professor ou falta de empenho do próprio aluno?
8. Pretende cursar o ensino superior? Se sim consegue ver utilidade na disciplina de física neste curso?

## **5 FALA DOS PROFESSORES DE FÍSICA SOBRE AS METODOLOGIAS NAS AULAS**

No questionário aplicado com os professores de Física de cidades do interior de Sergipe e da Bahia, foi feita a seguinte pergunta: O que o senhor (a) acredita ser necessário para lecionar física? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:

São necessários conhecimento na área, didática em ensino de Física e ciência dos conhecimentos prévios dos alunos. Além disso, paciência. Pois muitas das vezes os estudantes têm um estigma em relação a essa disciplina. Acredito que, por não serem estimulados com um contato direto com a Física no ensino fundamental, ao chegar no ensino médio sem uma base, isto acaba se tornando um obstáculo que os afasta da compreensão dessa ciência. (1M,2020)

Competência profissional, habilidades para inserir e manusear as ferramentas tecnológicas e se compreender como professor que formará cidadãos éticos e participativos. Além disso, é necessário que seja de caráter o entendimento sobre a diversidade e sobre a sensibilidade para entender o sujeito, uma vez que são fundamentais, fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem. (2F,2020)

Ter um bom conhecimento na área de exatas e ter a percepção do mundo pequeno e do grande, ou seja, do (micro ao macro). (3M,2020) Primeiramente saber de fato os conteúdos, ter uma boa didática, de fácil compreensão pelos alunos. (4M,2020)

Uma boa formação e lecionar com intuito de sempre dar o seu melhor em sala de aula. (5M,2020)

Conhecimento teórico, didática e planejamento com objetivos bem definidos. (6M,2020)

Conhecimento de matemática básica, conceitos físicos e boa didática. (7M,2020)

É necessário termos aulas teóricas que envolvam experimentação. (8F,2020)

Conhecimento, Boa metodologia e recursos. (9M,2020)

Dominar o assunto e cativar os alunos. (10M,2020)

Com base nas respostas deles, observa-se que os professores afirmam a importância de dominar os conteúdos como principal necessidade, mas, além disso, são necessárias uma boa didática e uma boa relação com os alunos. A boa relação com os alunos está ligada ao elo de vivência existente entre a realidade dos discentes e a disciplina. Para isso, é necessária uma metodologia que faça um elo da vivência dos estudantes e os conhecimentos científicos (FREIRE, 1983). Para que possa existir essa ligação entre os conhecimentos científicos e a vivência dos discentes, é importante os professores utilizarem estratégias de ensino, como sequências didáticas, por exemplo. Zabala (1998) afirma que a possibilidade de introduzir diferentes tipos de intervenções proporciona um aprendizado mais aprofundado e significativo ao aluno.

Pereira (2020) traz que, muitas vezes, a física aparenta não demonstrar sentido aos alunos de ensino médio. Isso pode estar atrelado aos traços metodológicos dos docentes, a falta de experimentos ou até mesmo planejamentos com sequências bem traçadas e objetivos bem claros. Em seguida, foi realizada a seguinte pergunta: O que o senhor (a) Costuma relacionar a Física com o cotidiano do aluno? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:

Sim. (1M,2020)

Sim. Procuo trabalhar exemplos de sua realidade, isso chama a atenção do aluno e faz com ele se expresse durante a aula, além de dar ao estudante um novo olhar sobre uma tarefa corriqueira. (2F,2020)

Sim. (3M,2020)

Sim, é fundamental que se dê significado aquilo que está sendo ensinado, pois para os alunos é mais simples pensar sobre os fenômenos que ocorrem diariamente em suas vidas. (4M,2020)

Com certeza, é sempre necessário fazer esta relação, pois alguns alunos só aprendem de fato a Física quando está sendo utilizada no seu cotidiano. (5M,2020)

Sim, para estreitar os conhecimentos da educação sistemática da assistemática. (6M,2020)

Sempre. Creio que essa associação tornasse uma aprendizagem a longo prazo. (7M,2020)

Sim, A Física está constantemente ligada aos fenômenos do dia a dia. (8F,2020)

Sim. A engenharia no geral é ramificação da Física. (9M,2020) Sim! Isso é primordial. (10M,2020)

Com base nas respostas deles, foi possível observar que todos os docentes entrevistados entendem a necessidade da relação da física

com o cotidiano do aluno, compreendendo a importância da relação de como a aprendizagem do aluno funciona quando a ciência é exposta como algo que eles já têm contato todos os dias, pois, muitas vezes, existe dificuldade nesta relação. Pereira (2020) informa que o modo que os alunos relacionam os assuntos com o cotidiano tem papel central de como irão compreender tais pensamentos, ou seja, a constante busca por relacionar as ideias da ciência com o dia a dia do discente tem total importância no entendimento do aluno. Desta forma, quando os alunos forem resolver questões de física, precisarão de um raciocínio lógico e habilidades para resolver a atividade sugerida. O docente, ao desenvolver a sua prática no processo educativo, precisa inovar, procurando relacionar o conteúdo sugerido com as vivências dos alunos, para que o abstrato possa se tornar concreto, facilitando para a compreensão e associação do cálculo, e das disciplinas que demonstram especificidade nesta área. Para conseguir atingir tais objetivos, é necessário um bom planejamento com estratégias pedagógicas, um ótimo exemplo são as sequências didáticas que auxiliam neste planejamento. Para Carvalho e Perez (2001, p. 114):

É preciso que os professores saibam construir atividades inovadoras que levem os alunos a evoluírem, nos seus conceitos, habilidades e atitudes, mas é necessário também que eles saibam dirigir os trabalhos dos alunos para que estes realmente alcancem os objetivos propostos.

Logo, é visível que o docente deve trazer atividades que inovem as suas aulas e que as deixem mais atrativas para os alunos, possibilitando que os mesmos alcancem os objetivos que foram traçados no planejamento. A próxima pergunta realizada no questionário foi: Com qual frequência o senhor (a) utiliza experimentos nas suas aulas? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:

Às vezes, com a pandemia a frequência aumentou com experimentos online. (1M,2020)  
Com pouca frequência, esse é um dos pontos no qual preciso melhorar. (2F,2020)  
Poucas vezes por falta de recursos tecnológicos. (3M,2020) No mínimo em 4 e 4 aulas. (4M,2020)  
De forma bem constante, pois a prática deve ser interligada à teoria. (5M,2020)  
Em cerca de 20 % das aulas. (6M,2020)

Depende da estrutura dos conteúdos e dos materiais didáticos oferecidos pela instituição. (7M,2020)  
Uma vez por unidade. Já que requer gastos e nem sempre a escola possui materiais disponíveis. (8F,2020)  
Uma ou duas vezes por bimestre. (9M,2020) A cada unidade. (10M,2020)

Com base nas respostas dos professores, foi possível observar que utilizam muito poucos experimentos em sala de aula, mesmo a física sendo uma disciplina que demonstra eventos experimentais na maior parte dos assuntos do ensino médio os professores optam por utilizar, na maioria das aulas, apenas a parte teórica em sala. A experimentação nas ciências da natureza é de total importância, pois, potencializa a aprendizagem, promovendo também a possibilidade de tornar o aluno um pesquisador. Quando o educando participa de uma determinada atividade este terá um potencial de aprendizado considerável para sua vida (ADALBERTO, 2016). É sabido que as escolas públicas muitas vezes não provem de um laboratório bem equipado, mas o docente deve inovar e planejar experimentos simples que auxiliem no processo, utilizando o que tiver ao seu espaço. Tendo em vista a evolução tecnológica na atualidade o docente pode pensar em utilizar como instrumentos acessíveis as Plataformas Physics Education Technology Project (PhET), sendo que a mesma apresenta diversos experimentos virtuais que podem ser facilmente conduzidos pelos envolvidos, tornando a plataforma virtual um auxílio no processo de ensino e uma maneira prática de demonstrar as teóricas físicas. Para Silva e Melo (2016, p. 275):

[...] professor ao propor as simulações computacionais como recursos de ensino e aprendizagem deve ter consciência do potencial e limitações desse recurso, de modo que sua exploração não se transforme na mera substituição do professor pelo computador.

É relevante salientar que estas plataformas virtuais não podem substituir o professor, elas apenas auxiliam em sua aula, de modo que as mesmas têm as suas limitações. A próxima pergunta foi: Possui formação continuada? Se sim, quais? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:

Sim. Especialista em Educação Inclusiva. Cursos de Espanhol, matemática básica, Estudo das integrais entre outros. (1M,2020)  
 Pós graduação em Ensino de matemática. (2F,2020)  
 Estou pós-graduando em Metodologia do ensino de matemática e física. (3M,2020)  
 Não. (4M,2020)  
 Não. (5M,2020)  
 Sim. Extensão no ensino de Matemática e especialização. (6M,2020) Não. (7M,2020)  
 Sim. Conhecimentos em Física Moderna (Educamundo); Planejamento, Avaliação e Fundamentos da EAD (UFRB); Leitura e Produção de Textos Acadêmicos (UFRB); Didática do Ensino Superior (UFRB); Atendimento Educacional Especializado com ênfase nas Dimensões da Não Aprendizagem (Faculdade Metropolitana); Física das Coisas (Unicamp); Ensino Híbrido na Prática (Sincroniza Educação); Ensino Remoto, Ensino a Distância e Metodologias Ativas (Faculdade Metropolitana). (8F,2020) Especialização em ensino de física e matemática. (9M,2020)  
 Sim. Metodologia no ensino de matemática e física. (10M,2020)

A resposta dos professores possibilitou observar que 60% dos mesmos possuem alguma formação continuada, 10% estão cursando uma formação continuada e os outros 30% não possuem formação continuada, um índice consideravelmente baixo já que a formação continuada é de extrema importância para a formação profissional, já que a sociedade vive em constante desenvolvimento e muda a todo tempo. Como Freire (1996, p. 15) contribui salientando que “faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador”.

Desta citação, surge a ideia de que o professor deve ser sempre um pesquisador e continuar sempre em formação e evoluindo, com isso, se tornando sempre um profissional melhor e mais desenvolvido. Como Moreira (2017) afirma em seu texto que o docente deve modificar sua maneira de ensino, com enfoque nas ciências, onde o professor deve tornar os alunos pesquisadores. Se vê a necessidade do docente se tornar um pesquisador, para que o mesmo possa desenvolver melhor suas aulas e acompanhe o desenvolvimento social e tecnológico. Seguindo sobre formação continuada, foi realizada a seguinte pergunta: Qual a relevância da formação continuada no processo de

ensino? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:

É de grande importância, pois evoluímos junto com a evolução da educação. (1M,2020)  
Aprender a lidar com os conceitos e trabalhar com mais segurança. (2F,2020)  
Indispensável, pois assim como o mundo a educação está sempre em mudança, por isso, é necessário buscar acompanhar. (3M,2020)  
Crucial, pois assim o profissional sempre estará qualificando aos contextos e suas mudanças. (4M,2020)  
Significativa, pois para aquele que leciona é necessário que tenha uma formação continuada. (5M,2020)  
Manter se atualizado e inovação metodológica. (6M,2020)No ensino médio nenhuma. (7M,2020)  
A formação continuada é de muito valor no processo de ensino, pois a partir dela o professor consegue aprimorar seu trabalho. (8F,2020)  
Atualização em relação às novas tendências da educação. (9M,2020)  
Creio que leva ao educador uma aprendizagem mais ampla em diversos conteúdos trabalhados em sala isoladamente ou interdisciplinares. (10M,2020)

Com base nas respostas dos professores, foi possível observar que todos veem importância e necessidade na formação continuada, isso nos leva a pensar o motivo de 40% ainda não terem concluído nenhuma, a casualidade pode variar muito, diante de simples dificuldades financeiras, a falta de promoção e facilidades oferecidas. A formação continuada tem enorme relevância na formação profissional e carreira dos docentes. Segundo Araújo (2020), o professor deve desenvolver seu currículo de maneira contínua e estando sempre a se modificar, pois a educação e a sociedade estão constantemente a se desenvolver. O professor, em formações continuadas, busca desenvolver novos conhecimentos e saberes voltados à física é possível perceber técnicas pedagógicas e novas metodologias de ensino. Cardoso, Pino e Dorneles (2012, p. 4) afirmam que:

[...] podem ser provenientes do conhecimento a respeito das ciências da educação e de métodos e técnicas pedagógicas (saberes da formação profissional), do domínio do conhecimento específico a ser ensinado (saberes disciplinares), da apropriação de uma forma “escolar” de tratar os conhecimentos que serão objeto de ensino (saberes curriculares) ou da própria vivência diária da tarefa de ensinar (saberes experienciais), ao mesmo tempo reconhece

que existe um saber específico que é o resultado da junção de todos esses outros e que se fundamenta e se legitima no fazercotidiano da profissão.

O docente deve sempre aprender novas formas de ensinar, e compreender os papéis em sua área promovendo diferentes tipos de intervenções como Zabala (1998, p. 54) afirma:

[...] introduzir nas diferentes formas de intervenção aquelas atividades que possibilitem uma melhora de nossa atuação nas aulas, como resultado de um conhecimento mais profundo das variáveis que intervêm e do papel que cada uma delas tem no processo de aprendizagem dos meninos e meninas.

A próxima pergunta realizada no questionário foi: O que é necessário para ser um bom professor de Física? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:

Empenho, responsabilidade, competência, conhecimento, prazer e comprometimento. (1M,2020)

Paciência. (2F,2020)

Ser humano, graduado e estar aberto a novas experiências educativas. (3M,2020)

Ótima didática, além de se adequar as realidades dos discentes. (4M,2020) Conhecer bem os seus alunos e as suas principais dificuldades, saber desenvolver bem o conteúdo a ser aplicado. (5M,2020)

Conhecimento e compromisso. (6M,2020)

Dominar o conteúdo e cativar os alunos. (7M,2020)

Além do conhecimento na área, é necessário ter paixão pela natureza e seus fenômenos para que possa dinamizar sua aula ao tratar de conteúdos interessantes e, ao mesmo tempo, não intuitivos. (8F,2020)

Conhecimento teórico, didática e planejamento com objetivos bem definidos. (9M,2020)

Analisar os fenômenos que nos ocorre a todo instante com mais observância, com mais leveza e com isso atrair o alunado a esses questionamentos em sala de aula. (10M,2020)

Com base nas respostas dos professores, foi possível observar que é necessário conhecimento da disciplina, pois é importante um bom entendimento do conteúdo para que possa lecionar o mesmo, contando que ser um bom professor de física não se resume apenas ao conteúdo, mas com diversos outros pontos, como uma boa relação com a turma, um bom planejamento, lembrando sempre de se adequar a realidade dos alunos, pois cada turma apresenta uma realidade diferente. Segundo Silva (2016), para uma boa aula de física, é necessário um

bom planejamento com objetivos definidos, para que tenha bons resultados, caso contrário pode causar mais dúvidas ainda nos alunos. Os objetivos claros e bem definidos são um ponto a dá ênfase, pois o docente tem que ter noções claras do que será aplicado e como aplicará e principalmente, o que ele quer alcançar com a aulas e tais atividades. A próxima pergunta feita aos professores foi: O senhor (a) utiliza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para planejar as aulas? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:

Sim. (1M,2020)

Não. (2F,2020)

Sim, as instituições já propõe o seu obrigatório. (3M,2020)

Sim, fator imprescindível para construção de material didático, além deplanejamento. (4M,2020)

Sim. (5M,2020)

Sim. (6M,2020)

Planejamento de aula é uma ilusão da graduação. (7M,2020)

Sim. A BNCC veio para auxiliar e, apesar de ser um assunto polêmico na classe, ela ajudar a dar clareza quanto o que se fazer para que os estudantes desenvolvam habilidades e competências necessárias.(8F,2020)

Sim. (9M,2020)

Sempre. Sigo meus planejamentos atrelados a BNCC, pois nos mantém firmes e adequados ao nosso planejar e também tem-se uma ordem de conhecimento a serem pré-requisitos. (10M,2020)

Baseado nas respostas dos professores, foi possível observar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é extremamente importante no processo de ensino-aprendizagem, pois ela auxilia o docente a traçar os objetivos, competências e habilidades necessárias para lecionar física no ensino médio. O docente deve seguir a Base Nacional Comum Curricular, seus planejamentos seguem as vertentes desta base, buscando normalizar os assuntos em diferentes regiões e auxiliando o professor em quais os conteúdos devem ser aplicados nos diferentes graus do ensino médio. As sequências didáticas, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, são ótimas estratégias de ensino que auxiliam no processo, podendo ser uma ótima ferramenta a ser utilizada pelo docente no processo de ensino-aprendizagem. A próxima pergunta aplicada foi: Quais os benefícios de um bom planejamento de aulas? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:

Planejar é tudo. Pois faz com que o professor possa traçar objetivos emetas na qual pretende alcançar com os

educandos. (1M,2020)

Utiliza um tempo menor para fazer os alunos aprenderem.

(2F,2020)Melhores resultados de interação e aprendizagem.

(3M,2020)

O domínio e gestão de classe, poderá ter um maior

desenvolvimento daturma. (4M,2020)

Saber oque está fazendo, prevê o que pode acontecer durante

a aula, mas nem sempre é como pré vemos. O planejamento

é essencial para a vida de um professor, pois é a partir deste

planejamento que o professor vai ministrar duas aulas.

(5M,2020)

É a base para um trabalho coerente com a realidade

educacional. (6M,2020)

Nenhum. Vc só o fará na faculdade. (7M,2020)

Muitos! Desenvolver a aula em todas as suas dimensões,

desde a abordagem do conteúdo aos exemplos utilizados,

seja na mente, no papel ou em ambiente virtual, contribui

muito para o bom trabalho do professor. Assim, a aula flui

facilmente, as informações importantes são dadas sem muito

esforço e os estudantes absorvem melhor os ensinamentos.

(8F,2020)

Maior aproximação entre o os resultados obtidos e os

resultados desejados.(9M,2020)

Melhoria no diálogo com o alunado e uma boa aula

executada transforma uma aula tradicional a uma mais

convencional (10M,2020).

Com base nos dados, é possível observar que o planejamento é muito importante no processo de ensino, pois facilita a aprendizagem do aluno e com objetivos claros traçados é possível desenvolver um melhor diálogo com os alunos. Segundo Freire (1983), é importante um bom planejamento para que o docente possa desenvolver uma metodologia que faça um elo da vivência dos estudantes e os conhecimentos científicos. O planejamento é de suma importância e os seus objetivos devem ser traçados de maneira clara. Masetto (1997, p. 77) salienta que “o ato de planejar é uma atividade intencional; buscamos determinar fins. Ele torna presentes e explícitos nossos valores, crenças; como vemos o homem; o que pensamos da educação, do mundo, da sociedade”. As sequências didáticas auxiliam no planejamento e no modo de intervir em sala de aula, é um procedimento que conecta diversas atividades para facilitar o processo de ensino assim como Oliveira (2013, p. 39) afirma:

[...] procedimento simples que compreende um conjunto de atividades conectadas entre si, e prescinde de um planejamento para delimitação de cada etapa e/ou atividade para trabalhar os conteúdos disciplinares de forma integrada para uma melhor dinâmica no processo ensino-

aprendizagem.

Percebe-se que as sequências didáticas são um procedimento simples que podem promover bons resultados no processo, o planejamento é primeiro passo para se ministrar uma boa aula. A próxima pergunta feita aos professores foi: Qual a relação da pedagogia com a disciplina de Física no Ensino Médio? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:

Não há ensino sem conhecimentos pedagógicos, pois é a partir destes conhecimentos que o professor conseguirá fazer uma aprendizagem satisfatória. (1M,2020)

A pedagogia mostra as formas de aprendizagem que existem e conhecendo as técnicas é mais fácil ensinar física. (2F,2020)

Tudo no ramo metodológico, pois é a base de como ensinar. (3M,2020) Indispensável, já que o que é mais comum ouvir depoimentos da sociedade em que os professores de Física ou áreas afins não tem uma boa didática. (4M,2020)

A relação é bem relevante pois uma precisa da outra para que possa desenvolver um ensino de qualidade para os alunos do ensino médio. (5M,2020)

A postura reflexiva para buscar metodologias eficazes. (6M,2020)

. (7M,2020)  
O desenvolvimento das metodologias dentro do ensino da Física, bem como das didáticas a serem utilizadas. A criação do currículo, do projeto pedagógico, do projeto político pedagógico. O acompanhamento dos parâmetros curriculares, da BNCC. Enfim, a Pedagogia está intimamente relacionada com a disciplina de Física. (8F,2020)

A pedagogia fornece uma série de recursos que auxiliam a prática de ensino de qualquer disciplinas, inclusive física. (9M,2020)

Tem atrelamento devido ao ato de se trabalhar com aprendizagem significativa e Ausebel é um defensor desse tipo de aprendizagem, contudo, não se aprende sem aprender! (10M,2020)

Baseado nas respostas dos professores, foi possível observar que a pedagogia é um dos pilares do ensino, sendo necessários conhecimentos pedagógicos para lecionar física, ressaltando a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) para o ensino, o professor deve ter o conhecimento do mesmo e compreender o que está escrito ali. Segundo Freire (1983), para a construção de uma escola democrática são necessários a participação e o diálogo, como base para a construção do conhecimento. A metodologia do professor deve transformar o aluno em um pesquisador, favorecendo experiências da

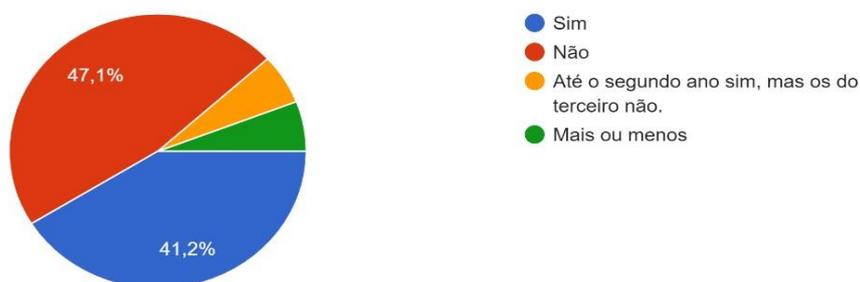
realidade do mesmo. Silva (2016) afirma em seu trabalho que a experimentação é muito pouco utilizada no processo de ensino, mesmo sendo muito importante para o processo de ensino-aprendizagem, auxiliando o aluno a compreender a disciplina de física de maneira prática. A experimentação juntamente com as metodologias ativas busca transformo o aluno em um pesquisador, transformando-o em um produtor e buscador de informações e deixando de ser apenas um reprodutor.

## 5.2 O olhar dos alunos sobre as metodologias de ensino nas aulas de Física

No questionário aplicado com os alunos concluintes do ensino médio de cidades do interior de Sergipe e da Bahia, foi feita a seguinte pergunta: Conseguiu compreender os assuntos de física no ensino médio? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:

Conseguiu compreender os assuntos de física no ensino médio?

17 respostas

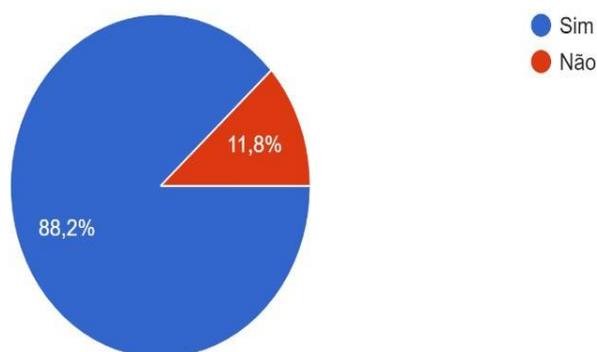


Com os dados apresentados pelos alunos, foi possível observar que mais de 50% não conseguem uma boa compreensão dos assuntos abordados na física no ensino médio. Moreira (2017) discute, em seu trabalho, que os alunos evitam a disciplina de física, buscando apenas aprender o suficiente para que possa atingir a média da disciplina. Este baixo índice de alunos com boas notas pode estar ligado ao ensino bancário encontrado nas escolas de ensino médio, onde o aluno busca apenas decorar fórmulas para ir bem na prova escrita, depois acabam esquecendo o que estudaram e veem pouca utilidade na vida futura deles.

Segundo Rosso e Taglieber (1992), os métodos e tendências tradicionalistas acabavam que deixando os alunos em uma área de conforto, quando se fala em resolução de problemas, sendo um método mecânico e muito repetitivo, onde o professor era o centro e o aluno apenas repetia o que o mesmo falava, sendo apenas um reprodutor e quase nunca produzindo algo de novo na sala de aula, dificultando o processo de aprendizagem. Na utilização de metodologias ativas, a avaliação acontece de modo processual, ou seja, ao decorrer do percurso de ensino-aprendizagem, onde o professor busca avaliar de maneira mais qualitativa e não apenas com o fator numérico que nem ocorre no ensino de modo tradicional. Além da busca de transformar o aluno em um pesquisador, algo que provoca a inquietação do aluno e problematize os conteúdos abordados, buscando os mesmos novos entendimentos dos assuntos passados em sala de aula. Com o intuito de descobrir a relação que os alunos tem com a física em suas vidas, foi realizada a seguinte pergunta: Consegue ver a física no cotidiano? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:

Consegue ver a física no cotidiano?

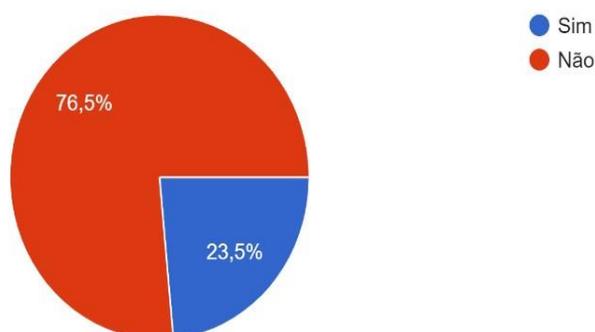
17 respostas



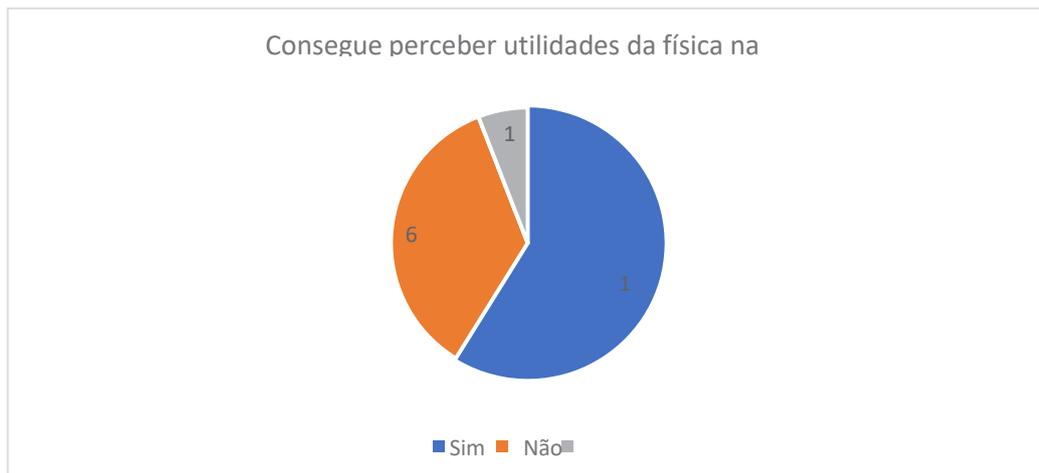
Com base nas respostas dadas pelos alunos, é possível observar que a grande maioria consegue ver a física no cotidiano, mas, mesmo assim, apresentam dificuldade na disciplina, logo é possível perceber que mesmo vendo a física no dia a dia, eles encontram dificuldade em relacionar a vivência com as competências exigidas na disciplina. Não é necessário o professor apenas relacionar a disciplina de física com a

vida do aluno, ele deve, além disso, demonstrar utilidade da disciplina, demonstrar que ela é prática no cotidiano do aluno e as suas diferentes utilidades e saberes para um melhor desenvolvimento. A próxima pergunta realizada com os alunos foi: O seu professor de física preparava experimentos em sala de aula? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:

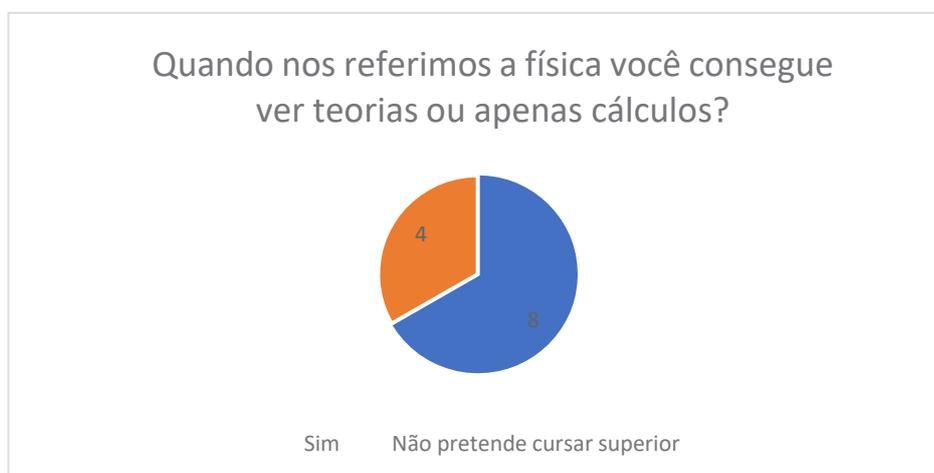
O seu professor de física preparava experimentos em sala de aula?  
17 respostas



Com as respostas dos alunos, é possível analisar que a maior parte dos professores não utilizam experimentos em aula, dificultando, assim, a aprendizagem e o processo de ensino, a relação entre o teórico e o prático em aula é de extrema importância. Silva (2016) afirma em seu trabalho que a experimentação é muito pouco utilizada, mas é algo que tem uma influência direta com os bons resultados na disciplina (os favorecendo). Logo, é possível observar que a experimentação na disciplina de física é algo que irá facilitar a aprendizagem dos alunos. A experimentação em ciências da natureza pode ser utilizada como um potencializador de aprendizados, já que facilita no entendimento dos conteúdos e traz algo visível ao aluno, para que o professor possa aplicar experimentos em sala de aula ele deve ter um bom planejamento e dar objetivos claros aos experimentos, para que desse modo ele possa corresponder às expectativas. A próxima pergunta realizada no questionário foi: Consegue perceber utilidades da física na sua vida? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:



Com as respostas dos alunos, foi possível observar que uma grande parte consegue ver utilidade da física na vida, mas poucos compreendiam os assuntos abordados em sala de aula. Podemos ver uma controvérsia ou dificuldades, pois a física se demonstra ser importante na vida dos alunos e os professores devem relacionar mais os assuntos e o cotidiano, para que os mesmos demonstrem maior interesse, a relação é necessária juntamente com uma metodologia que traga utilidade aos conteúdos na vida dos alunos, demonstrando que a física pode ser algo que eles utilizem, trazendo, também, problematizações, que indaguem a vontade dos alunos em aprender mais. A próxima pergunta realizada foi: Quando nos referimos à física você consegue ver teorias ou apenas cálculos? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:



Baseado nas respostas dos alunos, é possível perceber que pouco mais da metade dos alunos conseguem observar as teorias na física sendo que a maior parte do conteúdo de física são teorias, os cálculos vêm para completar e explicar as teorias, daí vem o embasamento que, muitas vezes os alunos acham que física se refere somente a fórmulas. Para buscar esse entendimento, é necessária uma relação dos conhecimentos prévios com os trabalhados em sala de aula.

Muitas vezes, acontece de o aluno apenas decorar as fórmulas para ir bem na prova escrita, isto são resquícios das metodologias tradicionais, onde o ensino é mecânico e não traz uma visão prática dos conteúdos. As metodologias ativas provoca uma interação com o que o aluno já sabe e o que ele irá aprender, quando relaciona os conteúdos com o dia-a-dia isso facilita a aprendizagem do aluno. Moreira (2017) afirma que a interação cognitiva entre os novos conhecimentos e os prévios é a essencial característica da aprendizagem significativa, aprendizagem que contém significado, compreensão, uma capacidade de aplicação ou de transferência. A próxima pergunta realizada aos alunos foi: Conseguia boas notas em física, ou sentia dificuldade com a disciplina? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:

- 1M- Boa
- 2M- Fui bonzinho nas notas
- 3M- Conseguia boas notas
- 4M- Conseguia lidar relativamente bem.
- 5M- boas notas
- 6F- Boas notas
- 7F- Conseguia boas notas
- 8M- Sentia dificuldade
- 9M- Sim, conseguia boas notas.
- 10M- Dificuldade
- 11F- Era um misto, tinha melhores notas nos cálculos, e piores nas teorias.
- 12M- Dificuldade
- 13M- Boa
- 14M- Tinha um pouco de dificuldade
- 15F- Sim
- 16F- As vezes sentia dificuldade
- 17M- Boa

Baseado nas respostas dos alunos, é possível perceber que grande parte dos discentes até que conseguiam boas notas, mas apresentam dificuldade em relacionar a física com o cotidiano, isso pode ser herança dos traços tradicionais de ensino, onde o aluno apenas decora as fórmulas com o intuito de responder uma avaliação escrita, esquecendo logo após os assuntos. Piletti (1991, p. 104) afirma:

Métodos tradicionais exigem um comportamento passivo do aluno. Segundo esses métodos e técnicas, cabe ao professor

transmitir os conhecimentos e, aos alunos, apenas receber. Aquilo que o professor transmite é o mais importante e não aquilo que o aluno descobre. Aos alunos somente é permitido ouvir, memorizar e repetir.

Na metodologia tradicional, os professores, muitas vezes, demonstram dificuldades para relacionar as disciplinas com o cotidiano dos alunos, ou, até mesmo, não relacionam, buscando apenas decorar fórmulas para que possam ir bem em uma única prova. As metodologias ativas buscam uma relação com a vida dos discentes, buscando transformá-los em pesquisadores, além de promover uma avaliação processual, onde os alunos são avaliados ao decorrer do processo e não em uma única prova. A próxima pergunta feita aos alunos foi: Se a resposta anterior foi que sentia dificuldade, na sua opinião esta dificuldade era culpa do método do professor ou falta de empenho do próprio aluno? E as respostas dos alunos foram as seguintes:

- 1M- .....
- 2M- Os 2
- 3M- Minha turma era desinteressada, portanto, o professor não conseguia um bom aproveitamento do conteúdo.
- 4M- Um pouco da metodologia, mas também devido a interdisciplinaridade com a matemática.
- 5M- falta de empenho do aluno. 6F- Falta de empenho
- 7F- .....
- 8M- Falta de empenho 9M- .....
- 10M- Ambos
- 11F- Em maior parte culpa do método utilizado pelo professor. 12M- Ambos
- 13M- .....
- 14M- Falta de desempenho do aluno 15F- Não sentia dificuldade
- 16F- Talvez o método do professor, que era teórico e complexo demais 17M- ....

Baseados nas respostas dos alunos, é possível perceber que grande parte não demonstrava interesse na disciplina e a outra parte culpava a metodologia do professor, mas é possível perceber que a metodologia pode estar relacionada às duas partes, pois uma metodologia ativa que busque a interação com o aluno pode trazer melhores resultados, existe uma necessidade da relação da física com algo prático e vivenciado pelo aluno. Uma aula no método tradicional se torna uma aula monótona onde o professor é o centro e o aluno é

induzido apenas a replicar o apresentado em aula, já na metodologia ativa, os alunos são o centro e se tornam pesquisadores, além de aprenderem os assuntos, eles produzem e deixam de apenas replicar o que o professor diz. Moreira (2017) afirma que o professor de física na atualidade apresenta um grande despreparo em sala de aula, promovendo um ensino mecânico e dificultando a aprendizagem dos alunos, muitas vezes, causadas pela falta de investimento em formações continuadas e evolução nas metodologias de ensino aplicadas. A próxima pergunta foi: Pretende cursar o ensino superior? Se sim consegue ver utilidade na disciplina de física neste curso? E as respostas dadas por eles foram as seguintes:



Com os dados adquiridos com as respostas dos alunos, é possível perceber que muitos dos alunos não conseguem ver utilidade na física, pois, muitas vezes, não tem contato com a teoria, logo impossibilita a interdisciplinaridade da física. A interdisciplinaridade é de extrema importância, já que a física se estende por diversas áreas e seus conteúdos se demonstram importantes em diversas profissões futuras.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa obteve bons resultados, possibilitando entender a relevância das diferentes metodologias no processo de ensino da física no ensino médio, compreendendo que a experimentação e as práticas nas aulas de física auxiliam neste processo de ensino-aprendizagem,

com um bom planejamento, as sequências didáticas podem surtir um ótimo efeito e trazer bons resultados, auxiliando na utilização de experimentos. Ao decorrer da pesquisa, também foi possível compreender o contexto histórico-metodológico no ensino da física, entendendo, assim, as diferentes mudanças que ocorreram e a relevância do desenvolvimento na formação docente e suas competências. Os traços do ensino tradicional ainda existem, mas as formações continuadas e as diferentes metodologias de ensino permitem entender que o ensino bancário não é uma forma adequada de lecionar em uma sociedade que oferece tanta informação como nos dias atuais. A presente pesquisa permitiu perceber que o professor de física deve relacionar a teoria com o cotidiano dos alunos, pois, deste modo, os alunos passam a observar uma utilidade aos assuntos abordados na física, dando uma grande ênfase na importância da experimentação.

É possível perceber que, baseado no contexto histórico do método tradicional, muitos professores ainda não utilizam experimentos de maneira regular no ensino da física, salientando que a experimentação é de grande auxílio no processo de ensino-aprendizagem. A relevância da experimentação é inegável, mas esta pesquisa demonstra que além da experimentação, o docente deve ter um bom entendimento didático e boas noções metodológicas, deve se preocupar com a realidade de ensino que está inserido, assim, compreendendo o contexto cultural e social dos seus discentes, para que desta maneira consiga obter os melhores resultados possíveis para tal realidade. Noções de em qual realidade o docente está inserido afetam diretamente no planejamento das aulas e melhoram os resultados com os alunos presentes. Foi possível observar que as metodologias ativas tratam de conhecimentos prévios, trazendo o que já foi vivenciado por eles, assim, é visto que estes conhecimentos prévios podem melhorar e muito os resultados dos mesmos.

## **REFERÊNCIAS**

ADALBERTO, E. M. L. Movimento makers e a aprendizagem criativa no ensino da matemática no fundamental I. **Educação Matemática na**

**Contemporaneidade: desafios e possibilidades**, São Paulo, v.13, n.16, p01-08, jul. 2016.

ARAÚJO E. R. S. de. **Professor, que currículo é esse? Percepções sobre autonomia, saberes e formação docente no ensino fundamental**. 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação Básica) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira.

AUGUSTO, T. G. S. & CALDEIRA, A. M. A. **Dificuldades para implantação de práticas interdisciplinares em escolas estaduais, apontadas por professores da área de ciências da natureza. Investigações em Ensino de Ciências – V12**, 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

CARDOSO, A. A.; PINO, M. A. B. Del; DORNELES, C. L. **Os saberes profissionais dos professores na perspectiva de Tardif e Gauthier: contribuições para o campo de pesquisa sobre os saberes docentes no Brasil**. IX ANPED SUL. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Caxias do Sul, 2012.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000a.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. IN: **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard e colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad./Org. de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996; pp. 12-18.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LIMA, D. F. A importância da Sequência Didática como metodologia no ensino da disciplina de Física Moderna no Ensino Médio. **Rev. Triângulo**. Uberaba, MG v.11 n.1 p.151 - 162 Jan./Abr. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. 6.reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MOREIRA, Marco Antonio. **Grandes desafios para o ensino da física na educação contemporânea**. Revista do Professor de Física, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2017.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Sequência didática interativa no processo de formação de professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PEREIRA, M. M. **Sentidos do (e no) Ensino de Física no Ensino Médio: articulações com a teoria histórico-cultural**. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 37, n. 1, p. 1-5, abr. 2020.

PILETTI, C. **Didática geral**. São Paulo: Ática, 1991.

- ROSSO, A. J; TAGLIEBER, J. E. **Métodos Ativos e Atividades de Ensino**. Perspectiva 17, 1992.
- SILVA, Vinicius Gomes da. **A importância da experimentação no ensino de química e ciências**. 2016. . Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura - Química) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, 2016.
- SILVA, A. G. da. **Concepção de lúdico dos professores de Educação Física infantil**. Universidade estadual de Londrina. Londrina: SC, 2011.
- SILVA, L. H. de A.; ZANON, L. B. **Ensino de Ciências: fundamentos e abordagens**. 1.ed.São Paulo: UNIMEP.2000.
- SILVA, S, R. da; MELO, C. A. de S. A utilização da simulação “força e movimento” da plataforma PhET, como recurso didático no processo de ensino-aprendizagem no Ensino Médio. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 9, n. 2, jul./dez. 2016.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- VEIGA, I. P. A. **Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações**. Papirus Editora, 2006.
- VIEIRA, Karina Sales. **Educação e as novas tecnologias: os desafios da alfabetização na Era digital**. In: VII Internacional Guide Conference and V Symposium on Education and Communication November. 2014.
- VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

# **CAPÍTULO XI**

## **NEUROPSICOPEDAGOGIA: Ênfase no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com síndrome de Asperger**

PATRÍCIA OLIVEIRA DANGUÍ

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como tema Neuropsicopedagogia: “Ênfase no Desenvolvimento da Aprendizagem do Aluno com Síndrome de Asperger (S.A)”. Enfocando a seguinte problemática como trabalhar o desenvolvimento da aprendizagem do educando com (S.A)? Para tanto enfocamos as seguintes perguntas:

Quais as principais características da (S.A.)?

Qual o papel do professor no processo ensino-aprendizagem com educando?

Será que o professor deve contribuir com seu trabalho com pesquisas e diversas metodologias facilitando a aprendizagem do Educando com (S.A). O objetivo desta pesquisa é de analisar a Neuropsicopedagogia com Ênfase na aprendizagem dos Educando com (S.A), especificando apresentar um histórico sobre a Neuropsicopedagogia do educando com (S.A.), identificando metodologias facilitadoras para o processo ensino-aprendizagem. A metodologia usada para desenvolver este trabalho será através de pesquisa bibliográfica em sites, constatando o tema escolhido.

A estratégia de análise neste trabalho parte de uma pesquisa bibliográfica, podendo contribuir o ensino-aprendizagem do educando que apresenta a (S.A). Espera-se que a presente pesquisa possa desenvolver conhecimento e descobrir recursos e metodologias aplicadas facilitando sua aprendizagem do educando com (S.A.).

## **2 CONTEXTO DA NEUROPSICOPELAGOGIA**

A Neuropsicopedagogia tem como elemento de estudo a educação e o cérebro, órgão social que pode ser transformado por meio da prática pedagógica trabalhada com o indivíduo. Por meio desta, busca compreender os processos de aprendizagem de forma significativa. A neuropsicopedagogia atende de forma expressiva as necessidades e as tendências cognitivas e competências do sujeito, intervindo nas mais diversas áreas fundamentais para o aprendizado do indivíduo como um todo, que parte do pressuposto de desenvolver o sujeito no seu aspecto

global, intervindo nas áreas orgânicas, emocionais, estruturas cognitivas e sociais. De acordo com Hennemann (2012, p.11) a neuropsicopedagogia apresenta-se:

... Como um novo campo de conhecimento que através dos conhecimentos neurocientíficos, agregados aos conhecimentos da pedagogia e psicologia vem contribuir para os processos de ensino-aprendizagem de indivíduos que apresentem dificuldades de aprendizagem.

Portanto, procura entender os fatores que interferem nos problemas, definindo o geral e particular, na busca de soluções para aconteça uma mudança significativa nas atitudes mediante o ensinar e o aprender.

### **3 SÍNDROME DE ASPERGER**

É uma síndrome denominada transtorno global do desenvolvimento, gerada por uma desordem genética, que apresenta várias características e semelhanças quando comparada com o autismo, porém possui suas particularidades.

#### **3.1 Características da Síndrome de Asperger**

A Síndrome de Asperger foi apresentada no ano de 1944, por um médico pediatra Hans Asperger. Esta síndrome é caracterizada por causar prejuízos na interação social, interesses e comportamentos limitados. As pessoas que a possui, apresentam se socialmente isolados, mas, no entanto, nem sempre são tímidos na presença de outras pessoas, abordam os outros indivíduos de forma inadequada e com certa excentricidade. Elas também possuem o desejo de fazer novas amizades com outras pessoas, mas, muitas vezes por seu jeito desajeitado de chegar até as outras pessoas, acabam se frustrando com tal situação.

No ambiente escolar, os alunos com Síndrome de Asperger possuem características que na maioria das vezes, são alunos problemáticos, não seguem as ordens e instruções direcionadas para a realização das atividades pedagógicas, assim como os demais alunos da

sala, por outro lado, gostam de seguir sua sequência e interesses próprios nos afazeres, deixando de seguir as regras estabelecidas por seus professores. As características mais marcantes nos portadores da Síndrome de Asperger são: Interação social, comunicação em contextos sociais, pensamentos abstratos, interesses especiais, gosto por rotinas, sensibilidade sensorial, coordenação motora, vulnerabilidade. Possuem dificuldades em se expressar, adaptar, planejar, pois isto requer raciocínio onde necessitam formar hipóteses e consequências futuras, por não conseguirem tal habilidade, faz com que se tornem frustrados mediante a terem que resolver e solucionar determinadas situações / problemas, mesmo que seja do seu cotidiano.

#### **4 O PAPEL E CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR**

O Professor tem suma importância no processo de ensino aprendizagem do aluno com Síndrome de Asperger, ele pode identificar como está sendo construídos os conceitos e como podem ser ressignificados por meio da sua linguagem. O trabalho pedagógico realizado em sala de aula precisa estar fundamentado em bases sólidas, teóricas e práticas, para que possa formar com boa qualidade um indivíduo integrado na sociedade que o cerca, no meio social na qual ele está inserido. Para Figueiredo:

A intervenção deve começar ao nível da comunicação da criança e não ao nível da linguagem. O objetivo da intervenção é criar um ambiente que ajude as crianças a desenvolverem a intenção comunicativa, tanto verbal como não verbal, desenvolver a capacidade da criança para iniciar e manter uma conversa e aperfeiçoar a compreensão do significado por parte da mesma. (FIGUEIREDO, 2009, p. 12).

O professor como mediador, deve explorar as potencialidades e capacidades de seus alunos, para que possa perceber quais são os significados construídos pelos mesmos, para que possa identificar quais os conceitos que estão sendo formados, sejam estes conceitos mais simples ou complexos. Para o aluno com síndrome de Asperger, é necessário investir no desenvolvimento de uma linguagem adequada, contextualizada, num ambiente natural em situações reais de interação social. No entanto, dessa forma, é possível que o trabalho do professor

facilite a compreensão do aluno.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio dos estudos realizados podemos identificar que a forma adequada de tratamento e de atendimento educacional tem suma importância para o cotidiano escolar da criança com Síndrome de Asperger, contribui e colabora para o bom desenvolvimento integral do indivíduo. A interação com outras pessoas e a mediação da aprendizagem é fundamental para que tenha a possibilidade de se desenvolver inteiramente em todas as áreas, descobrindo seu maior potencial para que este indivíduo também possa oferecer sua contribuição para a sociedade à qual pertence e está inserido.

Para que se obtenha um bom resultado, é necessário que faça um trabalho com instrumentos e exemplos reais, algo concreto, em um ambiente apropriado para o aluno, quando proporcionado tais condições, melhor será a sua construção e aquisição de significados qualitativos sobre algo que ele está aprendendo pela primeira vez. Portanto, cabe ao papel do professor estar preparado e capacitado, para que possa transmitir um conhecimento de boa qualidade para seus educandos, a fim de lhes garantir um ensino qualitativo e formativo para situações futuras, em parceria com a instituição e família.

## **REFERÊNCIAS**

- <http://www.facev.edu.br/Revista/09/Artigo4.pdf>. Acesso em: 03/06/2014 às 11h30min;
- <http://neuropsicopedagogiaemfoco.blogspot.com.br/2009/08/conceito-de-neuropedagogia.html>. Acesso em: 03/06/2014 às 12h10min;
- <http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br/2012/10/neuropsicopedagogia-novas-perspectivas.html>. Acesso em 06/08/2014 às 10h53min;
- <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/sindrome-asperger-625099.shtml>. Acesso em: 06/06/2014 às 08h30min;
- <http://site.psicopedagogia-sp.com/neuropsicopedagogia-e.html>. Acesso em: 20/06/2014 às 09h00min;
- <http://www.rioei.org/deloslectores/3459Orru.pdf>. Acesso em: 20/06/2014 às 09h30min;
- [http://wpcaminhos.s3.amazonaws.com.s3.amazonaws.com/wpcontent/uploads/2013/09/sa4n720013\\_a03.pdf](http://wpcaminhos.s3.amazonaws.com.s3.amazonaws.com/wpcontent/uploads/2013/09/sa4n720013_a03.pdf). Acesso em: 28/07/2014.

# **CAPÍTULO XII**

## **JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

PATRÍCIA OLIVEIRA DANGUÍ

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil tem muito objetivo dentro da escola, um deles é desenvolver com vontade a integração dos alunos com as atividades realizadas, proporcionando ao aluno ir à escola com vontade e não apenas por obrigação. Através de jogos e brincadeiras a criança interage de forma prazerosa, desenvolvendo seus aspectos sociais, físicos, psicológicos e intelectuais. Nos dias de hoje, temos perguntas como: Por que deveria mandar nossos filhos para a escola se tudo o que ele faz é brincar? Mas assim como o trabalho para os adultos é importante e necessário, para a criança o brincar tem o mesmo valor.

De acordo com Rodrigues “o ato de brincar tem grande importância na vida da criança, através das brincadeiras ela se expressa, corre, lança e pega a bola, salta, estabelece amizades com os colegas, além dos limites que são colocados, faz com que a criança tenha atitudes positivas com o meio em que vive”. Devemos oferecer estímulos para que ela sinta segurança ao realizar as atividades colocadas pelo professor (a). O brincar em grupo ensina a criança a dividir, respeitar a opinião do colega, expressar seus desejos, levando em consideração o interesse do colega. A criança só realiza uma atividade quando ela sente segurança que irá proporcionar um melhor desempenho na coordenação motora, concentração e habilidades, pois estará voltada para a atividade com interesse em participar.

O conhecimento e capacidade do aluno devem ser explorados, pois mais simples que seja o brinquedo oferecido, havendo interesse, permitirá que a criança brinque de diversas formas e se divirta ao mesmo tempo. O espaço deve ser amplo, para que a criança possa brincar em liberdade, criando suas fantasias, imitações, demonstrando seus estímulos, propiciando um desenvolvimento integral. De acordo com Liselott o educador deve ter seu plano de aula flexível, ele deve modificar e alterar seu plano conforme a necessidade que esteja vivenciando, deve impor limites aos alunos e demonstrar responsabilidade, confiança para que as crianças sintam segurança e respeito pelo professor, gerando um acolhimento em relação à matéria,

e os benefícios que ela coloca. Para se obter um bom desenvolvimento o professor deve proporcionar várias atividades, brinquedos diferentes para que a criança possa brincar e explorar cada um deles, as atividades diversificadas proporcionam a criança testar e avaliar individualmente sua capacidade, ela aprende a ter iniciativa própria em determinados exercícios. Para as atividades, as roupas devem ser adequadas, a orientação deve vir do professor, quando forem utilizar os brinquedos devem ser orientadas que devem ser guardados no lugar novamente, deixando de fácil acesso aos que irão brincar posteriormente.

De acordo com Liselott “através da brincadeira pode ser trabalhadas questões de higiene, falando sobre o assunto, orientando as crianças que após as brincadeiras, devem lavar as mãos e até o rosto se for preciso, possibilitando que hábitos sejam criados em seu dia-a-dia”. O professor deve estar informado sobre os tipos de brincadeiras, brinquedos, para que não se machuquem, as atividades devem ser atribuídas às crianças de acordo com a faixa etária, respeitando os limites de cada um, sendo importante alertar a não utilização de doces no momento das brincadeiras, para que não ocorram acidentes com os demais colegas de classe.

## **2 JOGO E BRINQUEDO**

Há uma diferença entre o brinquedo e jogo, o brinquedo aparece como uma atividade para as crianças pequenas, que não necessita de regras específicas, considerando ser um momento em que a fantasia é abordada. O jogo é composto de regras, que possibilita equilíbrio, transformando o prazer em angústias. O jogo é uma atividade espontânea, natural que deve ser trabalhada com prazer, onde prevalece o lúdico. Segundo Rodrigues (1987) “O jogo é a atividade mais indicada para satisfazer a necessidade ou movimento que a criança tem em grande potencial”.

A criança joga por diversão porque o jogo lhe fornece energia e esforço, no momento das atividades. Antigamente o jogo era

considerado como um “recreio”, uma forma de reconstruir forças mentais e físicas que foram desgastadas pelo trabalho, buscando assim as atividades lúdicas. Essa teoria não é totalmente verdadeira, pois se aplicava ao adulto após o trabalho cansativo, onde era na recreação que se encontrava o descanso, pois levava a distração e envolvimento com atividades descontraídas.

Froebel (1782-1852) foi o primeiro filósofo a utilizar o brinquedo, como atividade, nas escolas, ele viu o uso de jogos para educar crianças na pré-escola. Já nos dias de hoje são ainda muito utilizados jogos e brincadeiras para o desenvolvimento da criança, mas desde o tempo de Froebel já se pensava uma maneira divertida de chamar atenção para ter um melhor desenvolver e aprender com o jogo e as brincadeiras.

Segundo Nallin os jogos e as brincadeiras é uma maneira de estimular a criança sobre as diversas situações e proposta onde ela vai construir seu conhecimento, ao brincar ela aprende melhor, são brincadeiras com orientações e jogos educativos visando conteúdos escolares. É no ato de brincadeira que a criança se comunica consigo mesma e com o mundo, onde ela expressa seus sentimentos, angústias, alegrias, medos, etc. São tantos os significados, mais um quão importante é que através dessas atividades lúdicas em algumas vezes são repetidas, a criança se permite superar suas dificuldades individuais e aprende a se inteirar e se adaptar com o grupo, sentindo prazer em brincar livremente, ao brincar ela transforma suas ações (simbólicas) para o mundo real.

De acordo com Kamii e Devries “ se tratando do “jogo” ele é muito abrangente e construtivo ele ensinará a criança sobre a realidade ele reforça a motivação e possibilita a aprendizagem de autocontrole, uma vez que pode perder ou ganhar”. Froebel definiu o brincar como ação livre da criança, uma forma eficaz de gerar unidade ideológica e social em população ética e classes sociais distintas. Todas as crianças precisam brincar independente de qualquer aspecto.

Para Nallin uma infância bem vivida traz muitos benefícios no decorrer da vida, porque é na infância que começamos a construir

nossa vida social e intelectual, uma vez que passamos desta etapa com sucesso de forma que contribui para a criança a tornar-se uma pessoa mais segura, autoconfiante, consciente de seu potencial e de suas limitações. O ato de brincar quando é bem vivido, divertido, prazeroso é lembrado por toda vida.

### **3 BRINCADEIRAS DE INFÂNCIA**

De acordo com Ferreira as brincadeiras devem acompanhar a criança da educação infantil, pois nesse período da vida da criança, são relevantes todos os aspectos de sua formação, pois como ser bio-psico-social-cultural dá os passos definitivos para uma futura escolarização e sociabilidade adequadas como membro do grupo social que pertence. Para Maluf à medida que a criança cresce ela vai aprendendo várias brincadeiras, começa a gostar de brincar com outras crianças, e não perde a necessidade e nem o interesse. As brincadeiras podem ser solitárias onde ela explora tudo o que é possível a sua volta e em paralelo onde a criança brinca na presença do outro, além das brincadeiras em grupos. Segundo Maluf os adultos podem, dessa maneira, cumprir várias funções nas brincadeiras como:

- Dar apoio;
- Escolher o momento certo para ajudar a criança a se retirar da brincadeira, quando sentir que ela está insegura;
- Assegurar sempre que a criança esteja pronta para novas experiências, deixando que ela se manifeste;
- Dar ideias: sugerir novas atividades, e estar sempre preparado a ter ideias rejeitadas, quando as crianças ficarem determinadas e seguirem outro rumo;
- Estimular conversas: às vezes a conversa decorre naturalmente da brincadeira, desviando a atenção da criança do aqui e agora;
- Dar conselhos: julgar cuidadosamente quando a criança será capaz de aprender com a experiência, ou se é melhor intervir;
- Atuar como juiz: avaliar situações intervir, para resolver atritos ou evitá-los;

- Tomar parte na brincadeira: aceitar qualquer papel que lhe seja atribuído;
- Ajudar uma criança em dificuldades quando alguma tarefa está além das suas capacidades.

Sendo que a criança tem que ter seu espaço para que ela possa se realizar com as brincadeiras e tomar parte de suas ações, nas brincadeiras desenvolvidas, o professor pode estar sempre por perto para poder auxiliar. Alguns exemplos de brincadeiras: corrida com blocos, pega-pega, costas a costas, bolinhas de gude, coloque o rabo no burro, coelhinho na toca, esconde-esconde, queima, amarelinha, cabo de guerra, corrida do saco, jogo das frutas, casinha, quebra-cabeça.

#### **4 CONCLUSÃO**

O brincar é importante para criança tornando-a ativa, criativa, lhe dá oportunidade de relacionar-se com os outros, também a faz feliz e, por isso, facilitando o ato de ser bondosa, ser solidária, amar o próximo. Vimos que brincando a criança desenvolve diversas características, ela analisa, cria, socializa, classifica, fazendo então amigos ela aprende a respeitar e compartilhar convivendo com normas estabelecidas e se envolvendo nas atividades por prazer e diversão. O brincar é gostoso é bom e traz felicidade a cada criança envolvida, é brincando que a criança se desenvolve aprendendo toda riqueza de aprender fazendo sem medo de errar, sem pressão, a criança desenvolve sociabilidade preparando-se para o mundo ao seu redor dentro dos limites a sua condição atual. Sendo assim fica claro que o brincar para a criança não é uma questão apenas de pura diversão, mas também de educação, socialização, construção e pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

A brincadeira é uma importante ferramenta na educação infantil, pois através desta a criança expressa seus conflitos, ideias, sentimentos, mostrando um pouco do seu mundo, desenvolvendo sua identidade e autonomia. Já o jogo na educação infantil favorece tanto o desenvolvimento mental como também a sociabilidade, a criança evolui

com o jogo, se desenvolvendo integralmente. “Os jogos e brinquedos são meios que ajudam a criança a penetrar em sua própria vida tanto como na natureza e no universo”. Portanto, as brincadeiras e os jogos facilitam um melhor desempenho escolar de cada criança propiciando não somente a diversão, mas o desenvolvimento da imaginação, criatividade, o jogo se torna um marco na atividade da criança.

## **REFERÊNCIAS**

DIEM, Liselott. **Brincadeiras e Esporte no Jardim de Infância**. Rio de Janeiro – Ao Livro Técnico; 1981.

Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?down=15526>. Acesso em: 08 jun. 2009.

Claudia A.Goes Franco Nallin. **O Papel Dos Jogos e Brincadeiras Na Educação Infantil, 2005.**

Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/11903/1/a-importancia-de-brincar-na-educacao-infantil/pagina1.html>. Acesso em 21 set. 2009.

Rosalina Gomes Ferreira. **As brincadeiras e Jogos na Educação Infantil.** Disp. em:

<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=671>.

Acesso em 21 set. 2009.

Angela Cristina Munhoz Maluf. **Tipos de Brincadeiras e Como Ajudar a Criança a Brincar.**

KAMII, Constance.; DEVRIES, Retha. **Jogos em Grupo na Educação Infantil; Implicações da teoria de Piaget**. São Paulo – Trajetória Cultural, 1991.

RODRIGUES, Maria. **O Desenvolvimento do pré-escolar e o jogo**. São Paulo – Ícone – 1992.

## **CAPÍTULO XIII**

### **A ESCRITA COMO PRÁTICA SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA: Uma experiência com gêneros textuais sob a perspectiva de Bakhtin**

MARIA GRAZIELA CORREIA DOS SANTOS  
JOAQUIM CARDOSO DA SILVEIRA NETO

## 1 INTRODUÇÃO

Primeiramente, este texto discutirá sobre a necessidade de se trabalhar a escrita na sala de aula a partir da teoria de Leda Verdiani, visando deixar claro que o aluno deve estar ciente da sua importância como um ser ativo no ambiente escolar. Nessa etapa, serão abordados também os efeitos da limitação dos professores que trabalham apenas com os livros didáticos, trazendo como consequência a falta de desenvolvimento da intelectualidade dos alunos. Não menos importante, também contará com análises a partir de teóricos como Cabaleiro, que enfatiza a história da escrita sob a perspectiva da Lei das XII tábuas; de Bernardo, que retrata a dificuldade na leitura e escrita dos alunos durante o Ensino Fundamental e que, não só perdura, mas que aumenta nos Ensinos Médio e Superior; e Silva que não deixa de mencionar a importância do aluno como ser ativo em uma sala de aula, assim como frisa o dever do professor de não olhar para os alunos como se eles fossem apenas depósitos de assuntos.

Na segunda etapa, o foco será a apresentação de dois dos projetos da professora Maria do Amparo da Silva Correia, que passou a adquirir métodos para implementar a escrita na sala de aula. Os seus projetos foram trabalhados no 5º ano do Ensino Fundamental I, no ano de 2018, trazendo a urgência de se trabalhar a escrita a partir de dois dos gêneros textuais. Os projetos foram nomeados como: O Jornal da Escola, tendo como foco o gênero jornalístico; e o Correio da Amizade, que enfatiza o gênero da carta. Cada atividade foi explicada em sala e foram feitas com total apoio da escola José Dionísio de Oliveira. Ambos serão analisados e comparados ao livro didático de Língua portuguesa: Projeto Prosa (PRADO, Angélica; HÜLLE, Cristina, 2010, 2011, 2012), que foi usado como base para as suas formulações e aplicações.

Assim, essa etapa contará com a análise da teoria de Bakhtin que comprova a importância dos gêneros textuais; da teoria Cody e Siqueira (1997), que expressam a importância da participação dos pais nas escolas, acompanhando o desenvolvimento dos seus filhos; de Saviani (2007), que enfatiza o feito e os resultados positivos da junção social; de

PAROLI, ALMEIDA JUNIOR (2008), que trazem a importância da opinião própria de um indivíduo; e, por fim, analisar o livro didático, trazendo como referência 1 dos seus questionários e alguns dos seus textos do mesmo capítulo. E, na terceira e última etapa, tratarei das Considerações Finais, fazendo um apanhado geral de tudo o que foi pesquisado e estudado a partir dos projetos e do livro didático, enfatizando, principalmente, os resultados colhidos pela professora.

É salutar destacar ainda que devemos levar em conta que para algumas crianças pode soar estranho ouvir falar sobre o uso das cartas e dos jornais, embora esses gêneros textuais estejam presentes diariamente na sociedade através, principalmente do uso dos smartphones. A professora Maria do Amparo trabalhou ambos, saindo do estereótipo de que o livro didático precisa ser seguido ao ‘pé da letra’ pelo professor e mostrou para os seus alunos a importância de reconhecê-los e das suas existências em sociedade, relacionando-os às ferramentas tecnológicas mais atuais: o jornal virtual e as mensagens enviadas e recebidas através dos smartphones.

## **2 A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR A ESCRITA COM BASE NO QUE SE É EXPLORADO PELO MEIO SOCIAL**

A escrita é um meio de comunicação que está presente na sociedade, e, por isso, faz-se importante a sua prática dentro das escolas. Segundo Leda Verdiani Tfouni enfatiza tanto a importância da escrita historicamente, quanto dos códigos escritos criados pelo homem:

Historicamente, a escrita data de cerca de 5000 anos antes de Cristo. O processo de difusão e adoção dos sistemas escritos pelas sociedades antigas, no entanto, foi lento, e o sujeito, é óbvio a fatores político-econômicos. O mesmo se pode dizer sobre os tipos de códigos escritos criados pelo homem: pictográficos, ideográficos ou fonéticos, todos eles, quer simbolizem diretamente os referentes concretos, quer simbolizem ‘pensamento’ (ou ideias), ou ainda os sons da fala, não são produtos neutros; são, antes, resultado das relações de poder e dominação que existem em toda sociedade (VERDIANI-TFOUNI, 2006, p. 12).

A autora relaciona a escrita às relações de poder e dominação como uma forma de mostrar ao leitor o porquê de ainda serem usados

socialmente o que ela chamou de ‘códigos escritos’. Essa existência vai reverberar, principalmente, por causa da necessidade da comunicação humana e comprovação dos marcos alcançados pelas civilizações durante séculos. A oralidade precisava ser marcada de alguma forma para que jamais fosse esquecida.

#### Segundo Cabaleiro:

A edição da Lei das XII Tábuas Decenvirais representa, portanto, um momento de evolução do Direito, que avança rumo à universalidade explícita, tanto em sua forma <sup>2</sup> escrita, quanto em seu conteúdo com a proscrição clara do privilégio<sup>23</sup>. É, pois, a elevação dos mores ao plano da racionalidade. Trata-se de um passo diquelógicamente orientado para a segurança jurídica.

Assim, dando continuidade até o século atual, esse processo de sair da oralidade e ir para o papel marca uma espécie de verdade que passa a ser não duvidosa, pois tudo que passava a ser escrito era validado para todos os homens. Com isso, praticar a escrita não deve ser um fardo, embora seja comum ouvir dos alunos indignações por não conseguirem escrever, enfatizando que as ideias somem das suas cabeças; e se perguntando qual o motivo de ficarem horas olhando para um papel em branco, caçando inspiração para iniciar um texto.

Fato é que não é de se estranhar que “‘as deficiências’ dos alunos vão se acumulando ao longo dos anos ‘se agravam’ no ensino médio e não deixam de existir na universidade” (BERNARDO-SANTOS, W.J., 2014, p. 17), já que essas deficiências serão atribuídas à falta de exercício do senso crítico, consequência que possui ligação direta com muitos dos livros didáticos disponibilizados nas escolas públicas, que mesmo trazendo conteúdos referentes à realidade social brasileira, através de textos ou questionários, não são, em sua maioria, explorados por alguns profissionais em sala.

Diante disso, na sala de aula, os alunos não são pessoas para transformar-se em coisas, em objetos, que o professor pode manipular, jogar de um lado para o outro. O aluno não é um depósito de conhecimentos memorizados que não se entende, como um fichário ou uma gaveta. O aluno é capaz de pensar, refletir, discutir, ter opiniões, participar, decidir o que quer e o que não quer (SILVA, 2002).

Durante séculos, os alunos foram comparados às máquinas e dentro dos seus “bancos de dados” eram adicionadas as teorias disciplinares. Entretanto, copiar um texto não faz de um aluno um ser pensante, pois acabam não atribuindo sentido ao que está implícito, e menos ainda questionam o que foi apresentado pelos autores dos textos.

Os alunos precisam encontrar sentido em estar dentro da sala de aula. Além disso, precisam ter a noção de que a prática da escrita é influenciada pelo meio social e está ligada às necessidades do ser humano. Mas, para que eles venham a entender essa importância, é preciso que seja exercitado como passarão a organizar suas opiniões, construindo textos, sejam eles verbais ou não verbais. O aluno precisa se sentir importante e uma das peças fundamentais dentro da escola. Assim, passarão a se posicionar e a defender seus argumentos, e mesmo sendo influenciados pela mídia e pelos livros, saberão se impor e formar seus próprios ideais.

### **3 PROJETO 1: discussão e reflexão**

É indispensável, antes de dar início à apresentação do primeiro projeto, enfatizar que, ao pensar nos projetos, a professora também adotou como ideia somar à importância de incentivar a escrita o uso dos gêneros textuais.

Para Bakhtin (1997, p. 45):

gênero é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, certo modo de organizar idéias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras.

Num certo sentido, é o gênero que orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio, pois é nele que se manifestam as tendências expressivas mais estáveis e mais organizadas da evolução de um meio, acumuladas ao longo de várias gerações de enunciadores.” Diante disso, ao olhar para os jornais virtuais, leva-se em conta que o desenvolvimento da tecnologia proporcionou a sua

criação, que trazem a mesma estrutura dos impressos: o cabeçalho, onde se apresenta o nome do jornal; o local; ano; editor chefe; a edição; data; a manchete, onde abordará a notícia principal do jornal, que vem em destaque na primeira página; fotografia ou imagem gráfica, que vem como elemento ilustrativo da notícia, e a partir desse elemento haverá a colocação da referência, legenda, ou crédito; as notícias extras, onde haverá manchetes relevantes, mas de menos importância que a de destaque; e rodapé, que será abordada a legenda da foto usada.

A professora Maria do Amparo queria que os alunos fizessem um modelo de como seria um jornal ideal para a escola, que escrevessem suas ideias e falassem o que achavam fundamental na criação de um jornal, após reconhecerem (através das aulas) a existência do gênero jornalístico. E foi tomando como base o jornal virtual. Nada mais justo, segundo ela, que os alunos participassem de cada detalhe do projeto, para isso as ideias foram escritas e debatidas em sala. Os nomes dos comércios locais foram colocados como patrocinadores, visando incentivar a comunidade a se voltar para a importância da escola. Foi, na verdade, uma troca. Os alunos compreendiam o valor simbólico de cada componente comercial do povoado; já os comerciantes prestigiavam a escola local, levando em conta que estarem na capa do jornal incentivava-os à leitura do conjunto do material, a partir da ação de folhearem as páginas e ao se depararem com o que a escola oferecia aos seus filhos e à comunidade. Afinal, seria de extrema importância responder aos pais a seguinte pergunta:

O que faz o seu filho na escola?

Segundo Cody e Siqueira (1997, p. 15):

É preciso participar da vida escolar dos filhos e da escola. A contínua colaboração entre escola e os pais faz com que se tornem parceiros no processo educacional. A falta de comunicação entre a escola e os pais leva ao comprometimento do sucesso escolar.

Segundo a professora, muitos pais, por conta das rotinas diárias, não se faziam presentes aos encontros ou reuniões escolares, assim, a partir do jornal, pais comerciantes ou autônomos puderam acompanhar a progressividade dos filhos.

Pode-se afirmar que o projeto foi benéfico não só por desenvolver a escrita dos alunos, mas por aproximar também a escola da comunidade. Segundo a professora:

“Um dos nossos alunos, Douglas, de 16 anos, que possuía baixa visão, conseguiu desenvolver a escrita e a leitura através das atividades do Jornal. Já Geovana, que era uma aluna que estudava na cidade de Santos (SP), aprendeu sobre o gênero jornalístico através do projeto” (AMPARO, 2018).

Além disso, segundo ela, essa comunicação e as práticas em sala trouxeram mais resultados, pois os alunos:

1. Passaram a reconhecer a estrutura de um jornal;
2. Desenvolveram práticas de escrita ao escreverem tudo o que achavam necessário; e de oralidade, diante das apresentações das notícias e dos debates;
3. Refletiram sobre a importância de um jornal em um ambiente social, nesse caso a escola;
4. Compreenderam as diferenças do jornal para os outros tipos de textos;
5. Aprenderam a fazer entrevistas.

#### **4 PROJETO 2: discussão e reflexão**

Nas redes sociais, muito usadas por crianças e jovens, canais como WhatsApp, Instagram, Facebook e e-mails nos possibilitam, através das trocas de mensagens, enxergar estrutura parecida com as das cartas: o emissor enviará a sua mensagem ao receptor. Levando em consideração o gênero da carta e ao que os alunos estão mais familiarizados atualmente tecnologicamente, a professora trabalhou na elaboração do Correio da Amizade. Os alunos tinham disponível um cartaz, onde poderiam colar os seus envelopes individuais e dentro deles eram inseridas cartinhas. O objetivo foi de estreitar laços de amizades entre os alunos. Interação que, segundo a professora, deu-se com sucesso.

Segundo a professora:

“Os alunos aprenderam a valorizar e respeitar um gênero que foi muito usado pelas pessoas da comunidade em meados do século XX, pois eles não o conheciam” (AMPARO, 2018). Além disso, será possível notar também que não só os alunos participaram da distribuição de cartas, mas a professora também escrevia para os alunos e vice-versa, com isso, pode-se dizer que houve influência positiva da profissional para que os alunos se motivassem a escrever.

Segundo Saviani (2007, p. 420):

a educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social. A prática social põe-se, portanto, como ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa.

Comparando a teoria de Saviani aos resultados colhidos através do Correio da Amizade, entende-se o quanto é importante a interação social metodologicamente voltada para a relação do professor com os alunos.

Segundo a professora, interagir com os alunos foi uma maneira que ela encontrou de incentivá-los a participarem das aulas, principalmente, aqueles que se recusavam a fazer atividades que envolviam o exercício da escrita. Com isso, pôde-se concluir que a professora sai de uma metodologia conservadora, em que o professor fica em posição superior ao aluno, e se volta para uma metodologia contemporânea, onde o que é abordado em sala faz sentido e traz confiança.

Sobre isso, Paroli e Almeida Junior afirmam que a Educação precisa deixar de lado seu paradigma conservador de transmissão do conteúdo disciplinar e se voltar para a contemporaneidade, que está a exigir, cada vez mais, professores e alunos leitores e consumidores dos meios de comunicação, mas críticos e ativos, que saibam discernir acerca das informações realmente relevantes e, a partir daí, tenham condições de construir um conhecimento significativo (PAROLI, ALMEIDA JUNIOR, 2008).

Diante disso, após os resultados colhidos pela Escola José

Dionísio, implementar o ensino desses gêneros textuais, em sala, pode-se afirmar que o professor estará trazendo para os seus alunos conteúdo que está socialmente disponível e que é de fácil acesso. Além disso, ao resgatar o uso impresso do jornal e da carta gráfica, feita à mão, haverá um resgate cultural, e ainda influenciará aos alunos a escreverem e pesquisar sobre as estruturas cabíveis daquele gênero textual.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FEITAS A PARTIR DO LIVRO DIDÁTICO USADO PELA PROFESSORA: O livro usado, como já foi mencionado, foi o de Língua Portuguesa: Projeto Prosa (PRADO, Angélica; HÜLLE, Cristina, 2010, 2011, 2012), que embora a edição seja dos anos anteriores, foi selecionado pela escola para a base da elaboração do projeto do jornal.

Através da leitura das páginas 110 a 112, encontra-se a expressão ‘de cara’, um fator positivo, pois pode-se observar que a professora foi muito além do texto. Não há, no livro, uma ideia para implementação da criação de um jornal pelo aluno. Nas páginas 110 e 111, há algumas abordagens textuais que têm por objetivo instigar o aluno, vistas desde o primeiro título ‘Notícia ou reportagem?’, seguido por um texto chamado ‘Páginas cheias de tesouros’, veja fragmentos do texto a seguir: Uma turma de garotos desvenda um esquema de falsificação de figurinhas e cai na cola de um bandido. Foi esta história, presente no livro **O gênio do crime**, de João Carlos Marinho, que fez com que Beatriz Lapa, de 10 anos, começasse a gostar de ler. Há 8 meses, ela ainda torcia o nariz para os livros quando sua mãe, Desnise, lhe deu de presente este clássico das histórias de detetive que leu quando criança. Deu certo. Beatriz não fica uma semana sem dar um pulo na biblioteca de sua escola. “Descobri que amo suspense e fui lendo os outros livros desse autor”, conta (Língua Portuguesa: Projeto Prosa (PRADO, Angélica; HÜLLE, Cristina, 2010, 2011, 2012).

Além desse texto, ainda há mais dois dentre as páginas 110 a 111, sendo eles: ‘Um país de leitores’ e ‘De pai para filho’. Na página 112, abrange-se um questionário que tem por finalidade ser relacionado

aos textos das páginas anteriores, mas, mesmo assim, a partir do que se pedem as questões, comprova-se novamente, que, ao optar pela construção do Jornal da Escola, a professora não se limitou.

No material, é possível notar que há certa restrição, já que, ao responder, só é pedido para que os alunos busquem apenas ‘copiar do texto’.

Responda às questões no caderno:

1. O texto Páginas cheias de tesouros é uma notícia ou reportagem? Por quê? Copie a alternativa correta.

a. O texto é uma notícia. Ele informa sobre fatos ocorridos no mesmo dia da publicação do jornal.

b. O texto é uma reportagem. Ele mostra a opinião de várias crianças e adultos sobre um determinado assunto de interesse geral (o gosto pela leitura).

c. O texto é uma notícia. Ele informa sobre fatos ocorridos no dia anterior as da publicação do jornal.

d. O texto é uma reportagem. Ele mostra apenas a opinião do jornalista sobre um determinado assunto de interesse geral (o gosto pela leitura).

[...] 1. O texto afirma que o gosto pela leitura é um hábito que adquire ‘de pai para filho’. Copie um trecho do texto que comprove essa afirmação. Na questão 1, é nítido que a resposta vem inteiramente pronta e o aluno só precisará copiá-la. Assim como na questão 2, embora o aluno seja solicitado a copiar ‘um trecho’ do próprio ‘texto’. Além disso, os alunos precisarão responder, apesar do texto não se tratar disso, sobre a função do uso das aspas: 1. Releia o trecho. A mãe de Miguel, Flávia, é tradutora e lê muitos dicionários por causa da profissão. Nas horas vagas, lê os livros de Harry Potter com o filho. “Eu li em voz alta para o Miguel os cinco livros do Harry Potter antes de ele aprender a ler”, conta a mãe coruja.

• Qual a função das aspas nessa frase?

1. Localize outro trecho do texto que tenha aspas. Copie-o e explique a função das aspas nesse caso.

Talvez, ao solicitar que o aluno copie e fale sobre as aspas, o

objetivo do livro didático seja fazer com que o professor se aprofunde mais no assunto e de trabalhar as regras gramaticais através dos textos, porém não há naquela página nem mesmo um resumo sobre esta regra gramatical, o que poderia confundir o aluno e fazê-lo se perguntar o porquê, naquele momento, deveriam ser estudadas justamente as aspas. Afinal, como já foi dito, é importante que o aluno saiba o porquê de estar em uma sala de aula e reconhecer a sua importância como parte principal do corpo escolar. Assim, o aluno tem o direito de entender qual a finalidade daquele assunto que estará sendo abordado em sala de aula.

A ideia seria que o livro, naquelas páginas, trouxesse pelo menos um resumo sobre as funções das aspas, e visasse dar um direcionamento mínimo tanto ao professor quanto aos alunos. Assim como acontece entre as questões 1 e 2 da página 112 do mesmo livro, por exemplo:

**Notícia:** informa sobre fatos ocorridos no mesmo dia ou recentemente. Costuma ter um texto mais curto do que a reportagem.

**Reportagem:** narra assuntos de modo mais detalhado e em geral mostra opiniões de várias pessoas.

Pode-se observar um resumo prévio sobre o assunto que está sendo abordado no capítulo, pois o livro traz a diferença entre notícia e reportagem que pode ajudar ao aluno a ter pelo menos um direcionamento do assunto.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através do projeto Jornal da Escola, os alunos passaram a procurar a professora para que os seus erros de coesão e coerência fossem solucionados e, diante disso, a professora pedia para que eles relessem o que haviam escrito, assim passaram a tomar certos cuidados para que não houvesse, principalmente, incoerência nos seus textos, levando em conta ainda que o Jornal da Escola possui uma multimodalidade através de fotos e símbolos coloridos, uma soma de textos verbais e não verbais; na capa, há ainda a presença dos nomes

de colaboradores e uma espécie de propaganda referente aos mesmos, o que faz lembrar as estratégias usadas por produtores de propaganda e marketing para atrair mais público/compradores do produto, e, no caso do Jornal da escola, atrair os olhares dos comerciantes da comunidade.

Além disso, ao trazer para a sala o método de escrita interacional a partir do Correio da Amizade, houve a prática da escrita fora da escola, pois os alunos escreviam bilhetes tanto em sala quanto em casa. Outro fator importante foi o de que os alunos passaram a fazer suas próprias pesquisas relacionadas aos projetos e, assim, é possível notar que passaram a desenvolver autonomia intelectual.

Por fim, necessita-se salientar que não há necessidade de exclusão dos livros didáticos em sala, embora o professor não deva limitar-se somente aos seus textos questionários. Em suma, nota-se que implementar a prática da escrita através de métodos de fácil acesso, como projetos que fazem parte da realidade dos alunos, como a escrita e os gêneros literários, influencia no desenvolvimento do senso crítico que passa a ser desenvolvido.

## REFERÊNCIAS

- Cf. M. Bakhtin, “Os gêneros do discurso”, in: **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira, Martins Fontes, São Paulo, 1997.
- Bakhtin, “Peculiaridades do gênero, do enredo e da composição das obras de Dostoiévski”, in: **Problemas da poética de Dostoiévski**, Trad. Paulo Bezerra, 2a. ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.
- BERNARDO-SANTOS, W.J. Poética de (I): a escrita em notas práticas para uma reflexão sobre autoria do ensino: In: BERNARDO-SANTOS CARVALHO E LIMA (Org.). **Do oral ao escrito: reflexões e práticas desenvolvidas no programa de iniciação à docência em língua portuguesa (PIBID/SERGIPE)**. Aracaju, SE, Criação Editora, 2014.
- BRASIL MEC/Secretaria de Educação Fundamental, Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF, 1997.
- CABALEIRO, Daniel. **História e Teoria das Fontes do Direito Romano**. Belo Horizonte, Faculdade de Direito da UFMG, 2011.
- CODY, Frank; SIQUEIRA, Silvia. **Escola e Comunidade: Uma parceria necessária**. São Paulo: IBIS, 1997.
- FREDA, I. Estudos da linguagem: a leitura sob diferentes olhares. In: TFOUNI, L. V. (org). **Letramento, escrita e leitura**. Campinas, SP, Mercado de Letras, 2010.
- GERALDI, J. W. **Sobre o ensino de língua materna**. Linguagem e

Ensino: exercícios de militância e divulgação. Campinas, SP, Mercado de Letras, ALB, 1996.

KOCH, Ingedore Villaça. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 2ed. São Paulo: Contexto, 1991.

PRADO, Angélica; HÜLLE, Cristina. **Língua portuguesa**: projeto prosa. Editora Saraiva: 2010, 2011, 2012.

PAROLI, R. M. & ALMEIDA JUNIOR, J. B. **Avaliação de programas de uso de jornal em sala de aula oferecidos aos professores por empresas jornalísticas**. Disponível em:

[www.unifemm.edu.br/revistareferencia/wp-content/uploads/2015/02/Renata-Amaral-de-Matos-Rocha-UFMG-Mestre.pdf](http://www.unifemm.edu.br/revistareferencia/wp-content/uploads/2015/02/Renata-Amaral-de-Matos-Rocha-UFMG-Mestre.pdf). Acesso em: 05 de julho de 2020.

TFOUNI, L. V. **Adultos não-alfabetizados em uma sociedade em uma sociedade letrada**. São Paulo, SP, Editora Cortez, 2006.

# **CAPÍTULO XIV**

## **EDUCAÇÃO DIGITAL: A inserção dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no meio digital.**

FELIPE SOUZA CASTRO  
JOSEFA SANDRINEIA DA SILVA CASTRO

## **1 INTRODUÇÃO REFLEXIVA**

Para compreender as relações dos jovens, adultos e idosos que frequentam a modalidade de educação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), devem-se considerar os diferentes contextos sociais e históricos, pois as pessoas que vivenciam essas fases da vida têm percepções e habilidades diferenciadas em relação ao uso dessas ferramentas. A universalização dos diferentes recursos tecnológicos garantiu que pessoas de diferentes níveis econômicos, faixa etária, grau de escolaridade, tivessem acesso aos mesmos. Essa universalização ocorre porque a sociedade contemporânea “impõe” que os indivíduos consumam esse tipo de produto, garantindo uma maior comodidade, seja no desenvolvimento de tarefas domésticas, trabalho ou nas relações sociais e familiares.

Nesse sentido, entre os recursos tecnológicos que revolucionaram o cotidiano dessas pessoas, está o aparelho celular, que vai desde os mais simples (realiza chamadas, envia SMS, tem acesso à rádio etc.) aos mais complexos que possuem recursos tecnológicos diferenciados (com câmera fotográfica, TV, internet, acesso a diferentes redes sociais e aplicativos).

(...) a gestão educacional não assimilou essas mudanças na mesma proporção que os processos educacionais fins e é certo, que nessa geração educacional esses processos metodológicos inovadores estavam em sua fase embrionária. A internet, as redes sociais suportavam novas metodologias que privilegiavam a autonomia, a criticidade e a colaboração em seus estágios iniciais. Na Educação 4.0, além da maturidade das tecnologias antes citadas e da consolidação de diversas metodologias ativas, tecnologias como a inteligência artificial, big data, learning analytics, ciência de dados, computação em nuvem, realidade virtual e aumentada, estão potencializando os processos de ensino-aprendizagem de modo mais intenso e acelerado. E nesse cenário, a gestão educacional também está sendo fortemente impactada por essas tecnologias (OLIVEIRA, 2021).

No contexto da educação de jovens e adultos, a tecnologia 4.0 pode ajudar a superar as barreiras que impedem muitos indivíduos de acessar a educação e adquirir novas habilidades. Por exemplo, a educação a distância, por meio de plataformas online e cursos virtuais, permite que pessoas que não podem frequentar aulas presenciais possam aprender no seu próprio ritmo e de acordo com sua

disponibilidade.

A tecnologia 4.0 pode ajudar a conectar os alunos com outros recursos e oportunidades de aprendizagem. Por exemplo, plataformas online podem fornecer acesso a bibliotecas digitais, cursos e eventos educacionais, permitindo que os alunos ampliem seu conhecimento e networking. Isso por sua vez, ocorre principalmente com a democratização das tecnologias, como por exemplo, os celulares. Favorecendo assim, a compra destes aparelhos por parte desses grupos que na maioria dos casos possuem pouca condição financeira e o investimento em um recurso tecnológico pode significar muito para essas pessoas, que se deparam com um novo desafio: como usá-lo. A tecnologia 4.0 tem um enorme potencial para transformar a educação de jovens e adultos, proporcionando acesso a recursos e oportunidades educacionais, personalização da aprendizagem e maior envolvimento dos alunos.

Nesse contexto, a educação atrelada às tecnologias, favorece de forma crítica e interativa a promoção dos processos formativos, tendo em vista que o acesso ao meio digital por parte dos alunos da EJA, torna a educação mais democrática, como por exemplo, durante a pandemia, onde todos tivemos que ficar isolados em casa e a escola precisou ir até o aluno, isso só foi possível com o auxílio das tecnologias, através de aulas remotas. Nessa perspectiva a EJA, assume uma função reparadora, equalizadora e qualificadora. Segundo o Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (Parecer CEB nº 11/00), a função reparadora da EJA tem conotação de resgate de direito à educação negado; a função equalizadora refere-se à igualdade de acesso e permanência na escola; e a função qualificadora refere-se ao alcance de competências intelectuais e laborais para a vida social e o mundo do trabalho.

O fato de muitas pessoas vivenciarem o dilema de não saberem manusear alguns recursos tecnológicos, isso não só em relação aos aparelhos celulares, mas levando para um contexto doméstico, a dona(o) de casa que possui pouco conhecimento na área tecnológica que

compra uma TV, máquina de lavar, computador etc., irá precisar de um auxílio para aprender a manuseá-lo, pois apesar desses equipamentos tecnológicos virem com um manual de instruções, esse jovem, adulto ou até mesmo o idoso que não teve o acesso ao ambiente escolar na idade adequada, pode não conseguir ler / interpretar as informações que o manual apresenta, por isso, é necessário que na EJA ocorra a inclusão digital. De acordo com Nazareno *et al.* (2006, p. 13), “a inclusão digital é o processo de alfabetização tecnológica e acesso a recursos tecnológicos, no qual estão inclusas as iniciativas para a divulgação da Sociedade da Informação entre as classes menos favorecidas, impulsionadas tanto pelo governo como por iniciativas de caráter não governamental.”

Nessa perspectiva, podemos destacar o conceito de *laggards*, que está relacionado à “retardatários”, mas que na verdade, não é um aluno preguiçoso ou incompetente. É alguém que precisa de mais tempo, atenção e recursos para alcançar o sucesso. A educação inclusiva deve reconhecer e atender às necessidades desses alunos, oferecendo-lhes as ferramentas e o suporte necessários para que possam alcançar seu pleno potencial. Esta pesquisa tem por objetivo geral observar como ocorre o processo de inclusão digital dos alunos da modalidade da EJA e qual a importância da educação digital para esses jovens e adultos, partindo da realidade encontrada na Escola Municipal Professora Raimunda Neves Aguiar. Foram definidos três objetivos específicos que são: diagnosticar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação TIC’s por parte da instituição escolar e no processo de ensino-aprendizagem; avaliar a inclusão digital dos alunos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utiliza-se da metodologia com base na análise bibliográfica sobre a temática estudada, para compreender como os diversos autores tratam a inclusão digital na EJA. Dentre os referenciais bibliográficos que serão utilizados destaca-se as contribuições de Freire (1989; 1987; 1979; 1975), Arroyo (2007; 2006), Oliveira (2009), Sanceverino (2019), Jardimino e Araújo (2014), entre outros(as) pesquisadores(as) que se referem a essa temática. Após feita a revisão da bibliografia a ser utilizada é dado o momento de

realizar a pesquisa de campo, assim, foi possível caracterizar o local, onde o estudo foi desenvolvido. A investigação desenvolvida na pesquisa de campo, somada à análise bibliográfica, justifica-se a partir da necessidade de realizar uma coleta de dados junto às pessoas, ou grupos de pessoas. De início pautou-se numa perspectiva quantitativa, coletando a quantidade de alunos matriculados na educação de jovens, adultos e idosos, onde, foi possível quantificar que são 387, alunos matriculados nessa modalidade de educação no ano de 2022.

Os 387 discentes estão em uma faixa etária entre 20 a 67 anos. Isso foi possível após dados coletados da ficha de matrícula de cada aluno matriculado na EJA, na Escola Municipal Professora Raimunda Neves Aguiar. Com a realização da pesquisa com base nos dados quantitativos, foi a vez de realizar a pesquisa qualitativa por meio que questionários semiestruturados buscou-se saber como esses alunos da educação de jovens e adultos, compreendiam o uso das tecnologias no âmbito da sala de aula e qual era a relação deles no seu dia a dia. Nesse contexto, o presente estudo justifica-se a partir dessa breve caracterização de como os alunos da modalidade de educação EJA, lidam com o acesso e uso aos recursos tecnológicos. Buscando inseri-los nesse mundo digital.

## **2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal que busca atender jovens, adultos e idosos, seja no Ensino Fundamental ou Ensino Médio, que por algum motivo não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada. De acordo com a LDB<sup>1</sup>, em seu artigo 37, “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996, p. 15). Os motivos que levam à interrupção do ciclo comum de aprendizagem formal e do processo educativo escolar são variados, destacando: falta de estrutura familiar, inadaptabilidade

---

<sup>1</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/nº 9394/96).

na modalidade a qual está inserido(a), reprovação escolar, distorção idade série, gravidez na adolescência etc. Esses fatores contribuem para que os alunos não consigam concluir a educação básica no tempo determinado, levando-os a frequentarem a EJA.

No livro “A Produção do Fracasso Escolar”, Patto (2014) cita uma diversidade de fatores que levam à não permanência no ensino formal, sendo a maioria deles relacionados às condições socioeconômicas. Essas disparidades socioeconômicas, além de distanciar os indivíduos da sala de aula, impõem condições outras de aprendizagem, quando existe um retorno escolar. A EJA idealizada inicialmente para a escolarização daqueles(as) que por diversos motivos tiveram seu acesso à educação negado ou interrompido acompanhava uma visão compensatória que não correspondia às especificidades dos(as) educandos(as). Segundo Jardimino e Araújo (2014), carregava-se no seu interior a ideia de continuísmo e de que esses sujeitos precisavam de uma segunda oportunidade, todavia é indispensável redirecionar o olhar sobre os sujeitos da EJA, de modo que não sejam evidenciadas apenas suas carências e dificuldades no percurso escolar.

### **3 COMO OCORRE A INCLUSÃO DIGITAL NA EJA?**

Antes de falar sobre como ocorre o processo de inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos EJA, na Escola Municipal Professora Raimunda Neves Aguiar, localizada na cidade de Cícero Dantas/BA, cabe fazer uma breve definição do conceito de inclusão digital. De acordo com Nazareno *et al.* (2006, p. 13), inclusão digital:

[...] é o processo de alfabetização tecnológica e acesso a recursos tecnológicos, no qual estão inclusas as iniciativas para a divulgação da Sociedade da Informação entre as classes menos favorecidas, impulsionadas tanto pelo governo como por iniciativas de caráter não governamental.

Ao analisar a realidade educacional da Escola Municipal Professora Raimunda Neves Aguiar, pode-se notar que os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sentem a consequência do analfabetismo que é a falta de habilidade em ler e escrever, ou seja, a incapacidade de compreender textos simples e de se comunicar por escrito, nesse sentido, é visível a existência da exclusão digital, pois a

dificuldade na leitura associa-se à dificuldade no manuseio das tecnologias, excluindo-os digitalmente, posicionando-os à margem da Era da Informação. A inclusão digital está relacionada à democratização/universalização das tecnologias da informação, ou seja, a facilidade com que as pessoas tem acesso à utensílios eletrônicos como celular, tablet, computador, TV, etc. Nesse sentido, garantiu o acesso a esses itens à grande parte da população, independentemente da condição econômica, sendo vista como um processo da inclusão social, devendo ser “concebida como um conjunto de dimensões, das quais a social e a digital encontram-se entrelaçadas, visando o desenvolvimento pleno do ser humano para exercício da cidadania”, permitindo, assim, a redução das desigualdades no que diz respeito à integração das pessoas, ao seu crescimento comunitário e desenvolvimento pessoal (WOSZEZENKI; FREITAS JÚNIOR; ROVER, 2013, p. 2)

Neste contexto, embora as tecnologias digitais estejam disponíveis para grande parte da população, uma parcela ainda apresenta resistência em relação ao seu uso. Por exemplo, às vezes as pessoas possuem o dispositivo ou ferramenta em mãos, mas não sabem como utilizá-los. Esta é a situação de alguns jovens e adultos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como de seus familiares.

#### **4 COMO OCORRE A PREPARAÇÃO DOS PROFESSORES PARA ATUAR COM AS FERRAMENTAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO?**

O desafio da inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos, perpassa muito além das dificuldades vivenciadas pelos alunos, está também na figura do professor, pois este precisa estar preparado para trabalhar com as tecnologias digitais, buscando meios de aproximar o conhecimento teórico da sala de aula com o prático, ou seja, considerar os conhecimentos preciso que os alunos já dispõem e relacionar com o teórico, principalmente no contexto digital.

O que se percebe é professores despreparados para o trabalho com as tecnologias, esse despreparo é fruto na maioria dos casos da falta de incentivos públicos para com a formação continuada, causando

uma certa desmotivação e comodismo dos profissionais docentes, principalmente os que se encontram na EJA. Outros fatores que interferem no processo de inclusão digital são a pouca ou nenhuma estrutura física das instituições de ensino e a insatisfação dos estudantes, mediante estratégias didáticas utilizadas em sala de aula, por exemplo. Esses problemas, além de afetar o processo de ensino e aprendizagem dos educandos no que diz respeito ao básico que é saber ler, interpretar, escrever e fazer contas, afeta também a inclusão destes no meio digital, principalmente os que possuem uma idade mais avançada. Apesar da existência desses problemas, observa-se que existem algumas políticas públicas que apoiam o acesso de professores e alunos, às tecnologias digitais, um exemplo disso é a implementação de computadores com acesso à internet nas escolas e criação de infocentros, telecentros e centros culturais. Um exemplo de programa de informatização que contribui para a inserção e o preparo de professores e alunos na utilização de ferramentas tecnológicas na educação é o ProffInfo, que é um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica.

No entanto, é notório que, em sua maioria, os alunos que tem mais acesso a esses espaços na escola são os que pertencem a dita série regular e não os da EJA, porque não há uma preocupação por parte dos professores na maioria das vezes em incluir esses alunos no meio digital, pelo simples fato de estarem “atrasado” ou por estarem em uma idade “avançada” para aprender a manusear um computador. Isso significa que existem grandes desigualdades sociais e um grande número de pessoas excluídas digitalmente. A partir da observação do campo de pesquisa, foi possível perceber que muitos discentes estão conectados à internet e fazem uso de redes sociais e aplicativos diversos, isso porque a instituição dispõe de uma rede de WI-FI para que os alunos, possam acessar a internet. Percebe-se aí que a Escola Municipal Professora Raimunda Neves Aguiar, busca meios de conectar o seu alunado ao meio digital. Entretanto, na EJA, devido às questões

geracionais, não raramente encontramos justamente o oposto nas salas de aula: adultos e idosos que não usufruem das experiências mediadas pelo digital em rede, embora reconheçam a necessidade dessas tecnologias para potencializar a participação social em suas práticas cotidianas. Para exemplificar essa questão, basta lembrarmos que durante a pandemia de COVID-19, a sociedade brasileira pode notar como é importante que as pessoas, independente do seu nível de formação, idade, classe social etc., estejam incluídas digitalmente. Essa importância ficou visível quando o Governo começou a pagar a política pública que ficou nacionalmente conhecida como auxílio, onde os sujeitos que atendiam aos critérios do programa deveriam realizar um cadastro pelo aplicativo do Caixa Tem, porém de início muitas pessoas não possuíam um celular, onde tiveram que recorrer a terceiros.

É fundamental as ações incluam os discentes da EJA no processo de aprendizagem, pois muitos não tiveram a oportunidade de seguir os estudos formais, por diversos motivos como mencionado acima, e já estão atuando no mercado de trabalho de alguma maneira, mesmo no modelo informal ou em situações “precárias”, por isso esses alunos da educação de jovens e adultos voltam a escola tentando buscar uma formação e conseguir um trabalho melhor. Diante disso, deve haver a necessidade de um olhar diferenciado no desenvolvimento das atividades em sala de aula. Dialogando com Freire, entende-se que não é possível compreender o(a) educando(a) da Educação de Jovens e Adultos como um sujeito que retorna para a escola somente para aprender a ler, escrever e calcular, faz-se necessário ir além, ou seja, “não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 1989, p. 56).

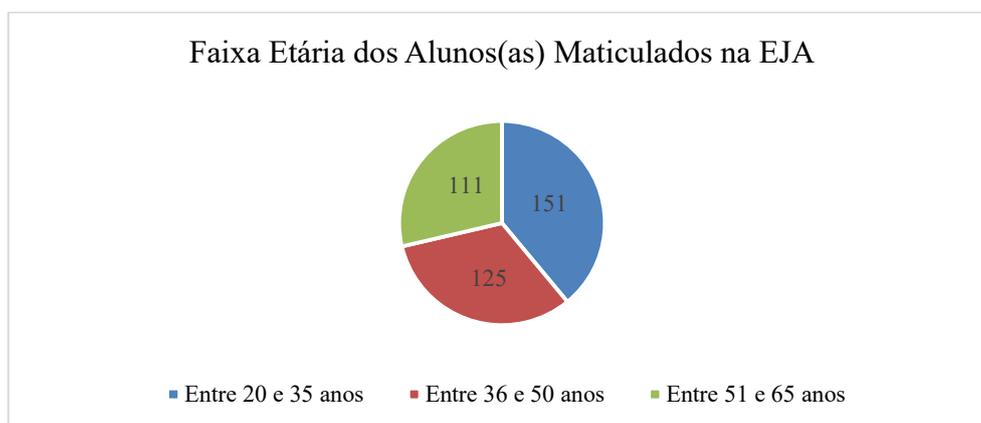
Fazendo uma reflexão sobre a frase "não basta saber ler que Eva viu a uva" podemos destacar a importância de ir além da alfabetização básica e desenvolver habilidades de leitura mais avançadas e críticas. Na perspectiva da educação digital, essa frase ganha ainda mais relevância, pois hoje em dia, a alfabetização digital também é essencial

para a inclusão dos jovens e adultos no mundo moderno. Nesse sentido, a EJA só pode se manifestar enquanto uma prática pedagógica eficiente, quando os conhecimentos prévios dos alunos forem de fato valorizados como produto das relações sociais realizadas por meio de um processo de ressignificação da experiência. Dessa maneira, trabalhar com pessoas jovens, adultas e idosas exige a compreensão e o reconhecimento da realidade vivenciada por esses sujeitos.

## 5 DIAGNÓSTICO

Os resultados são frutos da revisão bibliográfica sobre o objeto de estudo desta pesquisa (A Inclusão Digital na Educação de Jovens e Adultos), e por meio da realização de uma pesquisa de campo na Escola Municipal Professora Raimunda Neves Aguiar, onde foi possível identificar que essa instituição de ensino possui 387 alunos matriculados na modalidade de educação EJA. As turmas da EJA, por serem voltadas para o término do Ensino Fundamental anos finais, possuem uma variação do público no que diz respeito à faixa etária dos discentes, tal como mostra o gráfico abaixo.

**Gráfico 01.**



FONTE: Elaborado pelo (a) autor (a).

Como podemos observar no gráfico acima, há certa alternância de idades na modalidade da Educação de Jovens e Adultos na Escola Professora Raimunda Neves Aguiar. Com a pesquisa de campo, foi possível verificar que o público mais jovem, esse com idade entre 20 e 35 anos de idade, possuem mais habilidades para usar as ferramentas digitais frequentam. Diferente do público com uma idade mais

avançada que possuem uma certa dificuldade para o manuseio das tecnologias que estão ao seu alcance, como por exemplo, o aparelho celular. É importante frisar que após processo de investigação da realidade desses educandos no que diz respeito ao acesso as tecnologias, foi possível perceber que praticamente setenta por cento dos jovens e adultos entre 20 e 67 anos de idade, possuem um aparelho celular, o que já possibilita de certo modo a sua inserção no meio digital, não por completo porque nota-se que alguns possuem uma certa dificuldade ao manusear. Essa percepção só foi possível depois da realização de um questionário semiestruturado, aos discentes.

Depois de identificado os alunos que possuíam algum recurso tecnológico, como o aparelho celular, foi realizado um questionário estruturado para esse público a fim de entender qual a relação desses com as tecnologias.

QUADRO 01 – Relação dos alunos da EJA com as tecnologias.

<b>PERGUNTA</b>		
Quais são suas maiores dificuldades com relação a tecnologias digitais e os recursos disponíveis (celular, computador, tablete etc.)?	Respostas Por Pergunta	Porcentagem
Nunca tive celular, mas sei utilizar;	13	3,36%
Não tenho celular, nem computador e não sei utilizar;	42	10,84%
Meu (minha) filho (a) tem acesso e sempre me ajuda;	83	21,44%
Tenho celular, e uso sempre, sem dificuldades;	98	25,32%
Tenho computador, e uso sempre, sem dificuldades.	21	5,43%
Possuo internet banda larga na minha residência	67	17,32%
Possuo internet móvel no meu dispositivo smartphone	41	10,59%
<b>TOTAL DE RESPOSTAS</b>	365	99,485%

FONTE: Produzido pelo (a) ator (a).

O questionário foi aplicado à 305 alunos dos 387, pelo motivo de que no dia escolhido para a aplicação, alguns educandos faltaram e outros acabaram evadindo do ambiente escolar durante o processo. A partir do dialogo realizado com algumas professoras, tomamos

conhecimento de que o público da EJA costuma faltar muito, as alunas, entre os motivos pode-se destacar o horário das aulas, que ocorre no período noturno, já que em sua maioria os educandos trabalham durante o dia e quando chega a noite já está cansado. Nesse contexto, após aplicar o questionário foi possível verificar que a maioria tem acesso ao celular e dizem utilizar o celular sem complicação; uma outra parcela respondeu dizendo que nunca teve acesso ao celular e não sabe utilizar. Resumindo, é preciso que ocorra uma proposta pedagógica com o objetivo de incluir esses alunos que não tem acesso e que sentem dificuldade para manusear algum tipo de tecnologia, mesmo aqueles que responderam dizendo que tem acesso e que não sentem dificuldade para utilizar, faz-se necessário inclui-los nesse meio digital. Por que, apesar de possuir algum recurso digital, isso não irá significar que esse aluno estará incluído.

Assim, após o desenvolvimento da pesquisa de campo foi possível compreender melhor as dificuldades dos alunos da EJA com o ambiente digital, sendo de extrema importância trabalhar constantemente na melhoria do método de ensino com as tecnologias para integrá-las ao cotidiano.

## **6 CONCLUSÃO**

A presente pesquisa defende a necessidade de que sejam formuladas estratégias para os alunos que frequentam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) sejam capazes de usufruir plenamente das experiências sociais e tecnológicas, incluindo-os no meio digital, ampliando suas formas de ver/sentir o mundo. Incluir os alunos da educação de jovens e adultos (EJA) no meio digital é uma tarefa muito importante para um futuro desse público, uma vez que esses educandos já vêm de uma jornada árdua, que por algum fator não teve a chance de concluir o ensino fundamental e/ou o médio em idade adequada. Nesse sentido, os resultados obtidos através do estudo desenvolvido na Escola Municipal Professora Raimunda Neves de Aguiar, mostram que se faz necessário o investimento em uma

metodologia pedagógica que vise a inclusão dos alunos da EJA.

Assim, concluímos frisando que o ambiente escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), deve atuar para integrar as experiências culturais dos educandos, mediadas pela rede digital com os processos educativos, ressignificando o ensino e aprendizagem. Mas, convém fazer uma reflexão sobre a importância das experiências formativas diante do nosso compromisso como profissionais da educação em formar sujeitos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade. No entanto, geralmente não há sincronia entre inovações tecnológicas e eventos educacionais. As instituições educacionais falam muito sobre inclusão às tecnologias digitais, mas continuam oferecendo uma educação que nem sempre está de acordo com as experiências culturais atuais e sim pautadas no tradicionalismo.

A inclusão digital na EJA, nesse contexto, não significaria apenas a garantia dessas pessoas ao acesso as tecnologias, mas sim, construir uma educação em que o educando se torne um sujeito capaz de usar as redes com habilidade, pesquisar, produzir e compartilhar informações em benefício da aquisição de novos conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

AMPARO, Matheus Augusto Mendes; FURLANETTI, Maria Peregrina de Fátima Rotta. **Inclusão digital na educação de jovens e adultos: dificuldades e desafios.**

ARROYO, Miguel Gonzalez. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares. **REVEJ@-Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, 2007.

\_\_\_\_\_. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. In: BRASIL. **Construção coletiva: contribuições à Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2006, p. 221-230.

BLIKSTEIN, Paulo; SILVA, Rodrigo Barbosa; MACEDO, Livia; CAPOS, Fábio. **Tecnologias para uma educação com equidade** – Relatório de Política Educacional. Brasília, março/21.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação.** PNE em movimento, 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: abril de 2022.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: março de 2022.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 de

dez. de 1996.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 3, de 15 de junho de 2010. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.** Diário Oficial da União, Brasília, 15 de jun. 2010.

BUENO, J. L. P.; GOMES, Marco A. de O. Uma análise Histórico-crítica da formação de Professores com tecnologias de informação e comunicação. **Revista Cocar**, Belém, v. 5, n. 53, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez editora, 1989.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Conscientização teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FORNARI, L. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, 27 jan. 2010.

JARDILINO, José Rubens Lima; DE ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio. **Educação de Jovens e Adultos sujeitos, saberes e práticas.** Cortez, 2014.

MALAVSKI, Paula Dagnone. **A Contribuição da “Pedagogia da Autonomia” no Ensino-Aprendizagem em Geografia para a Educação de Jovens e Adultos (EJA):** Uma Possibilidade de Formação Cidadã. Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 1, p. 118-131, jan./abr. 2018.

NAZARENO, C.; BOCCHINO, E. V.; MENDES, F. L.; PAZ FILHO, J. S. **Tecnologias da Informação e sociedade: o panorama brasileiro.** Brasília: Câmara dos deputados, coordenação de publicações, 2006.

OLIVEIRA, Ricardo Damasceno de; DAMASCENO, Mônica Maria Siqueira. **Educação 4.0: aprendizagem, gestão e tecnologia /** Organizado por Ricardo Damasceno de Oliveira e Mônica Maria Siqueira Damasceno. — Iguatu, CE: Quipá Editora, 2021.

SANTOS, Flávia Andréa dos. **O professor e as tecnologias digitais na educação de jovens e adultos: Perspectivas, possibilidades e desafios.** 2016. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream.pdf>. Acesso em: 03 novembro de 2022.

SANCEVERINO, Adriana Regina. **Os sentidos da mediação na prática pedagógica da educação de pessoas jovens e adultas.** Campinas: Mercado de Letras, 2019.

SILVA, Renata Andrade da; YABUTA, Yukielle Ferreira. **O uso das tecnologias na educação de jovens e adultos: Inclusão digital e alfabetização midiática.** 2015. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal Da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream.pdf>. Acesso em: 31 outubro de 2022.

UNESCO. **Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020**: Inclusão e educação para todos. Paris, UNESCO, 2020.

WOSZEZENKI, C. R.; FREITAS JÚNIOR, V.; ROVER, A. J. **Inclusão Digital e Social**: Cidadania e Autopoiese na Sociedade da Informação. Int. J. Knowl. Eng. Manage., Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 94-108, nov. 2013.

# **CAPÍTULO XV**

## **CULTURA POPULAR, IDENTIDADE E TRADIÇÃO: A festa de São Pedro de Heliópolis/BA**

FELIPE SOUZA CASTRO

## **1 INTRODUÇÃO**

O estudo das festas compõe um universo muito amplo, que se configura como um processo de apropriação das manifestações culturais, enquanto espaços de memória e que por sua vez, estão presentes no imaginário popular, assim como a festa de São Pedro realizada na cidade de Heliópolis/BA, que em seu fazer, acaba evidenciando tensões políticas e mercadológicas. A festa de São Pedro de Heliópolis/BA começa a ser realizada no ano de 1987, dois anos após a cidade ter conquistado sua emancipação. Ela surge da vontade do então gestor municipal José Emídio Tavares de Almeida, que a princípio, tinha em mente realizar uma micareta com trio elétrico, equiparando o evento ao carnaval de Salvador, porém, em diálogo com o professor Landisvalth Lima, chegaram à conclusão que tal evento fugiria o contexto da cultura local e que também a cidade não possuía estrutura.

Diante disso, Landisvalth sugeriu que fosse realizada, uma festa que valorizasse as raízes da cultura local e regional, ligando o sagrado e o profano, já que a religião é característica marcante nas cidades do interior. Foi aí que decidiram que a festa homenagearia São Pedro, um dos santos da tríade junina, ou seja, Santo Antônio, São João e São Pedro. Nesse contexto, fica perceptível que a festa de São Pedro de Heliópolis/BA, não foi um evento pensado e idealizado pelos próprios moradores da cidade, mas sim pelo então prefeito José Emídio Tavares de Almeida, popularmente conhecido como Zé do Sertão. A festa irá surgir da vontade de alguém, para produzir efeitos sobre uma coletividade, uma vez que ela passa a representar a identidade do município.

O processo de criação da festa está relacionado tanto à propagação/ressignificação da cultura local e regional, quanto aos interesses pessoais do prefeito, onde o mesmo impõe no calendário municipal um evento, que alimentaria a economia desta cidade gerando emprego mesmo que temporário, tornando-se assim, um empreendimento econômico e mercadológico. A religiosidade é um ponto

fundamental para a origem da festa de São Pedro de Heliópolis/BA, já que a mesma começou a ser realizada justamente no dia 29 de junho, data em que os fies homenageiam esse santo. Nesse contexto, é importante destacar que a memória juntamente com o nascimento da escrita irá se perpetuar através dos calendários, como, por exemplo, a calendário cristão. Onde, segundo Jacques Le Goff:

Se a memória cristã se manifesta essencialmente na comemoração de Jesus, anualmente na liturgia que o comemora do advento ao Pentecostes, através dos momentos essenciais do Natal, da Quaresma, da Páscoa e da Ascensão, cotidianamente na celebração eucarística, a um nível mais “popular” cristalizou-se, sobretudo, nos santos e nos mortos. (1990, p. 447).

O surgimento do calendário, a criação de datas festivas, são necessárias para a ressignificação para a memória. A memória é aqui entendida, como sendo um objeto de análise para entender como a festa de São Pedro de Heliópolis/BA, enquanto um evento criado de cima para baixo, ou seja, criado a partir da vontade do gestor municipal, irá incorporar no imaginário do cidadão Heliopolense. As experiências serão diversificadas pelo fato de terem sido vividas de maneira distintas.

Para além de datas que fazem lembrar de alguém ou momento histórico que marcou a sociedade, são criando monumentos que de certa forma tem como objetivo guardar ali determinada memória. Assim, Jacques Le Goff, analisa como a historicamente as sociedades “grudavam” as suas memórias. Seja por meio de documentos escritos, monumentos, festas, fotografias, etc. Assim, a memória seria entendida como uma projeção ou identificação com determinado passado, na qual foi construída através de acontecimentos, pessoas, lugares. Se refere a experiências individuais ou coletivas, a partir da qual ela é produzida.

A comemoração da memória cristã assim, como coloca Le Goff, irá perpetuar-se no imaginário dos indivíduos de maneira popular, na celebração principalmente dos santos. Nesse sentido, cabe fazer aqui um adendo, que ao gestor municipal da cidade de Heliópolis/BA, realizar uma festa em homenagem ao santo São Pedro, que por sua vez, é celebrado no dia 29 de junho, a festa foge da que se estava acostumado a comemorar em nome dos santos, pois a mesma é

totalmente profana, reunido apenas símbolos do sagrado, ou seja, distancia-se da festa de São Pedro que a igreja católica realiza, com missas, procissões. De acordo com Muniz Sodré, “o símbolo não existe para significar – isto é, não remete a nada além dele mesmo –, à maneira de uma sintaxe, opondo-os uns aos outros e combinando-os.” (SODRÉ, 1983. p. 36). Neste sentido, o símbolo seria algo reconhecido a nível mundial, nacional, regional e municipal, reconhecido por si só, representando um conceito.

[...] a relação simbólica constitui sempre um lugar de ambivalência para a organização social, porque, ao mesmo tempo que organiza elementos para a mediação social, traz consigo a possibilidade de morte para o organizado (as identidades socialmente construídas), por apontar para o vazio das diferenças, para o momento da gênese dos efeitos de realidade do grupo, para a negação (SODRÉ, p. 37).

Assim, o tradicional São Pedro de Heliópolis/BA, enquanto categoria de festa juninas que carregam consigo, um conjunto de imagens, símbolos, ritmos, temporalidades e múltiplos sentidos, que estão dispersos no interior da cultura e no imaginário social da festa. Onde, a heterogeneidade desses elementos é responsável pela formação de um tecido cultural híbrido, pois reproduz e alimenta a concepção de festa junina como um bloco imagético-significativo unitário em torno das quais são realizadas as mediações e a construção da teia de significados que enreda o discurso sobre a identidade local e da cultura nordestina. Segundo Hobsbawm (1984 pag. 12-13), com a modernidade alguns costumes tendem a desaparecer e surgem outros, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta. Nesse sentido, essas transformações pelas quais vem passando as festas juninas na atualidade fazem com que esses eventos se tornem híbridos e complexos, pelo motivo das misturas de culturas. De acordo com Muniz Sodré (SODRÉ, 1983, p. 55):

O problema da diversidade das culturas se esclarece por meio da diversidade dos campos, isto é, dos espaços globais da ideologia que estabelecem valores diferentes para a atividade simbólica. O campo estipula as regras dos códigos, através dos quais passam os discursos que uma classe ou uma etnia produzem num dado momento de sua história.

O hibridismo cultural, está presente na nossa sociedade desde o início da colonização portuguesa, quando ocorre o processo de miscigenação entre os três povos, o ameríndio, o português colonizador e o africano que foi trazido para a América como mão de obra escrava. Nesse exame histórico, a existência de diversas culturas no território brasileiro possibilita o surgimento de culturas híbridas. Segundo Néstor García Canclini, “A homogeneização dos padrões culturais e o peso alcançado pelos conflitos entre sistemas simbólicos colocam em questão uma série de pressupostos e de diferenças [...]” (1983, p. 51). Essa mistura cultural que compõe o espaço da tradicional festa de São Pedro, contribui para que a mesma possa acontecer e se perpetuar, trazendo a cada edição novos elementos, que unem sagrado e profano.

Neste sentido, a festa é um espaço que reúne pessoas das mais variadas classes sociais. E de acordo com Canclini, nesse processo de homogeneização cultural, “são derrubados estereótipos estéticos como os que separavam a arte “cultura”, a arte “de massas” e o popular. Estes três sistemas de representação funcionavam com bastante independência, sendo que cada um correspondia a classes sociais distintas” (1983, p. 51). Assim, as festas passam a ser populares por atrair um público diversificado, ou seja, rico, pobre, etc.

## **2 A FESTA, A MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**

A festa, enquanto patrimônio da cultura local, irá construir versões sobre as identidades dos grupos sociais, além de construir uma determinada memória. Cada grupo produzirá suas memórias, com base nas suas experiências com a tradicional festa de São Pedro, como elementos que impulsionam a sua identidade. As identidades são justamente discursos, construídos sobre como é esse grupo, a memória será o reflexo do real, como uma representação do passado. “São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1993, p. 21). As representações se relacionam, a um objeto ou a um sujeito, tem como relação a simbolização desse objeto, conferindo-lhe significado. Refere-se a experiências a partir da qual ela é produzida,

em que contexto e circunstâncias. A festa torna-se assim, um lugar de memória. “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora.” (NORA, 1993. p. 12-3). Neste sentido, é necessário dizer que, a história é antes de tudo uma prática social, construída na sociedade, pelos indivíduos que nela estão inseridos, todo lugar é cabível de memória. Esses lugares de memórias são cheios de experiências, saberes, conhecimentos. Não são isolados ou mera construção humana.

Pierre Nora nota que a memória coletiva, definida como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”, pode à primeira vista opor-se quase termo a termo à memória histórica como se opunha antes memória afetiva e memória intelectual. Até os nossos dias “história e memória” confundiram-se praticamente e a história parece ter-se desenvolvido “sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização” (LE GOFF, 1990, p. 473-4).

No momento, após a emancipação política do município de Heliópolis/BA, o então primeiro prefeito José Emídio Tavares de Almeida, tem a ideia de criar no calendário municipal um festejo de grande porte, que a princípio não tinha em mente que evento seria esse e nem a data de realização do mesmo. Pois, na época os eventos da recém emancipada cidade eram de cunho religioso, como os festejos natalinos, novenas, etc., vaquejadas, entre outros festejos.

Segundo o professor Landisvalth Lima (2018):

Inicialmente a ideia de Zé do Sertão era trazer um trio elétrico, com a intenção de fazer uma festa semelhante ao aclamado carnaval de Salvador, mas essa ideia foi descartada por seu correligionário e colaborador, e mais tarde apresentador do São Pedro, professor Landisvalth Lima. Este alegou a falta de estrutura da cidade e até uma falta de coerência, pois trio elétrico não tinha nada a ver com a cultura local. Deu a ideia de, ao invés de um festejo semelhante ao de Salvador, que se fizesse uma festa que difundisse as origens da cultura do nordeste brasileiro.

Fica claro com a fala do professor Landisvalth Lima, que a festa é criada a partir da vontade da gestão municipal, ela não surge enquanto uma manifestação popular, foi pensada para ser um evento que representaria a cultura do município, e mais tarde a identidade do

mesmo, já que o povo Heliopolense ficaria conhecido como um povo festeiro, receptivo, etc. Compreender como se dá o processo de criação da festa de São Pedro de Heliópolis/BA irá possibilitar o compartilhamento de experiências, conhecimentos, sabedorias, tradições, costumes de um povo que participam direta e indiretamente, dessa manifestação cultural carregada de simbologia e que fortalece a cultura e a identidade do município.

Nesse contexto, para realizar tal estudo foi necessário trabalhar com a História oral, que de acordo com Verena Alberti (2008, pp. 155), “consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”. O resgate oral aponta que início do festejo de São Pedro remonta à década de 1987. A história do festejo está presente na memória da população do município, em especial dos mais velhos que participaram ativamente da construção dessa tradição popular. Hoje a festa de São Pedro é considerada profana pelo simples fato de ter se desligado das tradições religiosas.

Assim, a memória serve de alimento para a construção da história. Cada grupo irá produzir suas memórias como elemento que ressignifica a sua identidade. Como é o caso, dos praticantes a tradicional festa de São Pedro de Heliópolis/BA. A festa irá contribuir para a cultura do município, enquanto patrimônio local e regional, que constrói, versões sobre as identidades dos grupos sociais, construindo também a memória individual e coletiva desses indivíduos. Em entrevista ao professor Landisvalth Lima, questionei sobre o que ele estava achando da realização da festa de São Pedro nas últimas edições. Podemos notar na fala dele que há uma perda das origens culturais do festejo.

Hoje tudo está diferente. Não sou saudosista, olho para o futuro, só que não vejo como esta festa sobreviverá. Ela está dançando conforme os modismos e não vai muito longe. Não quero dizer também que está um horror. Não é isso, o fato é que virou uma festa comum. Quase nada tem mais a ver com o São Pedro. É uma repetição de tantas outras festas de modismos apelativos. E tem muita gente exatamente porque é modismo. Acho que os organizadores não estão preocupados com inovações, mas com publicidade (LIMA, 2021).

Não diria que a festa de São Pedro perdeu a sua originalidade, mas sim, que ela passou por um processo de mudanças, já que as relações sociais que estão atreladas a manifestação cultural, não são mais as mesmas, ou seja, as formas pelas quais os indivíduos ligam-se uns aos outros, se modificaram. E não foram só as relações sociais que mudaram, mas a cidade enquanto espaço de sociabilidade. O São Pedro de Heliópolis/BA é um espaço de sociabilidade, conflitos, na qual, ocorre uma transmissão de valores. Em um contexto regional, hoje, as festas juninas se tornaram tão importantes quanto o carnaval, dentro da categoria dos festejos populares mais conhecidos tanto no Brasil quanto em outros países, mas é na região Nordeste do país, que os festejos juninos ganham grandes proporções.

A festa é um importante mecanismo de propagação de cultural, está que vem se “adaptando” ao processo de globalização. Diante desse quadro, a construção da teia de signos e significados sobre essa manifestação cultural que é o São Pedro de Heliópolis, parte do ideário de que é por meio da realização desse festejo que a comunidade local tem as suas práticas socioculturais reinventadas, aos novos modos de “festejar”. Neste sentido, a história enquanto ciência usa a memória para resgatar aspectos do passado, reunindo, verificando e interpretando as várias memórias (individual, coletiva, nacional), tentando completar suas lacunas, escapar de suas armadilhas e até entender o significado dos esquecimentos e das distorções. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 1990. pp. 477). A festa de São Pedro é uma síntese da cultura nordestina, que exprime no seu realizar a esperança, a fé desse povo, que por sua vez, é vivida de forma ambígua, pois, reúne elementos sagrados e profanos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A festa de São Pedro de Heliópolis/BA é um evento que vem sendo

realizado desde o ano de 1987, desta data pra cá ela vem se reinventando a cada nova edição, na qual é considerada hoje em dia uma tradição, não só pelos cidadãos Heliopolense, mas também por pessoas das cidades e regiões circunvizinhas. Favorecendo assim, o fluxo de pessoas, sejam moradores e/ou visitantes, já que neste período ocorre uma grande movimentação turística nessas cidades do interior que realizam essas manifestações culturais.

Nesse sentido, podemos entender a dinâmica do turismo local no aproveitamento dos espaços de socialização e com fortes tendências ao encontro de culturas diversas. Podemos dizer que essa manifestação cultural, passou a representar a identidade e a cultura local. As tradições ganharam importância, sendo mantidas por uns, enquanto novas maneiras de fazer o festejo passaram a ser discutidas e incorporadas, formando assim culturas híbridas. Todo esse movimento tende a somar na formação identitária das pessoas envolvidas, nesse ato de festejar, ressignificando a cultura regional e local. Assim, a tradicional festa de São Pedro contribui para a cultura do município, enquanto patrimônio local e regional, que constrói versões sobre as identidades dos grupos sociais, construindo também a memória individual e coletiva desses indivíduos.

## REFERÊNCIAS

- ABIB, Pedro Rodolpho Jungers Abib. Culturas populares, educação e descolonização. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 54, p. 1-20, e-18279, out./dez. 2019.
- ALBERT, Verena. **Fontes orais**: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.
- CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. Trad. Cláudio Novaes Pinto Coelho. Ed. Brasiliense, 1983.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. Ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013. (Cap. 1)
- HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: editora da UNICAMP, 1990. (Cap. 8 – memória).
- NORA, Pierre. **Entre memória e a história**: a problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo: (10). Dez, 1993.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**. 3ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

## SOBRE OS AUTORES

### **Ana Rita Santos Bastos**

Graduada em Pedagogia pela Famep (2022). Especializanda em Educação Infantil e Anos Iniciais pela FACUMINAS (2023). Não estou trabalhando na área.

### **Edinaide Matos Reis**

Graduada em Pedagogia pela FAMEP (2022). Não estou atuando na área.

### **Edinalva Conceição da Silva**

Graduada em Pedagogia pela Famep (2022). Especializanda em Psicopedagogia pela Famep (2023). Não estou trabalhando na área.

### **Emile Nascimento Santos**

Graduada em Pedagogia pela Famep (2022). Especializanda em Língua Brasileira de Sinais pela FACUMINAS (2023). Especializanda em Psicopedagogia FACUMINAS (2023). Professora na Educação Básica do Ensino Fundamental Anos iniciais - Na rede privada, Euclides da Cunha - BA.

### **Felipe Souza Castro**

Professor de História da Rede Estadual de Educação da Bahia; Especializando em Educação Digital pela UNEB; Mestrando em História pela UFS.

### **João Mateus dos Santos Matos**

Licenciado em Física pela UNIAGES (2021). Especializando em Ensino da Física e da Matemática e em Ensino da Biologia e da Química. Professor do ensino médio pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia e pela rede privada de ensino.

### **Joaquim Cardoso da Silveira Neto**

Licenciado em Letras Vernáculas pela Faculdade AGES (2006); Especialista em Metodologias de Ensino para a Educação Básica (2009), Mestre em Estudos Linguísticos (2014) e Doutorando em Letras (2022) pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais (2023) e em Linguística Aplicada (2023) pela Faculeste. Professor efetivo de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira da Secretaria Municipal de Educação de Fátima (BA) e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

### **Josefa Sandrineia da Silva Castro**

Professora da Rede Municipal de Cícero Dantas; Especializanda em Alfabetização e Letramento; Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos da UNEB.

### **Letícia Souza de Jesus**

Graduada em Pedagogia pela Famep (2022). Não estou trabalhando na área.

### **Lucas Souza da Silva**

Graduado em Pedagogia pela Famep (2022). Especializando em Gestão Educacional: Direção, Coordenação e Supervisão pela FACUMINAS (2023). Professor na Educação Básica do Ensino Fundamental - Anos Finais no Centro Educacional de Muriti, Euclides da Cunha - BA.

### **Maria Graziela Correia dos Santos**

Licenciada em Letras, e Mestranda em Letras pela UFS.

### **Patrícia Oliveira Danguí**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Paranaense. Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de Tecnologia Alfa de Umuarama. Especialização em Neuropsicopedagogia e Educação Especial pela Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu. Mestranda em Educação pela Uneatlântico. Professora da Educação Infantil.

### **Sérgio Oliveira Feitosa**

Licenciado em Biologia pela Universidade Vale do Acaraú. Bacharel em Direito pela FIED/UNINTA. Especialista em Psicopedagogia e Educação Inclusiva e Metodologia do Ensino de Ciências pela FLATED. Especialista em Processo Penal

e em Direito Educacional pela FAVENI. Mestrando em Ciências da Educação pela FUNIBER. Professor da rede pública municipal e docente universitário.

**Valdenice Abreu dos Santos**

Graduada em Pedagogia pela Famep (2022). Atuando na educação infantil na Escola Municipal Euclides da Cunha. Iniciei a 2ª graduação em Educação Especial, mas tranquei no momento.

# LEITURAS CRÍTICAS DA EDUCAÇÃO À PROCURA DE OUTRA CONSCIÊNCIA

A presente obra discorre acerca de diversos temas provocadores dentro dos muros da escola, perpassando as áreas de letramento, leitura, ludicidade, gestão, inclusão digital, EJA, identidade, cultura, festas populares e ensino de física. Por isso, é um livro de leitura ampla, leve e prazerosa.

Home Editora  
CNPJ: 39.242.488/0002-80  
[www.homeeditora.com](http://www.homeeditora.com)  
[contato@homeeditora.com](mailto:contato@homeeditora.com)  
9198473-5110  
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque  
Verde, Belém - PA, 66635-110

